



## **Equipe Editorial**

### **Editor**

Ladislau Dowbor, PUC-SP, Brasil

### **Comitê Executivo**

Cristina Helena Pinto de Mello  
Ladislau Dowbor, PUC-SP, Brasil  
Rosa Maria Marques, PUC-SP, Brasil

### **Conselho Editorial Nacional**

André Moreira Cunha, UFRGS  
André Tosi Furtado, UNICAMP  
Anita Kon, PUC-SP/ECOPO  
Carlos Augusto Vidotto, UFF  
Francisco Eduardo Pires de Souza, UFRJ  
Índio Campos, UFPA/NAEA  
João Sicsú, UFRJ  
Júlio Manuel Pires, PUC-SP e USP  
Luiz Augusto Estrella Faria, UFRGS  
Márcio Holland, UFU  
Marco Crocco, UFMG  
Maria Cristina Cacciamali, USP  
Maria de Lourdes Rollemberg Mollo, UNB  
Patrícia Helena F. Cunha, UFABC  
Paulo Davidoff, Unicamp  
Regina Maria D'Aquino Gadelha, PUC-SP  
Wilson F. Menezes, UFBA  
Ruy de Quadros Carvalho, Unicamp

### **Conselho Editorial Internacional**

Aldo Ferrer, UBA, Argentina (*in memoriam*)  
John Bellamy Foster, University of Oregon, Estados Unidos da América do Norte  
Pierre Salama, Université Paris XIII, França  
Raúl Bernal-Meza, CERIA, Argentina  
Rémy Herrera, Université Paris I, França

### **Responsável Técnico**

William de Medeiros – Mestrando em Economia Política (PUC-SP)



## Sumário

<b>Carta do Editor .....</b>	<b>3</b>
<b>The role of business and organized labor in the maintenance of private health insurance in the United States .....</b>	<b>6</b>
<b>Do planejamento soviético à Nova Economia do Projeto .....</b>	<b>23</b>
<b>Crise socioecológica, o desafio do século XXI .....</b>	<b>44</b>
<b>A internet, a democracia e a captura das paixões .....</b>	<b>66</b>
<b>O que o realismo crítico tem a dizer sobre os debates Mainstream, ortodoxia e heterodoxia no pensamento econômico brasileiro recente ....</b>	<b>90</b>
<b>O protocolo de kyoto: a construção de uma política brasileira para a redução da emissão de gases .....</b>	<b>110</b>
<b>A função empresarial em Schumpeter e Lachmann: um diálogo possível? .....</b>	<b>126</b>
<b>A disputa do fundo público na agenda neoliberal .....</b>	<b>150</b>
<b>Resenha do livro "Against Inequality: the practical and ethical case for abolishing the superrich" de Tom Malleson.....</b>	<b>167</b>
<b>Dissertações Defendidas pelos Discentes do PEPG em Economia Política da PUC-SP .....</b>	<b>171</b>



## Carta do Editor

### Ladislau Dowbor

Professor do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política da PUC-SP  
ladislau@dowbor.org

Como sempre apresentamos um leque diversificado de artigos, mas que têm como denominador comum a busca de novos caminhos, frente à amplitude das crises que enfrentamos. Catherine Sauviat, do IRES da França, nos traz uma visão da confusa luta, nos Estados Unidos, pelo controle dos serviços de saúde, hoje o principal setor econômico do país, representando 18% do PIB. As empresas e o movimento dos trabalhadores têm se envolvido no seguro de saúde através do emprego, na ausência de um sistema universal de cobertura. O sistema dominante de acesso aos serviços de saúde baseado no emprego continua sendo a forma dominante de cobertura para os americanos, ainda que esteja declinando no longo prazo. Durante a última década de depois da aprovação do Affordable Care Act, os empregadores e os sindicatos têm desafiado o sistema, mas é provável que a convergência para um sistema universal ainda represente um processo lento.

Elias Jabbour e Willian Silva Gomes exploram a ciência do planejamento econômico, desde o surgimento na antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, sua posterior mudança na China até os dias atuais sob a forma da Nova Economia do Projeto. Para tanto buscam analisar de forma histórica os acontecimentos nos dois países que ocasionaram as mudanças e evoluções em suas respectivas economias, utilizando principalmente o arcabouço marxista. Questões como o quadro histórico do surgimento da planificação, como funcionava, como sua forma mudou para o que está se convencendo chamar de Nova Economia do Projeto.

Arlindo Rodrigues, da Universidade São Judas Tadeu, apresenta as crises socioecológicas e suas interconexões. Para superar essas crises, as ciências econômicas têm como ferramenta o complexo diálogo das ciências da Terra e seus modelos e cálculos biogeoquímicos, o que permite compreender a grandeza dos impactos do atual modelo socioeconômico hegemônico. Como as crises socioecológicas são produzidas por decisões de uma ínfima parcela oligárquica e ao mesmo tempo a enriquecem, a superação da crise exige que além de entender a dinâmica dessas crises se aponte caminhos pela quebra do domínio dessa camada social e ao mesmo tempo apresente propostas concretas de outra lógica de sociedade.



Daniela Theuer, da Universidade de Tübingen, estuda de que forma as redes digitais de comunicação e informação tiveram, além de seus aspectos informativos e de conexão, um forte efeito de polarização social e impacto negativo sobre a democracia, e como as práticas adotadas pelas grandes corporações digitais contribuíram com a ascensão e amplificação de movimentos autoritários. Diversos fatores levam a este fenômeno, incluindo 1) a estrutura capilarizada da internet, que levou a uma fragmentação da base informacional; 2) a lógica econômica extrativista da nova economia digital com seus algoritmos que buscam maximização de lucro, direcionando os usuários a conteúdos conspiracionistas, recompensando engajamento de qualquer teor e aglomerando pessoas e grupos originalmente distintos; e 3) técnicas viciantes.

Hélio Afonso de Aguiar Silva, da UFRGS, e Bruno Genro Schneider, da UFRJ, se baseiam no Realismo Crítico analisando como o pensamento brasileiro recente lida com as classificações e separações estabelecidas por categorias como mainstream, ortodoxia e heterodoxia. Mais especificamente, investiga-se como são relacionadas perspectivas econômicas, ontologia e método no pensamento econômico brasileiro a partir do debate do final dos anos 1990, envolvendo Marcos Lisboa e as contraposições heterodoxas de Cardim, Duayer, Paineira e Medeiros.

Witeclan Neves da Silva et al., tiveram como objetivo realizar uma discussão historiográfica do surgimento da ideia de proteção do meio ambiente, da assinatura do Protocolo de Kyoto e a participação do Brasil em relação ao enfrentamento proposto pelo acordo. A partir do estudo evidenciou-se que o Brasil para além da vigência do documento de Kyoto, teve no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) a sua principal contribuição em âmbito global. Apesar das controvérsias sobre os dados de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), constatou-se a existência de um robusto arcabouço jurídico-normativo atinente à questão climática.

Paulo Rogério Scarano e Bruno Pacheco Heringer, da Universidade Mackenzie e da PUC-SP, analisam os pontos de contato e de divergência em relação ao papel do empresário para Schumpeter e Lachmann, um economista vinculado à escola austríaca, mas influenciado pela visão pós-keynesiana de expectativas. Apesar de pertencerem a gerações e vertentes econômicas distintas, o trabalho identifica que seus pontos de convergência são significativos, mostrando que para ambos a ação do empresário é baseada em expectativas e tem um caráter desequilibrador, que é fundamental para o desenvolvimento do capitalismo. Combinar as perspectivas desses autores fornece uma visão mais rica e compreensiva sobre esse processo.



Ana Claudia del Ciel e Marcelo Eisenhower Farias, da PUC-SP, bem como Rodolfo Silva Viana Souza, do DIEESE, estudam a Lei do Teto de Gastos que estabelece o novo regime fiscal, limitando o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União por vinte anos. São apresentadas algumas das principais características do gasto público federal, submetidas à lógica financeira em uma abordagem crítica à política de ajuste fiscal, resultando em restrições aos orçamentos das políticas públicas. O estudo também destaca o importante papel da política de salário-mínimo, que contribui significativamente para a estabilização e financiamento da Previdência Social, bem como uma avaliação preliminar da chamada lei do Teto de Gastos e seu papel na disputa pelo Orçamento Público e uma análise sucinta do seu reflexo na deterioração das condições de vida da população do Brasil

Apresentamos ainda no final a resenha de um estudo particularmente interessante, *Against Inequality*, de Tom Malleson, livro que detalha os desafios da desigualdade explosiva no planeta, e apresenta o leque de políticas de sua redução.

Boa leitura.



## The role of business and organized labor in the maintenance of private health insurance in the United States

*O papel das empresas e do trabalho organizado na manutenção do seguro de saúde privado nos Estados Unidos*

**DOI:** 10.23925/1806-9029.36i1(65)67234

**Autor:** Catherine Sauviat – Research fellow at IRES (Institut de recherches économiques et sociales), France. E-mail: [catherine.sauviat@ires.fr](mailto:catherine.sauviat@ires.fr) Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2181-3014>

### Resumo

As empresas e o trabalho organizado nos EUA têm estado historicamente envolvidos no seguro de saúde através do emprego, na ausência de um sistema de saúde universal. Este sistema de saúde baseado no emprego continua a ser a forma dominante de cobertura para os americanos hoje, embora a sua importância tenha vindo a diminuir a longo prazo. Ao longo da última década e após a aprovação da Lei de Cuidados Acessíveis, os empregadores e os sindicatos têm por vezes desafiado o sistema. Mas a convergência para um sistema universal será provavelmente um processo longo.

**Palavras-chave:** Cobertura de seguro saúde. Planos de seguro saúde ocupacional. Trabalho organizado. Negócios. Affordable Care Act. Medicare for All. Benefícios de saúde. Employment Retirement Income Security Act.

### Abstract

Business and organized labor in the US have been historically involved in health insurance through employment, in absence of a universal health care system. This employment-based healthcare system remains the dominant form of coverage for Americans today although its importance has been declining over the long-term. Over the last decade and after the passage of the Affordable Care Act, employers and unions have sometimes been challenging the system. But the convergence toward a universal system is likely to be a long process.

**Keywords:** Health insurance coverage, Occupational health insurance plans. Organized labor. Business, Affordable Care Act. Medicare for All. Health benefits, Employment Retirement Income Security Act.

**JEL:** I10



## Introduction

Unlike unions in Europe, US unions have not played any role in running federal health insurance programs even though they played a key role in their adoption in 1965. At that time, two major programs were created: Medicare, for people aged 65 and over, as well as younger people with certain disabilities or fatal illnesses; Medicaid, for the most disadvantaged. On the other hand, unions have been involved in occupational health coverage, set up and financed voluntarily by employers and negotiated exclusively for their members in establishments where they have managed to gain a foothold. In this way, after World War II, organized labor contributed to the creation of private health insurance, of which they have become one of the main defenders (Gottschalk, 2000), alongside employers and insurance companies (Chapin, 2015).

In the absence of national health insurance, private insurance through employment expanded massively from the 1950s onwards, encouraged by federal tax subsidies. It remains the dominant form of coverage for Americans today although its importance has been declining over the long-term. The US is the only advanced country that relies heavily on employers for health insurance coverage. This system, which is fragile by nature as it is firm-based, has become increasingly expensive over the years. It has helped to involve and anchor unions in collective bargaining. At the same time, employers support the system, at least for their core long-term, full-time workforce, because they have no alternatives on which they could agree. However, in the wake of the Affordable Care Act (ACA) of 2010 (also known as “Obamacare”), over the last decade, employers and unions have sometimes challenged the occupational health insurance system. The transition away from employer-provided insurance is already underway. But the road toward a universal system will be long.

### 1. Origins and main features of occupational health insurance

The majority of Americans still depend on their employer for health insurance. Employment-based health insurance is rooted in the “welfare capitalism” movement, which was promoted by some large companies up to the Great Depression (ApRoberts, 2000). It was subsequently strengthened by the collective bargaining system which developed in the post-war period, as well as by the introduction of federal tax incentives. It was finally consolidated in the 1970s by federal legislation that allowed companies to self-insure and, in so doing, to evade state legislation on insurance.

#### 1.1 The peculiar occupational health insurance system, a distinctive feature of US healthcare

In 2022, the Census Bureau estimated that publicly financed health insurance, that is Medicare for the elderly and Medicaid for individuals with low income and assets, accounted for the coverage of 36.1% of the US population. Two thirds of Americans (65.6%) relied on private health insurance. Of those, a large majority relied on occupational health insurance coverage (54.5%), that is, health insurance tied to employment. The remaining covered population was insured through a patchwork of



other public and private arrangements, while nearly 8% of the population was uninsured (Figure 1).

Occupational insurance is voluntary for employers: despite the absence of universal coverage in the US, they have no legal obligation to offer health insurance to employees<sup>1</sup>. Indeed, many firms do not offer health insurance to their part-time or temporary workers as well as to low-wage workers because the costs of health benefits represent a huge share of these workers' wages (Case and Deaton, 2020).

In 2015 however, the Patient Protection and Affordable Care Act of 2010 or ACA introduced a kind of obligation or we might say "incentive". Employers with less than 50 employees are exempt from the "employer mandate"; those with 50 or more employees are required to provide "affordable" coverage, that is coverage which costs no more than 8.39% of an employee's annual salary. Employers must offer such "affordable coverage" to at least 95% of their full-time employees. Full time is defined as at least 30 hours of service a week or 130 hours of service a month. Otherwise, they face a fine (\$247.50 per month per eligible employee).

In 2023, more than half of firms (53%) offered health benefits to at least some of their employees, down from 66% in 1999. Nearly all large firms (98% of firms with 200 or more employees) were doing so. Meanwhile, small firms (3 to 199 employees) were less likely to do so (KFF, 2023). Some industries are much less generous in offering health benefits, notably retail (37% of firms) and services (51% of firms) compared to manufacturing (71% of firms). Generally, companies use health coverage as a means of attracting and retaining their workforce, particularly those with specific skills for which they are competing. In service industries, where workforce turnover is high, companies have little incentive to offer such benefits. From the employee's point of view, health insurance is undoubtedly a decisive factor in choosing one employer over another, or in staying in jobs, given the high cost of premiums. According to several surveys, health insurance is the benefit that employees value the most.

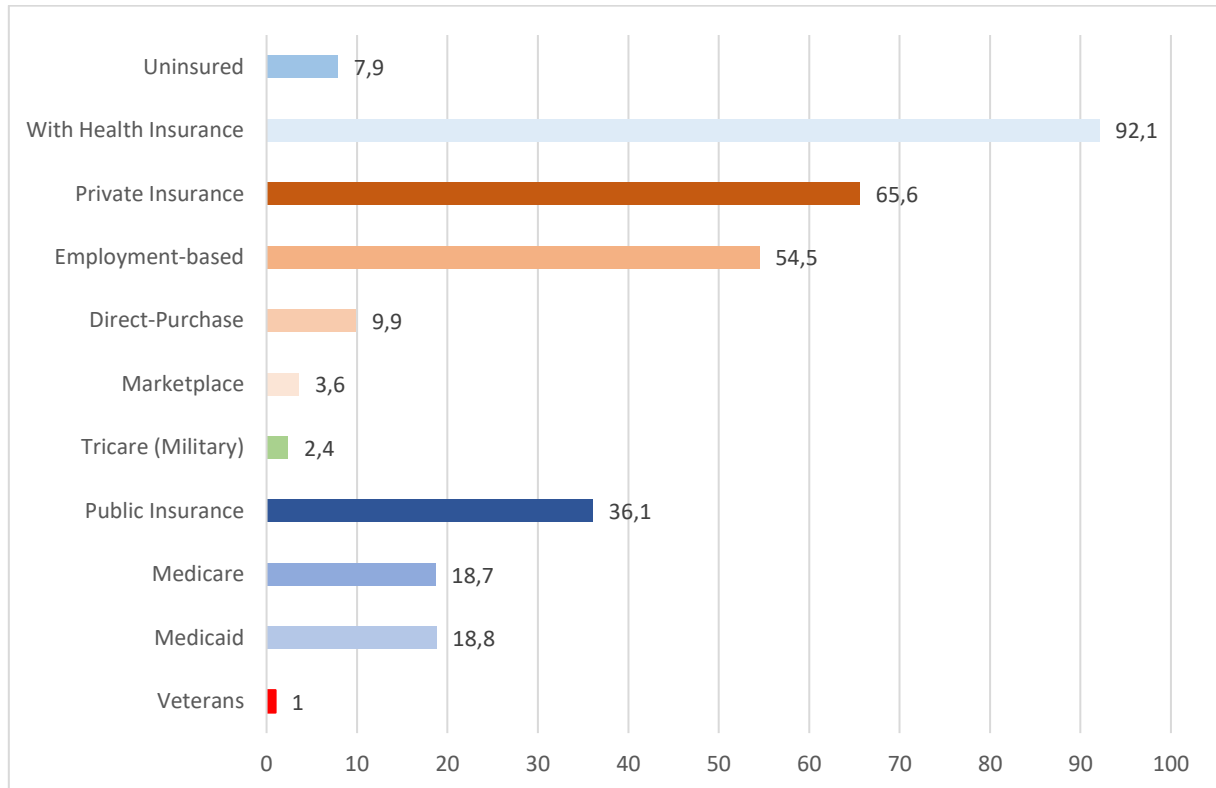
Under this type of arrangement, employers entrust specialized departments (benefits departments), sometimes of considerable size, with the task of managing employee benefits, including health insurance. They traditionally choose a private insurance company, which negotiates prices with care providers, often in the greatest secrecy. The insurance company also process claims for reimbursement. Occupational health insurance reached its peak in the 1980s and has been in decline ever since. However, the percentage of the population covered by occupational insurance has been stable since 2014 (Figure 2). It remains the preferred form of health insurance coverage for Americans today.

---

<sup>1</sup> Furthermore, employees can decline the employer's proposal either because the amount they are required to contribute to the health premium is too expensive or because they may obtain coverage through their spouse.



**Figure 1: Percentage of Population by Type of Health Insurance Coverage in 2022**



Source: Health Insurance Coverage in the United States: 2022, by K. Keisler-Starkey, L. Bunch & R. Lindstrom, September 2023. The estimates by type of coverage are not mutually exclusive; people can be covered by more than one type of health insurance during the year. The 2022 Current Population Survey Annual Social and Economic Supplement (CPS ASEC) showed that about 43 million people in the US had more than one health plan in 2021.

## 1.2 A legacy of 'Welfare capitalism', World War II and the post-war context

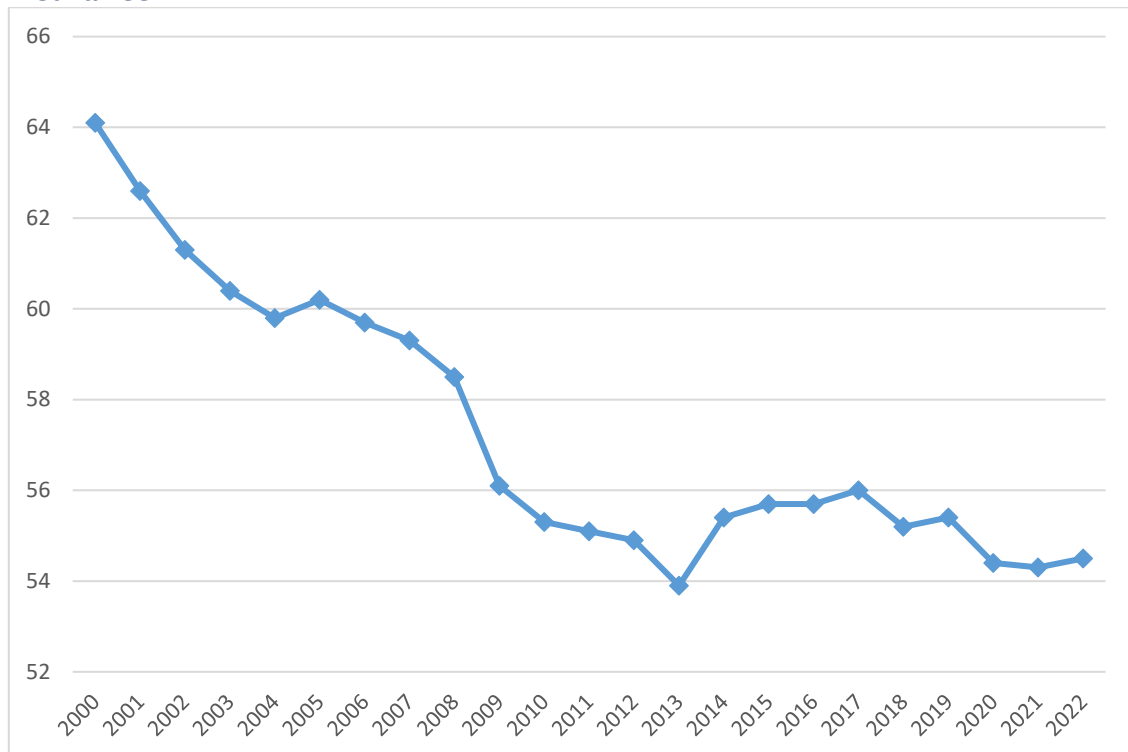
The employment-based insurance system is a legacy of Welfare capitalism, which developed up until the 1930s on the initiative of large companies. It was similar to the paternalism that emerged in some European countries at the end of the 19th century. For American employers, the aim was to grant employee benefits in order to attract and retain workers. Sometimes, it was even intended to cover all their needs in order to better control them, thus avoiding intervention by organized labor and/or the state. At the time, the American Federation of Labor (AFL), which brought together most of the national unions, and its president, Samuel Gompers, along with other union leaders, denounced the principle of compulsory insurance. They were fiercely opposed to any form of public insurance, which they saw as a direct threat to organized labor power.

On the contrary, they believed that members should have their own health insurance financed exclusively by their own contributions, along the lines of workers' mutual aid societies in some European countries. Several schemes of this type were set up at the end of the 19th century by workers themselves (mutual aid societies, fraternal societies for immigrants) and/or by craft unions representing like barbers or granite cutters. At that time, they were managed either partly unilaterally for the benefit of their members or partly jointly with employers. At the beginning of the 20th century however, these



schemes became very inadequate in number (around twenty in all) and in quality (little or no coverage for hospital expenses). For their part, industrial unions, united under the banner of the Congress of Industrial Organization (CIO) created in 1935, were more inclined to call for universal public insurance.

**Figure 2: Percentage of the population covered by employment-based insurance**



Source : data from US Census Bureau

The Great Depression of the 1930s, with its trail of bankruptcies and unemployment, reshuffled the cards within organized labor. It made it unsustainable for workers to finance such coverage and led the AFL to support public insurance at the federal and/or state level, when the public pension system (Social Security) was adopted in 1935 (Derrickson, 1994). The idea of national insurance gained ground with the emergence of several bills in the late 1930s and mid-1940s. They were supported by the AFL and the CIO, but industrial unions were more concerned about consolidating their power through collective bargaining.

As private health insurance emerged as the essential source of health coverage, they supported the development of private health insurance through employment, which they managed to negotiate for most of their members in large manufacturing companies. The Miners' Union (UMW) set the tone in 1946, followed by the Steel Workers' Union (USW) in 1949, and then the Automobile Workers' Union (UAW) in 1950. The agreement then reached with management (referred to the Treaty of Detroit) became the benchmark for company collective agreements for some thirty years. However, unlike the agreements reached in the mining and steel industries, health coverage for



autoworkers remained the prerogative of management. At the turn of the 1950s, around 95% of the workers represented by the CIO benefited from health coverage obtained through collective bargaining, compared with just 20% of those represented by the AFL.

If this system took off and eventually prevailed, it was also due to a decision by the federal tax authorities in 1943, which favored fringe benefits as a form of compensation in a context of labor shortages and wage freeze during the war. This decision was confirmed in 1954 by the Tax Code. Employers benefited insofar as the employer's contribution to the health insurance premium was considered an ordinary expense and, as such, was deductible from the company's taxable base. Nor it was included in the employees' taxable income who benefited from it. This tax exemption, considered by most economists as largely inefficient and inequitable (Buchmueller & Monheit, 2009) costs the federal government a total of more than \$300 billion per year in lost taxes (CBO, 2022).

This system was endorsed by organized labor, who saw it as a way of attracting new members through collective bargaining. In 1948, the National Labor Relations Board, the federal agency that governs US industrial relations, required employers to negotiate employee benefits (supplementary pension and health coverage) with the unions, a decision that was confirmed by the Supreme Court in 1949. In this context, industrial unions became major players and fervent supporters of this "welfare enterprise" system through collective bargaining. However, the Taft-Hartley Act of 1947, drafted by a team of company lawyers, reduced unions' prerogatives. This law imposed strict parity with the employer in the management of multiemployer pension and health funds (supplementary pension and health insurance), which were prevalent in certain sectors characterized by the presence of many part-time, seasonal workers (with high mobility) and small businesses.

### **1.3 A system consolidated by the Employment Retirement Income Security Act (ERISA) of 1974 and by the Affordable Care Act (ACA) of 2010**

This system was consolidated in 1974 with the adoption of ERISA (Employee Retirement and Income Security Act), a law which forms the backbone of the private health insurance system through employment. While most of this legislation was designed to regulate the supplementary pension system for private-sector workers (federal guarantee of supplementary company pensions and pension fund funding obligations), a marginal section of the text (section 514) concerned occupational health coverage, whether the funds were managed unilaterally by the employer (single employer funds) or jointly by employer and union representatives (multiemployer funds also known as Taft-Hartley funds) under the Taft-Hartley Act. While insurance regulation has traditionally been the responsibility of state governments, ERISA allows private sector employers to circumvent this responsibility by self-insuring, i.e., taking on the insurance risk for their covered employees and purchasing reinsurance from private companies if healthcare costs exceed a certain amount.



In practical terms, private sector employers who choose this status no longer have to meet the various state government requirements in this area (setting up a minimum reserve level, paying tax on insurance premiums, offering certain types of coverage, and so forth). This was mainly the case for large companies, which from 1974 onwards operated in a world with very little regulation at federal level, apart from a few minimum accounting and financial transparency requirements on coverage, which were imposed in the mid-1980s.

This section 514 was added in the final phase of negotiations, under pressure from organized labor and large heavy industry. Both sides intended not only to prevent governments from taxing and regulating supplementary pensions negotiated under the 1947 Taft-Hartley Act and more generally, any state interference in collective bargaining (Fox and Schaffer, 1989), but also to oblige employers to offer health insurance. Unions used to negotiate collective agreements at national level in the construction, mining, road and sea transport and clothing industries feared that heterogeneous regulations would undermine their collective agreements, or even that state legislation will interfere with it. This is why ERISA promoted the objective alliance of employers and organized labor in the defense of private insurance through employment and the shaping of a “shadow welfare state” (Gottschalk, 2000).

Later, the reform initiated by Barack Obama in 2010 chose to build around the occupational health insurance system rather than to abolish it. The healthcare industry, notably the health insurance industry which is central to American healthcare (Chapin, 2015) has proven very effective at protecting this model. Even the proposal of a public option, a government-managed insurance, was opposed by most of healthcare industry key groups (not only the insurance industry but also hospitals, physicians, business organizations) and split organized labor. Eventually the amendment to add a public-plan option to the ACA was voted down by the Senate Finance committee (McDonnough, 2012) and the final version of the law did not include it.

## **2. An inefficient system, based on the vested interests of its stakeholders**

This private employment-based system of health benefits grew over the three decades following World War II, involving an increasing number of participants. From the 1980s onwards, this growth stabilized at its peak. It then reversed to start declining, with rebounds in the second half of the 1990s and from 2014 onwards, thanks to the implementation of ACA main measures. Despite its many flaws, occupational health insurance has shown remarkable resilience, supported actually by its key stakeholders. Each of them has its own self-interest in maintaining it, particularly unions on the one hand and employers on the other.

### **2.1 A fragile, costly system with little protection for some insured people**

First, this system is vulnerable to labor market shocks, as shown by the indirect economic consequences of the health crisis linked to the Covid-19 pandemic when unemployment skyrocketed, resulting in loss of occupational health coverage as the economy went into lockdown. Bivens and Zipperer (2020) estimate that 6,2 million workers lost their health coverage between February and July 2020 as a result of



redundancies, even though some of the unemployed were able to enroll in Medicaid because of their income loss, or in the ACA regulated individual markets. In addition, some unemployed people chose to extend their employer coverage, but they had to pay for the full of it. By fragmenting insurance risks rather than pooling them, firms are definitely not appropriate institutions to provide long-term social protection, which requires a stable long-term employment relationship, no longer relevant in the new economy (Lazonick, 2009).

Secondly, this system is very costly for both employers and employees, but in the long run and above all for employees through reduced wages and other benefits (Buchmueller & Monheit, 2009). The annual insurance premium for family coverage stood at \$23,968 in 2023, and its annual growth (+7%) was higher than that of wages (+5.2%) and inflation (+5.8%). Of this total, the employer contributes an average of 72.6% of the insurance premium, while the employee pays the remainder (27.4%). What's more, almost a third of workers covered (31%) and near half of those working in SMEs (47%) have an annual deductible of \$2,000 or more (KFF, 2023). It means that they have to pay for their healthcare bill until they reach this threshold. Therefore, many people with insurance continue to struggle to afford their health care costs. Medical debt in the US remains an ongoing problem. A government survey suggests that 8% of adults and 15% of US households owed medical debt in 2021<sup>2</sup>. This employment-based system is also costly for the federal government: the premium tax credit for insurance purchased through ACA marketplaces and the exclusion of employer contributions for medical insurance premiums are worth respectively an estimated \$76 billion and \$299 billion in 2022<sup>3</sup>.

Finally, it offers less protection for low-wage workers than do ACA's regulated markets, which provide subsidies for participants earning between 100% and 400% of the federal poverty line. Companies employing large numbers of low-wage workers are unable to provide good coverage for their employees because of its cost, which is in effect subtracted from their wage's level. That is one of the reasons why large companies have outsourced those workers to business-service firms (Case and Deaton, 2020). The result is that a significant number of people are underinsured or inadequately covered in the US, 43% of working-age adults in 2022 and 29% of people with employer coverage according to the Commonwealth Biennial Health Insurance Survey<sup>4</sup>.

## 2.2 Unions entrenched in collective bargaining

In the US, there is no collective bargaining at cross-industry level and employers are not organized for. The various existing employers' organizations (US Chamber of Commerce, National Association of Manufacturers, Business Roundtable, National Federation of Independent Businesses) are playing more of a lobbying role by influencing

---

2 <https://www.healthsystemtracker.org/brief/the-burden-of-medical-debt-in-the-united-states/>

3 See "Key Elements of the US Tax System", The Tax Policy Center's Briefing Book, <https://www.taxpolicycenter.org/briefing-book/which-tax-provisions-subsidize-cost-health-care>

4 The State of US Health Insurance in 2022, September 29, 2022. <https://www.commonwealthfund.org/publications/issue-briefs/2022/sep/state-us-health-insurance-2022-biennial-survey>



legislation at federal or state level. Sectoral bargaining, that is negotiating for all workers in an entire industry, remains marginal, unlike in European countries (Germany, France) where it has been the norm since World War II. The National Labor Relations Act which governs US industrial relations only provided a legal framework to workplace-based bargaining. However, it did not prevent sectoral bargaining to extend but only in places where unions were sufficiently strong and/or employers had an interest in it. Therefore, sectoral bargaining is limited to a few sectors with strong competition and/or high inter-company mobility (construction, transport, retail, health, entertainment industry). In such cases, the representative union (often a craft union) negotiates private social protection for its members (supplementary pensions and health insurance) with the multiple participating employers in the sector<sup>5</sup>. The advantage for workers is that social benefits are portable from one company to another in the event of professional mobility. So, workers don't lose their benefits when they switch jobs and change employers inside the sector.

Multiemployer health and welfare funds (Taft-Hartley plans), which receive employer (and sometimes employee) contributions, are major purchasers of health coverage. They represent a major source of health coverage for American workers and their families: according to the Department of Labor, 4,7 million workers were members of 1 261 multiemployer health and welfare funds in 2020, but this coverage covers around 20 million people if their dependents and pensioners are taken into account. Their interests have been effectively defended before Congress since 1974 by the National Coordinating Committee for Multiemployer Plans (NCCMP). This organization sealed the objective alliance between business and organized labor after the adoption of ERISA and enabled unions involved in the management of multiemployer funds (notably the building trades) to have their own voice on issues of private social protection.

The Taft-Hartley Act of 1947 requires that contributions received and invested in these funds be managed by an assembly of trustees, made up of equal numbers of union and employer representatives, who determine the conditions of eligibility (a minimum number of hours worked per month). Depending on the sector, it is either employers or unions that have the most influence over the management of such funds; sometimes there is a fine line between the two parties, particularly in certain industries where small size companies dominate the market (construction, transport).

And the working relationship that develops between the administrators, whether they represent employers or unions, tends to be less conflictual once the amount allocated to health coverage has been negotiated. Industry-wide bargaining and day-to-day management of health coverage through a trust have thus contributed to the development of a culture of familiarity and cooperation between unions and insurance world. It has also made day-to-day management of employee benefits a central function of the unions. They perceive it as a means of attracting new members. It also helps to create cohesion and identity within union locals, whose members are scattered over different sites. This is particularly true for the construction (building trades) and retail

---

<sup>5</sup> The employer's contribution is calculated on an hourly basis by the collective agreement. For example, employers in the California hotel industry pay \$10 per hour worked for employee health coverage.





(UFCW) unions, for which the management of multiemployer funds is so important, sometimes employing more staff than the unions themselves.

The development of bargaining at the enterprise (or establishment) level, which is the legal and overwhelmingly dominant form of collective bargaining in the US, has also made a major contribution to the acculturation of organized labor to the world of insurance. But unlike sectoral bargaining, union representatives who negotiate thousands of separate agreements on working conditions, pay and fringe benefits (retirement, health, unemployment, sick leave) in thousands of companies or sites, have no influence on the management of health insurance coverage, which remains prerogative of employers. They do, however, partly negotiate the design of it (sharing of the premium between employers and employees, deductibles, co-payments). Some of them have at best managed to resist the growing tendency of non-union employers, which are not subject to bargain collectively, to shift health care costs towards workers (either through higher premium contributions, co-payments and deductibles, or narrower coverage)<sup>6</sup>.

This resistance has not been easy for organized labor. Over the last two decades, many of the disputes arising when collective agreements need to be renewed have focused on defending health benefits, sometimes much more than wages. Health benefits remain a central component of most contract negotiations and a major cause of strike. For example, one of the issues that led to the 40-day strike called by the UAW at General Motors (GM) in autumn 2019 and again to the 6-week strike in 2023 concerned health benefits for its 46,000 unionized workers. Management wanted to shift part of the cost onto its employees but was unable to achieve this goal<sup>7</sup>. This is not stopping the Big three Detroit carmakers (GM, Ford, and Stellantis, ex. Fiat-Chrysler Automobiles), which are among the largest purchasers of health insurance as employers, from trying with the UAW to lower the cost of medical care<sup>8</sup> and, in the case of Ford, from including UAW representatives in a joint committee pursuing the same objectives.

Collectively bargained health coverage, whether administered exclusively by employers or jointly with union representatives (multiemployer plans), generally has lower family premiums than coverage offered by employers who are not subject to collective bargaining. Unionized workers contribute on average 4% and 6% of the premium depending on whether the coverage is individual or family, compared with 18% and 29% respectively for non-unionized workers. Similarly, cost-sharing for medical care is clearly in their favor, if we take into account the amount of out-of-pocket expenses, and so forth (Gabel *et alii*, 2015). While organized labor has historically been able to negotiate generous health coverage, mobilizing full-time union staff in its large local unions to do so, it has often been at the expense of its members' direct wages.

---

<sup>6</sup> UAW was able to negotiate health care coverage for their members entirely financed by the employer. Co-payments and deductibles at Ford were only introduced with the collective agreement of 1976.

<sup>7</sup> GM union workers only pay 4% of their healthcare costs. GM executives were willing to increase this share to 15% but they failed. By comparison, US workers pay in average 30% of their health insurance premium.

<sup>8</sup> Together with UAW, they created the National Institute for Health Care Reform.



### 2.3 Employers inclined to the status quo

In the US, employers are among the biggest purchasers on the private health insurance market. Providing health coverage remains one of their main tools for attracting and retaining staff in highly competitive labor markets, given the absence of universal insurance. So, they devote considerable resources to gaining expertise in this area, not only through specialized departments but also by using consultants to help them to design appropriate health care coverage. What's more, such coverage is pretty costly: private health insurance expenditure accounts for the largest share of fringe benefits<sup>9</sup>. It is also the fastest-growing cost among salary supplements. Actually, self-insured employers have little control over their contracts with healthcare providers, for which they generally relied on third-party administrators. Besides, health care purchasing is not a part of most employers' core competencies (Enthoven & Fuchs, 2006). As a result, it is extremely difficult for them to assess whether or not they have obtained the best contract.

Despite this adverse situation, Brown (1993) pointed out that they have been surprisingly silent or reserved in their demands for health policy reform for several reasons. On the one hand, they can pass the cost of healthcare along to employees as mentioned above. Secondly, they may limit wage increases in exchange. Finally, their interests differ across industries (in particular whether they belong to healthcare and health insurance industries or to other industries)<sup>10</sup>, depending also on the size of the companies (large self-insured companies versus SMEs), and on the presence or absence of a trade union. They generally delegate those issues to specialized managers, and they are not ideologically inclined to call for greater public intervention or more control in this area.

Barely two decades later, employers' preference for the status quo is once again confirmed. Yet they continue more than ever to be confronted with an ever-increasing health insurance cost, an issue they would be in their objective interest to tackle. Their ambivalent attitude is illustrated by the Obamacare reform in 2010. They did little to exert influence in one way or the other. They did not publicly back the ACA. Nor did they take the risk of criticizing the reform and of bearing blame for its failure, showing themselves unable to take a coherent and unified stand at the time (Smyrl, 2014).

However, it has not prevented large companies from relaunching strategies over the last decade aimed at reducing (and regaining control of) health insurance costs after the failure of Health Maintenance Organizations (HMO) in the 1990s (known as managed care). HMOs are a type of prepaid group health insurance plan implemented in the mid-70s and designed to contain healthcare costs by integrating both healthcare financing and delivery of care (Coombs, 2005)<sup>11</sup>. More recently, some employers (Boeing, Intel, Walmart, Disney and, most recently, GM) have opted to negotiate directly with healthcare providers (hospitals, doctors) without insurance companies, and/or to adopt

<sup>9</sup> In 2023, the hourly labor cost for an employer in the private sector averages \$ 43,11 of which \$ 30,33 (70,4%) for wages and \$ 12,77 for benefits (29,6%). Health insurance accounts for \$ 2,94, that is 23% of fringe benefits (Employer costs for employee compensation, December 2023, Bureau of Labor Statistics).

<sup>10</sup> Executives of large firms often seat at hospital boards and have links with local doctors. They are not willing to

<sup>11</sup> HMOs assume full responsibility for financing and providing preventive care in exchange for a predetermined monthly or annual premium. This type of health insurance plan usually limits coverage to care from doctors, hospitals and other health care providers who work for or contract with the HMO.





limited, high-quality healthcare networks<sup>12</sup>. Others form coalitions and focus on solutions aimed at reducing drug bills, such as the Health Transformation Alliance created in 2016, which has around forty members (mainly large companies), or the one created in 2018 between JP Morgan Chase, Berkshire Hathaway and Amazon in the form of a joint subsidiary, but which ceased operations after two years.

### 3 Signs that the system is being challenged

Employers and unions are entrenched, as we have pointed out, in the employment-based health insurance system, of which they are key stakeholders. The ACA is based on preserving the occupational insurance system. It could however potentially weaken the system because it did not solve the major problem of escalating costs. Nonetheless, the law has created a new dynamic which is paving the way for contesting the system, through a form of low-key contestation on the part of employers, but through a more assertive way on the part of some labor organizations.

#### 3.1 The ambivalence of employers, between loyalty and defection

For reasons outlined above, and as shown by the Employee Benefit Research Institute (EBRI) surveys, employers are unwilling to break the link between employment and health insurance<sup>13</sup>. Many continue to see this benefit as an essential tool for attracting and retaining high potential, highly skilled workers (loyalty). Nevertheless, their actions contribute to weakening the employment-based system, either by deserting it or by offering health coverage that is far less protective (defection).

Just over half of private sector establishments (55%) were offering health coverage to their employees in 2020, compared with 62% in 2010, according to the Bureau of Labor Statistics. As in the case of supplementary pensions, employers' cost-avoidance strategies for health coverage consist of offering less and less so-called "defined benefit" coverage, which guarantees a set basket of care in return for a premium, in favor of so-called "defined contribution" coverage, in which the employer contributes a fixed sum towards health costs, leaving it up to the employee to choose how to allocate it. This amounts to shifting the insurance risk from employers to employees.

These latter types of insurance contracts have existed since the 1980s under the name of "cafeteria plans", but they really took off when the Health Saving Accounts (HSA) came into force at the beginning of 2004. As their name suggests, these are individual savings accounts to which employees and employers contribute tax-free up to a certain limit. The proportion of private-sector employees with access to an HSA rose from 22% to 36% between 2014 and 2023, and in the case of large companies (500 workers or more), from 33% to 56% over the same period<sup>14</sup>. HSAs are generally associated with High Deductible Plans (low premium but high out-of-pocket expenses up to the

<sup>12</sup> Such as the Accountable Care Organizations created under the ACA, which are clinically and financially responsible for the care of a specific group of patients.

<sup>13</sup> With the exception of Warren Buffet who is running Berkshire Hathaway investment fund, who publicly declared in 2017 that a single payer system in the US would probably be the best way to contain health care costs.

<sup>14</sup> From US Bureau of Labor Statistics, National Compensation Survey, <https://www.bls.gov/ebs/factsheets/high-deductible-health-plans-and-health-savings-accounts.htm>



deductible). This type of combined contract (high-deductible contract + HSA) is popular. 28% of employers offered it in 2019, compared to 4% in 2005 (Maciejewski *et alii*, 2020).

Despite this trend, EBRI surveys also indicate that employers would be prepared to give up offering occupational health coverage to their employees if their competitors start to do so. In particular, they were curious about the potential impact of lowering the Medicare buy-in age from 65 to 60, a proposal put forward by candidate Joe Biden when Bernie Sanders dropped out of the race in the 2020 Democratic primaries. But employers remain deeply suspicious of the federal government's ability to bring down health insurance costs without deteriorating the quality of health coverage. They also might have been tempted to use ACA individual insurance marketplaces to insure their employees when this option is less expensive and offers better quality coverage than occupational coverage. A majority of employers have shown some interest in this alternative. But so far, the ACA has not led to a significant shift from occupational to individual coverage offered by insurance companies on ACA marketplaces.

### **3.2 Organized labor demands, from universal insurance to "Medicare for All"**

Organized labor is far from speaking with one voice when it comes to future health insurance reforms, and in particular the introduction of a universal health system in its various possible forms, including the single payer option. Some unions may have supported this project in the past, like the United Auto Workers (UAW) automotive union, which led the fight within the AFL-CIO until the end of the 1980s, despite its commitment to collective bargaining on health benefits for its members. The UAW leadership role within the federation was however snatched away in the 1990s by the Services Union (SEIU), a rising union force representing many workers in the health and low-wage industries while the UAW was experiencing a decline in membership. The SEIU leader at the time, John Sweeney, who became president of the AFL-CIO in 1995, showed much less interest in a single-payer system, likely to offend his union base, which was attached to its multiemployer coverage but also convinced that employers would never take up this cause. As a result, the AFL-CIO, through its health committee, abandoned its support in favor of the single-payer option in 1993 and backed the Clinton reform bill, which was eventually rejected by the Senate in 1994 (Gottschalk, 2000).

The debates on health insurance reform and the adoption of the ACA in 2010 created a new dynamic within organized labor, but also produced frustrations and concerns. The desirability of universal health insurance and a single-payer system available to all residents (like the France's public health insurance system known as "l'Assurance Maladie", the National Health System in the United Kingdom or the Canada's universal publicly funded healthcare system) has re-entered the public debate in the 2000s. This is embodied in bills introduced by Democratic members of the House of Representatives and the Senate in virtually every federal congressional session since 2009, even if their content differs. The last bill has been reintroduced in 2023 by the Senate HELP chairman, Bernie Sanders. After twenty years of silence, the AFL-CIO passed a resolution at its 2013 convention in Los Angeles in favor of a public option and a single-payer system based on Medicare.



This type of resolution has been regularly renewed at its later conventions, in Saint Louis in 2017 and in Philadelphia in 2022, while specifying that organized labor must retain a role. “Our role is to move toward a single- payer system, like Medicare for All, that provides universal coverage using a social insurance model while retaining the critical role of workers’ health plans”<sup>15</sup>. The prudence of these resolutions reflects the ambiguity of unions affiliated with the federation. The issue of a single-payer option is fracturing labor organizations, while most of them remain committed to collective bargaining on health benefits.

The current fragmentation of unions’ stance does not exactly reflect the traditional distinction between craft and industrial unions, or between private and public sector unions. It is true that labor organizations, which are involved in the management of multiemployer plans and are more familiar with the legal language of contracts and insurance techniques want to keep playing an active role. This is particularly true for large unions like the building and construction trades or the IBT-Teamsters, known as the union of freight and warehouse workers with its more than 1,2 million members. Both have managed to negotiate not only good health coverage for their members, but also good wages and they clearly prefer the status quo. They were particularly critical of two ACA measures: first, the imposition of a tax on high-cost occupational health coverage (known as “Cadillac”), which is the case for most of the coverage negotiated by unions<sup>16</sup>. Second, the fear that employers would abandon occupational health coverage in favor of individual insurance on the regulated marketplaces. More generally, they also doubted the effectiveness of federal government intervention in this area.

However, some craft unions, which are not among the largest US union federations, are committed to a single-payer system. This is the case for the National Nurses’ Union (NNU), the largest union of registered nurses whose 133,000 members are directly confronted with the malfunctioning of the health system. This is also the case for the Hotel and Restaurant Workers’ Union (HERE). This union has negotiated health benefits for its 262,000 members which are so expensive that they threaten wage levels and also its ability to organize more establishments in such a low-wage industry. However, the Culinary Workers Union (CWU), an activist union with a strong militant culture, affiliated to HERE and representing casino workers (mostly women and Hispanic immigrants), does not share the vision of the union’s international leadership. As it managed to obtain good health coverage for its 139,000 members through its multiemployer fund, it opposed the first proposal for a single-fund system (Medicare For All) introduced in Congress by Bernie Sanders first in 2019. On this occasion, the union demonstrated loudly when the Vermont’s senator visited Nevada during the Democratic primaries.

In contrast, industrial unions such as UAW (383,000 members), USW (531,000 members), or public sector unions such as AFSCME (American federation of state, county and municipal employees, 1.2 million members) and AFT (American federation of teachers, 1.6 million members) are more open. They have come out publicly in favor of a single-payer system. Similarly, the service union (SEIU, 1.8 million members) and the

<sup>15</sup> Resolution 10: Winning Guaranteed Healthcare for All, 29<sup>th</sup> AFL-CIO Convention, June 13, 2022.

<sup>16</sup> The Cadillac tax was never implemented.



IAM machine operator's union (International association of machinists, 529,000 members), although they are administering multiemployer funds and, in the case of the former, played a central role in the adoption of the ACA, are now considering that a government-run health insurance system would free up space and energy for negotiating better wages and working conditions, by reducing the cost of health insurance for employers. This is an important argument. The share of annual compensation paid to Americans in the form of health insurance premiums rather than wages rose from 1.1% in 1960 to 4.2% in 1979 and 8.4% in 2018 (Bivens, 2020). And the ACA was not set up to meet health coverage needs of low-paid workers, who make up the bulk of SEIU and HERE members.

Nor was the ACA intended to meet the needs of workers with occupational health coverage. On the whole, however unions who support a single-payer system are also in favor of maintaining their role in running multiemployer plans and consequently, a role for private insurance companies (supplementary coverage). In addition, they pay little attention to informing their members and the public more generally about a single-payer system.

### **Conclusion**

On the one hand, employers are adopting a wait-and-see attitude which consists of sidestepping the problems posed by employment-based health insurance. On the other hand, organized labor, although some unions have embraced the cause of universal single-payer system, is not taking any initiative in defining the rules of the game and in informing its members. Actually, their membership has been declining since the 1980s: between 1983 and 2023, the proportion of workers who were union members in the employed population has been halved, dropping from 20.1% to 10.8%. This decline is particularly pronounced in the private sector, where the proportion has fallen to just 6.3%, compared with 34.8% in the public sector.

The frequent discrepancy between organized labor's public statements and its actions and also between local and national (or international) unions stems from the fact that they have developed along the lines of business unionism, whose exclusive goal is to enlarge bargaining power of the wage-earners they represent. Therefore, they are inclined to refuse proposals that might displease their rank-and-file members. They also have strong links with the Democratic Party. Most of them have voted against the inclusion of Medicare for All in the party's platform in July 2020 in the midst of the Covid-19 pandemic, even though they had supported legislative proposals along these lines. Their priority is to defend their members' interests, not those of all workers. Negotiated health coverage secures members' loyalty to local unions. Breaking this link is seen as a threat to their survival.

Actually, labor unions are more likely to mobilize locally in favor of a single-payer system. They form alliances occasionally, that do not necessarily reflect the positions of their national federation. Since 2008, they have supported a number of legislative initiatives along these lines at state level (Vermont, California, New York, Illinois, Michigan, Colorado, Oregon), that have never come.



For all these reasons, employer-based insurance has persisted despite recent policy changes and broader trends, such as the Affordable Care Act (ACA) and health care cost inflation. However, new policy initiatives under Joe Biden's presidency (the extension of ACA subsidies<sup>17</sup> and the provision of a public option<sup>18</sup>) might push employers to reconsider offering health benefits to their workers. They might push unions to embrace the solution of a universal system, including a single-payer system. It is clear that today, the boldest initiatives are coming more from the world of politics than from the worlds of business and organized labor, although political obstacles to transforming the system must not be underestimated. So, for such a solution to stand a chance, regardless of institutional barriers pointed out in this article, Democrats would need to control both the White House and the Congress (House of Representatives and the Senate), a situation that prevailed during the landmark healthcare reforms of 1965 (Medicare and Medicaid) and 2010 (ACA), but which is unlikely to recur for the time being.

## References

- ApRoberts, L. (2000), *Les retraites aux États-Unis, Sécurité sociale et fonds de pension*, La Dispute, Paris.
- Bivens, J. & Zipperer, B. (2020), « Health Insurance and the Covid-19 Shock », *EPI Report*, August 26. <https://www.epi.org/publication/health-insurance-and-the-covid-19-shock/>
- Bivens, J. (2020), « Fundamental health reform like 'Medicare for All' would help the labor market », *EPI Report*, March 5. <https://www.epi.org/publication/medicare-for-all-would-help-the-labor-market/>
- Brown, L. (1993), « Dogmatic Slumbers: American Business and Health Policy », *Journal of Health Policy and Law*, vol. 18, n°2, Summer, p. 339-357.
- Buchmueller, T. & Monheit, A. (2009), "Employer-Sponsored Health Insurance and the Promise of Health Insurance Reform", *NBER Working Paper Series*, n° 14839, April.
- Case, A. & Deaton, A. (2020), *Deaths of Despair and the Future of Capitalism*,
- Chapin, C. (2015), *Ensuring America's Health – The Public Creation of the Corporate Health Care System*, Cambridge University Press.
- Coombs, J. (2005), *The Rise and Fall of HMOs – An American Healthcare Revolution*, The University of Wisconsin Press, Madison.
- Derrickson, A. (1994), « Health Security for All ? Social Unionism and Universal Health Insurance, 1935-1958 », *The Journal of American History*, vol. 80, n°4, March, p. 1333-1356.
- Fox, D. & Schaffer, D. (1989), « Health Policy and ERISA: Interest Groups and Semipreemption », *Journal of Health Policy and Law*, vol. 14, n°2, Summer, p. 239-260.
- Gabel, J., Whitmore, H., Satorius, J., Pickgrein, J. & Stromberg, S. (2015), « Collectively Bargained Health Plans: More Comprehensive, Less Cost Sharing than Employer Plans », *Health Affairs*, March, 34-3, p. 461-466.
- Enthoven, A. & Fuchs, V. (2006), "Employment-Based Health Insurance: Past, Present, and Future", *Health Affairs*, November/December.
- Gottschalk, M. (2000), *The Shadow Welfare State*, Cornell University Press, Ithaca.

<sup>17</sup> The American Rescue Plan (ARP) expanded subsidy eligibility and generosity for people who purchased health insurance plans on the marketplaces established by the ACA (14,5 million Americans in 2022), and the Inflation Reduction Act (IRA) has extended these enhanced subsidies through 2025.

<sup>18</sup> The Biden administration also has explored adding a "public option" to ACA exchanges.



KFF (2023), « Employer Health Benefits, 2023 Annual Survey », Kaiser Family Foundation. <https://www.kff.org/health-costs/report/2023-employer-health-benefits-survey/>

Lazonick, W. (2009), *Sustainable Prosperity in the New Economy: Business Organization and High-Tech Employment in the United States?* W.E. Upjohn Institute for Employment Research, Kalamazoo, Michigan.

Maciejewski, M. & Hung, A. (2020), « High-Deductible Plans and Health Savings Accounts – A Match Made in heaven but Not for this Irrational World », *JAMA Network Open*, July 17. <https://jamanetwork.com/journals/jamanetworkopen/fullarticle/2768344>

McDonough, J. (2011), *Inside National Health Reform*, University of California Press, Berkeley.

Smyrl, M. (2014), « Beyond Interests and Institutions: Us Health Policy Reform and the Surprising Silence of Big Business », *Journal of Health Policy and Law*, vol. 39, n° 1, February, p. 5-34.





## Do planejamento soviético à Nova Economia do Projeto

*From Soviet planning to the New Projectment Economy*

**DOI:** 10.23925/1806-9029.36i1(65)67283

**Autores:** **Elias Marco Khalil Jabbour**, Professor Associado da Faculdade de Ciências Econômicas da UERJ. E-mail: [eliasjabbour@terra.com.br](mailto:eliasjabbour@terra.com.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0946-1519>. e **Willian Thompson Silva Gomes**, mestre em Ciências Econômicas. E-mail: [rjwilliantsg@gmail.com](mailto:rjwilliantsg@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-4040-8540>.

### Resumo

O objetivo deste artigo é explorar a ciência do planejamento econômico, desde o surgimento na antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, sua posterior mudança na China e chegar nos dias atuais sob a forma da Nova Economia do Projeto. Para tanto buscamos analisar de forma histórica os acontecimentos nos dois países que ocasionaram as mudanças e evoluções em suas respectivas economias, utilizando principalmente o arcabouço marxista. Questões como o quadro histórico do surgimento da planificação, como funcionava, como sua forma mudou para o que está convencendo-se chamar de Nova Economia do Projeto. Concluímos afirmando que a Nova Economia do Projeto se constitui como estágio superior de desenvolvimento que emergiu na China como resultado das reformas econômicas iniciadas após o falecimento de Mao Zedong e demonstrando alguns possíveis modelos econômicos que podem auxiliar em seu desenvolvimento.

**Palavras-chave:** Planificação. Nova Economia do Projeto. China. URSS. Desenvolvimento econômico. Socialismo.

### Abstract

The purpose of this article is to explore the science of economic planning, from its emergence in the former Union of Soviet Socialist Republics, its subsequent change in China and to the present day in the form of the New Projectment Economy. Therefore, we seek to historically analyze the events in the two countries that caused the changes and developments in their respective economies, using mainly the Marxist framework. Issues such as the historical framework of the emergence of planning, how it worked, how its form changed to what is conventionally called the New Projectment Economy. We conclude by stating that the New Projectment Economy constitutes a higher stage of development that emerged in China as a result of the economic reforms initiated after the death of Mao Zedong, demonstrating some possible economic models that can help in its development.

**Keywords:** Planning. New Projectment Economy. China. USSR. Economic development. Socialism.

**JEL:** O1, O2, P2.



## Introdução

Com o fim da Guerra Fria, o debate econômico entre as “forças de mercado” capitalistas e o “planejamento econômico” socialista parecia ter chegado ao fim com a vitória da primeira e a emergência de noções de “fim da história”. Em certa medida o debate ressurgiu com força após a grande crise financeira de 2008 seguida do agravamento tanto da desigualdade quanto da questão das mudanças climáticas<sup>19</sup>. Alguns autores afirmam que a partir de 2050 estaríamos fadados a sofrer com eventos de extinção em massa e instabilidade política causada pela escassez de recursos<sup>20</sup>, o que teria solução “ideal” com a emissão de gases estufa conforme firmado no Protocolo de Kyoto em 1997, o que já não parece cada vez mais distante dada a própria natureza do capitalismo. O debate sobre planejamento econômico gira, dentro outras contradições, em torno da necessidade, ao contrário das forças cegas do mercado, de evitar a catástrofe ambiental.

Segundo Cédric Durand e Razmig Keucheyan (2019), ainda há mais dois motivos além do ambiental para explicar uma possível “ressurreição” do debate sobre economia planejada: o fim do discurso de que o livre-mercado capitalista seria um sistema econômico mais eficiente que o socialista, provocado pela crise de 2008, cuja solução drenou muitos recursos financeiros públicos para salvar grandes instituições privadas; e o tecnológico - após as economias socialistas do século XX sofrerem com o chamado “problema informacional” derivado do planejamento *ex-ante* da produção e distribuição de bens e serviços, um novo conjunto de tecnologias que surgiram no final da década de 2010 parece resolver tais dificuldades: as tecnologias relacionadas a *Big Data*. Tais questões reforçam a necessidade de economistas voltarem a se debruçar sobre o planejamento econômico visto no séc. XX, dado sua potencialidade para resolver problemas econômicos.

O presente artigo pretende discutir a história do planejamento econômico: sua relevância para o debate no campo da Economia adquirida ao decorrer do séc. XX; o caso chinês substituiu o “modelo soviético” por seu *socialismo com características chinesas* e sua forma histórica recente que nos propomos chamar de “Nova Economia do Projeto”; e por fim, alguns modelos já existentes propostos por marxistas para um planejamento econômico moderno como alternativas auxiliares a um “projeto” que tende a ser cada vez mais complexo.

Além desta introdução e conclusões iniciais será apresentado um resumo do chamado sistema baseado no “balanço de materiais”, uma seção será dedicada à emergência de uma economia socialista de mercado na China e o surgimento de “Megaprojetos”, assim como dedicaremos atenção à “Nova Economia do Projeto” e uma seção sobre o estado da arte das elaborações mais importantes sobre a planificação econômica em uma época de disrupção tecnológica.

<sup>19</sup> Durand, Cédric; Keucheyan, Razmig. **Economic planning is back**. 2019. Disponível em: <https://www.opendemocracy.net/en/oureconomy/economic-planning-back/>. Acesso em: 12 fev. 2020.

<sup>20</sup> Spratt, David; Dunlop, Ian. **Existencial climate-related security risk: a scenario approach**. 2019. Disponível em: <https://www.preventionweb.net/publication/existential-climate-related-security-risk-scenario-approach>. Acesso em: 14 ago. 2019.





## Um resumo sobre o “balanço de materiais”

Podemos observar o planejamento econômico como a principal inovação institucional trazida pela Revolução Russa e, em grande medida, pelo Princípio da Demanda Efetiva de Keynes, á apropriada com muito sucesso pelas economias capitalistas centrais após a década de 1950 do século passado.

As primeiras instituições voltadas à planificação foram o Conselho de Trabalho e Defesa (CTD) – estabelecida como uma comissão do Conselho de Comissários do Povo (CCP), a ser liderado pelos próprios, um representante dos sindicatos da Rússia, e o chefe da Agência Central de Estatística. Sua função era de estabelecer um plano econômico para a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e direcionar o trabalho do CCP para atendê-lo.

Um subcomitê seria lançado para apoiar o CTD com as tarefas de conduzir investigações econômicas detalhadas e prover apoio técnico às suas decisões. Este subcomitê era formado por especialistas nas principais indústrias do país. O nome desse subcomitê ficaria conhecido como GOSPLAN<sup>21</sup>.

Com a introdução dos Planos Quinquenais e o fim da NEP, o GOSPLAN se tornaria responsável pelo gerenciamento dos planos econômicos. De forma a garantir o sucesso do plano, era necessário a transformação dos insumos de forma a atingir os planos de produção definidos pelo governo central. O GOSPLAN conseguiu resolver essa questão utilizando uma metodologia chamada de “Balanço de Materiais”: para um dado plano quinquenal, era subdividido em planos anuais. Sendo assim seguia-se as etapas<sup>22</sup>:

1º) Entre 6 a 8 meses antes do plano anual entrar em vigor, o GOSPLAN preparava balanços de materiais essenciais levando em consideração seus últimos dados de produção, assim como previsões de capacidade produtiva e força de trabalho;

2º) As metas do plano eram então encaminhadas para os vários ministros industriais. Cada um então repassava o plano para as suas Administrações Industriais Chefes (AIC's). Cada AIC traçava as metas para suas empresas subordinadas de forma a atender o plano, e em troca as empresas repassavam os valores de *inputs* necessários para atingir a produção estipulada até alcançar os ministros novamente;

3º) Cada hierarquia era responsável por atualizar seus *inputs* conforme os últimos *outputs* eram publicados, obedecendo a normas técnicas que regulavam os gastos máximos permitidos de materiais por unidade de *output*;

4º) Com o plano em mãos, cada ministro era responsável por atualizar o Conselho de Ministros e o GOSPLAN. Com a simultaneidade do processo entre vários ministros, ocorrendo do topo da cadeia até o fundo e vice-versa, o plano era então traçado. O

<sup>21</sup> Dobb, Maurice. **Russian economic development since the revolution**. 2. ed. Londres: Labour Research Department, 1928.

<sup>22</sup> Montias, J. M. Planning with material balances. **The American Economic Review**, [s. l.]: American Economic Association, v. 49 (5), p. 964-966. dez. 1959.



GOSPLAN utilizava-se então dos números estipulados pelos ministros para levar em consideração os *inputs* para indústrias consideradas não-essenciais e os dados de demanda por produtos;

5º) O processo de ajustamento do plano através do balanceamento de oferta e demanda por cada mercadoria encerra-se com o “fechamento” do plano anual, ou seja, quando a soma total das demandas de vários grupos de consumo atinge a meta de produção anual;

6º) Uma vez que todos os balanços materiais fossem fechados e aprovados, cada ministro distribuía então os *inputs* necessários à produção, seguindo as especificações necessárias de tamanho, tipo de material, etc.

Podemos assumir que os balanços de materiais formam uma matriz quadrada de *input-output*<sup>23</sup> semelhante a matriz de Leontief, onde em cada linha temos os *inputs* demandados por outras indústrias e a demanda final pelo produto. Replica-se essa linha para as  $n$  mercadorias da economia. Simplificando:

$$X_i = a_{ij}x_i + Y_i$$

Onde:

$X_i$  = *Output* bruto da  $i$ -ésima mercadoria

$a_{ij}$  = Coeficiente tecnológico demonstrando a quantidade de  $X_i$  necessária para produzir cada uma das  $n$  mercadorias.

$Y_i$  = Demanda final pela  $i$ -ésima mercadoria.

A centralização excessiva, assim como determinados hiatos tecnológicos que dificultavam essa tipologia de cálculo econômico, contradições foram emergindo, fruto do próprio desenvolvimento de cada experiência socialista específica e as demandas advindas da própria sociedade. O resultado fora crescente desequilíbrio entre oferta e procura, falhas de comunicação entre hierarquias e/ou falsas comunicações que poderiam levar a problemas de cálculo.

### Da formação de uma “economia socialista de mercado” aos Megaprojetos

Na era da China pré-reforma, as firmas públicas e coletivas constituíam quase a totalidade das empresas. Não eram empresas voltadas para o mercado, uma vez que operavam em um contexto de economia doméstica onde o papel dos mecanismos de mercado foram reduzidos. Entretanto, grandes ineficiências e distorções econômicas eram frequentes, replicando em grande medida o próprio “modelo soviético”. O ponto que sustentamos baseia-se no fato de desde as reformas econômicas de 1978, a China ter inaugurado uma nova classe de formações econômico-sociais (Jabbour, Dantas, Espíndola, 2021), que

---

<sup>23</sup> Montias, J. M. Planning with material balances. *The American Economic Review*, [s. l.]: American Economic Association, v. 49 (5), p. 966-967, dez. 1959.



convencionamos chamar de “socialismo de mercado” que tem demonstrado resiliência e grande sustentabilidade tanto em nível macro quanto no nível das empresas.

A formação de uma economia socialista de mercado na China passou, necessariamente, pela transformação de seu complexo produtivo urbano e rural em Empresas Não-Capitalistas Orientadas ao Mercado (ENCOM), primeiro no setor agrícola e depois nos setores industriais, de construções e de serviços (Jabbour, Gabriele, 2021). Em sequência o peso das ENCOM fora reduzido em termos quantitativos, resultando na redução da liderança do setor público no horizonte empresarial do país; protagonismo este recuperado nas últimas duas décadas em termos funcionais, qualitativos e quantitativos. É seguro dizer que a constante evolução e a prevalência de uma ampla gama de ENCOM, junto com outros arranjos institucionais, tem sido um pilar central da performance do crescimento chinês nos últimos tempos.

Porém, a transição de um modelo baseado no balanço de materiais a outro, onde a planificação seria *market-based* demandaria reformas de larga escala no setor industrial. A China com as reformas econômicas de 1978 passou a ser parte da economia capitalista internacional e um novo sistema empresarial demandou surgimento. Mas sem antes perceber a obsolescência do antigo modelo ante do novo que deveria surgir. Também é impossível a compreensão do surgimento de uma “Nova Economia do Projeto” na China fora da análise da reforma do sistema empresarial estatal (Jabbour et al, 2023). Os processos de reformas das estatais não foram iniciados por líderes que já tinham um objetivo claro em mente, mas sim como um esforço pragmático de tentativa e erro para revitalizar e tornar mais eficiente o componente central da economia chinesa. Foram percebidos três estágios até então:

- 1º) Abertura inicial para a competição e entrada de novas firmas;
- 2º) A política de “Segure as grandes e deixe as pequenas irem” (da metade da década de 1990 até a primeira metade da década de 2000);
- 3º) Reestruturação e corporatização do setor público empresarial chinês (da segunda metade da década de 2000 em diante).

O principal fator de mudança na primeira etapa foi desencadeado pelas forças de competição de mercado, com a sua busca por aprendizado e aumento da eficiência. Para evitar interrupções sistêmicas e garantir uma transição gradual a um maior grau de regulamentação do mercado, foi permitido uma competição cada vez maior, sem o abandono do mecanismo clássico de planejamento. Todo um ambiente intelectual de profundos debates e disputas foi formado no país em torno das reformas e como aplicar no âmbito empresarial (Weber, 2023).

De imediato, o consenso baseou-se na necessidade de aumento de autonomia empresarial e melhor alinhamento dos incentivos das empresas, enquanto adia-se intervenções mais ambiciosas nos mecanismos de planejamento e formação de preços. Na realidade, mecanismos criados durante essa fase geraram impactos negativos como: fuga de trabalhadores qualificados a empresas do setor privado; diminuição da taxa de lucro; pressão inflacionária; a complexidade do regulamento gerou novas oportunidades para corrupção e comportamento rentista.



Em resposta, depois de observar o resultado baseados em várias abordagens competitivas, o governo chinês optou pelo sistema de contratos, que foi sendo aplicado progressivamente nas estatais. Em comparação com o sistema de responsabilidade que vinha sendo aplicado com sucesso na agricultura, estabeleceu mais formalmente os direitos e deveres de cada ator econômico. A descentralização das tomadas de decisão empresariais e a intensificação da competição entre empresas estatais e privadas levou a uma maior diversificação da performance das primeiras.

O sistema de contratos levou a alguma elevação da performance empresarial, mas não resolvia alguns problemas fundamentais como assimetria de informação, interferência burocrática e autonomia empresarial. Na verdade, economias de escopo e escala, a intensidade de capital cada vez maior e a necessidade de buscar progresso técnico endógeno desempenham um papel fundamental na indústria de grande escala. Então a aplicação eficiente do capital público nesse setor implica em vários grandes desafios, dentre eles:

- 1º) A dialética subótima sempre existente entre o principal e o agente;
- 2º) A complexidade da tarefa de estabelecer um padrão regulatório adequado e uma relação apropriada entre plano econômico e mecanismos de coordenação de mercado;
- 3º) As dificuldades implícitas no esforço de identificação e correta aplicação de incentivos para todos os agentes envolvidos;
- 4º) A difusão de problemas como assimetria de informação, comportamento oportunista e risco de corrupção.

A diferença entre pequenas e grandes empresas seria reconhecido como um elemento chave nas reformas das empresas estatais. Foi estabelecido um consenso entre legisladores na urgência de limitar as capacidades de gerenciamento e planejamento estatal em um número pequeno de empresas importantes, deixando outras a mercê do mercado. No final de 1994, o Conselho do Estado emitiu os Regulamentos sobre a Supervisão e Gerenciamento de Propriedades das Estatais, afirmando que embora a propriedade dessas empresas fosse do Estado, firmas poderiam gerenciar elas de forma autônoma utilizando os direitos de posse, uso e descarte legais conforme conferidos aos mesmos<sup>24</sup>.

A política do “mantenha as grandes e deixe as pequenas irem” havia sido formalmente sancionada em setembro de 1997 no 15º Congresso do PCC e confirmada em Plenário em 1999. Com a eventual entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC) o país conseguiu evitar as altas restrições impostas aos países ingressantes, mantendo assim o seu setor estatal e modelo econômico sem prejuízo pela parte social.

---

<sup>24</sup> Sheng, Hong; Zhao, Nong. *China's State -Owned Enterprises: Nature, Performance and Reform*. Singapore: World Scientific Publishing Company. (2013). *apud* Gabriele, Alberto. *SOE reforms: Grasp the Large and Let the Small Go*. In: Gabriele, Alberto. **Enterprises, Industry and Innovation in the People's Republic of China**. Roma: Springer, 2020. Cap. 4, p. 54.



Não existe dúvida que a OMC foi criada para ser a ferramenta mais poderosa do capitalismo global. Mas, de acordo com Chow<sup>25</sup>, a estratégia chinesa tem sido de regular o Investimento Estrangeiro Direto (IED) das Corporações Transnacionais (CTN) em um regime que as OTNs percebem como agressivo e protecionista enquanto as suas estatais reinam soberanas. A China enceta seus objetivos de maneira legal, ainda que para outros países isso possa ser visto como algo que beira o ilegal. Ela está fortificando as suas empresas enquanto enfraquece outras OTNs numa escala global através de políticas de comércio.

A coerência interna e a visão de longo alcance que permeiam o uso estratégico das políticas industriais e de comércio, com o papel central das estatais como instrumentos auxiliares para ajudar no seu desenvolvimento socioeconômico e sua projeção global, não passou despercebido por seus parceiros e competidores. Com o antagonismo dos Estados Unidos da América (EUA), uma nova “Guerra Fria” surgiu. Nesse novo contexto o assunto mais importante sendo debatido é um acordo de investimento entre a União Europeia (UE) e a China. Uma agenda que vem sendo pressionada principalmente pela Alemanha, apesar do desfalque causado pela recusa de aceitar o status de economia de mercado chinesa perante seus aliados europeus.

A China iniciou uma nova política industrial a partir de 2006 com o Programa de Médio e Longo Prazo (PMLP) na área de Ciência e Tecnologia. Seriam enfatizados o desenvolvimento de tecnologia endógena, provendo fundos financeiros para grandes Megaprojetos. Com a crise de 2008 o programa teve seus recursos expandidos, possibilitando um novo impulso na reorganização industrial do país. Esse esforço foi finalizado em 2010 com o desenvolvimento de um novo programa: Indústrias Emergentes Estratégicas (IEE) onde o claro objetivo seria a reconstrução de um Sistema Nacional de Inovação Tecnológica, que percebemos hoje ter sido o grande responsável por inovações tecnológicas disruptivas (5G, Big-Data, Inteligência Artificial) que ao serem absorvidas pelo Estado tornaram-se instrumentos que elevaram a planificação econômica a outro patamar, patamar este que chamamos de “Nova Economia do Projeto” (Jabbour, Moreira, 2023).

Megaprojetos passaram a ser priorizados, juntamente com políticas e medidas governamentais e recursos humanos. Mas, para fins de assentar uma argumentação em torno do surgimento de uma economia cada vez mais baseada na transformação da razão em instrumento de governo, focaremos em uma rápida análise dos Megaprojetos. A ação mais imediata desses atos foram os chamados Megaprojetos. Ao todo 16 Megaprojetos foram mapeados no PMLP com o claro objetivo de superar gargalos tecnológicos e fomentar uma indústria chinesa competitiva para o desenvolvimento econômico e social.

---

<sup>25</sup> CHOW, D. How China promotes its state-owned enterprises at the expense of multinational companies in China and other countries. *North Carolina Journal of International Law*, North Carolina, v. 41, p. 200–262. out. 2015.

O quadro I descreve quais são os 16 Megaprojetos, seus setores pertinentes, objetivos e financiamento total:

Quadro I: Resumo dos 16 Megaprojetos (Continua)

Nome do Projeto	Setor	Objetivos	Financiamento Total (em RMB)
Componentes eletrônicos fundamentais; Microchips gerais de alta qualidade; e software básico	Civil	Desenvolver microchips de comunicação de alta qualidade, software básico, e componentes eletrônicos fundamentais	100 bilhões (estimado)
Tecnologia de manufatura de semicondutores	Civil	Industrializar os semicondutores de 90nm; produzir maquinário simples para os semicondutores de 60nm; e adquirir tecnologias para a fabricação de semicondutores de 45nm	18 bilhões
Comunicação móvel de banda-larga wireless da próxima geração	Civil	Melhorar tecnologias já existentes de comunicação móvel de celulares, incluindo o 4G;  Desenvolver tecnologia de acesso de banda-larga wireless, incluindo WiMax;  Desenvolver sistema wireless de curto-alcance e rede de sensores;	70 bilhões (sendo 20 destes oriundos do governo central)
Ferramentas de controle numérico computadorizado de alta qualidade e tecnologia de manufatura básica	Civil	Melhorar as habilidades manufatureiras chinesas de seu maquinário de alta qualidade;	21 bilhões
Camadas profundas de óleo e gás e desenvolvimento de metano em jazidas de carvão	Civil	Desenvolver tecnologias de mineração e exploração de petróleo, gás e metano em jazidas de carvão sob as condições geológicas complexas da China Ocidental	60 bilhões (sendo 20 destes oriundo do governo central)



Quadro 1: Resumo dos 16 Megaprojetos (Conclusão)

Usina nuclear de reator de água pressurizada avançada em larga escala e reator de alta temperatura	Civil e Militar	Obter tecnologias chave para a usina nuclear de reator de água pressurizada avançada em larga escala e construir a primeira usina comercial;  Obter tecnologias chave para uma usina nuclear de reator de alta temperatura e construir uma como demonstração.	15 bilhões do governo central
Controle de poluição hídrico e tratamentos	Civil	Controlar e combater a poluição, desenvolver tecnologias de tratamento de água, coordenar o acesso as fontes hídricas e planejamento ecológico	30 bilhões (estimado)
Transformação genética e criação de novas plantas	Civil	Desenvolver pesquisas transgênicas para criar plantas resistentes a pragas, com maior produtividade e qualidade	20 bilhões
Pesquisa e desenvolvimento de novos grandes medicamentos para a China	Civil	Desenvolver entre 30 a 40 novos remédios com competitividade no mercado e proteção de propriedade intelectual	55 bilhões (estimado)
Prevenção e controle de doenças altamente infecciosas, incluindo HIV/AIDS e Hepatite viral	Civil	Desenvolver vacinas/novos tratamentos para doenças infecciosas como HIV/AIDS e Hepatite viral	Desconhecido
Sistema de observação terrestre de alta resolução	Civil e Militar	Desenvolver um sistema de observação contendo satélites e aeronaves;  Construir observatórios e centros de dados para melhorar os dados obtidos;	40 bilhões
Transporte aéreo civil (C919)	Civil	Planejar e construir a primeira aeronave de aviação civil chinesa (C919)	200 bilhões (estimado)
Voo espacial tripulado e exploração lunar	Civil e Militar	Implementar a sonda lunar <i>Chang'e</i> e a nave espacial tripulada <i>Shenzou</i>	Para a nave <i>Shenzou</i> - 39 bilhões até 2013
Fusão Confinada Inercial <i>Shenguang</i>	Militar	Informação confidencial	Desconhecido
Sistema de navegação <i>Beidou</i>	Militar	Construir uma rede de navegação consistindo de 30 satélites até 2020	Desconhecido
Veículo de Tecnologia Hipersônica	Militar	Informação confidencial	Desconhecido

FONTE: Elaboração própria.

O programa de IEE veio como uma segunda onda ao PMLP, e possuem certa simbiose com os Megaprojetos: algumas iniciativas oriundas do IEE são continuções dos mesmos, e a maior parte deles tem relação com algum programa do IEE. Já que os Megaprojetos são focados em tornar algumas tecnologias viáveis comercialmente, e dado que há muito mais iniciativas IEE do que Megaprojetos, esse tipo de relacionamento é esperado.





A seguir, um quadro demonstrando a relação dos Megaprojetos com os programas IEE:  
Quadro 2: Setores alvo de políticas industriais (Continua)

16 Megaprojetos	20 programas do IEE
	<b>Conservação de Energia e Proteção Ambiental</b>
	a. Maquinário eficiente energeticamente
1 - Controle de poluição hídrica e tratamentos	b. Proteção Ambiental
	c. Reciclagem e reutilização
2 - Tecnologia de manufaturamento de semicondutores	<b>Tecnologia da Informação da próxima geração</b>
3 - Comunicação móvel de banda-larga wireless da próxima geração	d. Internet da próxima geração
4 - Componentes eletrônicos fundamentais; Microchips gerais de alta qualidade; e software básico	e. Componentes eletrônicos fundamentais
	f. Softwares de última geração e serviços informacionais
	<b>Biotecnologia</b>
5 - Pesquisa e desenvolvimento de novos grandes medicamentos para a China	g. Biofarmacêuticos
6 - Prevenção e controle de doenças altamente infecciosas, incluindo HIV/AIDS e Hepatite viral	h. Engenharia biomédica
7 - Transformação genética e criação de novas plantas	i. Agricultura biológica
	j. Indústria biomanufatureira
	<b>Maquinário de alta qualidade e precisão</b>
8 - Transporte aéreo civil (C919)	k. Aeronave comercial
9 - Sistema de observação terrestre de alta resolução	l. Satélites e aplicações





Quadro 2: Setores alvo de políticas industriais (Conclusão)

10 - Voo espacial tripulado e exploração lunar	m. Maquinários de transporte e ferrovias
	n. Equipamento de engenharia marinha
11 - Ferramentas de controle numérico computadorizado de alta qualidade e tecnologia de manufatura básica	o. Equipamento de manufatura inteligente
	<b>Novas Energias</b>
12 - Camadas profundas de óleo e gás e desenvolvimento de metano em jazidas de carvão	p. Energia eólica
13 - Usina nuclear de reator de água pressurizada avançada em larga escala e reator de alta temperatura	q. Energia solar
	r. Energia de biomassa
14 a 16 - Os três projetos exclusivamente militares	<b>Novos materiais</b>
	s. Novos materiais
	<b>Veículos com novas energias</b>
	t. Veículos com novas energias

FONTE: Elaboração própria.

O programa IEE reflete a atenção prestada a uma oportunidade tecnológica de alto grau, combinado com a expectativa que o retorno financeiro sobre as mesmas será viável, dado a vantagem competitiva que a China apresenta na área manufatureira. O conceito de IEE nasceu da política de combate a crise de 2008 conforme *policy-makers* e intelectuais da área transformavam a resolução da crise em um programa de longo prazo. A partir de 2015-16 novas políticas industriais entrariam no cenário. Políticas como: “*Made in China 2025*”, “*Internet Plus Program*” e em 2016 o “*Innovation-driven Development Strategy*” (IDDS em inglês) são alguns exemplos. O programa de IEE também foi modificado para torná-lo coerente com o IDDS, formando assim uma nova política industrial focada em uma revolução industrial emergente e fomentando também as indústrias já existentes.

Essas tecnologias são concebidas como aplicáveis de maneira geral por todos os estratos da vida econômica do país. Elas são familiares para qualquer especialista que acompanhe ciência e tecnologia. Giram em torno do tripé: Comunicações, Dados e Inteligência Artificial. Tripé este fundamental para a planificação em nível superior praticada na China. Por exemplo, nas Comunicações, com o avanço da tecnologia do 4G para 5G, isso permite a comunicação quase instantânea ao redor do globo. Permitindo façanhas como operações remotas em tempo real feito por máquinas, controle de automóveis autônomos (sem motoristas) e redes de controle de trânsito inteligentes.



Observando as mudanças qualitativas na política industrial chinesa nas últimas décadas, percebemos não somente um olhar mais proativo para este tipo de ação deliberada por parte do Estado. Em essência, o que parece ser difícil observar em mirada rápida, percebe-se o surgimento de novas e superiores formas de planificação com mais rapidez na entrega de matrizes insumo-produto, elevando a capacidade de previsão do planejador e do economista ou engenheiro de projetos em relação aos possíveis pontos de estrangulamento da economia chinesa. Ressurge na China a economia de projetamento.

### **“Nova Economia do Projetamento”: o que esperar para o futuro do planejamento socialista?**

A idéia de “projetamento” surge na obra de Ignácio Rangel, *Elementos de economia do projetamento* (1959). A financeirização global e o fim da URSS encerraram as experiências de projetamento conhecidas até então (Castro, 2014). Porém retorna-se o estudo com o papel que a China vem desempenhando conforme vimos anteriormente, sobretudo a partir do início desse século. Na obra de Ignácio Rangel buscava-se elencar as lógicas de funcionamento da planificação econômica da antiga URSS que em sua época estavam apenas surgindo. A ideia de “Economia do Projetamento” era coerente com a visão do autor de que a Economia, por ser uma ciência social, é sensível a um duplo processo evolutivo no qual as teorias e conceitos se desenvolvem ao longo de um processo histórico.

Isto significa que o “projetamento” em Rangel era uma convergência entre a evolução do capitalismo sob o consenso keynesiano e ao mesmo tempo observou a evolução econômica que vinha acontecendo na URSS. Em ambos presenciou a evolução, com cada sistema se alimentando dos problemas de seus tempos e desenvolvendo respostas aos mesmos. Rangel parte dos conceitos de custo e benefício como categorias fundamentais do projetamento. Citando o autor:

A missão do projetamento econômico consiste em encontrar a denominação comum para os dois termos da razão benefício / custo sob o ponto de vista econômico. [...] Riqueza é a qualidade que têm certas coisas de serem úteis à sociedade humana [...]” (Rangel, 1959, p. 366 e 367)

Disso retiramos que o papel da planificação concerne à alocação de fatores nacionais de produção e recursos, tendo como objetivo atingir um ponto ótimo onde as necessidades materiais e espirituais de uma nação sejam atendidas. Há uma diferença entre planejamento e projetamento: apesar de ambos se preocuparem com variáveis macroeconômicas, o projetamento é focado na relação direta com o desenvolvimento de empresas e seus projetos. Podemos conceber que o projeto chega ao planejamento aos saltos, entre um desequilíbrio e outro, até o momento que a tecnologia se transforma em instrumento fundamental da razão sobre o processo produtivo. Mantém-se assim a lógica do desenvolvimento: a técnica elevando a divisão social do trabalho a níveis superiores.



A “economia do projeto” que Rangel viu surgir na URSS tinha como característica o progresso técnico que não abdicava da convergência entre produção de utilidades e o pleno emprego de fatores humanos. Como vimos anteriormente, o caso chinês tem sido diferente do que está sendo visto ao redor do mundo. Há três marcos que nos levam a acreditar que a China tem levado seu desenvolvimento a um patamar superior de planejamento, a saber:

- 1) Processo de recomposição estatal da economia com a corporatização das antigas empresas estatais e a formação dos Grandes Conglomerados Empresariais Estatais (GCEE) sob o comando da SASAC (do inglês “*State-owned Assets Supervision and Administration Commission of the State Council*”);
- 2) Forma de evolução das políticas industriais;
- 3) As transformações qualitativas pela qual a planificação econômica tem passado como estratégia de desenvolvimento, e como tem sido capaz de moldar e ser moldada, dessa forma alcançando o socialismo de mercado chinês a um nível superior de desenvolvimento.

O surgimento e a corporatização dos GCEE colocaram as políticas industriais chinesas na frente em questão de progresso técnico e gestão de novas formas de planificação, perceptíveis pela incorporação das mesmas na economia real. A evolução da planificação econômica chinesa conta com três ocorrências, a saber:

- 1) A internalização com sucesso da planificação central conseguiu construir uma base industrial anterior às reformas de 1978;
- 2) A institucionalização dos contratos de responsabilidade entre o Estado e as famílias camponesas a partir de 1978, e a corporatização das antigas empresas estatais através dos GCEE e da SASAC completam a transição de uma economia centralmente planejada para um planejamento compatível com o mercado. Esse passo foi necessário dada as restrições impostas por um mundo ainda dominado por formas capitalistas de produção e que ainda exige a existência do mercado na economia;
- 3) O avanço da técnica e a sua transformação em economia de escala dão início a uma longa transição da economia para formas superiores, mesmo que ainda compatíveis com o mercado. O surgimento dos primeiros sinais de maturidade de uma “Nova Economia do Projeto” indica a mudança no nível de planificação: ao mesmo tempo que se identifica uma consolidação da planificação orientada ao mercado, ela passa ser uma ferramenta na construção de um mercado futuro interessado na solução dos grandes males que nos afligem no presente, como a questão ambiental.

### **Alguns modelos atuais de planejamento econômico socialista compatíveis com a “Nova Economia do Projeto”**

A “Nova Economia do Projeto” é uma construção chinesa, o que não implica em seu posterior desenvolvimento fora do que tem sido produzido no mundo em matéria de planificação econômica adaptada às circunstâncias de uma nova revolução científica tecnológica. Elencamos abaixo alguns modelos para posterior discussão.



- O modelo de Paul Cockshott & Allin Cottrell

Aqui focamos no trabalho apresentado por Cockshott & Cottrell<sup>26</sup> baseados na teoria valor trabalho de Marx. Como vimos anteriormente, a economia podia ser descrita de forma semelhante a uma matriz insumo-produto de Leontief<sup>27</sup>, com algumas diferenças conceituais. Neste modelo, de maneira semelhante, cada linha pode ser descrita como:

$$L_i + I_{i1} * V_1 + I_{i2} * V_2 + I_{i3} * V_3 + \dots + I_{in} * V_n = Q_i * V_i$$

Onde:

$L_i$  = Quantidade de trabalho direto utilizado pela i-ésima indústria

$I_{ij}$  = Quantidade de *output* da j-ésima indústria utilizado na i-ésima indústria

$V_i$  = Conteúdo de trabalho por unidade de produto utilizado na i-ésima indústria

$Q_i$  = Quantidade de *output* da i-ésima indústria

O que nos dá uma matriz quadrada de n equações e n variáveis conforme vemos a seguir:

$$\begin{aligned} L_1 + I_{11} * V_1 + I_{12} * V_2 + I_{13} * V_3 + \dots + I_{1n} * V_n &= Q_1 * V_1 \\ L_2 + I_{21} * V_1 + I_{22} * V_2 + I_{23} * V_3 + \dots + I_{2n} * V_n &= Q_2 * V_2 \\ L_3 + I_{31} * V_1 + I_{32} * V_2 + I_{33} * V_3 + \dots + I_{3n} * V_n &= Q_3 * V_3 \\ \vdots & \\ L_n + I_{n1} * V_1 + I_{n2} * V_2 + I_{n3} * V_3 + \dots + I_{nn} * V_n &= Q_n * V_n \end{aligned}$$

Dada a complexidade e o tamanho de n, podemos ver a dificuldade de se calcular sem o uso da computação os insumos necessários ao funcionamento da economia. Segundo os autores, havia uma estimativa de doze milhões de diferentes tipos de produtos e que para calcular um plano para um país do tamanho da Ucrânia seriam necessários o trabalho de toda a população mundial por um período de dez milhões de anos. Isso aponta a inviabilidade de se aplicar algo assim. No entanto, com o uso de computação e algumas técnicas matemáticas é possível otimizar essa matriz, tornando o seu cálculo possível e em um prazo de tempo bem menor.

Um dos métodos mais comuns a ser utilizado seria o de Eliminação Gaussiana. Esse método oferece uma solução exata em um tempo proporcional ao cubo do número de equações<sup>28</sup>. Se temos um plano econômico da ordem de dez<sup>6</sup> produtos, ele necessitaria de dez<sup>01818</sup> iterações, com cada iteração contendo até dez instruções primitivas de computador. Os autores então consideram o uso de um supercomputador de seu tempo (*Fujitsu VP200* ou um *Hitachi S810/20*), capaz de executar 200 milhões de operações

<sup>26</sup> Cockshott, Paul; Cottrell, Allin. Work, time and computers. In: Cockshott, Paul & Cottrell, Allin. **Towards a New Socialism**. Nottingham: Spokesman, 1993. Cap. 3.

<sup>27</sup>Se trata de um modelo econômico quantitativo que representa as interdependências entre diferentes setores de uma economia nacional ou economias regionais diferentes. Conforme visto em: Raa, Thijs Ten. **Input-Output Economics: Theory and Applications: Featuring Asian Economies**. Cingapura: World Scientific Co, 2009.

<sup>28</sup> Sedgewick, Robert. Searching. In: Sedgewick, Robert. **Algorithms**. [s. l.]: Addison-Wesley, 1983. Cap. 3. *apud* Cockshott, Paul & Cottrell, Allin. **Towards a New Socialism**. Nottingham: Spokesman, 1993. p. 49.



aritméticas por segundo quando trabalhando com um grande volume de dados. O tempo para executar o cálculo então seria de 50 bilhões de segundos, ou 16 mil anos, o que ainda seria lento demais.

Para dar cabo dessa questão, existem algumas mudanças a serem feitas para reduzir o tempo necessário para efetuar o cálculo. Por exemplo, a maior parte da matriz *input-output* contém zeros já que a maioria dos produtos somente usa algumas dezenas ou centenas de insumos. Logo, seria mais viável representar o sistema em termos de lista de vetores do que como uma matriz.

Em conjunto, podemos utilizar uma outra técnica chamada de Aproximações Sucessivas. Em uma primeira etapa, ignoramos todos os insumos indiretos (os  $I_{nn} * V_n$ 's da matriz acima) e calculamos somente com a quantidade de trabalho direto utilizado nas  $i$ -ésimas indústrias (os  $L_i$ 's) para obter um primeiro resultado grosseiro e subestimado (os  $V_i$ 's - os  $Q_i$ 's são variáveis conhecidas). Na segunda etapa inserimos os insumos indiretos necessários para se produzir o que é exigido na primeira etapa, o que nos dá uma nova estimativa das variáveis desconhecidas. Esse processo é repetido mais vezes até obtermos o resultado com o grau de precisão que desejamos. Uma resposta correta com quatro dígitos decimais significativos requer que esse processo seja repetido pelo menos umas 15 vezes. A complexidade da ordem de tempo deste algoritmo é proporcional aos  $n$  produtos vezes a média de insumos necessários por produto, vezes a precisão que desejamos nas casas decimais. Utilizando o supercomputador mencionado antes, este processo levaria minutos para ser calculado ao invés dos milhares de anos requeridos por Eliminação Gaussiana<sup>29</sup>.

Para que esse tipo de planejamento utilizando computadores seja possível, os autores julgam necessário que três perguntas sejam respondidas<sup>30</sup>. A saber:

1. Quantos tipos de bens uma economia produz?
2. Quantos insumos são utilizados por cada produto?
3. Quão rápido um computador consegue ser para a escala proposta nas perguntas (1) e (2)?

Utilizando um computador pessoal barato do ano de 2004 (um *Intel Zeon* usando *Linux*, com 3 Ghz de processamento e 2 GB de memória), eles determinaram o tempo de cálculo estimado para economias cujo número de indústrias variam de mil a um milhão. Na primeira parte do quadro a seguir, eles assumem que o número de insumos ( $M$ ) cresce a uma velocidade igual a raiz quadrada do número de produtos finais ( $N$ ). Na segunda parte do quadro eles assumem que o crescimento de ( $M$ ) segue uma lei logarítmica.

<sup>29</sup> Cockshott, Paul; Cottrell, Allin. *Towards a New Socialism*. Nottingham: Spokesman, 1993. p. 50.

<sup>30</sup> COTTRELL, Allin; COCKSHOTT, Paul; MICHAELSON, Greg. Is Economic Planning Hypercomputational? The Argument from Cantor Diagonalisation. *International Journal of Unconventional Computing*, [s. l.], v. 5 (3-4), p. 223-236, 2009.



### Quadro 3 - Tempos de aplicação do algoritmo de planejamento para modelar economias de diferentes tamanhos:

	Indústrias (N)	Insumos (M)	Tempo (em seg)	Memória RAM necessária
Lei $M = \sqrt{N}$	1000	30	0,1	150 KB
	10000	100	3,8	5 MB
	40000	200	33,8	64 MB
	160000	400	77,1	512 MB
	320000	600	166	1,5 GB
Lei $M \approx \log N$	1000	30	0,1	150 KB
	10000	40	1,6	2,4 MB
	100000	50	5,8	40 MB
	1000000	60	68,2	480 MB

Fonte: O autor, 2023.

A conclusão que os autores chegam é que durante quase toda a história do planejamento econômico, o cálculo necessário parecia ser algo realmente impossível. Para uma economia com o tamanho citado, mesmo com a tecnologia disponível na década de 1970 ainda não era possível o cálculo de uma economia de tal porte.

- *Modelo de Binbin Wang & Xiaoyan Li*

Na discussão sobre o que convencionou-se chamar “Nova Economia Planejada” - dois economistas chineses Binbin Wang e Xiaoyan Li propuseram em 2017 um novo modelo teórico de planejamento utilizando o conceito de *Big Data*. Porém com basicamente três elementos diferentes dos modelos de planejamento apresentados até então, a saber: um plano centralizado baseado no agregamento e representação de interesses domésticos de diferentes classes sociais; A posse dos meios de produção por parte do Estado ao invés da posse social, de forma que o Estado possa liderar e desenvolver a economia nacional; e o desenvolvimento da economia de mercado para fazer frente ao domínio capitalista mundial quanto às forças produtivas.

Eles também impõem duas condições básicas para o desenvolvimento deste modelo: O uso em larga escala da tecnologia de *Big Data* e um rearranjo institucional chamado de “economia de plataforma”. O cálculo econômico para uma economia planejada requer muita capacidade de capturar e processar as informações para obter os resultados necessários. Com o rápido desenvolvimento da velocidade de processamento, ainda uma baixa capacidade de coleta de informações, acabam por ser gerados informes que são perdidos. Devido a esse tipo de dificuldade técnica, a economia planejada ainda não consegue calcular precisamente os níveis de oferta e demanda.

A partir de 2007 alguns cientistas começam a ver o potencial de um conjunto de tecnologias oriundas da área de TI sendo aplicáveis a Ciências Humanas. Esse conjunto de novas tecnologias ficou informalmente conhecido como *Big Data*, e dentre outras coisas incluem: processamento distribuído em nuvem; base de dados distribuída; armazenamento em nuvem e tecnologia de virtualização. A ciência de dados-intensivos começaria a se separar da Ciência da Computação e se tornaria um campo de estudos



a parte. Como o *Big Data* seria uma das condições técnicas para um sistema econômico de mercado orientado por planos? Segundo o artigo dos autores, basicamente por quatro motivos:

- 1) Conseguir explorar as relações de conhecimento tácito entre indivíduos, agregando-os em grupos específicos de acordo com os seus dados.
- 2) Reduzir bastante o tempo de coleta e processamento de informações em grandes números quando comparado com as tecnologias tradicionais.
- 3) Encontrar e identificar as demandas a níveis individuais que por serem muito pequenas, acabam sendo agregadas em grupos maiores e nem sempre atendem a vontade ou desejo dos demandantes. Em economias capitalistas, estes grupos deixam de ser atendidos devido a relação de custo-benefício do produtor. Com a correta identificação e agregação destes indivíduos em grupos específicos, torna-se possível uma economia de escala e assim viabiliza-se a sua produção.
- 4) Por estar sendo um grande agente de mudança no funcionamento das corporações. Desde o início da informatização das empresas, foi possível a criação de alguns *softwares* que facilitaram o planejamento e gerenciamento de recursos da empresa e suas relações com grupos de fornecedores. Tais programas continuarão a evoluir e promover cada vez mais a automatização dos negócios e indústrias.

Em qual modelo de sociedade esse conjunto de tecnologias poderia ser utilizado? Segundo os autores, seria necessário um rearranjo da sociedade para que elas sejam usadas em sua plena capacidade. Para isso os autores introduzem novas variáveis da chamada “economia de plataforma”.

Uma plataforma é essencialmente um espaço de comércio ou lugar que facilita as transações entre dois ou mais agentes econômicos e recebe taxas apropriadas para obter lucro. Como uma forma econômica emergente, ela deverá liderar os processos de globalização, informatização e *networking*. Ele já é utilizado em vários lugares como aeroportos, casas de câmbio, *shoppings*, etc. O conceito base de uma “economia de plataforma” é o chamado mercado bilateral. Diferente do mercado tradicional, eles são compostos por agentes que interagem através da mesma plataforma, no qual um dos lados depende dos números do outro lado da plataforma.

A “economia de plataforma” pode ser caracterizada como uma economia planejada dado que ela possui um ecossistema de negócios único; sendo geralmente composta por:

- 1) Grupos líderes;
- 2) Grupos chave;
- 3) Grupos de suporte.

Os grupos líderes constroem a plataforma e agem como intermediários financeiros. Grupos chave são os lados da oferta e da demanda negociados no sistema de plataforma, que estão localizados em diferentes lugares do mercado bilateral e co-determinam a





qualidade e escala da plataforma. Os grupos de suporte providenciam serviços, os quais dependem da própria operação da plataforma e dos provedores de serviço, e reguladores do governo, que são responsáveis por implementar as regulações impostas às empresas participantes do mercado. Nesse ecossistema, os planejadores possuem informação centralizada, combinando oferta e demanda, implementação de regulamentações, provimento de serviços com valores agregados e outras funções, que desempenham o papel principal de planejamento central, estrategistas, e supervisor na “economia de plataforma”.

A “economia de plataforma” também possui monopólio natural, com as plataformas mais maduras atraindo novos participantes dada a sua estrutura, reduzindo o custo e melhorando o nível técnico oferecido aos participantes. Ao formar um “super monopólio”, essas plataformas mais maduras passam a criar barreiras à entrada para novas plataformas criando uma etapa onde os “vencedores levam tudo” (*winners take all*). O Estado no controle dessas plataformas, lidera então a economia.

O sistema de economia de mercado orientado por planos que os autores desejam construir seria uma “economia de plataforma” baseado em *Big Data* e dominado por empresas estatais com as seguintes premissas:

- 1) Os meios de produção são socializados e dominados pelo Estado, sendo seus setores altamente intensivos e dependente de informações.
- 2) Combinando aspectos da lei do valor e competição de mercado. A lei do valor guia a alocação de recursos, e a competição de mercado promove inovação nos serviços e garante que somente as empresas mais eficientes sobrevivam.
- 3) Funcionamento do mercado bilateral e equilíbrio entre oferta e demanda.
- 4) Planos econômicos centralizados e democráticos. Enquanto algumas empresas controlam o fluxo de informações e a maneira que a economia opera, guiando as empresas para competirem no mercado, as mesmas crescem através da concentração de tipos e números de ofertantes e consumidores. A oferta de alguns bens/serviços estratégicos é fixa, e modificada mediante a expectativa futura dos mesmos. Eles não podem ser deixados à revelia do mercado dado a sua imprecisão e a importância destes artigos.
- 5) Orientação macro e regulação pública. O Estado é responsável por orientar as empresas no mercado de forma a atender regulamentações públicas e atingir os planos econômicos traçados, tendo o desenvolvimento das empresas incluso nos planos.

Resumindo esses pontos, teríamos um marco teórico para o sistema econômico de mercado orientado por planos:

- 1) O Estado procura manter o controle direto das plataformas mais importantes da economia nacional, fundamentais para conseguir desenvolvê-la. São elas as plataformas de: *Big Data*; *e-commerce* e serviços financeiros.





2) Estas três plataformas estatais agem como substitutas das antigas Agências Centrais de Planejamento, com novas funções atribuídas tais como:

- Transformação do planejamento central em um planejamento integrado;
- Planejadores de indústrias nascentes;
- Fornecedora de serviços públicos de *Big Data* para as empresas do mercado bilateral;
- Regulamentação / Supervisão das indústrias e criação de padrões industriais; - Execução de políticas nacionais;
- Organizadores e integrantes do ecossistema de economia de plataforma.

Alguns problemas são derivados da criação deste sistema de acordo com os autores:

1) Como em uma primeira etapa há participação de empresas públicas e privadas em um mercado bilateral, ambos competem e se desenvolvem mutuamente. A predominância das empresas públicas sobre as privadas nos campos de ativos intangíveis consta como dados no modelo, sendo os maiores responsáveis pelo desenvolvimento nacional através dos mercados bilaterais.

2) O problema de desenvolver áreas não competitivas. Foi provado historicamente que nesse quesito o sistema socialista é mais eficiente que o mercado, provocando a necessidade de existir um mecanismo de planejamento-execução através dos planos centralizados. Já quanto aos preços de matérias-primas e energia, cujos preços compõem a base dos preços de todos os outros bens na economia, devem ser controlados pelo mercado de capitais estatal já que numa economia de mercado eles não são mais ajustados por simples mecanismos de oferta e procura, mas sim por complexos mecanismos do mercado financeiro.

3) O problema de superprodução. De acordo com os autores, há dois tipos diferentes de problema quanto a superprodução. A primeira seria a falha em alcançar o equilíbrio entre oferta e demanda que pode ser resolvido com a utilização de *Big Data*. A segunda seria derivada das chamadas empresas fantasmas (*shadow businesses*) - empresas consideradas insolventes e incapazes de se recuperar, que sobrevivem ao custo do erário público. No entanto, dado o grau de tecnologia, podem ser identificados e corrigidos sem necessariamente levar o sistema ao fracasso.

4) A automatização cada vez maior da economia. A demanda por trabalho seria decrescente em um sistema econômico cada vez mais automatizado. Apesar da informação sobre onde haveria oportunidades de emprego disponíveis nos diferentes setores ser facilmente obtida, a necessidade por força de trabalho seria decrescente e o modelo pensado não prevê nenhum mecanismo para reaproveitamento do mesmo.

Deve-se ter em mente que os autores desenvolveram esse modelo de sistema econômico para uma primeira fase transacional para o socialismo e que o mesmo carece de provas técnicas que comprovem seu funcionamento.



## Conclusões

O planejamento de tipo soviético, baseado no “balanço de materiais” desempenhou um grande papel em uma época histórica onde a humanidade se via diante da necessidade de enfrentar crises cíclicas, porém sem uma devida capacidade de previsão. Neste sentido podemos dizer que a planificação, de uma maneira geral, foi o maior feito econômico do século passado e ainda no presente. O fim da URSS e a perda de validade de formas antigas de planificação não foram suficientes à sua proscricção. Na China, as reformas econômicas levaram o país em um primeiro momento construir as bases de uma planificação baseada em mecanismos de mercado (*market-based planning*) *pari passu* com a retomada de grandes políticas industriais que levaram à necessidade de emergência de reconstruir seu Sistema Nacional de Inovação Tecnológica.

Pouco se percebe, mas esse sistema deu uma contribuição fundamental ao surgimento de novas e superiores formas de planificação econômica baseada em inovações tecnológicas disruptivas, elevando o papel da razão humana na gestão do Estado, da economia e do território. Assim reemerge na China o que o economista brasileiro Ignácio Rangel chamou de “Economia do Projeto”. O surgimento de grandes megaprojetos e a utilização em larga escala de plataformas como o 5G, o Big Data e a Inteligência Artificial para fins de planificação econômica levou ao aparecimento de uma “Nova Economia do Projeto” no país.

Concluimos apontando para a necessidade de uma maior sistematização entre os avanços chineses em matéria de planificação com os novos aportes que vem sendo inaugurados por intelectuais e acadêmicos dedicados ao tema.

## Referências

- CASTRO, M. H. “Elementos de economia do projeto”. In HOLANDA, F, M.; ALMADA, J. E PAULA, Z. A. In Ignácio Rangel, decifrador do Brasil. São Luís: Edufma, 2014.
- CHOW, D. How China promotes its state-owned enterprises at the expense of multinational companies in China and other countries. North Carolina Journal of International Law, North Carolina, v. 41, p. 200–262. out. 2015.
- COCKSHOTT, P. Big Data and Super-Computers: Foundations of Cyber Communism. Disponível em: <https://paulcockshott.wordpress.com/2017/07/24/big-data-and-super-computers-foundations-of-cyber-communism/>. Acesso em: 17 fev. 2020.
- COCKSHOTT, P. Real problems of socialism and some answers. Disponível em: <https://paulcockshott.wordpress.com/2017/01/31/real-problems-of-socialism-and-some-answers/>. Acesso em: 24 mar. 2020.
- COCKSHOTT, P.; COTTRELL, A. Towards a New Socialism. Nottingham: Spokesman, 1993.
- COTTRELL, A.; COCKSHOTT, P.; MICHAELSON, G. Is Economic Planning Hypercomputational? The Argument from Cantor Diagonalisation. International Journal of Unconventional Computing, [s. l.], v. 5 (3-4), p. 223-236, 2009.



- DOBB, Maurice. Russian economic development since the revolution. 2. ed. Londres: Labour Research Department, 1928.
- DURAND, C.; KEUCHEYAN, R.. Economic planning is back. 2019. Disponível em: <https://www.opendemocracy.net/en/oureconomy/economic-planning-back/> . Acesso em: 12 fev. 2020.
- GABRIELE, A. Enterprises, Industry and Innovation in the People's Republic of China. Roma: Springer, 2020.
- JABBOUR, E.; MOREIRA, U. From the national system of technological innovation to the “New Projectment Economy” in China. Brazilian Journal of Political Economy, v. 43, n° 3, p. 543-563, 2023.
- JABBOUR, E; DANTAS, A.; Espíndola; VELLOZO, J. The (New) Projectment Economy as a Higher Stage of Development of the Chinese Market Socialist Economy. Journal of Contemporary Asia, v. 53, n° , 2023.
- JABBOUR, E; DANTAS, A.; ESPÍNDOLA. China and Market Socialism: A New Socioeconomic Formation. International Critical Thought. Pequim, v. 11 n.1, p. 20-36, 2021.
- JABBOUR, E. & GABRIELE, A. China, o socialismo do século XXI. São Paulo: Boitempo, 2021.
- MONTIAS, J. M. Planning with material balances. The American Economic Review, [s. l.]: American Economic Association, v. 49 (5), p. 963-985, dez. 1959.
- NAUGHTON, B. The Rise of China's Industrial Policy, 1978 to 2020. Cidade do México: Academic Network of Latin America and the Caribbean, 2021.
- RANGEL, I. Elementos de Economia do Projeto. Salvador: Universidade da Bahia, 1959.
- SEDGEWICK, R. Algorithms. [s. l.]: Addison-Wesley, 1983
- SHENG, H.; ZHAO, N. China's State -Owned Enterprises: Nature, Performance and Reform. Cingapura: World Scientific Publishing Company, 2013.
- SPRATT, D.; DUNLOP, I.. Existencial climate-related security risk: a scenario approach. 2019. Disponível em: <https://www.preventionweb.net/publication/existencial-climate-related-security-risk-scenario-approach>. Acesso em: 14 ago. 2019.
- RAA, T. Ten. Input–Output Economics: Theory and Applications: Featuring Asian Economies. Cingapura: World Scientific Co, 2009.
- WANG, B.; XIAOYAN, L. Big Data, Platform Economy and Market Competition. World Review of Political Economy, [S. l.]: Pluto Journals, v. 8, n. 2, jun. 2017.



## Crise socioecológica, o desafio do século XXI

*Socio-ecological crisis, the challenge of the 21st century*

**DOI:** 10.23925/1806-9029.36i1(65)67285

**Autor:** **Arlindo M. E. Rodrigues** – Professor de Ciências Econômicas da Universidade São Judas Tadeu e pesquisador pós-doutoral do Césor (EHESS). E-mail: [prof.arlindorodrigues@gmail.com](mailto:prof.arlindorodrigues@gmail.com). Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9659-8702>.

### Resumo

A sociedade enfrenta nesse século o desafio de reverter as crises socioecológicas. Para avançar na superação dessa crise, há o caminho da denúncia dos fatores e riscos delas e o anúncio de superação na construção de uma outra sociedade. Nesse sentido, este texto busca apresentar as dimensões dessas crises e suas interconexões, pois as crises ecológicas e as sociais são produzidas pelo modelo socioeconômico hegemônico, nesse caso, essa conjunção está como consequência o esgotamento do Planeta em suprir vida, inclusive a humana. Para superar essas crises, as ciências econômicas têm como ferramenta o complexo diálogo das ciências da Terra e seus modelos e cálculos biogeoquímicos, o que permite compreender a grandeza dos impactos do atual modelo socioeconômico hegemônico. Como as crises socioecológicas são produzidas por decisões de uma ínfima parcela oligárquica e ao mesmo tempo a enriquecem, a superação da crise exige que além de entender a dinâmica dessas crises e aponte caminhos pela quebra do domínio dessa camada social e ao mesmo tempo apresente propostas concretas de outra lógica de sociedade. Assumindo esse desafio, o objetivo deste texto é auxiliar no entendimento dessas crises.

**Palavras-chave:** Crise socioecológica. Antropoceno. Fronteiras planetárias. Concentração riqueza.

### Abstract

In this century, society faces the challenge of reversing socio-ecological crises. To move forward in overcoming this crisis, there is the path of denouncing their factors and risks and the announcement of overcoming in the construction of another society. In this sense, this text seeks to present the dimensions of these crises and their interconnections, as ecological and social crises are produced by the hegemonic socioeconomic model, in this case, this conjunction results in the Planet's exhaustion in supplying life, including human life. To overcome these crises, economic sciences use as a tool the complex dialogue of Earth sciences and their biogeochemical models and calculations, which allows understanding the magnitude of the impacts of the current hegemonic socioeconomic model. As socio-ecological crises are produced by decisions of a tiny oligarchic portion and at the same time enrich it, overcoming the crisis requires that in addition to understanding the dynamics of these crises and pointing out ways to break the dominance of this social layer and at the same time presenting concrete proposals of another logic of society. Taking on this challenge, the objective of this text is to help understand these crises.

**Keywords:** Socio-ecological crisis. Anthropocene. Planetary borders. Wealth concentration.

**JEL:** I14, O10, O13, O44, P28



## Introdução

A vida no planeta é estruturada em um sistema complexo e delicado. As espécies estão presentes em diferentes nichos complementares e em constantes ajustes (homeostase). A complementaridade entre os nichos elimina a geração de sobra, “lixo”, pois os resíduos de um nicho de espécies oferecem recursos vitais para demais:

Toda essa complementaridade entre as espécies só é possível devido à diversidade que elas apresentam, fazendo com que se complementem, evitando a competição e possibilitando a cooperação. Ela é tão requintada que faz com que na natureza não exista a noção de “lixo”, porque os resíduos de uma determinada espécie são suporte para a existência de outra (Milanez, 2003, p. 79).

A quebra dos ciclos da homeostase pode provocar um cenário ambiental hostil. Nesse contexto, se a capacidade de adaptação das espécies às novas condições ambientais for esgotada, sua extinção é a consequência mais provável; e como a biodiversidade garante a complementaridade entre os nichos, a extinção de uma espécie desarmoniza o sistema causando reação em cadeia, impactando a sobrevivência das demais espécies dependentes.

Nessa complexa e dinâmica harmonia, a humanidade obtém condições da Natureza, matéria e energia, para prover sua sobrevivência e seu desenvolvimento, e ao mesmo tempo devolver as sobras e o resultado não aproveitado no seu processo de reprodução, alterando as condições planetárias. Porém, o modelo produtivista e consumista da sociedade pós-Revolução Industrial tem exercido uma pressão sobre a Natureza com a superexploração dos recursos naturais e descarte de resíduos, poluição cada vez mais agressiva, provocando assim, a ruptura do ciclo de homeostase do planeta.

Ao mesmo tempo que o atual modelo degrada a estrutura planetária, ele concentra riqueza no poder da mesma camada social que detém o domínio das decisões que provocam as crises ambientais conectando as duas crises, ecológica e social, isto é, socioecológica. Nesse sentido, este texto busca responder quais são as dimensões dessas crises e suas interconexões? pois as crises socioecológicas são provocadas pelo modelo socioeconômico hegemônico.

Para responder essa questão, este texto buscou o diálogo das ciências econômicas com as ciências da Terra, com seus modelos biogeoquímicos presentes na investigação Fronteiras Planetária da Universidade de Estocolmo, na busca da compreensão da grandeza dos impactos do atual modelo socioeconômico hegemônico.

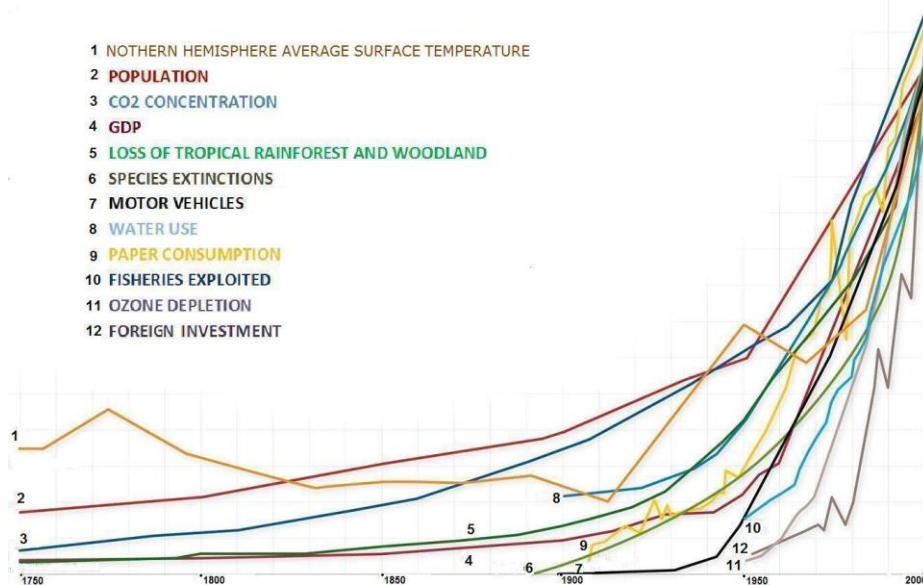
## Rompendo fronteiras planetária, rumo ao Antropoceno

Essa pressão e suas consequências no fluxo das mudanças estruturais do planeta e a resposta dele para estas interferências desafiam toda sociedade a repensar o atual

modelo produtivo. O documento *Special report: How our economy is killing the Earth* publicado pela revista *New Scientist* (2008a) ilustra o crescimento das atividades humanas em diversos níveis e ao mesmo tempo a deterioração das condições da Natureza. A convergência do ritmo dos diversos vetores das atividades humanas e do crescimento da degradação planetária está demonstrada pelo Gráfico I – Como nossa economia está matando o Planeta, mas o título escolhido não reflete o real cenário, pois o Planeta não está morrendo, o adequado é afirmar que a economia está eliminando as condições do Planeta suprir vida, inclusive a humana, a história das Eras planetárias demonstra que após os colapsos, a Terra cria outros ciclos.

Esse gráfico indica que as curvas dos indicadores - a temperatura média no hemisfério Norte, população mundial, concentração de CO<sub>2</sub>, PIB, perda de florestas tropicais, extinção das espécies, automóveis, uso da água, consumo de papel, exploração da pesca, perda da camada de Ozônio e investimento estrangeiro - passaram a apresentar um paralelismo de suas curvas a partir de 1950, indicando mútua influência entre esses fatores.

Gráfico I – Como nossa economia está matando o Planeta



Fonte: *New Scientist*, 2018a, p. 40-41.

Os quadros de apoio desse relatório, *Special report: The facts about overconsumption* (*New Scientist*, 2018b), confirmam a relação das atividades humanas, sua pressão do consumo e o esgotamento dos recursos necessários para Natureza prover vida apresentados no relatório *Special report: The facts about overconsumption* (*New Scientist*, 2018b). O fato que desperta atenção no gráfico é que o crescimento de alguns itens já existia em 1750, porém, após dois séculos, há grande aceleração de todos os índices pós II Grande Guerra. Por um lado, houve o início de grande incremento da população, do PIB, do fluxo de investimentos internacionais, do represamento dos rios para produção de energia, do consumo hídrico, de fertilizantes, da concentração populacional nas áreas urbanas, do consumo de papel, da frequência em redes de comidas industrializadas rápidas (representadas pela rede McDonald), da aquisição de automóveis, do





crescimento do acesso à comunicação telefônica e do fluxo do turismo internacional ao mesmo tempo que elas demonstram perigosas alterações na biosfera por crescimento de diversos indicadores ecológicos, como alguns GEE. gases de efeito estufa, (concentração de CO<sub>2</sub> (Dióxido de Carbono), N<sub>2</sub>O (Óxido nitroso), CH<sub>4</sub> (Metano)), degradação na camada de Ozônio, temperatura média no hemisfério norte, ocorrências de grandes inundações, esgotamento da vida marinha, degradação da costa marítima por fazendas de produção de camarão, corrosão biogeoquímica da zona costeira por aumento do fluxo de nitrogênio, perda das florestas tropicais, desmatamento para uso agrícola, e extinção das espécies (New scientist, 2018b).

Em sintonia com os dados da publicação da New Scientist, pesquisadores do Stockholm Resilience Centre, Stockholm University, elaboraram os indicadores *Fronteiras do Planeta*, cuja estrutura delinea os sistemas e processos biofísicos e bioquímicos conhecidos por regular o estado do planeta dentro de intervalos que são historicamente conhecidos e cientificamente prováveis de manter a estabilidade do sistema terrestre e os sistemas de suporte à vida conducentes ao bem-estar humano e ao desenvolvimento social (Richardson, 2023, p. 1).

Os resultados dessa pesquisa ajudam a compreender a dimensão e os riscos envolvidos nessas alterações, isto é, transgressão da estabilidade e resiliência do sistema terrestre, condição fundamental para o bem-estar humano (Rockström et al, 2023, p. 1), pois as rápidas mudanças no sistema planetário estão provocando uma séria crise na sua estrutura de suporte à vida, com risco de atingir pontos de inflexão que desestabilizariam irreversivelmente o sistema terrestre (Rockström, 2023, p. 1). O objetivo dessa investigação é responder: quais são as pré-condições planetárias não negociáveis que a humanidade precisa respeitar, a fim de evitar o risco de mudanças ambientais prejudiciais ou mesmo catastróficas para a civilização? (Rockström, 2009). Para responder essa questão, foi elaborado um modelo de métricas para identificar os limites perigosos cuja ultrapassagem provocaria “mudanças ambientais globais inaceitáveis”, isto é, cenário com riscos de eliminação das condições do planeta de suprir a civilização (Rockström, 2009). Esse modelo foi desenvolvido a partir de estudos existentes e pareceres de especialistas compartilhados (Rockström, 2023, p. 2).

Os resultados dessa pesquisa na sua edição de 2009 indicavam que a civilização já tinha ultrapassado três fronteiras: Mudanças Climáticas, Perda de biodiversidade, e Ciclo do nitrogênio (Rockström). As demais fronteiras ainda estavam dentro do marco proposto. Essa pesquisa não foi encerrada por esse artigo, as fronteiras são acompanhadas e foram atualizadas por publicações em 2015 e 2023. A versão de 2015, apontou que as três fronteiras críticas - mudanças climáticas, destruição do ozônio estratosférico e acidificação dos oceanos – permaneceram inalteradas em relação à análise publicada em 2009, e o cenário piorou, apesar do consenso internacional sobre a urgência dos problemas (Steffen, 2015, p. 736).

O cenário de crescente degradação das fronteiras planetárias apresentado pela versão de 2023, foi ainda pior, pois seis das nove fronteiras foram ultrapassadas e a acidificação dos oceanos está muito próximo do seu limite (Richardson, 2023, p. 3).





As Fronteiras são:

## 1. Mudanças Climáticas

O sistema climático é uma manifestação da quantidade, distribuição e balanço líquido de energia na superfície da Terra. A quantidade total de energia define as condições gerais para a vida. No clima atual da Terra, uma variedade das temperaturas superficiais globais e pressões atmosféricas permite que as três fases da água estejam presentes simultaneamente, sendo que as formas de gelo e o vapor d'água desempenham papéis críticos nos feedbacks físicos do sistema climático (Steffen, 2015, p. 745). A Água na primeira forma influencia no nível dos oceanos e na segunda, acelera o aquecimento pelo efeito estufa.

A distribuição de energia por latitude, sobre as superfícies terrestres e marítimas e dentro do oceano desempenha um papel importante na circulação dos dois grandes fluidos, o oceano e a atmosfera. Essas características físicas sistêmicas são determinantes espaciais chave da distribuição da biota e da estrutura e funcionamento dos ecossistemas e são controladores dos fluxos biogeoquímicos (Steffen, 2015, p. 745).

As metas definidas em 2009 foram mantidas, isto é, uma concentração atmosférica de Dióxido de Carbono (CO<sub>2</sub>) de 350 partes por milhão (ppm), e um aumento no forçamento radiativo no topo da atmosfera de +1,0 W m<sup>2</sup> em relação aos níveis pré-industriais (Steffen, 2015, p. 736). O forçamento radiativo envolve os fatores antropogênicos que afetam o balanço energético da atmosfera como gases de efeito estufa, incluindo o CO<sub>2</sub>, e aerossóis, entre outros (Steffen, 2015, p. 739; Richardson, 2023, p. 6).

O artigo de 2023 apresenta como cenário dessa métrica que a concentração de CO<sub>2</sub> estava 417 ppm e +2,91 W m<sup>2</sup> (1,1 a 3,3 W m<sup>2</sup>) (Richardson, 2023, p. 5). Os impactos identificados nesse artigo dessa transgressão é um aumento global na intensidade, frequência e duração das ondas de calor; aumento no volume de chuvas intensas em muitas regiões do mundo; mudanças nos padrões de circulação atmosférica aumentaram a seca em algumas regiões do mundo; e o aumento de perda de massa combinada das camadas de gelo da Groenlândia e da Antártida (Steffen, 2015, p. 739).

## 2. Mudança na integridade da biosfera

Essa variável foi ampliada a partir do indicador Taxa de perda de biodiversidade apresentado no relatório de 2009. Nesse novo perfil, ela mantém a taxa de extinção e incorpora a perda de componentes da biodiversidade (Steffen, 2015, p. 740).

A primeira variável, definida pelos autores como “variabilidade filogenética de espécies (PSV)”, isto é, relações entre diferentes grupos de espécies e seu desenvolvimento evolutivo. A proposta seria mensurar a taxa da perda de PSV menor ou igual à evolução de novas espécies, porém ainda não é possível apurar esse indicador, assim respeitando



as dificuldades metodológicas, o indicador assumido foi a Taxa de Extinção e essa fronteira foi mantida pela perda de 10 por milhão de espécie/ano (Steffen, 2015, p. 742). O resultado da investigação publicada em 2023 para essa variável foi que de cerca de 8 milhões de espécies vegetais e animais, cerca de 1 milhão estão ameaçadas de extinção, e mais de 10% da diversidade genética de plantas e animais pode ter sido perdida nos últimos 150 anos, em síntese, o componente genético do limite de integridade da biosfera está marcadamente excedido (Richardson, 2023, p. 3).

A segunda variável é a NPP, produção primária líquida. A NPP é fundamental tanto para os ecossistemas como para as sociedades humanas, uma vez que apoia a sua manutenção, reprodução, diferenciação, ligação em rede e crescimento. Os biomas dependem do fluxo de energia associado à NPP para manter suas funções ecológicas planetárias como partes integrantes do sistema terrestre (Richardson, 2023, p. 3). Pode-se resumir que o impacto humano nessa fronteira é a aceleração do uso da terra, encurtando o planeta para a troca de energia para as demais espécies. Para os pesquisadores, “alimentar 10 mil milhões de pessoas, por exemplo, é teoricamente possível dentro dos limites planetários, mas requer uma série de transformações de grande alcance para melhorar os impactos da produção e regular a procura” (Richardson, 2023, p. 6). Porém, os indicadores dessa variável em 2023 apontavam que foi ultrapassada, indicando que a civilização deve alterar a forma de produzir alimentos, isto é, sem buscar novos solos, protegendo os biomas.

Essa fronteira já estava na zona de alto risco em 2015 e se agravou em 2023, o que a leva à situação de risco de mudanças ambientais irreversíveis em grande escala, pois a iminente Era da Sexta Grande Extinção das espécies é o efeito projetado dessa ruptura.

### **3. Destruição do ozônio estratosférico**

Essa variável se refere a Concentração estratosférica de Ozônio ( $O_3$ ) medido em DU (unidades Dobson), e seu limite definido é 275 UD, isto é, redução de 5% de redução do nível pré-industrial, 290 UD. A crise desse índice está no limite transgredido sobre a Antártida na primavera austral, quando a concentração de  $O_3$  cai para cerca de 200 UD (Steffen, 2015, p. 743), isto é, apenas nas altas latitudes antárticas e meridionais e apenas nos três meses da Primavera Austral (Richardson, 2023, p. 3).

A reversão da crise da camada de ozônio é o único exemplo de governança global que conseguiu sanar um processo crítico de uma das fronteiras. Pois o Protocolo de Montreal de 1987, regulamenta o uso de substâncias destruidoras da camada de ozônio e permitiu que essa fronteira retornasse a uma situação segura para o ozônio estratosférico (Rockström, 2015).

### **4. Acidificação do oceano**

Essa fronteira é definida pela concentração de íons de carbonato, ou seja, estado de saturação média da superfície global dos oceanos em relação à aragonita (Steffen, 2015,



p. 743), sendo que a aragonita é uma das formas mais abundantes de carbonato de cálcio no oceano, representado por  $\Omega_{\text{arag}}$ . A presença desse elemento é fundamental para a vida marinha, pois sua concentração favorece a reprodução de conchas ou esqueletos e sua carência deixa o ambiente marinho corrosivo, levando as conchas e esqueletos ao estado de dissolução (Steffen, 2015, p. 743).

Esta fronteira é fortemente relacionada à fronteira Mudanças Climáticas, pois o aumento de  $\text{CO}_2$  incrementa a concentração de íons  $\text{H}^+$  (hidrogênio), provocando o processo de acidificação dos oceanos, reduzindo o estado de saturação da aragonita ( $\Omega_{\text{arag}}$ ) (Steffen, 2015, p. 743). O ponto crítico é que a concentração de íons  $\text{H}^+$  livres na superfície oceânica aumentou cerca de 30% nos últimos 200 anos devido ao aumento do  $\text{CO}_2$  atmosférico (Steffen, 2015, p. 743).

Atualmente, a saturação de aragonita é aproximadamente igual a 84% da situação pré-industrial, acima da fronteira proposta, isto é menor ou igual a 80% dessa situação. A manutenção dessa fronteira está diretamente relacionada ao limite das mudanças climáticas, pois sua estabilidade depende da manutenção de 350 ppm de  $\text{CO}_2$  (Steffen, 2015, p. 743). Essa fronteira e as mudanças climáticas são denominadas como “gêmeas do mal” pela íntima relação entre dessas fronteiras e as mudanças climáticas (Steffen, 2015, p. 743).

O cenário aponta que nos últimos 200 anos, a água dos oceanos tornou-se 30% mais ácida, em um processo de transformação química 100 vezes mais rápida do que nos últimos 55 milhões de anos (Steffen, 2015, p. 743). Mesmo considerando que essa fronteira ainda está dentro do espaço seguro, a tendência é piorar à medida que aumentam as emissões de  $\text{CO}_2$  (Richardson, 2023, p. 8).

## 5. Fluxos biogeoquímicas: ciclos Fósforo (P) e Nitrogênio (N)

As metas definidas para essa fronteira estão concentradas nos ciclos de Fósforo (P) e Nitrogênio (N), pois esses elementos constituem base fundamental da vida e seus fluxos estão sendo alterados pela agricultura e indústria (Richardson, 2023, p. 8) sendo que o primeiro fluxo (P) apresenta dois indicadores, global e local. No nível global, o limite para P foi mantido, isto é, 11 Tg por ano (11-100 Tg P yr<sup>-1</sup>) e para o nível regional 6,2 Tg por ano (6,2-11,2 Tg yr<sup>-1</sup>), esse indicador busca evitar a eutrofização<sup>31</sup> generalizada nos sistemas de água doce. As regiões agrícolas são as impactadas nesse fluxo, pois o uso de fertilizantes por essa atividade econômica interfere no fluxo de P (Steffen, 2015, p. 743).

Os limites do Nitrogênio também visam frear o risco da eutrofização dos ecossistemas aquáticos com a meta de 62 Tg por ano. Assim como o Fósforo, o impacto do Nitrogênio está relacionado com a aplicação de fertilizantes nas culturas agrícolas e

<sup>31</sup> “A **eutrofização** é um processo de multiplicação excessiva de algas, comum em ecossistemas aquáticos sem tanta movimentação, como lagos e represas. Apesar de significar uma quantidade excessiva de matéria orgânica presente na água, ela pode trazer diversos malefícios para os humanos e à própria natureza” (<https://www.ecycle.com.br/eutrofizacao/>).



medido a partir da fixação industrial e biológica de Nitrogênio refletida na qualidade da Água (Steffen, 2015, p. 744).

Essas metas estão em situação crítica, pois estão na zona vermelha, pois para o limite de 6,2 Tg para Fósforo, o indicador apurado foi 22,6 Tg, e para Nitrogênio, o limite definido foi 62 Tg e a situação computada foi 190 Tg (Richardson, 2023, p. 5). Esse cenário é severo, haja visto que o impacto dessa fronteira não fica limitado ao solo, pois o material químico utilizado nos fertilizantes flui para os rios e mares, ampliando o impacto negativo da superação dessa fronteira.

## 6. Alteração do sistema terrestre

O Sistema terrestre tratado nessa fronteira é a integridade da biosfera, isto é, florestas, bosques, savanas, pastagens, matagais, enfim todos os biomas do planeta (Steffen, 2015, p. 744). O foco dessa fronteira é analisar os processos biogeofísicos que regulam o clima através da troca de energia e água entre a superfície da terra e a atmosfera (Steffen, 2015, p. 744).

Os sistemas terrestres influenciam o clima para além de sua região, em particular as florestas tropicais, pois seu processo de evapotranspiração provoca impacto substanciais na estrutura climática global, assim as florestas boreais afetam a estrutura de albedo com a troca de energia regional (Steffen, 2015, p. 744). Em termos globais, a meta definida é ter como área de terra florestada como 75% (75–54%) da cobertura florestal original, sendo que esse indicador se refere a uma média ponderada dos limites dos três biomas florestais individuais e suas zonas de incerteza. Esse indicador apresentava o índice de 62%, mantendo essa Fronteira com o indicador amarelo (Steffen, 2015, p. 744).

As ameaças dessa fronteira são a atual conversão do uso da terra e os incêndios, que estão causando rápidas mudanças na área florestal, por exemplo, o desmatamento da floresta tropical amazônica aumentou de tal forma que agora transgrediu os limites do planeta (Richardson, 2023, p. 8). A mensuração, com auxílio de observações de satélite, apurou que não houve melhoria com o índice global de apenas 60% de cobertura florestal, assim, há poucas dúvidas de que a área florestal global continue diminuindo (Richardson, 2023, p. 8).

## 7. Uso de água doce

O nome dessa fronteira foi alterado, pois no texto de 2009, o nome dela era “Uso Global de Água Doce” (Rockström, 2009). Nas versões posteriores, foi mantido o limite do uso contínuo de água azul, isto é, rios, lagos, reservatórios e reservas renováveis de água (Richardson, 2023, p. 7). Enquanto o fluxo ecológico dos rios foi limitado em escala de bacia para a taxa máxima de retirada de água azul ao longo dos rios, com base na quantidade de água necessária para evitar mudanças de regime no funcionamento dos fluxos hídricos, isto é, a retirada mensal máxima como porcentagem da vazão média mensal do rio (Steffen, 2015, p. 744).



Na versão de 2023, houve a inclusão da água verde, a umidade do solo, ou seja, a água disponível para as plantas (Richardson, 2023, p. 7). Os limites dessa fronteira são alteração máxima do ciclo hídrico azul de 10,2% e de 11,1% de intervenção hídrica verde, sendo que os valores apurados no relatório de 2023 indicam 13,2% para o primeiro indicador e 15,8% para o segundo, nesse caso, ambos acima da fronteira segura (Richardson, 2023, p. 5).

## 8. Carregamento atmosférico de aerossóis

A partir do conceito de que os aerossóis afetam o funcionamento do sistema terrestre de várias maneiras, inclusive com efeitos graves na saúde humana, levando a cerca de 7,2 milhões de mortes por ano (Steffen, 2015, p. 744). Entretanto, a definição dessa fronteira é dificultada pelas suas múltiplas fontes naturais e causadas pelo homem, pelas diferenças na composição química, sazonalidade e vida atmosférica e, conseqüentemente, pela grande heterogeneidade espacial e temporal na distribuição e nos impactos climáticos e ecológicos dos aerossóis (Richardson, 2023, p. 7).

Contudo, foi definida a profundidade óptica do aerossol (AOD) como variável de controle genérica para o carregamento do aerossol. AOD é uma medida integrada da redução geral da luz solar que atinge a superfície da Terra, causada por toda a absorção e dispersão na coluna vertical de ar (Richardson, 2023, p. 7). A meta dessa fronteira foi definida como manter a diferença inter-hemisférica média anual em 0,1 e indicador apurado foi 0,076, isto é, dentro do limite (Richardson, 2023, p. 5).

## 9. Introdução de novas entidades

Essa fronteira, denominada como poluição química no relatório de 2009, trata de acompanhar a introdução antropogênica de novas entidades no Planeta, isto é, novas substâncias e novas formas de substâncias existentes, inclusive vidas modificadas. A preocupação dessa fronteira é com os efeitos geofísicos e/ou biológicos indesejados (Steffen, 2015, p. 744; Richardson, 2023, p. 6). Um exemplo dessas substâncias é a CFC (clorofluorcarbonos), produto químico sintético muito útil considerado inicialmente como inofensivo, mas apresentou um forte impacto negativo na camada de ozônio estratosférico (Steffen, 2015, p. 744). Há também os exemplos de microplásticos, desreguladores endócrinos e poluentes orgânicos; materiais radioativos mobilizados antropogenicamente, incluindo resíduos nucleares e armas nucleares; e modificação humana da evolução, organismos geneticamente modificados e outras intervenções humanas diretas em processos evolutivos (Richardson, 2023, p. 6).

Essa fronteira foi definida como 0% de liberação no sistema terrestre de produtos sintéticos não testados, pois foi considerado que os produtos sintéticos libertados para o ambiente exaustivamente testados apresentam o risco de efeitos prejudiciais reduzido. Ao mesmo tempo, essa definição assumiu que esta abordagem tem pontos fracos: “a disponibilidade de dados é incompleta; os estudos de segurança centram-se



frequentemente na toxicidade estritamente definida e não captam os “efeitos cocktail” das misturas químicas no ambiente nem os seus efeitos em condições específicas” (Richardson, 2023, p. 7). Essa fronteira foi violada, pois há quantidade expressiva de produtos químicos não testados a ser libertados no ambiente (Richardson, 2023, p. 7).

## 10 Hierarquia de limites

As fronteiras Mudanças Climáticas e Integridade da Biosfera foram consideradas os fenômenos emergentes em um sistema altamente integrado. Elas operam no nível de todo o sistema da Terra, coevoluíram e mantêm a influência recíproca, isto é, são reguladas pelas outras fronteiras e, por outro lado, regulam os sistemas abrangentes de nível planetário dentro dos quais as outras fronteiras operam (Steffen, 2015, p. 745). Assim, essas fronteiras devem ser reconhecidas como fronteiras planetárias centrais através das quais os outros limites operam (Steffen, 2015, p. 745).

A relevância socioecológica dessas duas fronteiras é que as ocorrências de grandes mudanças no clima ou na integridade da biosfera provavelmente, encerraria a Era Holoceno (Steffen, 2015, p. 745). Isto é, essas fronteiras têm o potencial de levar o sistema da Terra a um novo estado caso sejam transgredidos de forma substancial e persistente (Steffen, 2015, p. 737).

Por certo, a ruptura dessas fronteiras está provocando profundas alterações nas condições do planeta de nutrir a vida em seu seio, inclusive a humana. A atual Era, o Holoceno, época interglacial dos últimos doze mil anos permitiu que esse planeta, cujo sistema biogeofísico é complexo e autorregulado com interações mútuas entre a criosfera, atmosfera hidrosfera, biosfera e estratosfera, condições para evolução humana (Rockström, 2015). Pois, ao consolidar a Era Holoceno, o planeta gerou dinâmicas de ecossistemas e processos naturais com a estabilização das florestas tropicais, pântanos, florestas temperadas, enfim, os diversos biomas na biosfera que sustentaram o desenvolvimento da agricultura, base da formação da civilização (Rockström, 2015).

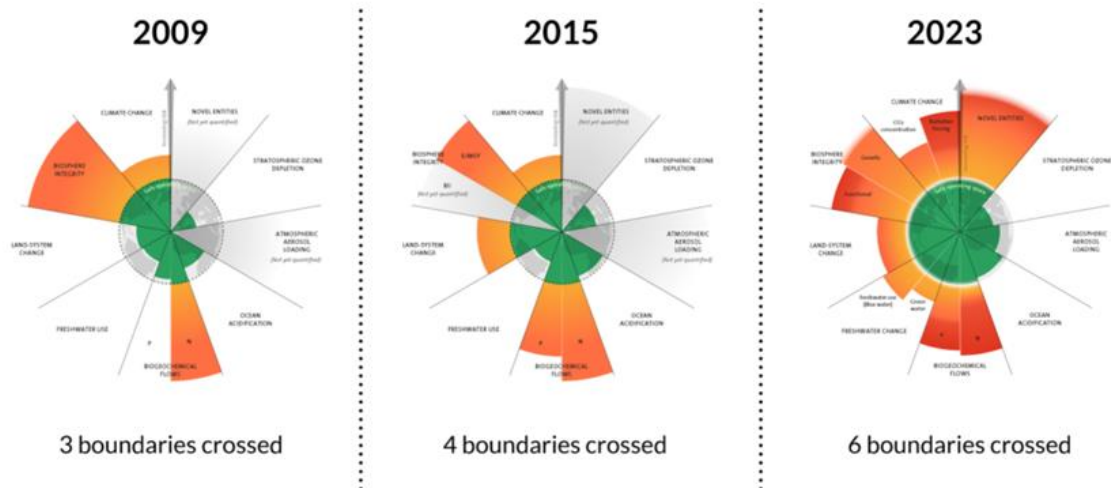
Para Rockström (2015), no processo de transformação de Eras, a humanidade se colocou “no assento do motorista planetário” e as principais respostas apresentadas pelas lideranças globais, Desenvolvimento Sustentável e Economia Verde, não alcançam a complexidade necessária para a superação dessa crise. A evolução da pesquisa sobre as fronteiras planetárias pois demonstra que essa pilotagem reforça a imagem do trem desgovernado em direção ao abismo. Considerando a dificuldade de entendimento das métricas, pois envolve variáveis biogeoquímicas, a Figura 1 - Evolução da Estrutura das Fronteiras Planetária, ajuda a compreender a evolução da deterioração das fronteiras planetárias. O ponto de atenção é que o cenário planetário está se degradando cada vez mais, pois em 2009 eram três fronteiras ultrapassadas, avançou para quatro fronteiras em 2015 e seis em 2023.

Assim, as fronteiras planetárias se mostram como métricas orientadoras essenciais para esse desenvolvimento ao delinear espaços operacionais seguros. Entre as Fronteiras em crise, Mudanças Climáticas tem sido foco de atenção pelo seu grande potencial, entretanto a análise concreta da crise climática deve ser entendida como eixo central



de processos inter-relacionados no complexo sistema planetário, as fronteiras estão conectadas com mútuas influências.

**Figura 1 – Evolução da Estrutura das Fronteira Planetárias**



Fonte: Stockholm Resilience Center, 2023.

## II Crise Climática

A fronteira que desperta urgente preocupação é a das Mudanças Climáticas. O risco envolvido nas mudanças climáticas é a perda da estabilidade vigente no Holoceno, provocando o colapso das condições planetárias de prover vida. As transformações socioambientais pelo incremento descontrolado das mudanças climáticas podem levar à barbárie, temida por diversos setores do movimento socioecológico, pois as disputas por nascente de rios e terras férteis já provocam conflitos e guerras.

A dimensão socioecológica dos riscos envolvidos na ruptura das Mudanças Climáticas foi apresentada por Lynas (2008) em sua obra *Seis Graus*. Nele, o autor, apoiado por investigação bibliográfica de diversos artigos científicos, estudos de projeções de impacto ambiental auxiliadas por modelos de computadores, e investigações paleoclimáticas, recuperando os cenários planetário de aquecimentos climáticos ocorridos em outras Eras da Terra (Lynas, 2008, p. 11), apresenta as consequências socioambientais do crescimento médio da temperatura, de grau a grau até o incremento do sexto grau na média atual no clima mundial. Mesmo o incremento de apenas um grau, gera alterações radicais nas condições socioambientais do planeta.

Pois, o impacto projetado para o incremento de um grau é o derretimento das geleiras ameaçar o suprimento de água para 50 milhões de pessoas; cerca de 80% dos recifes de coral em todo o globo morrerão; aumentam os danos costeiros causados por inundações e tempestades (Lynas, 2008).

As consequências para o crescimento de 2°C é a redução da produção de cereais na África tropical de até 10%; em torno de 30% das espécies de seres vivos serão ameaçadas





de extinção e a camada de gelo da Groenlândia começará a derreter de forma irreversível (Lynas, 2008). No caso de 3°C, entre 1 bilhão e 4 bilhões de pessoas a mais enfrentarão falta de água; entre 1 milhão e 3 milhões de pessoas a mais morrerão de desnutrição e haverá início do colapso da floresta amazônica (Lynas, 2008). Para o incremento de 4°C, as safras de produtos agrícolas diminuirão entre 15% e 35% na África e até 80 milhões de pessoas a mais serão expostas à malária no continente; até 40% dos ecossistemas no mundo serão afetados. As consequências da elevação de 5°C seriam que as grandes geleiras desaparecerão; a elevação do nível dos oceanos ameaça locais como Londres e Tóquio; o sistema de saúde sofrerá uma sobrecarga com o aumento do número de casos de afetados.

Mas, a história tem mostrado que o cenário é mais dramático que o apontado no livro de Lynas, pois a crise já iniciou. Conforme a Organização Meteorológica Mundial (OMM), o índice de aumento da temperatura em relação já alcançou 1,2°C em 2020 e chegará ao patamar de 1,5°C em 2024 (UNEP, 2020). Em seu relatório de 2024, *State of the Global Climate 2023*, a OMM aponta que 2023 foi o ano mais quente já registrado, com uma temperatura média da superfície global de 1,45°C acima do nível de referência da era pré-industrial. O cenário apontado nesse relatório é que esta década é a mais quente já registrada, os recordes foram mais uma vez quebrados, e em alguns casos quebrados, em termos de níveis de gases com efeito de estufa, temperaturas da superfície, teor de calor e acidificação dos oceanos, aumento do nível do mar, extensão do mar Antártico gelo e o recuo das geleiras (WMO, 2024).

Nesse cenário, o risco de aumentos rápidos e incrementais de temperatura é iminente. O ciclo de mudanças climáticas descontroladas (*runaway climate change*) é uma das ameaças mais inquietantes (Löwy, 2009a, p. 7). Esse risco está cada vez mais concreto, pois os tímidos e insuficientes compromissos governamentais firmados nas COPs não avançam, inclusive o compromisso do acordo da COP de Paris enquanto o agravamento das mudanças climáticas já está presente no cotidiano da sociedade.

A associação dessa crise ecológica com a agressiva concentração de riqueza confirma a afirmação de Dowbor (2017, p. 17; 2021, p. 13) de que “estamos destruindo o planeta em proveito de uma minoria”, pois a riqueza gerada nessa destruição planetária está sendo apropriada por apenas 1% e condenando os demais 99% a angústia da incerteza de sobrevivência na disputa das sobras, e a amargura de todos às consequências da destruição socioecológico, inclusive os 1%.

Essa oligarquia não se sensibiliza para a crise porque acredita que não será afetada por ela, sua percepção é que está protegida na cega crença de sua tecnologia ou que o colapso planetário ocorrerá após a sua morte, nesse caso, não será seu problema enfrentar as consequências. Pode-se afirmar que as camadas mais pobres da sociedade já sofrem as consequências dessas transformações socioecológicas, contudo o cenário e suas tendências têm apontado as limitações nos resultados dessas tecnologias e o prazo do colapso está cada vez mais antecipado, cujas consequências atingirão todas as camadas da sociedade.



Entretanto, a questão transcende as consequências do egoísmo de concentradores de mercados e mercadorias, representantes da meritocracia da herança ou apropriação indébita da riqueza coletiva, pois se não for um Bill ou Elon, será Thomas ou Allan qualquer, pois a crise socioecológica é estrutural.

## **12 Crise socioecológica - Miséria para 99%, enriquecimento do capital**

A crise socioecológica envolve a associação do esgotamento dos recursos naturais e colapso climático com os profundos problemas na divisão justa da riqueza produzida. Essa íntima relação foi apresentada em números e gráficos pelo relatório OXFAM de 2022, cuja síntese é que a relação da concentração de renda e as emissões de um dos gases de efeito estufa (GEE) está alterando a estrutura climática, sendo que o 1% mais rico do mundo emite tanta poluição de carbono que os dois terços mais pobres da humanidade (OXFAM, 2024, p. 9).

O relatório Igualdade Climática - Um planeta para os 99% da OXFAM apresenta em síntese as três maneiras que a minoria oligárquica dos 1% influencia na degradação climática (OXFAM, 2023, P. 10):

1. Pela emissão de CO<sub>2</sub> de seu consumo, incluindo o dos seus iates, jatos particulares e estilos de vida luxuosos;
2. Pelos investimentos e participações em indústrias altamente poluentes e do seu interesse financeiro no status quo econômico; e
3. Pela influência indevida que exercem sobre os meios de comunicação, a economia, a política e a elaboração de políticas.

Em contrapartida, considerando que o total da riqueza produzida no mundo está em torno de U\$ 90 trilhões em 2014, e que a população mundial está em torno de 8 bilhões de pessoas, pode-se concluir que há volume de riqueza o suficiente para proporcionar a renda mensal de R\$ 20 mil por família de 4 pessoas, considerando a relação PIB e população brasileira, a renda mensal seria o equivalente R\$ 13 mil por mês, isto é U\$ 3 mil (Dowbor, 2022, p. 95). Mas a lógica do capitalismo é concentradora de riqueza, não apresenta a abertura de negociação para divisão igualitária e justa, pois mesmo com diversas promessas, essa concentração somente está cada vez mais agressiva.

Essa fúria está quantificada no relatório *Wealth: Having It All and Wanting More* da OXFAM (2015), a partir de dados da *Credit Suisse*, indica que 1% da população mais rica detinha 48% de toda a riqueza produzida, enquanto os demais 52% da riqueza estava dispersa nos demais 99% da população, e 85 bilionários tinham a mesma riqueza que a metade inferior da população do mundo (OXFAM, 2015, p. 2). A perspectiva desse estudo era de agravamento da diferença, pois a curva de acumulação projetava que em 2016, 1% da população teria a mesma quantidade dos demais 99% (50% para cada) e a partir deste momento, a parcela mais rica acumulará cada vez mais riqueza (OXFAM, 2015, p. 2). Essa projeção foi confirmada nos relatórios posteriores, pois a concentração de renda manteve a tendência de aumento, sendo que o 1% mais rico do mundo possui 43% de todos os ativos financeiros globais (OXFAM, 2024, p. 20).



Assim, o bem-estar da sociedade não é o objetivo final dessa estrutura, somente o frio cálculo do lucro e do retorno financeiro. Essa concentração da riqueza nas mãos de um por cento da população e o grande poder econômico e político das corporações contradizem os ensinamentos dos manuais das ciências econômicas. O “mercado” tem nome e mão visível e não é apenas uma simples dinâmica de oferta e procura, pois a oligopolização dessas forças aumenta seu poder conforme ele se apropria politicamente de segmentos dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

A voracidade do capital em relação à Natureza é estimulada pela crescente escassez no seu acesso e por não haver substituto. Essa escassez é transformada em extermínio pela lógica do lucro, pois quanto mais raro se torna um “recurso natural” mais seus preços se elevam e, conseqüentemente, cresce a rentabilidade do capital detentor do direito de exploração desse “recurso”, e o resultado social dessa busca “irracional” de lucro é quanto mais as riquezas naturais são ameaçadas, maior é voracidade de explorá-la até seu extinção (Dowbor, 2021, p. 38) e quando esgotam os recursos em um determinado país, as grandes corporações se deslocam para outro (Dowbor, 2021, p. 44).

A fúria da apropriação da Natureza não é uma questão de capitalista bonzinho ou perverso, mas da reprodução de uma lógica estrutural. As corporações são geridas por executivos que enfrentam o paradoxo: ou “performam”, maximizam os resultados e rendimentos dos acionistas, ou têm “vida curta na empresa” (Dowbor, 2021, p. 44). Para obter essa lucratividade, a estratégia corporativa é ter suas metas financeiras definidas pelo Conselho, formado pelos representantes dos “investidores”, e o comando da gestão entregue aos profissionais das áreas de finanças, marketing e jurídico, em uma relação impessoal com os acionistas, grupo formado por fundos de investimentos, bancos entre outros “investidores”, cuja orientação ética é apenas a busca do alto retorno de seu capital no curto prazo (Dowbor, 2021, p. 44).

Para suportar a pressão das métricas e manter sua fidelidade, os executivos são premiados com altíssimas remunerações, Korten (1996, p. 129) exemplifica essa situação: “Michael Milken recebeu meio bilhão de dólares em um ano de trabalho, vendendo ações de alto risco em Wall Street, outro exemplo é Thomas F. Frist Jr que recebeu US\$127 milhões em 1992 para exercer a função de diretor executivo do Hospital Corporation of America”. A explicação do ex-reitor da Universidade de Harvard, Derek Bok, para esse patamar salarial foi que “para ter certeza de que colocarão os interesses de curto prazo dos acionistas acima de todos os outros interesses que eles poderiam sentir-se tentados a levar em conta – como os dos funcionários, da comunidade e até a viabilidade de própria corporação a longo prazo” (Korten, 1996, p. 279).

O eixo de acumulação de riqueza se desloca, o lucro obtido pela mais valia no processo produtivo foi superado pela espoliação da riqueza social pelo retorno das aplicações financeiras especulativas. O controle desse sistema impessoal e concentrador de riqueza tem sua força vital no produtivismo e consumismo, e essa dinâmica tem se comportado como um trem sem freio a caminho do abismo socioecológico.



Essa concentração é confirmada pelos resultados estatísticos da ETH (Instituto Federal Suíço de Pesquisa Tecnológica). Esse centro de pesquisa partiu de uma amostra de 43.060 corporações contida no banco de dados Orbis 2007, com 30 milhões de empresas (Vitali, 2011). Seu objetivo foi analisar o inter-relacionamento de controle mútuo das empresas, isto é, uma empresa pode ser controladora e controlada por outra, ou por uma rede de outras, e esse domínio é estruturado por mútua participação de ações, *mutual cross-shareholdings* (Vitali, 2001). O resultado encontrado por essa pesquisa foi que o poder está altamente concentrado, pois apenas 737 das principais empresas (*top-holders*) detêm 80% do comando de todas as empresas transnacionais (ETN) e destes, 147 transnacionais formam o núcleo de poder da rede, isto é, controlam a si mesmas, além das demais da rede, e destes 75% são intermediários financeiros (Vitali, 2001). Para Dowbor (2017, p. 53), o estudo do ETH sobre rede mundial de controle corporativo ajuda na compreensão sobre concentração econômica e do crescimento do poder financeiro mundial, cada vez mais em rede. Essa pesquisa confirma uma nova etapa do capitalismo, a Era do Capital Improdutivo cujo poder central é exercido pelo comando impessoal do rentismo.

Porém, a sociedade, movida pela lógica capitalista, ao invés de frear o trem desgovernado do consumo, insiste na insana opção do crescimento contínuo do consumismo. Esse trem tem como combustível a publicidade e a obsolescência programada. Essa locomotiva impõe sua lógica através do forte gasto em publicidade e marketing, isto é, a projeção da plataforma Statista<sup>32</sup> (STATISTA, 2024) para os gastos com publicidade em todo o mundo devem atingir US\$ 1,089 trilhões em 2024, sendo que o maior mercado é a publicidade em TV e vídeo, com um volume de mercado de US\$ 337,50 bilhões em 2024. Esse volume financeiro garante a cumplicidade dos meios de comunicação e a ilusão que a felicidade está na compra da nova versão do produto, porém como o consumo não traduz nesse sentimento, a eterna frustração aprisiona a sociedade no ciclo consumo-frustração-mais consumo e, conseqüentemente, a acumulação do poder financeiro e político da classe detentora do capital.

A publicidade tem exercido o poder de influência sobre as necessidades de consumir através da manipulação mental. O modelo de sociedade imposto pela publicidade invadiu grande parte do cotidiano da sociedade como alimento, roupas, cultura, política, religião (Löwy, 2009b, p. 46-47). A publicidade impõe sua vontade com a apropriação das ruas, jornais, mídias e da atenção da sociedade. Para Löwy (2012b, p. 151), essa dinâmica “se trata de criar um novo modo de consumo e um novo modo de vida, baseado na satisfação das falsas necessidades produzidas artificialmente pela publicidade capitalista”. Além da publicidade, a obsolescência programada cria a necessidade artificial de consumo pela obsolescência programada. Essa obsolescência forjada tem uma relação vital com a propaganda, pois a primeira depende da ilusão de felicidade propagada pela segunda, e esta precisa da carência artificial produzida por ela como fator de oportunidade de novas vendas.

---

<sup>32</sup> Statista é uma plataforma global alemã de dados e business intelligence com uma extensa coleção de estatísticas, relatórios e insights sobre mais de 80.000 tópicos de 22.500 fontes em 170 setores.



A obsolescência programada ou planejada foi incorporada pela indústria como estratégia de vendas pelo incremento de consumo por substituição do bem já possuído por outro mais moderno ou em melhores condições. O planejamento da produção prevê um prazo de vida útil do bem que antecipa sua obsolescência. A redução da durabilidade do produto é “parte produtivista e consumista, e também precisa ser modificada” (Löwy, 2012a, p. 13). O termo “obsolescência planejada” foi atribuído ao desenhista industrial, Brooks Stevens, com sua definição: “instigar no comprador o desejo de possuir algo um pouco mais novo, um pouco melhor e um pouco mais rápido que o necessário” (Leonard, 2011, p. 174).

Löwy (2012, p. 13) exemplifica a obsolescência planejada com a geladeira de sua avó que durou quarenta anos, mas atualmente tem sua durabilidade reduzida para três anos para aumentar artificialmente a necessidade de comprar outro produto para substituí-la. Nesse sentido, Oliveira (2013) apresentou a lâmpada como exemplo de prática produtivista: “Nos anos 1920, uma simples lâmpada durava mais de 2500 horas. Percebendo, nesse caso, que as vendas seriam bem menores dada a elevada durabilidade do produto, os fabricantes rapidamente trataram de dar uma vida útil bem baixa a esse produto” e assim, reduziu sua vida útil para menos de 1.000 horas.

A obsolescência é uma estratégia mundial, cujo modelo de planejamento de processo produtivo está presente em todos os países. O documentário *Comprar, tirar, comprar* apresenta experiências e reflexões na Espanha, França, Alemanha, Estados Unidos e Gana com esse tema (Dannoritzer, 2010). Para Oliveira (2013), “a prática da obsolescência programada (proposital curta vida útil) se configura numa maquiavélica estratégia de mercado” cujo objetivo único é forçar que o consumidor não tenha alternativa diferente de efetuar nova compra.

### **13 Encontros Multilaterais, muito blablabla e nenhuma solução**

O debate mundial pela tomada de consciência sobre a necessidade de alcançar uma solução global para a crise ambiental do planeta intensificou-se no final do século XX. No entanto, alguns embates sobre questões ambientais aconteceram em encontros governamentais desde o século XIX, mas esses encontros abordaram apenas temas específicos. Os primeiros encontros ocorreram na cidade de Paris, em 1883, para debater sobre a proteção das focas do mar de Behring e em 1895, sobre a proteção dos pássaros úteis à agricultura (Barbieri, 2011, p. 28). Em 1949, houve a Conferência da ONU sobre a Conservação e Utilização de Recursos (UNSCCUR) na cidade de Nova Iorque, Estados Unidos (Benincá, 2010, p. 101).

A primeira conferência organizada pela ONU foi a Conferência Mundial do Meio Ambiente Humano em Estocolmo em 1972, que teve como objetivo tratar os seguintes temas: poluição atmosférica, da água e do solo provocadas pela crescente industrialização dos “países até então fora do circuito de economia internacional” (Ribeiro, 2010, p. 74). Esse Encontro foi marcado por conflito entre os países ricos e os países não desenvolvidos. O conflito de posicionamento entre as nações pode ser assim resumido: os países em desenvolvimento defenderam o direito do uso de suas riquezas



naturais no seu processo de crescimento e, por outro lado, os países ricos expressaram a preocupação com o esgotamento de recursos estratégicos e poluição (Sachs, 2009, p. 231).

Apesar da falta de harmonia entre os países sobre o papel do Estado no controle da poluição, a Conferência Estocolmo 1972 foi positiva por despertar nas nações e empresas a consciência da necessidade de gestão ambiental em todos os níveis. Os governos iniciaram uma nova etapa na política ambiental com a estruturação de ministérios, órgãos federais, leis e normas para controle e ambientais. Em paralelo, as empresas começaram a avaliar que o investimento em soluções ambientalmente responsáveis poderia ser fonte de lucros e não somente custo adicional. Nessas condições, a Conferência Rio 1992 encontrou situação mais fértil para debater soluções sustentáveis mundiais (Sachs, 2009, p.253), mas com a barreira ética do lucro, as soluções não podem reduzir seus lucros, e sim, aumentá-lo.

A Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), Cúpula da Terra, ocorreu em junho de 1992 na cidade do Rio de Janeiro, com o objetivo de estabelecer acordos internacionais “que mediassem as ações antrópicas no ambiente” (Ribeiro, 2010, p. 108). A Cúpula da Terra foi um marco positivo, pois foram pactuados diversos compromissos visando uma sociedade mais sustentável. O documento mais importante firmado no encontro foi a Agenda 21, um extenso programa de ação com 40 capítulos que consolida e estrutura as resoluções da Conferência, com o objetivo de facilitar sua implementação nos diversos níveis. As diversas recomendações nela contidas seriam ainda subsídios para o seu detalhamento por Agendas 21 locais. Além da Agenda 21, foram aprovados os documentos Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e o Desenvolvimento e Convenção sobre Mudanças Climáticas, a Convenção da Biodiversidade.

O otimismo deixado pela Cúpula Rio 92 foi aos poucos foi sendo eliminado pela hegemonia das políticas neoliberais do Consenso de Washington, marcado pelo domínio do individualismo desconectado da ética da responsabilidade coletiva, pois conforme Thatcher, “A sociedade não existe. Existem homens, existem mulheres e existem família”, assim, a sociedade é capturada pelo compromisso do lucro a qualquer custo relevando o seu futuro às brasas das mudanças climáticas e as incertezas monetárias de sobrevivência. Nesse momento histórico. O encontro de Johannesburgo em 2002 foi frustrante.

Além dos Congressos, o outro formato de reuniões mundiais encontrado pelas Nações Unidas é a Conferência das Partes (COP). Uma COP de grande impacto foi a COP3 realizada em Quioto em 1997, pois nesse encontro as nações aprovaram o Protocolo de Quioto. Segundo esse compromisso, os países contidos no Anexo I da Convenção sobre Mudança do Clima devem reduzir as emissões antrópicas de gases de efeito estufa em pelo menos 5% abaixo dos níveis de 1990 no período entre 2008 e 2012. Essa redução poderia ser individual ou em conjunto (Barbieri, 2011, p. 36), porém esse mecanismo gerou a lógica do poluidor pagador, pouco contribuiu para reter as mudanças climáticas, apenas gerou negócios corporativos.





As COPs 28 em Dubai e 29 em Baku (Azerbaijão) foram definidas para ocorrer em países com economia baseada no extrativismo fóssil. que buscam conduzir a transição energética, cujo método de eliminação gradual dos combustíveis fósseis, por um lado é interessante por assumir a necessidade da superação da economia fóssil, por outro lado não atende a urgência dessa transformação, mesmo com o clamor da sociedade e da ONU. (UN, 2023) Simon Stiell, Secretário Executivo da ONU para as Alterações Climáticas, expõe a posição da ONU dessa urgência: “O relatório Global Stocktake divulgado este ano pela ONU sobre Alterações Climáticas mostra claramente onde o progresso é demasiado lento” (UN, 2023).

Em um cenário de urgência e emergência climática, a COP retorna para a América Latina<sup>33</sup>. Esse encontro ocorrerá em Belém, região amazônica, importante região florestal na contenção das mudanças climáticas e que está tensionada com disputa fóssil em relação ao projeto de extração fóssil na região da foz do Rio Amazonas.

O compromisso assumido pelas Nações na COP 21 em Paris de limitar o aquecimento médio global abaixo de 2° C, com limite ideal de 1,5° C acima dos níveis pré-industriais (UN-Brasil, 2015b) está severamente ameaçado, pois a sequência de debates e encontros mundiais para buscar caminhos e soluções para a crise ambiental não apresentaram soluções consistentes para a crise socioecológica. Assim, os encontros multilaterais apresentam compromissos sem profundidade e amplitude coerente com a Agenda 2030, apesar dos simpáticos discursos e relatório dos representantes governamentais, cuja síntese da Greta Thunberg é adequada blá-blá-blá. A encenação teatral desses encontros não produz soluções e compromissos para a crise socioecológica e muito menos, nos desvia da rota do abismo, pois apenas sabem acelerar o trem do crescimento contínuo.

## Considerações Finais

Os diversos estudos acadêmicos, documentos governamentais apontam para uma crescente crise ecológica que está provocando um planeta cada vez mais hostil à humanidade e demais seres. O grande risco é o esgotamento das condições de adaptação a essas condições. Esse cenário sombrio é fértil para a percepção que a humanidade está presa em uma gaiola de ferro, não há alternativa. A sociedade global não puxa o freio desse trem suicida porque está preso na gaiola de ferro do Deus Lucro, sendo que a chave para abrir essa prisão é a construção coletiva de outra ética civilizatória, retirando esse deus e seus símbolos dos nossos palcos sagrados e assumindo como ética uma sociedade nos altares são fundamentais.

O contraponto da visão distópica da gaiola da resignação, há a certeza de que outro mundo é possível, e que a indignação da compreensão concreta do cenário apresentado neste texto, pode provocar o desejo coletivo de construir outra sociedade. Essa consciência associada à esperança dessa construção é a energia utópica necessária para

---

<sup>33</sup> Anteriormente houve as COPs em Buenos Aires (COP 4 em 1998 e COP 10 em 2004) e em Lima (COP 20 em 2014).





a superação dessa crise, pois há a certeza de que o futuro não está definido, e sim, em disputa.

A inspiração é o caminho das raízes profundas na realidade concreta e ao mesmo tempo, grandes asas para mirar sonhos. Nesse sentido, conhecer a realidade concreta e a profundidade da crise socioecológica é fundamental para apontar saídas de problemas concretos imediatos e ao mesmo tempo, construção de uma outra lógica de sociedade, socialmente justa, ecologicamente integrada e solidária. A chave para abrir essa prisão é a construção coletiva de outra ética civilizatória, retirando esse deus e seus símbolos dos nossos altares sagrados e assumindo como ética uma sociedade socialmente justa, ambientalmente integrada e solidária.

### Referências

- BARBIERI, José C. *Gestão Ambiental Empresarial: Conceitos, Modelos e Instrumentos*. 3ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2011.
- BENINCÁ, Dirceu. *Água e Energia Para a Vida: O Movimento dos Atingidos por Barragens no Brasil (1991-2009)*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, PUC/SP, 2010.
- CASTELLANO, Gema. El Movimiento 'SOP: Sin Obsolescencia Programada' de Benito Muros define la Nueva Economía. 01 nov. 2012. Disponível em: [http://www.informativos.net/entrevistas/el-movimiento-sop-sin-obsolescencia-programada-de-benito-muros-define-la-nueva-economia\\_54108.aspx](http://www.informativos.net/entrevistas/el-movimiento-sop-sin-obsolescencia-programada-de-benito-muros-define-la-nueva-economia_54108.aspx). Acesso em: 10 abr. 2024.
- DANNORITZER, Cosima. OBSOLESCÊNCIA PROGRAMADA Comprar, tirar, comprar. 2010. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fzwTIGGY0Ds>. Acesso em: 02 fev. 2024.
- DOWBOR, Ladislau. *A Era do Capital Improdutivo. A nova arquitetura do Poder: dominação financeira, sequestro da democracia e destruição do planeta*. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.
- \_\_\_\_\_. *O Capitalismo se desloca: Novas Arquiteturas sociais*. São Paulo: Editora Sesc, 2020.
- \_\_\_\_\_. *Pão Nosso de Cada Dia: Opções econômicas para sair da crise*. São Paulo: Autonomia Literária, 2021.
- \_\_\_\_\_. *Resgatar a função social da economia: uma questão de dignidade humana*. São Paulo: Elefante, 2022.
- DUARTE, Lílian C.B.. *Política Externa e Meio Ambiente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.
- ECHEGARAY, Fabián. *A naturalização da obsolescência*. 6 de fevereiro de 2014. Disponível em: <http://www.ideiasustentavel.com.br/2014/02/a-naturalizacao-da-obsolescencia/>. Acesso em: 10 abr. 2024.
- IDEC, Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor; Market Analysis. *Ciclo de Vida de Eletrônicos*. Out. 2013. Disponível em [http://www.idec.org.br/uploads/testes\\_pesquisas/pdfs/market\\_analysis.pdf](http://www.idec.org.br/uploads/testes_pesquisas/pdfs/market_analysis.pdf). Acesso em: 10 jan. 2024.
- KORTEN, David C. *Quando as Corporações Regem o Mundo: Consequências da globalização da economia*. Trad. GIOVA, Anna Terzi. São Paulo: Futura, 1996.



- LEONARD, Annie; CONRAD, Ariane. *A História das Coisas: Da natureza ao lixo, o que acontece com tudo que consumimos*. Trad. MOURÃO, Heloisa. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- LYNAS, Mark. *Seis graus: O aquecimento global e o que você pode fazer para enviar uma catástrofe*. Trad. VALENTE, Roberto Franco. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2008.
- LÖWY, Michael. *Ecologia e Socialismo*. São Paulo: Cortez Editora, 2005.
- \_\_\_\_\_. Os piores cenários possíveis. *Le Monde Diplomatique Brasil*, dezembro de 2009a, p. 6-7. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/os-piores-cenarios-possiveis/>. Acesso em: 03 abr. 2024.
- \_\_\_\_\_. *Ecossocialismo e planejamento democrático*. Trad. BOITO, Sofia. In: *Crítica Marxista*, n.28. Campinas: 2009b, p.35-50.
- \_\_\_\_\_. *Ecossocialismo: alternativas de desenvolvimento para superar o modelo produtivista-consumista*. IN: ABONG. *Por um outro Desenvolvimento*. Página 7 – 15. 2012a. Disponível em: <http://www.abong.org.br/final/download/porumoutrodesenvolvimento.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2024
- \_\_\_\_\_. *Crise ecológica e crise de civilização: a alternativa ecossocialista*. In: LÉNA, Philippe; NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do (org.). *Enfrentando os limites do crescimento: sustentabilidade, decrescimento e prosperidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012b, p. 147 - 156.
- \_\_\_\_\_. *Qu'est-ce que l'écossocialisme?* Montreuil: Les Temps des Cerises, 2020.
- MARQUES, Luiz. *O Decênio Decisivo: Propostas para uma política de sobrevivência*. São Paulo: Elefante, 2023.
- MILANEZ, Francisco. *Desenvolvimento Sustentável*. In: CATTANI, Antônio David (org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003, p. 76-84.
- NEW SCIENTIST. Special report: How our economy is killing the Earth. 15 out. 2018a, p. 40-41. Disponível em: <https://www.newscientist.com/article/mg20026786-000-special-report-how-our-economy-is-killing-the-earth/?ignored=irrelevant>. Acesso em: 10 jan. 2024.
- \_\_\_\_\_. Special report: The facts about overconsumption. 15 out. 2018b. Disponível em: <https://www.newscientist.com/article/dn14950-special-report-the-facts-about-overconsumption/>. Acesso em: 10 jan. 2024.
- OLIVEIRA, Marcus Eduardo de. *A idéia em torno do Socialismo Ecológico*. 30 Dez. 2010. Disponível em: <http://www.ecodebate.com.br/2010/12/30/a-ideia-em-torno-do-socialismo-ecologico-artigo-de-marcus-eduardo-de-oliveira/>. Acesso em: 10 fev. 2024.
- \_\_\_\_\_. *Na contramão das atitudes sustentáveis: a obsolescência programada*. 23 jan. 2013. Disponível em: <http://www.ecodebate.com.br/2013/01/31/na-contramao-das-atitudes-sustentaveis-a-obsolescencia-programada-artigo-de-marcus-eduardo-de-oliveira/>. Acesso em: 10 fev. 2024.
- OXFAM. *Governar para las elites: Secuestro democrático y desigualdade económica*. 20 jan. 2014. Disponível em: <http://www.oxfam.org/sites/www.oxfam.org/files/bp-working-for-few-political-capture-economic-inequality-200114-es.pdf>. Disponível em: 10 maio 2023.



\_\_\_\_\_. Wealth: Having It All and Wanting More. 19 jan. 2015. Disponível em: [http://www.oxfam.org/sites/www.oxfam.org/files/file\\_attachments/ib-wealth-having-all-wanting-more-190115-en.pdf](http://www.oxfam.org/sites/www.oxfam.org/files/file_attachments/ib-wealth-having-all-wanting-more-190115-en.pdf). Acesso em: 10 abr. 2024.

\_\_\_\_\_. Igualdade Climática - Um planeta para os 99%. Nov. 2023. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/justica-climatica-e-amazonia/igualdade-climatica-um-planeta-para-os-99/>. Acesso em: 10 fev. 2024.

\_\_\_\_\_. Desigualdade S.A. Como o poder das grandes empresas divide o nosso mundo e a necessidade de uma nova era de ação pública. Jan. 2024. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/forum-economico-de-davos/desigualdade-s-a/>. Acesso em: 10 fev. 2024.

PADILHA, Valquíria; BONIFÁCIO, Renata C. A. Obsolescência Planejada: arma estratégica do capitalismo. 10 set. 2013. Disponível em: <http://outraspalavras.net/outrasmidias/destaque-outras-midias/obsolescencia-planejada-arma-estrategica-do-capitalismo/>. Acesso em: 10 fev. 2021.

PNUMA, Rumo a uma Economia Verde: Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável e a Erradicação da Pobreza. 2011. Disponível em: [Economia verde | PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente \(unep.org\)](http://economia.verde.org.br/programa-das-nacoes-unidas-para-o-meio-ambiente). Acesso em 20 dez. 2023.

RIBEIRO, Wagner Costa. A Ordem Ambiental Internacional. 2ª Edição. São Paulo: Contexto, 2010.

RICHARDSON, Katherine et al. Earth beyond six of nine planetary boundaries. 13 set. 2023. *SCIENCE ADVANCES*, 13 set. 2023, Vol 9, Issue 37. DOI: 10.1126/sciadv.adh2458. Disponível em: <https://www.science.org/doi/10.1126/sciadv.adh2458>. Acesso em: 17 mar. 2024.

ROCKSTRÖM, Johan. Bounding the Planetary Future: Why We Need a Great Transition. Abr. 2015. Disponível em: <https://greattransition.org/publication/bounding-the-planetary-future-why-we-need-a-great-transition#top>. Acesso em: 15 fev. 2024.

ROCKSTRÖM, Johan et al. Planetary Boundaries: Exploring the Safe Operating Space for Humanity. In: *Ecology and Society* 14(2): 32, 2009. Disponível em: <https://www.ecologyandsociety.org/vol14/iss2/art32/>. Acesso em: 10 jan. 2023.

\_\_\_\_\_. Safe and just Earth system boundaries. 31 maio 2023. *Nature* (2023). Disponível em: <https://doi.org/10.1038/s41586-023-06083-8>. Acesso em: 5 mar. 2024.

SACHS, Ignacy. A Terceira Margem: em busca do Ecodesenvolvimento. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

STATISTA. Advertising – Advertising – Worldwide. Abr. 2024. Disponível em <https://www.statista.com/outlook/amo/advertising/worldwide>. Acesso em: 15 abr. 2024.

STEFFEN, Will. Planetary boundaries: Guiding human development on a changing planet. 15 jan 2015. *SCIENCE*. 15 Jan 2015 Vol 347, Issue 6223, p. 786. DOI:10.1126/science.1259855. Disponível em <https://www.science.org/doi/10.1126/science.1259855>. Acesso em 05 fev. 2023.

STOCKHOLM RESILIENCE CENTER. Planetary boundaries. 2023. Disponível em: <https://www.stockholmresilience.org/research/planetary-boundaries.html>. Acesso em: 10 abr. 2024.

UN. New Analysis of National Climate Plans: Insufficient Progress Made, COP28 Must Set Stage for Immediate action. 14 nov. 2023. Disponível em: <https://unfccc.int/news/new-analysis-of-national-climate-plans-insufficient-progress-made-cop28-must-set-stage-for-immediate>. Acesso em: 02 abr. 2024.



UN-Brasil. Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. 19 out. 2015a. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2024.

\_\_\_\_\_. Conferência das Partes. 12 dez. 2015b. Disponível em: [brasil.un.org/sites/default/files/2020-08/Acordo-de-Paris.pdf](https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-08/Acordo-de-Paris.pdf). Acesso em: 02 abr. 2024.

UNEP. O aumento alarmante da temperatura global. 21 jan. 2022. Disponível em: <https://www.unep.org/pt-br/noticias-e-reportagens/reportagem/o-aumento-alarmando-da-temperatura-global>. Acesso em: 4 fev. 2023.

VITALI, Stefania et al. The Network of Global Corporate Control. 26 out. 2011. Disponível em: <http://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0025995>. Acesso em 01 Mar. 2023.

WMO. State of the Global Climate 2023. WMO-No. 1347. 2024. Disponível em: <https://library.wmo.int/idurl/4/68835>. Acesso em: 01 abr. 2024.

WWF. Living Planet Report 2012. Biodiversity, biocapacity and better choices. Disponível em [http://d3nehc6yl9qzo4.cloudfront.net/downloads/lpr\\_2012.pdf](http://d3nehc6yl9qzo4.cloudfront.net/downloads/lpr_2012.pdf). Acesso em 10 abr. 2024.

\_\_\_\_\_. Relatório Planeta Vivo. Disponível em: [https://wwflpr.awsassets.panda.org/downloads/relatorio\\_planeta\\_vivo\\_2022\\_1\\_1.pdf](https://wwflpr.awsassets.panda.org/downloads/relatorio_planeta_vivo_2022_1_1.pdf). Acesso em: 10 abr. 2024.



## **A internet, a democracia e a captura das paixões**

*The Internet, Democracy and the Manipulation of Passions*

**DOI:** 10.23925/1806-9029.36i1(65)67286

**Autora:** Daniela Theuer - Doutora em Ciências Sociais (Ciência Política) pela Faculdade de Economia e Ciências Sociais da Universidade de Tübingen. E-mail: daniela.theuer@tutamail.com; Orcid <https://orcid.org/0009-0006-2964-7854>.

### **Resumo**

Por que e de que forma as redes digitais de comunicação e informação tiveram, além de seus aspectos informativos e de conexão, um forte efeito de polarização social e impacto negativo sobre a democracia? Este é um tema complexo e multifacetado. O presente artigo discute como as práticas adotadas pelas grandes corporações digitais contribuíram com a ascensão e amplificação de movimentos autoritários. Diversos fatores levam a este fenômeno, incluindo 1) a estrutura capilarizada da internet, que levou a uma fragmentação da base informacional; 2) a lógica econômica extrativista da nova economia digital com seus algoritmos que buscam maximização de lucro, direcionando os usuários a conteúdos conspiracionistas, recompensando engajamento de qualquer teor e aglomerando pessoas e grupos originalmente distintos; e 3) técnicas viciantes. Por conta das recompensas a conteúdos estridentes e polarizadores e a exploração dos afetos na rede, o resultado parece inevitável. Isto não significa que a trajetória não possa ser alterada.

**Palavras-chave:** Democracia. Algoritmo. Redes Sociais. Autoritarismo. Polarização.

### **Abstract**

Why and how have digital communication and information networks had, in addition to their informative and connecting aspects, a strong effect of social polarization and a negative impact on democracy? This is a complex and multifaceted topic. This article discusses how practices adopted by large digital corporations contributed to the rise and amplification of authoritarian movements. Several factors led to this phenomenon, including 1) the capillarized structure of the internet, which has led to a fragmentation of the information base; 2) the extractive economic logic of the new digital economy with its algorithms that seek to maximize profit, directing users to sensationalist and conspirational content, rewarding engagement and bringing together originally distinct people and groups; and 3) addictive techniques. Because of the rewards for strident, polarizing content and the exploitation of affects online, the outcome seems inevitable. This does not mean that the trajectory cannot be changed.

**Keywords:** Democracy. Social Networks. Algorithm. Authoritarianism. Political polarization.

**JEL:** D72, D83, L86, O33



## Introdução

Nos anos 2000, uma chamada “onda rosa” tomou conta da América Latina (Lissardi, 2022)<sup>34</sup>. O surgimento de novos atores políticos a nível nacional ocorria em um contexto de crescente questionamento ao modelo econômico neoliberal dominante a partir da década de 1980, com as políticas de Ronald Reagan nos Estados Unidos da América e de Margareth Thatcher na Grã-Bretanha. Essa ideologia pregava o Estado mínimo, o desmantelamento de sindicatos, a abertura comercial, e levou à crescente financeirização da economia. Essa “onda” encontraria, nos anos 2010, um contramovimento não apenas à direita, mas de uma nova extrema-direita ascendente (que, no caso do Brasil, chegou ao poder em 2018). Como ondas antagônicas se encontrando em um mar turbulento, discursos se chocaram, a nível individual, social e político. No Brasil, após um período de bonança (devido, parcialmente, ao boom de *commodities* puxado pelo crescimento da China), a ampliação de políticas sociais foi substituída por crises financeiras e políticas, passando pelo impedimento e uma presidente e a ascensão de um movimento de matiz autoritária, com ataques à imprensa, intelectuais, artistas, ONGs, populações indígenas e fortemente à população LGBT+. Acompanhava esse movimento uma polarização social e crescente onda de crenças em movimentos negacionistas, conspiratórios e difamações as mais diversas, incluindo de alguns grandes empresários, como George Soros ou, mais recentemente, Bill Gates.<sup>35</sup> A ascensão destes movimentos ocorre não apenas na América Latina, mas também em países da Europa, Ásia e América do Norte, por exemplo, e em alguns casos a transformação dos países em autocracias já está ocorrendo ou ocorreu. A pergunta é: como chegamos até aqui?

Propõe-se, neste artigo, analisar a influência do modo de funcionamento das tecnologias digitais de comunicação, em especial redes sociais como Facebook e Instagram e plataformas de vídeo como o YouTube, na ascensão de políticos, dentro do jogo democrático, que visam destruir este mesmo jogo.<sup>36</sup> A tese defendida é que eles não teriam ganhado espaço como ganharam sem as redes digitais, ou se elas funcionassem de outra forma. A lógica estrutural e o tipo da lógica de maximização de lucro praticamente irrestrita que se instalou nos serviços digitais foram parte propulsora considerável para a ascensão dos novos movimentos autoritários (de cunho assustadoramente similar ao nazismo) que se propagaram nas últimas décadas. Esse tipo de movimento é especialmente preocupante porque já sabemos aonde pode levar, de forma que se faz necessário compreender como se constrói e quais as medidas possíveis a serem tomadas para que a democracia representativa como método de negociações pacíficas de pontos de vistas diversos possa se renovar, buscando consertar suas mazelas,

---

<sup>34</sup> Termo cunhado posteriormente pelo jornalista Larry Rohter, então correspondente do jornal americano New York Times, com a eleição de Tabaré Vázquez no Uruguai (em 2004). O termo “onda rosa” fazia alusão ao fato de se tratar, majoritariamente, de governos sociais-democratas (e não comunistas ou socialistas), que na América Latina se deu após outra pequena “onda rosa” ocorrida na Europa, quando o Partido Trabalhista inglês ascendeu ao poder na Grã-Bretanha e Lionel Jospin do Partido Socialista francês acabou se tornando primeiro-ministro na França sob o governo de Jacques Chirac (ambos os países europeus se viram perante um crescente movimento da extrema-direita posteriormente, e não só eles). Outros movimentos que se fortaleceram foram o ambiental, de ações afirmativas, de empoderamento das mulheres etc.

<sup>35</sup> Baseio-me aqui em observações próprias com a sugestão de que sejam feitos mapeamentos mais sistemáticos desta evolução. Retornarei a ela mais adiante no texto.

<sup>36</sup> De certa forma, a tecnologia será vista como variável independente (mas não neutra), e a política como dependente, mas, a bem da verdade, as influências na lógica que se mantém são recíprocas.





e consolidar. Assim, a grande parcela da energia social e individual capturada para fins de “guerras” de poder poderia voltar ser direcionada para a resolução dos grandes problemas que colocam em risco a sobrevivência da própria humanidade.<sup>37</sup>

### **Uma nova tecnologia: uma breve história da internet e dos conglomerados empresariais que assumiram o controle de seu uso<sup>38</sup>**

Em geral, as pessoas que usam as redes digitais não se dão conta da lógica organizadora delas. São de extrema relevância, para a análise aqui proposta, dois grandes aspectos da internet (e do *world wide web*) como a conhecemos e utilizamos hoje: sua lógica estrutural e sua lógica econômica. Ambas são definidoras para o modo como o acesso à informação, a comunicação e o mercado funcionam hoje em boa parte do mundo. Para entender como ela se estruturou, voltemos aos seus inícios.

#### **Uma breve história do surgimento da rede**

O lançamento do satélite Sputnik para o espaço em 1957 veio como um choque para os estado-unidenses. Como podia a União Soviética estar à frente na corrida espacial? Os americanos reagiram, entre outros, com a fundação da ARPA (Advanced Research Projects Agency) como parte do Ministério da Defesa para desenvolver novas tecnologias na área de comunicação e transmissão de dados e voltar a ter uma vantagem competitiva em relação ao seu adversário na Guerra Fria. A ideia por trás da ARPANET, a rede da agência lançada em 1969, era evitar que a comunicação pudesse ser bloqueada no caso de um ataque (nuclear). Mas, apesar da ARPANET ter tido sua origem na Defesa, seu uso não foi apenas militar. A rede servia também de canal de comunicação entre departamentos públicos e para uso acadêmico (entre universidades e pesquisadores). Esta fase pode ser descrita como o encontro entre três tipos de “cultura”: a militar, a acadêmica, e a dos “*freaks*” (ou seja, dos programadores vidrados pela nova tecnologia) (Mandel Van Der Leun, 1998).

Essas culturas foram se separando aos poucos, ficando a estrutura militar ligada rudimentarmente à rede mais ampla que surgia (mas com fortes precauções de segurança). Os pesquisadores acadêmicos criaram uma rede própria, que foi posteriormente engolida pela internet. Os “*freaks*” continuaram desenvolvendo a rede em uma velocidade surpreendente, incluindo a cultura digital e muitas das ferramentas que foram incorporadas ao futuro World Wide Web (WWW). A rede que tinha a capacidade de conectar redes, a evolução da capacidade de dados e conexão expandiram-se de forma vertiginosa nos anos que se seguiram.

<sup>37</sup>Refiro-me à mudança climática e ao armamento nuclear, conforme também o ex-embaixador, representante do Brasil na ONU e então presidente do *Pugwash Conferences on Science and World Affairs* (comunidade de cientistas pelo desarmamento nuclear iniciada por Albert Einstein e Bertrand Russel), Sergio Duarte, apontados em curso do *Innsaid (Innovation and Science Diplomacy School)* em 2021. Ocorre que também a humanidade interna das pessoas anda em perigo, como bem aponta Zuboff (2019), exatamente por conta do que ocorre nas redes digitais.

<sup>38</sup>Será considerada aqui a estrutura e lógica desenvolvida a partir da tecnologia americana, usada em boa parte do mundo, mas não em todos os países (e nem da mesma forma).





Os protocolos *host-to-host* foram evoluindo, em 1972 o símbolo @ foi integrado ao programa de e-mail; em 1982, o protocolo TCP/IP (protocolo de transmissão para a internet) foi estabelecido como padrão para a ARPANET. A rede sofreu divisões e expansões, e em 1984 foi definido o sistema de nomes para domínios online (DNS, *Domain Name System*). Em 1986 ocorreu uma explosão de possibilidades de conexão, em especial para universidades. “Internet” acabou por se estabelecer como termo para se referir à conexão entre as redes ao final dos anos 1980.

O desenvolvimento do WWW iniciou-se em 1989 no Centro Europeu de Física de Partículas (CERN)<sup>39</sup>, indo ao ar em 1993. Sua base era uma estrutura de hipertextos, que formava uma rede com pontos de conexão em vez de uma estrutura hierárquica de comunicação. As conexões dentro da rede passaram a ocorrer via links. Em 1994, foi fundado o W3C (World Wide Web Consortium), uma associação internacional de grandes empresas de tecnologia que passaria a discutir e definir novos padrões e protocolos para a rede (W3C, s.d.).<sup>40</sup>

Com o WWW tomando conta da internet, ocorreu uma nova explosão de uso e desenvolvimento da rede. Com sua semântica e estrutura aberta, ela agora poderia ser expandida e alterada constantemente, tornando-se atemporal. Além disto, cada usuário, cada grupo e cada objeto na rede poderia se tornar também um emissor de informação (LÉVY, 1998). A superfície gráfica do WWW e o desenvolvimento do explorador da web Mosaic criaram padrões que permitiram o uso comercial da rede de computadores, antes restrita principalmente a instituições de pesquisa e universidades. Assim, surgiram os primeiros negócios de vendas online. Em 1995, o registro de domínios *online* passou a ser cobrado. Em maio de 1997, a *Network Solutions* registrou 2 milhões de domínios, que iam sendo negociados a preços cada vez mais elevados, e a partir de outubro de 1998 o registro de domínios e os endereços de IP passaram a ser geridos pela ICANN (*Internet Corporation for Assigned Names and Numbers*). No início dos anos 2000, *e-commerce* e economia digital eram os queridinhos do mercado nos quais se faziam altas apostas de investimentos.

Foram mudanças velozes e radicais, hoje parecendo quase banais de tanto assimiladas. Os fluxos de informação e comunicação passaram a ser digitalizados de forma crescente e quase totalizante dentro de uma estrutura de comunicação mediada por máquinas que poderiam ser programadas – o que viria ser ao mesmo tempo uma bênção e uma maldição para as pessoas, a sociedade – e a democracia.

## ○ surgimento dos grandes conglomerados empresariais na rede

Nos anos 1970, alguns dos “*freaks*” mencionados acima fundaram duas empresas que viriam a ser conhecidas mundialmente nas décadas seguintes: Microsoft e Apple. Ambas conseguiram um grande espaço no mercado nos anos 1980, a Microsoft associando o sistema operacional MS-DOS aos computadores da IBM em 1981 e posteriormente

<sup>39</sup>Baseado na proposta de Tim Berners-Lee para uma troca de informações mais eficiente na internet. Em 1991 a ideia estava pronta.

<sup>40</sup>Críticos chamariam Berners-Lee de “tirano” (SPIEGEL 2000, p. 56). O mesmo era dito sobre Shockley.



lançando o sistema *Windows* (1985), enquanto a *Apple* era bastante popular entre programadores e designers com seu *Macintosh*. A *Apple* lançou seu *iMac* ao final dos anos 1990, dando início a uma série de dispositivos e sistemas cada vez menores que tomariam o mercado de computadores, e ao final se difundindo colossalmente na forma de *smartphones* na década de 2010. A *Microsoft* continuou seu percurso de software prevalentemente para PCs (fixos ou móveis). Ambas se tornaram gigantes do setor, com guerras comerciais e judiciais por conta de suas estratégias de negócios. Ao lado dessas grandes novas empresas, nos anos 1990, surgiram inúmeros novos jogadores no mercado que também queriam explorar aquele novo espaço cheio de possibilidades aparentemente ilimitadas. Os investimentos na área digital se multiplicaram, destacando-se como local de inovação o Vale do Silício, como seria chamado posteriormente, no Oeste dos Estados Unidos, onde novas empresas atraíam somas imensas de dinheiro de investidores de risco e de bancos.

O Vale do Silício era uma região que apresentava várias condições propícias para o surgimento de um ecossistema digital. Era um local com vantagens tributárias, e a ida de *William Shockley*, que havia trabalhado no desenvolvimento do primeiro transistor na *AT&T*, para a região nos anos 1950 para fundar uma empresa de semicondutores, iniciou toda uma nova fase de empreendimentos. Ele acabou sendo incentivado, entre outros, pela *Universidade de Stanford*, que ofereceu um terreno no que hoje se chamaria de incubadora de *start-ups*. Coincidiu a escolha com o fato de haver já outra empresa localizada na região, a *Hewlett-Packard* (fundada em 1938), que viria a ser um grande *player* no mercado de computadores e impressoras. *Shockley* e outros iniciaram uma grande campanha para atrair os melhores pesquisadores da época, entre eles os futuros fundadores da *Intel*, para o Vale.

Os investidores buscavam, nos anos 1990, negócios com potencial para explorar as possibilidades comerciais da internet, a rede das redes que abria inúmeras perspectivas de uso por conta do potencial de conexão e acesso a empresas a partir dos computadores individuais. Surgiram naquela década a *Google* (1994) e a *Amazon* (1997), enquanto a *Apple* quase foi à falência em 1997, mas conseguiu se reinventar. Os anos 90 foram também um período em que foram desenvolvidos os *cookies* (desde 1994) para exploradores como o *Netscape*, ou seja, arquivos de texto com pequenos fragmentos de dados – como nome de usuário e senha – usados para identificar um computador que usa uma rede. Iniciou-se, ali, uma preocupação maior com a proteção de dados no meio digital.<sup>41</sup> Mas o debate, que se dava em um contexto de grande pressão por abertura (financeira, comercial) e prioridade para interesses do mercado dentro do *mainstream* neoliberal vigente, foi redirecionado para um debate sobre “autorregulação” empresarial (*Zuboff*, 2019, p.87). Pode-se dizer que, ali, no final dos anos 1990 e início dos anos 2000, esteve uma das bifurcações mais visíveis que levaram aos problemas que vemos hoje.

---

<sup>41</sup>O uso de *cookies* foi contestado em 1996/97 pela *Federal Trade Commission* (Comissão Federal de Comércio) dos Estados Unidos, mas isso sofreu grande resistência por parte das empresas, especialmente dos anunciantes. A administração *Clinton* barrou *cookies* dos sites federais no ano 2000 e enviou um projeto de lei em 2001 para a regulação deles.



## Nem clientes, nem produtos: quando os usuários passaram a ser recursos

No início dos anos 2000, a economia digital entrou em crise. O uso comercial da internet parecia não ser tudo aquilo que se esperava, e a bolha implodiu, levando consigo muitas empresas. A Google ficou muito pressionada por não conseguir monetizar o seu mecanismo de busca *Search* de maneira a atender as expectativas de seus investidores. Mas seus engenheiros já haviam percebido uma coisa: de que talvez houvesse outro caminho para se ganhar dinheiro do que vendendo sua tecnologia de busca ou licenciando-a para corporações maiores. Descobriram o que Shoshana Zuboff denominou *behavioral surplus* (excedente comportamental).<sup>42</sup> A empresa percebeu que as buscas geravam muitas informações que não se utilizava, e entrou com um pedido de patente para seu uso em 2001, que foi concedida em 2004, ano da explosão de seu faturamento, que continuaria aumentando galopantemente ao longo das duas décadas seguintes, à medida que o efeito se multiplicava. Outras patentes pedidas no início dos anos 2000 foram concedidas naqueles mesmos anos ou após aproximadamente dez anos, muitas delas entre 2011 e 2014.

A proteção da privacidade dos usuários perdeu o embate nas agências de regulação estado-unidenses por conta de dois fatores principais: 1) o já mencionado *mainstream* da ideologia neoliberal, que, entre outros, defendia o lucro das empresas como seu único objetivo, em detrimento da proteção aos usuários/ consumidores, e se voltava contra qualquer regulação ou supervisão estatal; e 2) os ataques terroristas de 11 e setembro de 2001 às torres gêmeas em Nova Iorque, evento que acabou atropelando a proteção de dados, promovendo a captura, vigilância e o uso dos dados pessoais na internet em nome da segurança pública na “guerra” ao terrorismo. Ambos os fatores acabaram por impulsionar o crescimento de um mercado cada vez mais predatório de dados das pessoas, com a dominação de mercado e lucros exorbitantes para algumas poucas empresas.

A rede como sistema de busca de informação e de conexão digital passou de tal forma a suas mãos que logo a comunicação e a própria vida não pareceriam mais poder transcorrer senão através delas. Isto se reflete no faturamento bilionário destas empresas e em seu poder de mercado. O YouTube, como parte da Alphabet (à qual pertence o Google, entre outros) sozinha faturou US\$ 86 bilhões em 2023; a Meta (à qual pertencem Facebook, Messenger, Instagram e WhatsApp, desde 2021), faturou US\$ 134,9 bilhões, com lucro de US\$ 46,75 bilhões, no mesmo ano, e a Amazon a aproximadamente US\$ 575 bilhões (Meta (s.d.); Meta (2024); Jiménez, M. (2024); Spagnuolo, S., Martins, L. (2022)). Estes valores se devem ao crescente acúmulo de dados, aumento de usuários e de tempo na tela por parte das pessoas.

---

<sup>42</sup>Para o histórico das grandes empresas do setor, ver Zuboff (2019).



O Quadro 1 mostra como isso foi evoluindo em termos de faturamento a exemplo da Google/Alphabet (desde 2015) e o Quadro 2 mostra o poder financeiro e a dominação de mercado de algumas das grandes empresas definidoras do uso das redes traçado a seguir.

**Quadro 1: Faturamento anual Google/Alphabet (anos iniciais e recentes), vários anos (em US\$)**

Ano	2000	2001	2002	2003	2004	...	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Google/ Alphabet (a partir de 2015)	~20 <i>milhões</i>	86 <i>milhões</i>	347 <i>milhões</i>	1,5 <i>bilhão</i>	3,2 <i>bilhões</i>	...	~55 <i>bilhões</i>	161,8 <i>bilhões</i>	182,5 <i>bilhões</i>	257,6 <i>bilhões</i>	282,8 <i>bilhões</i>	307,4 <i>bilhões</i>
								Lucro 34,3 <i>bilhões</i>	Lucro 41,2 <i>bilhões</i>	Lucro 76 <i>bilhões</i>	Lucro 59,9 <i>bilhões</i>	Lucro 73 <i>bilhões</i>

Fontes: Zuboff (2019); Muller, N. (2024); Poder 360 (2023) ; G I (2020); Santino, R. (2021); Poder 360 (2022).; valores arredondados.

Com o domínio tecnológico de empresas avançando sobre a rede, foi-se desenvolvendo uma lógica empresarial que coloca o ser humano na posição fonte de recurso a ser explorado.<sup>43</sup> Pode-se traçar um paralelo com a lógica da destruição da natureza a partir da era industrial, que foi estendida ao mundo digital. A captura dos dados levou a uma nova “vigilância” do comportamento humano, e as empresas foram expandindo seu extrativismo – e subsequente direcionamento - das experiências dos usuários, seja nos diversos produtos da Google, seja nas redes sociais como Facebook ou grandes plataformas de vídeos como o YouTube ou o TikTok. A lógica usada para direcionar as pessoas a compras de anunciantes que vendiam serviços e produtos (como restaurantes, grandes magazines de múltiplos produtos), os reais clientes das empresas de tecnologia digital, acabou por atrair outros interessados em direcionamento de comportamento: novos atores políticos. Mas chegaremos a isto mais adiante.

<sup>43</sup> Zuboff traça um excepcional histórico da evolução das grandes empresas digitais nas duas primeiras partes de seu livro “*The Age of Surveillance Capitalism*”, alertando para a sua preocupação no subtítulo: “*The fight for a human future at the new frontier of power*”. Já a terceira parte do livro vejo de modo crítico.

**Quadro 2: Empresas e ações de compras de algumas das grandes empresas do setor digital e contexto.**

A	B	C	D	F	G	H
<b>Google</b> (307,4 bilhões)	1998 Search	2004 Page/ Brin	2002 Gmail 2004 2007 Streetview (Em 2008, já com 150 produtos) 2010 Toolbar p/ Microsoft Internet Explorer	2010 Alemanha, 2012 EUA proteção de dados → Streetview European Antitrust Investigation 2016 (ref. a Android)	<b>YouTube</b> 2006 (1,65 bilhão) <b>Waze</b> 2013 (1,3 bilhão) (em guerra comercial com o Facebook)	Clinton (1993-2000) derrubada teto de vidro entre bancos e investimentos, Bush filho (2001-2008) guerra ao terrorismo, Obama 2009-2017 - 1º uso eleitoral mais intenso de targeting digital, 2011 Occupy Wall Street, primavera árabe 2013 eleição Papa Francisco, escândalos espionagem NSA, início manifestações anti-PT no Brasil 2014 Rússia anexa Criméia, assassinato filhos social-democratas na Noruega por motivação nazista; 2014-2021 Operação Lava-jato no BR 2015 acordo de Paris para o clima, movimento Black Lives Matter 2016 assassinato Jo Cox na GB, Brexit, Impeachment Roussef BR, eleição presidencial EUA
<b>Facebook</b> (134,9 bilhões)	2007	2012 Zuckerberg	2012 ou antes	FTC (Federal Trade Commission)	<b>Instagram</b> 2012 (~1 bilhão) <b>WhatsApp</b> 2014 (~16 bilhões)* VR Oculus (~2 bi)	
<b>Microsoft</b> (211,9 bilhões)	1975	1986	2014 Bing 2015 Cortana Windows 10	Departamento de Justiça EUA	<b>LinkedIn</b> 2016 (26,2 bilhões)	
<b>Verizon</b> (134 bilhões)	2000 (fusão de Bell Atlantic e GTE)	2000	2014	2016 FCC (Federal Communications Commission)(acordo 1,35 milhões)	<b>AOL</b> 2015 (4,4 bilhões) [→ AOL havia comprado Netscape em 1998] <b>Yahoo!</b> 2017 (4,48 bilhões) [→ Yahoo havia oferecido comprar Facebook por 1 bilhão em 2006 e recebeu um 'não' de Zuckerberg]	
<b>TikTok</b> (Byte Dance) (Faturamento e valor de mercado não estimados; alegadamente sem lucro)	2018 (combinação de 3 aplicativos diversos)	Byte Dance	2018? [→ tipo de coleta de dados e uso não divulgado]	Governo e Congresso EUA [segurança nacional], FR, ES, União Europeia [vício crianças e adolescentes]	<b>Musical.ly</b> 2017 (800 milhões)	2017-2021 Trump, movimento MeToo, 2018 escândalo Cambridge Analytica/Facebook (dados 2014), massacres em Mianmar e no Sri Lanka incitado através das redes, assassinato Marielle Franco; Fridays for Future, eleições no BR
<b>X</b> (~2,5 bilhões)	2022	Musk	2022 [→ continuidade de base de dados Twitter, mas com perdas]	Twitter (?)	<b>Twitter</b> 2022 [lançado em 2006, investimentos de >100 milhões e avaliação em 1 bilhão em 2009, abertura de capital em 2013] (44 bilhões)	2019 manifestações Chile, 2019-2022 Bolsonaro BR 2022 Rússia invade Ucrânia 2024 eleições EUA

A: :Empresa/Faturamento 2023; B: ano de fundação; C: Abertura de capital/controle; D: Entrada na lógica de “extração comportamental”; E: Resistências; F: Comprou qual empresa digital ascendente quando (seleção; em US\$); G: Referências de contexto sociopolítico. Fontes: Zuboff (2019); BBC News Brasil (2022); Microsoft (s.d.); Rothenber, E. (2024); Exame (2024); Hern, A. (2024a); Hern, A. (2024b); Encyclopædia Britannica (s.d.); Thorbeke, C. (2021); Lee, D. (2013); Rosenberg, M.; Confessore, N. (2018); Lastra, E. (2022); Bezerra, J. (s.d.); Duggan, W. (2018); Verizon News Archives (2000); MacroTrends (s.d.). Microsoft; MacroTrends (s.d.); Verizon; Reuters (2023). (\*dado CNN Brasil; segundo Zuboff, aprox. 19 bilhões)



Para se entender a profundidade da manipulação que passou a ocorrer dentro do mercado digital, é preciso se conscientizar de que cada click, cada busca, cada dado de localização, cada *like*, cada foto tirada ou olhada, o tempo que se olha uma foto ou conteúdo, o horário em que se entra no sistema, a direção do olhar, o modo de se olhar em uma selfie, a quantidade de selfies, a rede de contatos, a idade, o tipo de interesses, o tipo de palavras que se usa, os erros de digitação, o número de chamadas que se faz, o número de chamadas que se recebe, quem se chama, o número de postagens que se faz, a iluminação nas selfies, os filtros que se usa, a fala, a modulação de voz, os conteúdos do que se busca ou pede, os trajetos, as mudanças de direção, as lojas em que se esteve, os remédios que se comprou, a expressão facial que se fez ao olhar um conteúdo, se expressamos emoções positivas ou negativas, tudo, absolutamente tudo que se faz online ou offline que pode ser captado pelas empresas de internet (e de telefonia, que também entraram no mercado de captura de dados), é captado e processado não apenas para trazer os anúncios até nós, mas cada vez mais para nos levar a quem paga os anúncios.

Nossas ações dão informações sobre como podemos ser mais bem direcionados e mantidos o maior tempo possível em frente à tela. E acontece que a natureza humana é bem curiosa, bastante fofoqueira e tende a ter uma queda pelo drama (gerado, por exemplo, por conteúdos estridentes, sensacionalistas, conspiratórios, chocantes ou violentos). Como existe uma divisão bem grande quanto ao conhecimento tecnológico e a respeito de como isto funciona, muitas pessoas não se dão conta o quanto estão sendo sutilmente (ou não tão sutilmente) direcionadas.

Nada do que se recebe em algum *feed* de “notícias” ou tweets ou sugestões de vídeo é aleatório, mas escolhido segundo um cálculo do que mais vai levar a clicar, engajar e se passar mais tempo consumindo conteúdos. E, se as técnicas utilizadas fazem mal aos indivíduos, à sociedade ou à democracia – bem, por que isto seria um problema das empresas, que têm apenas a missão de lucrar?

Pode-se perguntar: “E daí?”. “O que me importa se eles sabem onde estou, o que compro, qual o meu batimento cardíaco, qual a minha quantidade de suor ou ansiedade? Não é útil, afinal, receber recomendações e soluções personalizadas? etc. Talvez um exemplo trazido por Zuboff possa esclarecer parte da problemática: sabendo, por exemplo, que adolescentes são especialmente vulneráveis a ansiedade e reconhecimento, anúncios são direcionados no exato momento em que o algoritmo prevê que eles estarão mais vulneráveis a clicar neles. E o debate pode ser colocado se a exploração das vulnerabilidades das pessoas deveria ser algo considerado natural. O mesmo ocorre com técnicas desenvolvidas com o propósito de gerar vício, amplamente utilizadas por estas empresas (não é à toa que os celulares vibram, apitam, piscam, ou *likes* ou postagens não gerem retorno previsível de *feed* (!) *backs*, não se sabendo sequer se foram mostradas ou não e a quais contatos, por exemplo. Retorno imprevisível de resposta positiva é um dos métodos que geram dependência. Redes sociais digitais ou plataformas de conteúdos criam relações de dependência similares a caça-níqueis nos casinos de Las Vegas - ou a relações abusivas, como observa Fisher (Fisher, 2023). E para prever de forma cada vez melhor o que a pessoa fará em seu passo seguinte, as empresas acabam por não apenas reagir, mas a direcionar deliberadamente o que se consome e o que faz no mundo “real” (físico).





## Efeitos da lógica estrutural das redes em um mundo de relações desiguais de poder

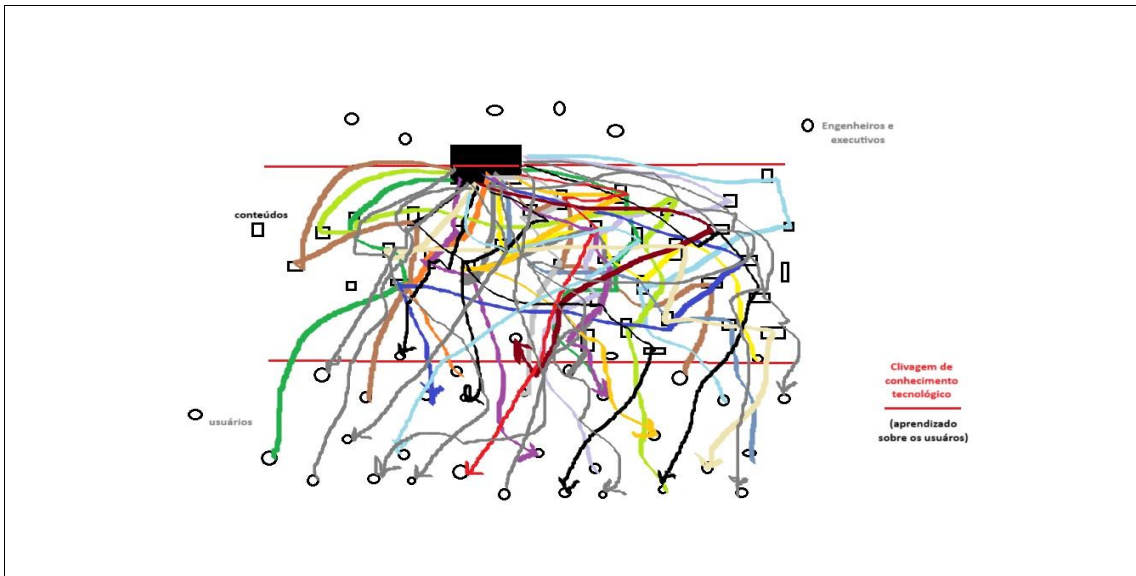
As novas tecnologias e a globalização trouxeram novos desafios sociais. A mudança que ocorre é tão profunda que rompe com a própria base e lógica da sociedade industrial.<sup>44</sup> Em um novo quadro de fluxos capilarizados e globalizados, as vidas e o trabalho continuam locais, mas as decisões financeiras ocorrem de forma instantânea e em rede mundial. A realidade cotidiana se fragmenta, ocorrendo cada vez mais em uma realidade virtual, o que tem consequências até mesmo para a noção de tempo e espaço das pessoas. O individualismo é levado ao extremo. Movimentos e contramovimentos surgem de novas formas, e a revolução tecnológica remodela a base material da sociedade em ritmo acelerado. O papel do capital se fortalece mais ainda em relação ao papel do trabalho, visto que o capital pode fluir de um lugar a outro de forma imediata, em um clique. O novo sistema de redes de comunicação digital promoveu, entre outras coisas, a integração global da produção e distribuição de palavras, sons e imagens de nossa cultura.

Os conteúdos são personalizados ao gosto das identidades e humores dos indivíduos. Em um mundo de mudanças aceleradas e confusas - com a desestruturação das organizações, a deslegitimação de instituições, o enfraquecimento de importantes movimentos sociais - identidades primárias como as religiosas, étnicas, territoriais e nacionais tornam-se cada vez mais importantes como fonte de significado. As redes globais conectam e desconectam indivíduos de acordo com objetivos nela processados. A fragmentação social se propaga à medida que as identidades se tornam, na rede, cada vez mais específicas e difíceis de compartilhar, a ponto de não ser mais possível a comunicação nem mesmo de forma conflituosa: o outro se torna um estranho, e, finalmente, uma ameaça. Daí então voltam a se fortalecer as identidades primárias, por um lado, e movimentos de resistência em reação a movimentos anteriores. O poder de dominação e transformação da sociedade passa a depender da presença nas redes, que reorganizam drasticamente as formas de poder.

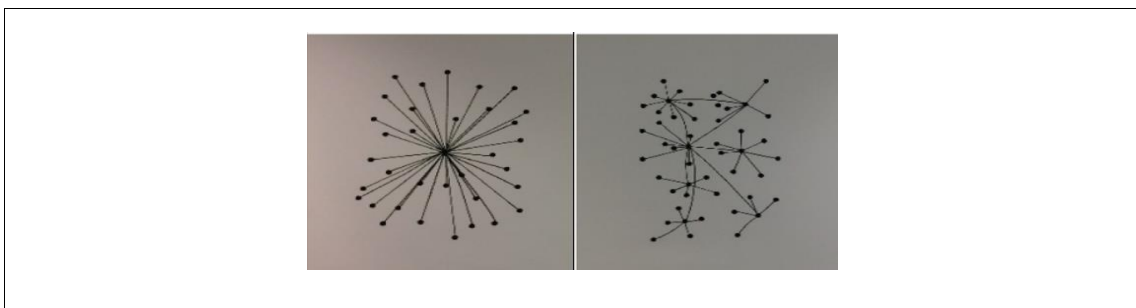
As mudanças de percepção do tempo e espaço interferem de forma profunda na nossa psicologia e percepção do mundo. A mão-de-obra é “desintegrada no desempenho e reintegrada no resultado” (Castells, 1999a), criando uma atomização do coletivo, em que a oposição a fatores muito bem organizados se torna muito difícil. A divisão do aprendizado torna-se individualizada ao extremo. Trata-se não apenas, como propõe Zuboff com o termo, de uma divisão acerca do conhecimento tecnológico. A figura 1 permite se visualizar essa questão:

---

<sup>44</sup> Essa passagem usa considerações trazidas por Castells em *A Sociedade em Rede* (CASTELLS, 1999a).



**Figura 1:** “Divisão do aprendizado” por conteúdo individualizado (linhas coloridas) e “Divisão do conhecimento (tecnológico)”



**Figura 2:** Diferença entre a difusão de informação a partir de um ponto central (como na TV ou rádio), ou redes interconectadas com pontos de inserção de informação. O poder, na rede, não é “horizontal” nem igualitário.  
(Detalhes de mural no centro de formação do SESC, São Paulo.)

Aplicado ao poder político, em uma sociedade desagregada e reconectada a partir de emoções exacerbadas através das redes, ganha poder quem é capaz de criar nós de distribuição de conteúdo. A internet não é um meio de comunicação horizontal. Em uma época em que já através dos meios de 'comunicação por difusão' como rádio e TV, a política se tornava cada vez mais centrada em lideranças individuais focadas na sua imagem pessoal, as expressões culturais são, na rede, retiradas de seu contexto histórico e geográfico. Apoio político passa a se centrar em identidades primárias (como religião, nação) e de resistência a mudanças. Ao mesmo tempo em que conectam, as redes fragmentam e segregam grande parte das pessoas do real poder de seus fluxos (Castells, 1999a).<sup>45</sup>

<sup>45</sup>Causa estranheza Zuboff sequer mencionar o autor em sua análise, mas suponho que isto tenha a ver com a fragmentação entre as áreas de conhecimento dentro da ciência. E mister ampliar-se projetos interdisciplinares de ensino e de pesquisa.



Novos movimentos surgem e ganham força, utilizando-se das novas tecnologias de informação para se contrapor ao que sentem como ameaça em um contexto de ampliação democrática, globalização e reestruturação de poder. Fenômenos como o ambientalismo e o feminismo, bem como novos movimentos terroristas relacionados ao islã, levam a contramovimentos de grupos identificados com a família patriarcal, o fundamentalismo cristão, ou temáticas de segurança e armamento. Mobilizações passam a se dar “em torno de um único tema, [...] e, sobretudo, apoio *ad hoc* a lideranças personalizadas” (Castells, 1999b, p. 408). Uma nova “política informacional” substitui, assim, os partidos e os mecanismos tradicionais de concorrência política.

A volatilidade desse meio de comunicação tende a intensificar a política de *show*, mitos e modismos e, portanto, faz com que grupos e indivíduos “externos” ao sistema político “normal” gerem mobilizações em torno de um tema só, e mobilização em torno de causas “não-políticas”. Ocorre uma dissolução progressiva da solidariedade de classe dos trabalhadores, e conflitos sociais passam a se apresentar em torno de grupos de interesse e revoltas contra (assim percebidas) injustiças. O Estado de bem-estar social, por não cumprir suas promessas, passaria a ser questionado. As lutas por poder na Era da Informação passam a ser, segundo Castells, as batalhas culturais.<sup>46</sup> Em vez de elites estáveis no poder, surgiriam novas elites, rotativas, e *resultantes* do poder. O patriarcalismo só poderia sobreviver sob a proteção de Estados autoritários e fundamentalismo religioso.<sup>47</sup>

Por conta da desvinculação da informação de seu contexto temporal-espacial, a informação nas redes se liberta da experiência, e valores e interesses passam a ser constituídos sem referência ao passado ou futuro. Assim, as expressões se reorganizam e comunicam apenas em função dos interesses dos emissores e humores dos receptores (Castells, 1999c). Os movimentos não mais se originam dentro das instituições da sociedade civil, mas baseados em percepções de adversidade entre grupos.

### Telefonia celular, individualização, vício e direcionamento

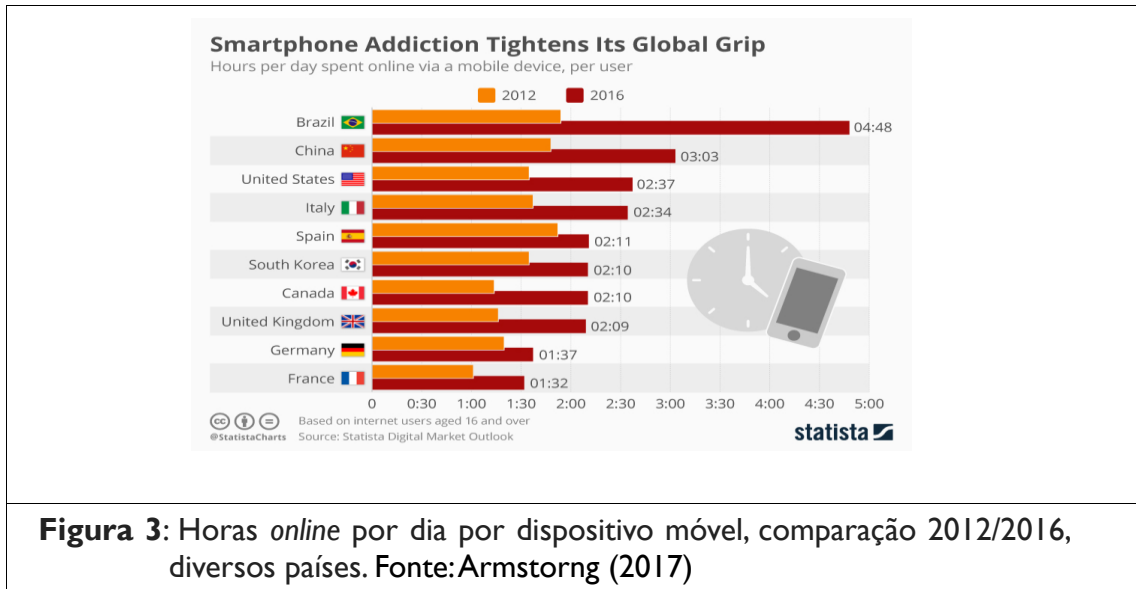
Mesmo com as empresas assumindo o controle mais amplo da internet e direcionando anúncios já na década de 2000, o grande salto ocorreu com o aumento da capacidade de transmissão de dados móveis na quarta geração da telefonia móvel, com a rede 4G. A partir daí, as pessoas passaram a utilizar aparelhos individuais sempre à mão, podendo então acessar e compartilhar, além de mensagens de texto, fotos e a internet, também vídeos. O tempo em frente à tela aumentou imensamente entre 2012 e 2016, quando o uso de *smartphones* se massificou, e no Brasil o salto foi especialmente grande, conforme demonstra a Figura abaixo.<sup>48</sup> Hoje em dia (em 2024), cada brasileiro passa, em média,

<sup>46</sup>Ver a respeito também as obras de Huntington (1991) e Ingelhardt (2000a, 2000b). Apesar de ser necessário lê-las de forma muito crítica, elas levantam questões importantes.

<sup>47</sup>Não é por acaso que seus estrategistas buscam aliar ultraconservadores da Igreja Católica e o novo “movimento” na busca da uma identidade comum cristã e patriarcal como “cola” dos diversos movimentos da extrema-direita (Horowitz, 2017).

<sup>48</sup>Talvez isso se deva ao tempo de tela que já era grande perante aparelhos de TV, ou por conta do tipo de uso, no meio de transporte, por exemplo, da priorização de informação via vídeos. De qualquer forma, o Brasil se tornou um mercado consumidor especialmente grande de conteúdos *online*.

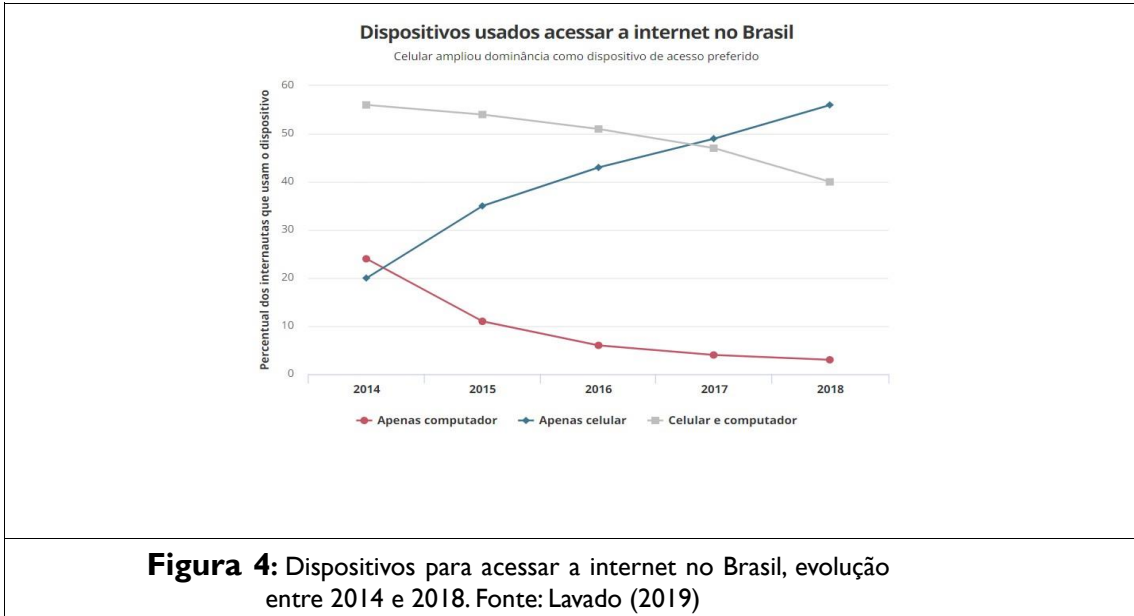
9:30 (!) horas em frente à telinha, enquanto a média mundial está em 6:37 horas por dia (Barem, 2024). Pode-se questionar o que as pessoas ainda fazem, além de trabalhar, dormir e olhar para o que lhes é oferecido em suas telas. Fomos capturados pelas redes, e o efeito não é saudável.



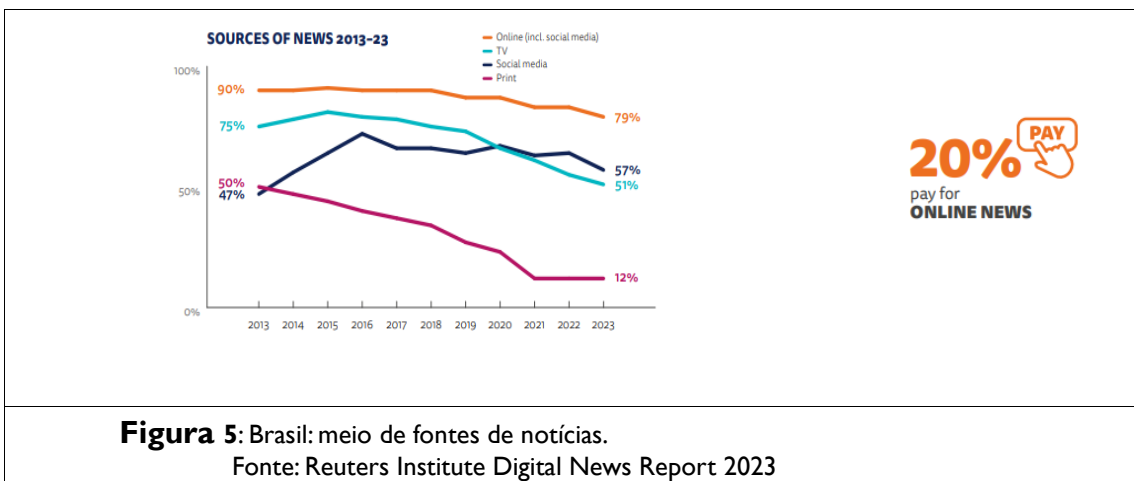
**Figura 3:** Horas *online* por dia por dispositivo móvel, comparação 2012/2016, diversos países. Fonte:Armstorng (2017)

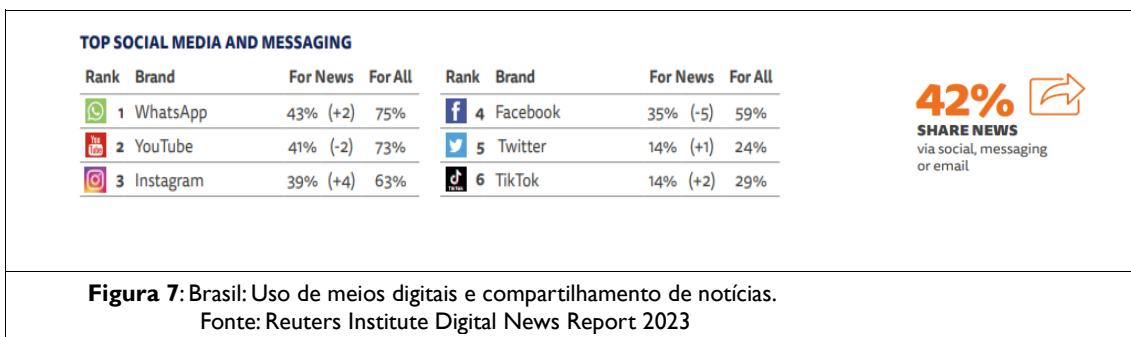
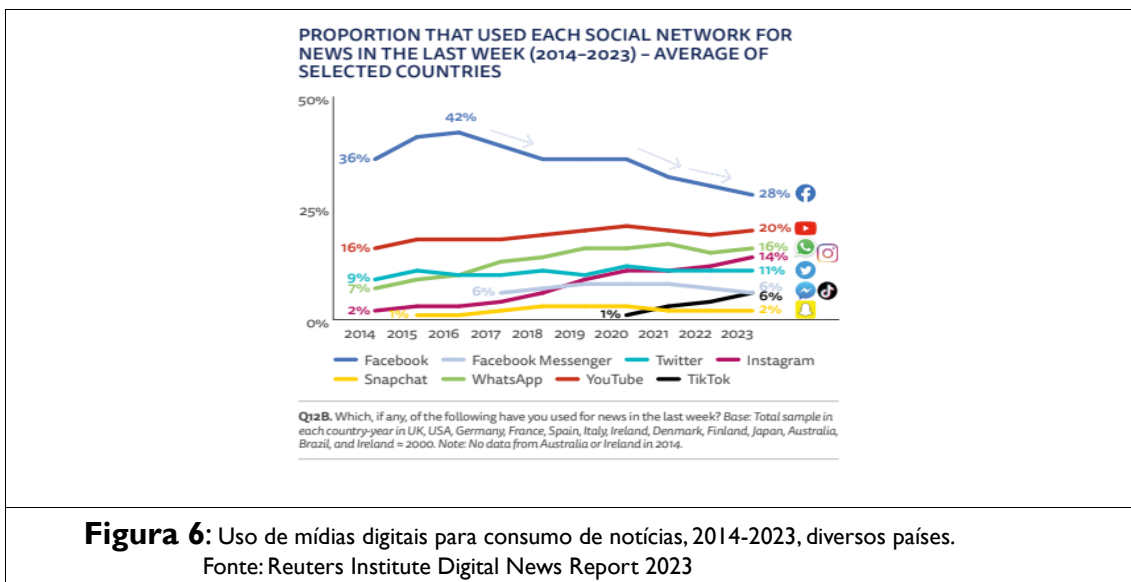
Com a oferta da “nuvem” de dados lançada pela Amazon em 2009, possibilitou-se o uso remoto de grande capacidade de arquivamento e processamento de dados, sem que novas empresas precisassem adquirir e manter servidores superpotentes. Isto levou a uma nova onda de investimentos em serviços online (mas agora com empresas escolhendo investidores, em vez de investidores escolhendo empresas) (Fisher, 2023, p. 317). O tempo de uso de celulares aumentou muito com a combinação de *smartphones*, 4G com vídeos e cada vez mais serviços, nos anos 2010, sendo a mudança no Brasil especialmente grande. Os celulares passaram os computadores como meio de acesso em 2015 como via preferencial de acesso a conteúdos digitais, e foram deixando os computadores completamente para trás a partir de 2017.

A Figuras 4 e seguintes dão uma ideia das alterações na cultura de acessos a conteúdos, comunicação e interconexão de aparelhos ao longo do tempo.



Ao mesmo tempo que o acesso a conteúdos passava cada vez mais para os celulares, tornando a acessibilidade e com ela o tempo de permanência na rede muito maior, notícias passaram a ser consumidas preferencialmente pela rede. Houve uma queda significativa de informação através de TV e imprensa, conforme Figura 5. Mas, para além da fonte de informação, houve uma queda geral no acesso a notícias, conforme o Reuters Institute Digital News Report 2023





Observe-se que o “cansaço” das notícias é acompanhado de uma alteração nas plataformas de acesso às mesmas: enquanto o Facebook encontra-se em declínio como rede social (embora ainda na casa de bilhões de usuários), observa-se uma ascensão da preferência por plataformas de vídeo e de redes mais fechadas (e menos transparentes) de comunicação *online*, como o WhatsApp (infelizmente a rede social russa Telegram, muito difundida especialmente entre os apoiadores dos novos movimentos de extrema-direita, não foi contemplada pelo relatório da Reuters). A guerra comercial (e de segurança) em torno do TikTok não acontece neste momento (2023/2024) por acaso. Movimentos como a eventual intenção de um antigo secretário de Estado do governo Trump de juntar aliados para eventualmente comprar a plataforma (Associated Press, 2024), ou a escolha de Tucker Carlson como interlocutor para uma entrevista por Vladimir Putin em abril de 2024, ou Joel Kaplan ter muito poder no Facebook, ou o convite do Kremlin a deputados regionais do AfD<sup>49</sup> alemão como “representantes da democracia”, para acompanhar as eleições presidenciais russas de 2024 (Hinsberger, 2024) precisam ser observados com atenção e em seu contexto mais amplo de interconexão. As democracias estão sendo implodidas por dentro, por interesses

<sup>49</sup>“Alternative für Deutschland” (Alternativa para a Alemanha), partido originalmente fundado como crítico ao Euro e liberal-conservador em 2013 que passou a populista de direita (com aspectos de extrema-direita) a partir de 2014, tendo conseguido forte crescimento e entrada na política estadual e federal alemã a partir de 2017 (Decker, 2022).





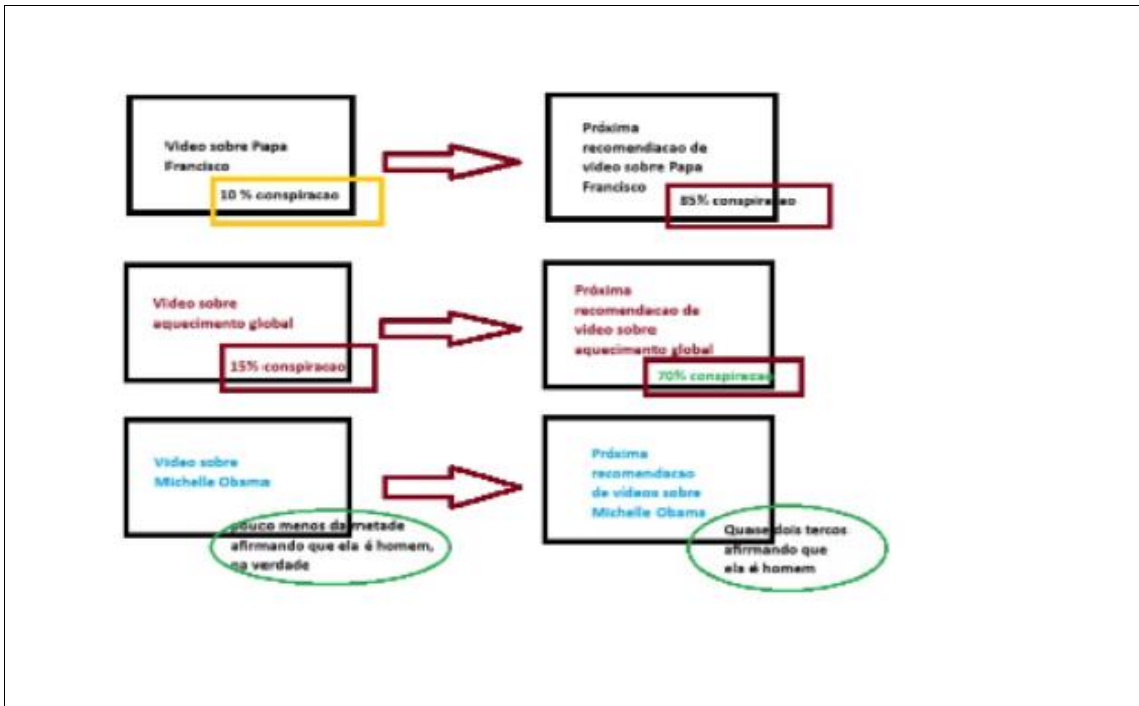
diversos, mas que se encontram, e as plataformas e redes sociais são o meio através do qual isto está sendo possível, pela escala que propiciam. Funciona nelas uma lógica em que as pessoas são direcionadas a certos comportamentos, a fazer parte de conglomerados identitários em que suas frustrações são ampliadas e redirecionadas.

### **Como isto acontece, na prática? A lógica indiferente dos algoritmos e o reforço dos impulsos tribalistas**

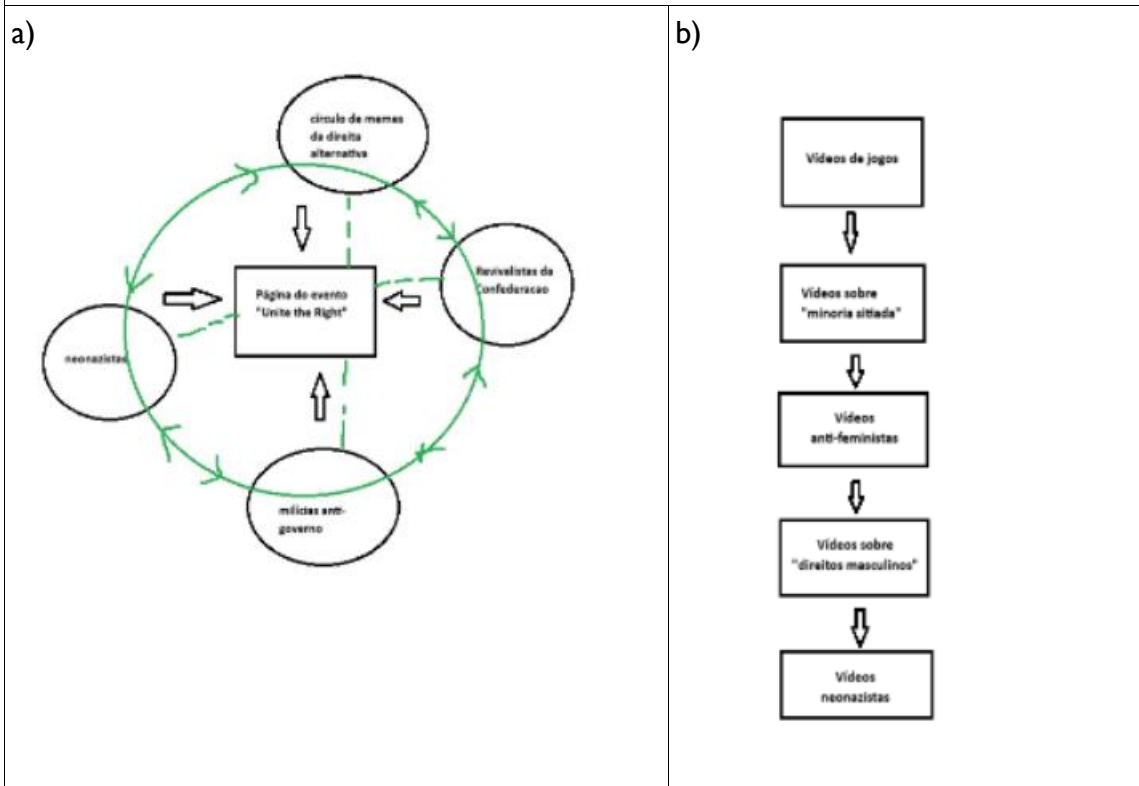
Em 2011, um ativista deu uma palestra no TEDTalk chamando a atenção para um fenômeno que estava ocorrendo nas redes: o filtro-bolha que estava surgindo no Facebook.<sup>50</sup> Os conteúdos estavam se fechando em torno dos interesses que ele já tinha, e as postagens de seus amigos que tinham uma visão de mundo distinta estavam sumindo do seu *feed* de notícias. Ele considerou de que isto poderia vir a se tornar um problema social, e eventualmente para a democracia. No mesmo ano de 2011, um funcionário da Google, responsável por aumento de rendimento do YouTube, havia sugerido uma meta simplificada para se medir o sucesso: tempo assistido e nada mais. A lógica era simples: mais tempo na rede, mais publicidade, mais cliques, mais dinheiro. A partir de 2012, a lógica de *machine learning* (aprendizado de máquina), antes aplicada para criar filtros de *spam* eficientes para evitar que a crescente quantidade de lixo eletrônico acabasse por soterrar os programas de e-mail ou a própria internet, passou a ser aplicada na plataforma de vídeos. O nome dado à inteligência artificial empregada: algoritmo. O algoritmo passou a monitorar os padrões de uso individualizado de bilhões de usuários, buscando a melhor recomendação de vídeos subsequentes para manter a pessoa interessada e, com isto, o máximo de tempo online, como forma de aumentar a probabilidade de pessoas clicarem em anúncios. Facebook, Netflix, Spotify também desenvolveram os seus. Em 2012, o YouTube colocou uma meta de aumento em dez vezes o tempo diário assistido na plataforma a ser alcançada até final de 2016. Além de se aumentar o número de usuários, isso significava que o algoritmo precisaria aprender como manter as pessoas conectadas. E aprendeu que isto ocorria com temáticas cada vez mais chocantes, controversas e estridentes. Aprendeu também que poderia levar não apenas conteúdos a pessoas, mas pessoas a novos conteúdos, e que juntar grupos distintos, também era bom para a meta. Como já existiam muitos conteúdos com ideias “anti” de todo tipo que vinham de plataformas de *outsiders* do *mainstream* como o 4chan ou reddit, fosse da indústria de videogames (voltada principalmente ao público masculino), entre os muitos conteúdos que passaram a ser cada vez mais impulsionados estavam a violência, a misoginia, a xenofobia, o racismo e a liberação de um idealizado machismo selvagem, “livre” para destruir o que quer que fosse. Para os usuários “comuns”, os conteúdos passaram a ser escolhidos pelas plataformas (do YouTube ao Facebook ao Instagram ao Twitter) parecia ser apenas uma forma de receber conteúdos interessantes. Estavam, no entanto, sendo direcionados por uma finalidade de maximização de lucro, que foi ao encontro da busca de maximização de eleitores por parte de quem se beneficiava da crescente radicalização: novos movimentos autoritários que descobriram como usar o algoritmo a seu favor. As figuras seguintes mostram alguns exemplos de como funcionam os algoritmos de sugestão e a conexão de grupos.

---

<sup>50</sup>Eli Pariser, citado em Fisher (2023, p. 151). Baseia-se também em Fisher a apresentação a seguir.



**Figura 8:** Exemplos de lógicas de sugestões do algoritmo no YouTube em 2015/2016 para buscas (exemplos): o algoritmo leva usuários a mais conteúdo conspiratório. Fonte dos dados: pesquisa de Chaslot, apresentada por Fisher (2023, p. 170).



**Figura 9:** Exemplo a) da lógica de aglomeração de grupos inicialmente separados por conta do algoritmo do tipo que há no YouTube ou Facebook e b) de direcionamento de garotos/homens a conteúdo cada vez mais extremo no YouTube com suas sugestões. Fonte: a partir de exemplos apresentados por Fisher (2023, p. 275;p. 283), baseados nas pesquisas de Kaiser.



## ○ uso político da lógica predatória no mundo digital

O tempo de uso especialmente grande e o engajamento intenso fez com que o Brasil tenha se tornado alvo tanto para potencialização de seguidores de celebridades (BAREM, 2024), quanto solo fértil para a manipulação política por parte de movimentos autoritários. Esses compreenderam muito bem a nova dinâmica de mobilização das paixões, no sentido da etimologia da palavra: dos sofrimentos das pessoas. Conseguir apoio *ad hoc* e mobilizar multidões com a criação de explicações simplistas dos fenômenos e falsos “inimigos” era uma tática já amplamente utilizada pelos movimentos fascistas e nazistas dos anos 1920/30, e hoje ressurgiu em um contexto diferente, de forma globalizada, utilizando-se da nova tecnologia. Como no movimento precedente, opositores são intimidados com ameaças, enquanto os apoiadores são enganados e seduzidos com falsas promessas. Já Hitler prometia, em sua posse como chanceler alemão, manter-se dentro das premissas da constituição.

Diversos fatores contribuíram com a ascensão e amplificação de movimentos autoritários, incluindo a estrutura descentralizada e capilarizada da internet, que levou a uma fragmentação da base informacional, e a lógica econômica extrativista da nova economia digital com seus algoritmos que buscam maximização de lucro e as técnicas viciantes que os acompanham. Isto, claro, somado a todo um contexto mais amplo, incluindo a visão de mundo nas empresas que dominam a nova tecnologia e a falta de escrúpulos de figuras (supostamente) “anti-establishment”. Soma-se a isso a falta de compreensão generalizada acerca da profundidade das mudanças tecnológicas e culturais que a nova comunicação mediada traz e, portanto, a falta de análise de seu impacto social e consequente ausência de regulamentação eficaz; os preconceitos, medos, e angústias individuais; a compreensão limitada acerca do funcionamento da democracia ou do Estado de direito. Somam-se a isto situações externas ao meio digital, como alterações na legislação eleitoral, jogo de interesses na política nacional e internacional.

## Um casamento por conveniência: o algoritmo maximizador de lucro e o novo autoritarismo maximizador de seguidores

Diversos personagens se deram conta de que conteúdos conspiratórios e chocantes eram impulsionados nas plataformas e redes. Entre eles, a extrema-direita e empresas como a Cambridge Analytica, que passaram a oferecer serviços de *microtargeting* (microsegmentação) baseados em *clusters* de personalidades, com o objetivo de ajudar candidatos a impulsionar conteúdos ou criar movimentos (políticos ou supostamente antipolíticos) que direcionassem os votos dos eleitores (o escândalo Analytica/Facebook pelo uso indevido de dados de usuários acabou em um acordo e pagamento de 725 milhões de US\$ em 2022<sup>51</sup>).<sup>52</sup> Mas isso tudo não seria possível sem a lógica insensível (no sentido de indiferente a resultados negativos para a psicologia individual, a coesão

<sup>51</sup>Outros valores, chegando a 5 bilhões em 2019, já haviam sido pagos anteriormente pelo Facebook por conta de questões relacionadas à privacidade e ao uso indevido de dados frente à *Federal Trade Commission* e a *US Securities and Exchange Commission*.

<sup>52</sup>A Analytica é mencionada em boa parte da literatura referenciada. O documentário “The Great Hack” (2019) trata de forma muito interessante as táticas usadas para influenciar eleições em diversos países (link vide referências). Ver também a matéria de Rosenberg/Confessore/Cadwalladr (2018).



social ou a democracia) por parte dos algoritmos maximizadores, que, tendo uma meta única definida, passam a se comportar quase como “psicopatas”, quando deixados a operar sem ajustes (Idoeta, 2021). Afinal, a meta era: “o máximo de tempo assistido e nada mais”. Figuras como Donald Trump, Jair Bolsonaro, os políticos ultradireitistas na Europa ou na Ásia, todos se beneficiaram de uma lógica que veio de encontro a sua própria falta de escrúpulos em relação a afirmações falsas, gritos, ameaças e sedução de seus seguidores. O comportamento abusivo ou a mentira eram por eles tratados como algo positivo, em uma completa inversão de valores. O reacionário tornou-se o “revolucionário”. Mas isso não teria grande alcance, não existissem nas pessoas as mesmas negatividades mal resolvidas às quais estes movimentos apelam.

Em “Como as Democracias Morrem”, Levitzky e Ziblatt traçam um histórico de como já no passado disruptions democráticas foram evitadas (nos Estados Unidos), por conta do “filtro” no sistema partidário, a contenção pela divisão de poderes ou o próprio comedimento dos políticos, que evitavam usar prerrogativas suas de forma a abusar de seu poder (mesmo que pudessem, dentro das regras constitucionais). As pessoas impulsionadas pela extrema-direita não estão preocupadas em ser comidas, pelo contrário. Defendem seu “direito” de insultar, mentir, destruir, sabendo que as redes sociais e plataformas os recompensam por isso, trazendo mais seguidores. O algoritmo não se importa com esses valores. E, como no exemplo assustador trazido por Fisher, em que o YouTube foi direcionando usuários de vídeos de conteúdo sexual cada vez mais violentos a vídeos caseiros comuns de crianças publicados por pais que não faziam ideia de que tipo de público estava sendo levado a assistir o inocente pulo de seus filhos na piscina do quintal, muitas pessoas não se dão conta do tipo de mal que estão trazendo para dentro de casa. A participação dos movimentos autoritários é uma participação ao avesso, em que as pessoas pensam agir espontaneamente, pensam que os supostos “outsiders” agem espontaneamente, quando na verdade as ações estão constantemente sendo adaptadas ao que está “bombando” nas redes.<sup>53</sup> E o que “bomba” nas redes é uma mistura do que há dentro das pessoas mesclado ao que o algoritmo vai direcionando. E não é que faltaram avisos, tanto de intelectuais, ativistas quanto de funcionários das próprias empresas. É que não havia interesse de ouvi-los.

No Brasil, conspirações sobre suposto (e falso) “kit gay” e semelhantes, já propagados por Bolsonaro na rede com um vídeo manipulado de uma professora em 2012, segundo Fisher (2023, p. 351f.), ou vídeos falsos sobre uma psicóloga escolar supostamente incitando alunos à homossexualidade postadas por outro político (observe-se que mulheres e escolas são alvos recorrentes, bem como jornalistas, artistas e intelectuais em geral, além de políticos ou comunicadores do campo progressista)<sup>54</sup>, aproveitaram-se da lógica do algoritmo para conseguir visibilidade (Fisher, 2023, p. 351f.). Juntam-se a isso exemplos como teorias de conspiração contra as vacinas levadas a quem busca temas de saúde, que levam mães a não vacinarem seus filhos, ou teorias da conspiração sobre algum “poder profundo” tomando conta do Estado, vídeos falsos, imagens falsas, tudo

<sup>53</sup>Da Empoli demonstra isso de forma muito clara em seu livro “Engenheiros do Caos” (Da Empoli 2019).

<sup>54</sup>Exemplos existem muitos, ver a história também de Campos Mello (2020) ou exemplos descritos em O’Neil (2020) (estes menos a ver com os movimentos autoritários e mais com a problemática de algoritmos em si, e o uso que se está fazendo deles). Por vezes, Arendt (1962) ou Castells (1999) parecem não apenas continuar atuais em suas análises, mas estar sendo usados como cartilhas.



que pode gerar indignação e engajamento, e, por fim, ação (individual ou coletiva), que transborda das ameaças de morte contra os “alvos” da vez na rede para manifestações no mundo real. As pessoas são lentamente levadas a um mundo “paralelo”, em que recebem informações talhadas para escolhidas para ampliar seus preconceitos, medos, angústias e raivas, que são incrementadas e (re-)direcionadas. No caso do movimento da extrema-direita buscando se interconectar (globalizar!) mundialmente, figuras como Mercer, Bannon e certamente outros são (ou tentam ser<sup>55</sup>) pontos de conexão entre os diversos movimentos cada vez mais parecidos com o velho nazismo (que também buscava esconder a que realmente vinha) (Verdú, 2018; AFP, 2018). A partir das plataformas e redes sociais foram criados, além de sites de suposto jornalismo com o objetivo de distribuírem *fake news*, inúmeros grupos com nós de inserção de conteúdos em aplicativos como WhatsApp ou o russo Telegram, em que as pessoas, cada vez mais se comportando como membros de uma seita alienados da realidade, são alimentados com os discursos xenófobos, de ódio, etc. Independentemente de quem exatamente os criou, eles flutuam como bolhas que podem ser reativadas, se nada for feito. Daí a importância de se conseguir que as empresas, em vez de ameaças, tornem-se aliadas da democracia, mesmo que sob pressão, de forma que parem de “negar, distrair, atrasar” sua responsabilização (Frenkel et. al, 2018). E para tanto as instituições democráticas precisam voltar a tomar as rédeas nas mãos, definindo legislação adequada de forma célere e com debate com especialistas. O mesmo vale para o controle sobre indústria estratégica.

Existe uma tensão entre participação e conhecimento técnico mesmo quando a participação é construída a partir de grupos de bairro<sup>56</sup>, e as pessoas têm transparência a respeito das regras e debatem ou votam em projetos presencialmente. No caso dos movimentos *ad hoc* em torno de temas e dicotomias simplistas em uma política que de *show* ou teatro passou a caricata, a democracia precisa se autocorriger e se reinventar, ao mesmo tempo fortalecendo suas instituições e suas “grades de segurança” (Levitski/Ziblatt, 2018). A ameaça à liberdade de todos em nome da “liberdade” de uns poucos para enganarem e ameaçarem outrem não é o objetivo dentro do sistema democrático. A atualização de legislação regulatória protetora como a legislação eleitoral ou contra as *fake news*, esta com necessidade de amplo debate, se faz extremamente necessária, e certamente será apoiada por defensores da democracia.

## Conclusão

A pergunta mais importante continua sendo aquela que todas as crianças fazem: por quê? E outra que sempre deve ser considerada tanto para o treinamento do pensamento crítico analítico quanto para a construção de legislações, regulações e políticas públicas: quem se beneficia? (de uma dada estrutura, lógica, coalizão, forma de comunicação etc.). Para que a sociedade e a democracia possam se beneficiar das novas tecnologias das redes, em vez de serem ameaçadas por elas, são necessárias práticas e legislações que

---

<sup>55</sup>Ocorre uma lógica similar aos algoritmos das redes, de tentar unir movimentos separados, mas com interesses em comum. Mas há resistências na Europa, por exemplo, em se unir sob regência americana (AFP, 2018).

<sup>56</sup>Como no caso do Orçamento Participativo; ver Theuer (2011).



lidem com elas de forma construtiva, mas também limitadoras de poder. Algumas a considerar são: *Comunicação, transparência e regulação; A necessidade de se investir em boa educação midiática; O retorno ao debate construtivo em torno dos objetivos sociais e os melhores meios (econômicos) para alcançá-los, principalmente entre os jovens.*

As mudanças ocorridas a partir da lógica estrutural e econômica na internet com suas plataformas e redes sociais digitais tiveram um impacto enorme para os indivíduos, a sociedade e a democracia. Os movimentos de cunho autoritário de extrema-direita atuais são uma reação, em parte, à crescente cooperação internacional relacionada à crise climática (e, portanto, às mudanças exigidas ao sistema econômico quanto à sua lógica de acumulação), às crises do próprio sistema econômico desregulado e financeirizado, não adequadamente refreado pela política considerando a equidade social e preservação ambiental. O apoio se dá também por uma percepção de perda de privilégios por conta da inclusão social e econômica de grandes partes da população antes excluída. Quando partidos e grupos estabelecidos “envelhecem” e não se adaptam a novas circunstâncias, ignorando novas clivagens políticas, novos movimentos surgem para desafiar ou substituir os antigos (Wilson, 1990). Isto pode ocorrer tanto em direção a mais democracia, quanto a menos.

Os defensores da democracia precisam se perguntar quais demandas legítimas não estão sendo contempladas na sociedade, e formular políticas públicas eficazes para resolver problemáticas existentes (como a segurança pública no Brasil, por exemplo). Também precisam aprender a usar a tecnologia a seu favor, regular a tecnologia onde necessário e buscar ter as empresas digitais como parceiras. Sugiro também que se retome um debate mais amplo a respeito da responsabilidade social empresarial como questão estratégica, não apenas como algo a ser feito em tempos de abundância (apesar de abundância em recursos não faltar a estas empresas).<sup>57</sup> Uma sociedade não se constrói com “engenharia social”, mas a partir de debates, consensos, definições de normas, negociações. Não há fins bons por meios ruins, de forma que também os agentes democráticos precisam ficar atentos a como lidam com a situação. Por um lado, a regulação precisa de um amplo debate (sério) por parte da política, da sociedade, de especialistas. Por outro, não pode demorar a ser feita. Dadas as recompensas associadas ao comportamento egoísta (seja para os empresários, os pseudopolíticos estridentes ou o cultivo de seguidores e *likes* a qualquer preço) nas redes, o resultado ao qual chegamos parece inevitável. Mas essa trajetória pode ser – e é necessário que seja – alterada, se quisermos continuar vivendo em um contexto de liberdade democrática em busca de uma paz social inclusiva com desenvolvimento para todos.

## Referências

- AFP (2018). Austria's far-right unwilling to collaborate with Bannon. The Times of Israel [online], 12 set. 2018. Disponível em: <<https://www.timesofisrael.com/austrias-far-right-unwilling-to-collaborate-with-bannon/>>. Acesso em 05 maio 2024
- Arendt, H. (1962) *The Origins of Totalitarianism*. Meridian ((c) original: 1951)

<sup>57</sup> Deveria ser também uma estratégia do Estado, ver Theuer (2013).





- Armstrong, M. (2017). Smartphone Addiction Tightens Its Global Grip. Statista, 24 maio 2017. Disponível em: <<https://www.statista.com/chart/9539/smartphone-addiction-tightens-its-global-grip>>. Acesso em: 05 maio 2024
- Associated Press (2024). Former U.S. Treasury Secretary Under Trump Says He'll Put Together Investor Group to Buy TikTok. Billboard, 14 mar. 2024. Disponível em: <<https://www.billboard.com/business/business-news/tiktok-former-us-treasury-secretary-investor-acquisition-plan-1235633283/>>. Acesso em 05 maio 2024
- Barem, M. (2024). O tio Sam está querendo conhecer nosso engajamento. Piauí [online], 24 abr. 2024. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/redes-sociais-no-brasil-engajamento-vincent-martella/>>. Acesso em 30/04/2024
- BBC Brasil (2022). Elon Musk conclui compra do Twitter por US\$ 44 bi e demite executivos. BBC News Brasil [online], 27 out. 2022. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-63422571>>. Acesso em: 05 maio 2024
- Castells, M. (1999a). A Sociedade em Rede (A era da informação: economia, sociedade e cultura, Vol. 1). São Paulo: Paz e Terra, 1999
- \_\_\_\_\_, M. (1999b). O Poder da Identidade (A era da informação: economia, sociedade e cultura, Vol. 2). São Paulo: Paz e Terra
- \_\_\_\_\_, M. (1999c). Fim de Milênio (A era da informação: economia, sociedade e cultura, Vol. 3). São Paulo: Paz e Terra, 1999
- Da Empoli, G. (2019). Os engenheiros do caos: Como as fake news, as teorias da conspiração e os algoritmos estão sendo utilizados para disseminar ódio, medo e influenciar eleições. São Paulo: Vestígio
- Decker, F. (2022). Etappen der Parteigeschichte der AfD. Bundeszentrale für politische Bildung (bpb), 02 dez. 2022. Disponível em: <<https://www.bpb.de/themen/parteien/parteien-in-deutschland/afd/273130/etappen-der-parteigeschichte-der-afd/>>. Acesso em 03/05/2024
- Frenkel, s. et. al. (2018). Delay, Deny and Deflect: How Facebook's Leaders Fought Through Crisis. The New York Times [online]. 14 nov. 2018. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2018/11/14/technology/facebook-data-russia-election-racism.html>>. Acesso em 05 maio 2024
- GI (2020). Google divulga faturamento publicitário do YouTube pela primeira vez. GI [online], 03 fev. 2020. Disponível em: <<https://gl.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2020/02/03/google-divulga-faturamento-do-youtube-pela-primeira-vez.ghtml>>. Acesso em 05 maio 2024
- Hinsberger, Nils (2024). AfD-Mitglieder als Wahlbeobachter in Russland – Fraktion „lehnt Reise ausdrücklich ab“. Frankfurter Rundschau [online], 15 mar. 2024. Disponível em: <<https://www.fr.de/politik/putin-afd-wahlbeobachter-russland-moskau-wahl-russland-praesident-zr-92892108.html>>. Acesso em 05 maio 2024
- Horowitz, J. (2017). Steve Bannon Carries Battles to Another Influential Hub: The Vatican. The New York Times [online], 07 fev. 2017. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2017/02/07/world/europe/vatican-steve-bannon-pope-francis.html>>. Acesso em 05 maio 2024
- Huntington, S. (1996). The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order. Simon & Schuster
- Idoeta, P.A. (2021). Por que algoritmos das redes sociais estão cada vez mais perigosos, na visão de pioneiro da Inteligência Artificial. BBC News Brasil [online], 10 out. 2021.



Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-58810981>>. Acesso em 05 maio 2024

Ingelhardt, R. (2000a). Globalization and Postmodern Values. In: The Washington Quarterly, Winter 2000, p. 215-228

\_\_\_\_\_, R. (2000b). Modernization, Cultural Change and the Persistence of Traditional Values. In: American Sociological Review, 2000, p. 19-51

Jiménez, M. (2024). Meta marca un récord histórico al revalorizarse 204.500 millones de dólares en un día. El País [online], 02 fev. 2024. Disponível em: <<https://elpais.com/economia/2024-02-02/meta-se-revaloriza-hasta-220000-millones-de-dolares-record-historico-para-una-empresa-en-un-dia.html>>. Acesso em: 05 maio 2024

Lavado, T. (2019). Uso da internet no Brasil cresce e 70% da população está conectada. G1 [online], 28 ago. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2019/08/28/uso-da-internet-no-brasil-cresce-e-70percent-da-populacao-esta-conectada.ghtml>>. Acesso em: 05 maio 2024

Levitsky, S., Ziblatt, D. (2018). Como as democracias morrem. Rio de Janeiro: Zahar  
Lévy, P. (1998). Cyberkultur. Universalität ohne Totalität. In: Bollmann, S., Heibach, C. (Eds.). Kursbuch Internet. Anschlüsse an Wirtschaft, Politik, Wissenschaft und Kultur. Reinbeck bei Hamburg: Rohwolt Taschenbuch Verlag, 1998, p. 60-87

Lissardi, G. (2022). As diferenças entre avanço da esquerda na América Latina e 'onda rosa' de duas décadas. BBC News Mundo [online], 04 jul. 2022. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-61989885>>. Acesso em 10/04/2024

Mandel, T., Van der Leun, G. (1998). Einführung. In: Kursbuch Internet. Anschlüsse an Wirtschaft, Politik, Wissenschaft und Kultur. Reinbeck bei Hamburg: Rohwolt Taschenbuch Verlag

Meta (2024). Meta Reports Fourth Quarter and Full Year 2023 Results; Initiates Quarterly Dividend. investor.fb.com, 01 fev. 2024. Disponível em: <<https://investor.fb.com/investor-news/press-release-details/2024/Meta-Reports-Fourth-Quarter-and-Full-Year-2023-Results-Initiates-Quarterly-Dividend/default.aspx>>. Acesso em 05 maio 2024

Meta (s.d.). Canaltech.com.br, disponível em: <<https://canaltech.com.br/empresa/meta/>>. Acesso em 05 maio 2024

Microsoft (s.d.). Microsoft buys LinkedIn. News.microsoft.com. Disponível em: <<https://news.microsoft.com/announcement/microsoft-buys-linkedin/>>. Acesso em: 05 maio 2024

Muller, N. (2024). Google divulga balanço de 2023 com receita de \$307 bilhões e lucro recorde. Oficinadanet.com.br [online], 31 jan. 2024. Disponível em: <<https://www.oficinadanet.com.br/google/52226-google-divulga-balanco-2023>>. Acesso em: 05 maio 2024

O'Neil, C. (2020). Algoritmos de destruição em massa. Como o big data aumenta a desigualdade e ameaça a democracia. Santo André: Editora Rua do Sabão

Poder 360 (2022). Dona do Google fecha 2021 com US\$ 76 bilhões de lucro. Poder 360 [online], 02 fev. 2022. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/internacional/dona-do-google-fecha-2021-com-us-76-bilhoes-de-lucro>>. Acesso em 05 maio 2024



- Poder 360 (2023). Alfabeta lucra US\$ 59,9 bilhões em 2022. Poder 360 [online], 02 fev. 2023. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/economia/alfabet-lucra-us-599-bilhoes-em-2022/>>. Acesso em: 05 maio 2024
- Rosenberg, M.; Confessore, N.; Cadwalladr, C. (2018). How Trump Consultants Exploited the Facebook Data of Millions. The New York Times [online], 17 mar. 2018. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2018/03/17/us/politics/cambridge-analytica-trump-campaign.html>>. Acesso em 05 maio 2024
- Santino, R. (2021). Google tem recorde de faturamento alavancado pela pandemia de Covid-19. Olhar Digital [online], 03 fev. 2021. Disponível em: <<https://olhardigital.com.br/2021/02/03/noticias/google-tem-recorde-de-faturamento-alavancado-pela-pandemia-de-covid-19/>>. Acesso em 05 maio 2024
- Spagnuolo, S., Martins, L. (2022). Mesmo com crise, lucro do Facebook cresceu 35% em 2021. nucle.jor.br [online], 03. fev. 2022. Disponível em: <<https://nucleo.jor.br/curtas/2022-02-03-facebook-resultados-2021/>>. Acesso em: 05 maio 2024
- Spiegel (2000). W3C: Der heimliche Herrscher des Web. In: Der Spiegel, Nr. 31/2000 de 31/07/2000 (s.A.)
- The Great Hack (2019). Produção e direção: Karim Amer e Jehane Noujaim, Netflix. Disponível em <[netflix.com/title/80117542](https://netflix.com/title/80117542)>.
- Theuer, D. (2010). Democratic Participation and the Management of Scarce Resources. The Convergence of Leftist and Neoliberal Approaches. Temas de Administração Pública, Araraquara, v.4, n.5, 2010
- \_\_\_\_\_, D. (2011). Der partizipative Haushalt und der Wandel, der ihn trägt: Hintergründe, Akteure, theoretische Konzepte. Der Erfolg der partizipativen Kommunalpolitik von Porot Alegre, Brasilien, im Kontext neuer Vorstellungen von Entwicklung und Demokratie. Tübingen: tobias-Lib
- \_\_\_\_\_, D. (2013). Public Administration and Corporate Social Responsibility: how the State can Promote Better Social Bonds. Cadernos Gestão Pública e Cidadania Vol. 18 Nr. 63, 2013: 290–309
- Verdú, D. (2018). A universidade do populismo que Steve Bannon, ex-assessor de Trump, planeja na Itália. El País (Internacional), 22 set. 2018. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/20/internacional/1537462031\\_280140.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/20/internacional/1537462031_280140.html)>. Acesso em 05 maio 2024
- W3C (s.d.). A Little History of the World Wide Web. Disponível em: <<https://www.w3.org/History.html>> . Acesso em 03/05/2024
- Wilson, F. (1990). Neo-Corporatism and the Rise of New Social Movements. In: Dalton/Kuechler: Challenging the Political Order. New Sociological and Political Movements in Western Democracies: Cambridge. Polity Press, 1990, p. 67-83
- Zerdick, A. (1999). et al. Die Internet-Ökonomie. Strategien für die digitale Wirtschaft. European Communication Council, Berlin u.a.: Springer, 1999
- Zuboff, S. (2019). The Age of Surveillance Capitalism. The fight for a human future at the new frontier of power. Public Affairs, Hachette Book Group



## O que o realismo crítico tem a dizer sobre os debates *Mainstream*, ortodoxia e heterodoxia no pensamento econômico brasileiro recente

*What critical realism has to say about the debates Mainstream, orthodoxy and heterodoxy  
In recent brazilian economic thought*

**DOI:** 10.23925/1806-9029.36i1(65)67288

**Autores:** **Hélio Afonso de Aguiar Filho** - professor Associado do Departamento de Economia e Relações Internacionais da UFRGS. Email: haaf73@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4377-8018> e **Bruno Genro Schneider** - Mestrando em Economia pelo Instituto de Economia da UFRJ. E-mail: genro.bruno@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6093-533X>

### Resumo

O interesse pelo Realismo Crítico tem crescido entre os economistas, sobretudo devido a ênfase de Tony Lawson na ontologia como critério para se entender o escopo da Economia e as deficiências da abordagem *mainstream*. No Brasil, o debate sobre o estado atual da Economia também recorre à filosofia da ciência, motivado principalmente pela investigação de critérios de demarcação científica, com os adeptos do *mainstream* buscando argumentos para expurgar os não conformistas da prática legítima da ciência. Baseando-se no Realismo Crítico, este artigo busca analisar como o pensamento brasileiro recente lida com as classificações e separações estabelecidas por categorias como *mainstream*, ortodoxia e heterodoxia. Mais especificamente, investiga-se como são relacionadas perspectivas econômicas, ontologia e método no pensamento econômico brasileiro a partir do debate do final dos anos 1990 envolvendo Marcos Lisboa e as contraposições heterodoxas de Cardim, Duayer, Paineira e Medeiros.

**Palavras-chave:** Ontologia. Heterodoxia. Ortodoxia. *Mainstream*. Realismo Crítico.

### Abstract

Critical Realism has gained space in economics due to the emphasis by Tony Lawson on ontology as a basis for understanding the scope of this science and the shortcomings of the mainstream approach. In Brazil the modern debate on the state of the economics also refers to the philosophy of science, however it is mainly motivated by the investigation of scientific demarcation criteria, with mainstream adherents seeking arguments to purge non-conformists from the legitimate practice of science. The purpose of this article is to analyze, based on Critical Realism, how recent Brazilian economists deal with the classifications and separations established by categories such as the mainstream, orthodoxy and heterodoxy. More specifically, the economic perspectives about ontology and method is considered in the debate in the Brazilian's economic thought, namely the one in the late 1990s involving Marcos Lisboa and the heterodox oppositions of Cardim, Duayer, Paineira and Medeiros.

**Keywords:** Ontology. Heterodox. Orthodox. *Mainstream*. Critical Realism.

**JEL:** B20; B30; B40.



## Introdução

A história da ciência econômica é marcada por disputas quanto à natureza dos conceitos e fenômenos econômicos, além de prognósticos para o futuro. Essas disputas refletem as diversas linhas de compreensão da realidade, com os mais variados métodos e teorias científicas sendo usados. Na atualidade, a separação maior é entre a economia *mainstream*, aquela que é ensinada nas principais universidades, publicada nas principais revistas, a que recebe incentivos financeiros maiores e a que ganha os principais prêmios da área, tratando-se do conjunto mais valorizado de abordagens entre os próprios pares do campo (Dequech, 2007). Em oposição, a heterodoxia geralmente representa o contraponto às concepções convencionais, caracterizando-se pela diversidade filosófica, política e metodológica, sendo de difícil caracterização positiva unificadora.

No Brasil, a existência de disputas sobre perspectivas e demarcações de linhas de pensamento tem sido uma constante ao longo da história da economia. No estudo proposto aqui, o uso das categorias *mainstream*, ortodoxia e heterodoxia no pensamento brasileiro, será analisado a partir da perspectiva de Tony Lawson e sua crítica à chamada “falácia epistêmica”. Na perspectiva de Lawson (2006), as diferenças entre o *mainstream* e a heterodoxia podem ser estabelecidas a partir dos pressupostos ontológicos subjacentes à teorização econômica; enquanto o *mainstream* adere ao método matemático-dedutivista, baseado na noção de sistemas fechados, a heterodoxia se unifica não só pela crítica às concepções dominantes mas a partir da visão da economia como um sistema aberto, ou seja, sujeito a influências externas que não podem ser antecipadas (mesmo sendo aleatórias, o que requer algum conhecimento prévio de sua natureza) e evolução e interação dentro do sistema que também não podem ser antecipadas.

O objetivo principal do presente artigo é analisar a forma como determinados economistas brasileiros envolvidos em um debate do final dos anos 1990 iniciado por Marcos Lisboa, relacionam perspectivas econômicas, ontologia e método na história do pensamento econômico. A hipótese é que, enquanto as análises autodenominadas heterodoxas são mais ‘externalistas’, destacando fatores políticos ou ideológicos como fator principal de divisão da Economia, os autodenominados *mainstream* brasileiros se encaixam mais no diagnóstico do Realismo Crítico, ao reconhecerem a adesão à modelagem matemática (baseada em sistemas fechados) como elemento de unidade de seus trabalhos. Contudo, essa coincidência, não significa que o Realismo Crítico está de acordo com as práticas e as bases filosóficas do *mainstream*.

A justificativa principal para o presente artigo é que o Realismo Crítico aplicado à Economia, ao propor uma virada ontológica como critério para redefinir não só as perspectivas em disputa, mas os rumos da própria Economia, pode ajudar a apontar caminhos e formas de reposicionar a prática científica dos economistas brasileiros, situados de partida em uma ‘condição periférica’ – por estarem longe dos autodenominados grandes centros. A escolha por analisar o debate aludido acima deve-se à notoriedade que as discussões obtiveram no âmbito acadêmico, além de serem realizadas contemporaneamente aos escritos de Tony Lawson, o que pode



permitir uma maior interlocução entre várias perspectivas. O presente artigo está dividido como segue. Além desta introdução, a segunda seção é dedicada ao Realismo Crítico de Tony Lawson e sua concepção sobre a natureza e problemas da Economia. A terceira e quarta seções, são dedicadas ao debate brasileiro, sendo analisadas as posições da ortodoxia e da heterodoxia brasileira nos artigos de Marcos Lisboa, as respostas heterodoxas de Cardim, Duayer, Paineira e Medeiros. A quinta seção, por sua vez, apresenta uma súmula das discussões, relacionando as diferentes perspectivas. E, por fim, na última seção, conclui-se o artigo.

## 2. Explicações da realidade na ciência econômica

Tem crescido o interesse das correntes heterodoxas na Economia pela filosofia do Realismo Crítico, principalmente para criticar a capacidade do método usado pela chamada corrente convencional. Diante do proposto por esse artigo, é fundamental entender as origens e os significados desta perspectiva filosófica, bem como investigar suas possíveis contribuições para o aprofundamento dos debates econômicos.

### 2.1 O Realismo Crítico

O Realismo Crítico teve em Roy Bhaskar, professor de filosofia nas universidades de Edimburgo, Sussex e em algumas instituições escandinavas, seu principal teórico. Suas reflexões foram formuladas a partir de um arcabouço intelectual que incluiu Marx, Kant e Hegel, contudo, encontrou limitações e falhas intelectuais na teoria social ocidental, que propiciaram a emergência de falsas dicotomias. Uma das críticas fundamentais de Bhaskar foi notabilizada como “falácia epistêmica”, denotando a aderência de explicações ontológicas a moldes epistemológicos. Além disso, em sua vida o filósofo estabeleceu uma conexão intrínseca entre o conhecimento e a radicalização política, percebendo que a busca pela liberdade e a expansão do saber eram, em última instância, faces de uma mesma moeda.

A crítica de Bhaskar a aspectos kantianos da filosofia deu origem ao Realismo Crítico, no qual é apontado a existência contínua de relações, pensamentos e motivos antes da realização de qualquer evento. Essa interpretação sugere que não há provas objetivas nem refutação definitivas (contra o instrumentalismo), porém é necessário trabalhar no sentido de preservar o senso de realidade (contra o relativismo). Bhaskar (2008 [1975]), compreende a ciência de forma diferente do positivismo, o teórico sugere que a ciência não tem como objetivos únicos a previsão e descrição (contra o empirismo), mas, também, o propósito de explicar os fenômenos que são cognoscíveis (contra o idealismo) e nesse sentido, para explicar é preciso analisar ontologicamente a realidade.

Bhaskar (2008 [1975]) aprimorou sua crítica dividindo a realidade em três camadas: 1) Superficial, a camada empírica, a qual temos acesso (perceber) a partir dos sentidos. 2) Factual, camada onde aquilo que é percebido não é necessariamente objetivo, podemos esclarecer essa camada exemplificando com um jogo de futebol: quando o time rival faz um gol, em um sentido empírico da camada superficial,





podemos sentir tristeza, porém para o torcedor rival é provável que tenha ocorrido um sentimento oposto, alegria. Isto é, se o cientista se concentra apenas no sentido empírico é provável, pela distância da percepção e do fato, que desperdice informações relevantes. É partir dessa ideia que mais tarde o Realismo Crítico ponderará o uso da econometria nas ciências econômicas. 3) Profunda, nível em que existem as estruturas, tendências e mecanismos da realidade. Onde a concretização das estruturas e tendências vai depender dos gatilhos existentes. (Vasconcellos; Strachman e Fucidji 1999).

As três camadas descritas acima estão interligadas quando a camada profunda produz o factual e em vista de certas variantes é percebida. As observações e testes apenas indicam conhecimento sobre a camada empírica; da mesma forma, o conhecimento sobre o domínio profundo só é possível com a análise das experiências, dos eventos e dos mecanismos, sendo esse último o fator determinante para o desenvolvimento das camadas menos profundas. É nesse sentido, e com base nesse entendimento, que Bhaskar propõe a crítica ao instrumentalismo vazio e o enaltecimento do estudo ontológico para a melhor compreensão do real, visto que apenas o estudo da natureza dos objetos permite alcançar as estruturas e mecanismos subjacentes.

Ao aprofundar sua noção de ciência, Bhaskar (1998 [1979]) busca diferenciar as ciências naturais e sociais. Nesse contexto, entende que é necessário adquirir conhecimento sobre as percepções ontológicas da realidade, já que para a obtenção do método científico adequado deve-se ter explícito a natureza do fenômeno. Para o autor, o domínio social comporta quatro fundamentos: 1) é aberto, ou seja, o que aconteceu poderia não ter acontecido, existindo uma capacidade das coisas serem ou não ativadas. 2) existe intencionalidade, podendo ser destrinchado em dois aspectos: o do conhecimento, intrinsecamente significativo e que reage a estruturas sociais mudando e mantendo de acordo com a ativação dos mecanismos; e o da durabilidade, que implica na ideia de que certas tendências possuem graus de conservação nos processos históricos. 3) a emergência, concepção em que a ideia de todo é distinta do mero somatório das partes. Para ilustrar, examina-se o exemplo de um comportamento da demanda agregada na economia: para um empresário (parte) a elevação do salário dos trabalhadores pode ser prejudicial para a lucratividade da sua empresa, no entanto essa mesma elevação dos salários em um sentido agregado pode elevar o poder de compra dos consumidores e aumentar os lucros de empresas no geral. 4) a totalidade, que somada ao terceiro aspecto, permite a Bhaskar (1998 [1979]) conceber o domínio social como sistemas interrelacionados<sup>58</sup>.

---

<sup>58</sup> Basta pensar na natureza relacional inerente à interação professor-aluno, em que um não existe sem o outro. Para se constatar que os fenômenos sociais não podem ser sempre redutíveis aos indivíduos, ao atomismo.



## 2.2 Lawson e a ontologia *mainstream* e heterodoxa

Tony Lawson é o autor responsável por transpor elementos do Realismo Crítico para o âmbito da Ciência Econômica. O docente da Universidade de Cambridge obteve seu primeiro título em matemática pura; contudo, foi na confluência entre a filosofia e a Economia que Lawson desenvolveu suas principais obras, consolidando a estrutura do *Cambridge Social Ontology Group* (CSOG), o qual se dedica ao aprofundamento de temas concernentes ao Realismo Crítico e a defesa do pluralismo metodológico. O autor adiciona a crítica desenvolvida por Bhaskar que no mundo social, as condições empíricas são irreplicáveis, o que faz o formalismo inviável para grande parte das questões econômicas. Lawson (1997) elabora que a realidade social é estruturada, porém com mecanismos mais maleáveis e descontínuos do que em relação às Ciências Naturais. Nesse sentido, Lawson fomenta a continuidade do pensamento crítico fundado por Bhaskar para o campo da Ciência Econômica, assim como aprofunda a questão ontológica na teoria social.

A preocupação de Lawson (1997; 2003) com a realidade social já denota que a questão ontológica é fundamental para o Realismo Crítico. A ontologia é o aprofundamento sobre a natureza das categorias e das estruturas reais analisadas. Dessa forma, pode-se resumir a ontologia como o estudo da natureza do objeto, o estudo do ser, e, a partir disso, pode-se inferir que a aceitação de qualquer método de análise, implica na aceitação, implícita ou explícita, da ontologia carregada nesse método. De tal forma que, todos nós estamos adotando posições ontológicas quando concordamos com uma teoria. O que pode ser observado como a raiz da crítica de Lawson à economia *mainstream*, é que esta utiliza o método sem abordar a realidade social do problema em questão.

O problema reside na metodologia utilizada, ênfase na modelagem matemática. A realidade não tem condições correspondentes ao método utilizado. O método é o cerne dos erros da Economia moderna, não basta a crítica ao teórico e político. O método exige que, ainda que implicitamente, o mundo é fechado habitado por átomos isolados. Os métodos matemáticos dedutivos são regularmente aplicados em condições para as quais não são apropriados (Lawson, 2015, p. 3).

Nessa perspectiva, Lawson observa que a importância da ontologia para a ciência se dá no sentido de que a concepção ontológica sobre o objeto estudado vai delimitar o(s) método(s) para a análise de tal categoria. Ou seja, a natureza do problema irá servir de base para a escolha do ferramental metodológico. Por outro lado, para o autor britânico, a Economia convencional utiliza, desde a revolução matemática dos anos 1950, predominantemente o mesmo método seja para qual for a natureza do problema. Referenciando um exemplo construído por Lawson (1997), é como se os autores do *mainstream* usassem a mesma ferramenta para resolver diferentes problemas domésticos, no caso, elétrico ou hidráulico. Esse erro decorre do abandono da ontologia explícita em suas análises.

Em oposição, está a heterodoxia associada e a tradição da economia política. Pode-se aludir à produção teórica de grandes economistas, como ilustração. Karl Marx faz



reflexões ontológicas em seus escritos que pressupõe a formulação das suas teorias, exemplo: a explicitação da natureza sobre valor e mercadoria; Adam Smith, por sua vez, discute a essência do homem, para então explicar o funcionamento da economia; já, John Maynard Keynes discorre sobre a incerteza antes de sua obra principal. No entanto, os economistas convencionais modernos não valorizam o olhar ontológico sobre a realidade antes da escolha metodológica ou da formulação teórica, ainda que implicitamente exista uma visão sobre a realidade que precede o método formalista. Para o Realismo Crítico a realidade é complexa, mas é decifrável e explicável a partir dos estudos científicos. Há, por parte desta corrente, reserva quanto às ênfases empiricistas, dedutivistas ou positivistas que marcam a Economia convencional, por não sugerirem a explicação das estruturas e mecanismos sociais e por se basearem na observação empírica de regularidades fechadas. Logo, a atividade do realista crítico se baseia na tarefa de conhecer a natureza que está contida na camada profunda da realidade.

A complexidade dessa atividade se dá em razão de que o nível profundo é mutável de acordo com o tempo e de acordo com as configurações de sistemas adjacentes que influenciam ou deixam de influenciar o objeto principal, produzindo defasagens entre os três níveis expostos por Roy Bhaskar (Setterfield, 2003). Nesse sistema aberto aos processos históricos, naturais e sociais, não há circularidades rígidas; as repercussões podem ser originadas por causas diferentes de acordo com cada situação, não havendo regularidades imutáveis como é perseguido e determinado pelo realismo empírico, no qual a raiz de pensamento se assenta no positivismo e no dedutivismo.

Surge, então, a questão primordial da autocrítica da linha de pensamento do Realismo Crítico: como saber que se atingiu a realidade? Para responder à questão deve-se recorrer a Lawson, que aponta que se deve focar na ontologia e que a certeza é inexistente, porém existem três princípios que podem auxiliar na leitura dos objetos sociais. 1) realismo ontológico, os objetos são estruturados e a estrutura existe independente das nossas percepções; 2) relativismo epistemológico, deve-se perguntar e duvidar de nossas crenças; nessa perspectiva, se faz importante a diversidade metodológica para a confrontação de ideias; 3) racionalidade de arbítrio, em termos de Lawson “*judgement*”, ou seja, a escolha do método e a linha de pensamento deve ser aderente ao bom senso, que, segundo o autor, é inescapável do processo científico (Fucidji, 2013).

Ao se aprofundar no pensamento de Tony Lawson, deve-se abordar outro entendimento do autor, o qual pode elucidar a relação entre a análise ontológica proposta pelo Realismo Crítico e a crítica ao projeto de modelagem matemática do *mainstream* econômico. Nesse sentido, Lawson (2003) avalia a última como isolacionista, entendendo que o máximo que Ciências Sociais como a Economia comportam é o uso procedimentos de abstração teórica. De acordo com o significado tradicional, a abstração é o ato de se concentrar em certos aspectos de algo negligenciando (momentânea) outros. É um processo de dedicar-se em algum(s) enfoque(s) do objeto, enquanto outros permanecem em segundo plano. Em outras palavras, abstrair é focar nos aspectos de algo, embora não se esteja assumindo a



inexistência de outros. Por outro lado, o método do isolamento teórico, é um método pelo qual um conjunto de elementos é removido teoricamente da influência de outros elementos em uma dada situação. Ou seja, isolar teoricamente é precisamente tratar os aspectos não focalizados como inexistentes, ou pelo menos como isolados, como não tendo influência sistemática.

Lawson (2003) pontua que os procedimentos adotados pela tradição neoclássica atomizam a sociedade de modo que a lógica individual é transportada para a lógica do todo; sendo uma forma teórica de isolamento. De outro modo, o estudo da sociedade só é possível a partir do entendimento das relações, pois a ação social é intrinsecamente relacionável. Em vista disso, as falhas da Economia atual não estão no nível da teorização substantiva, estão no nível da metodologia e ontologia social. Insistir na aplicação da modelagem matemática, em uma realidade aberta, seria um erro, porque o uso generalizado da matemática e da econometria não serve para prever o comportamento humano, uma vez que esse modelo atomista não permite entender a estrutura do sistema, da totalidade maior.

Em vista disso, o *mainstream* se recusa a usar termos que se referem ao todo e a processos sociais, como as categorias liberalismo ou capitalismo, em suas teorias. Portanto, aplicar a matemática requer o fechamento do sistema; significa abordar a Economia a partir de indivíduos atomistas ou entidades, átomos que exercem o seu próprio efeito, independentes, invariáveis e equivalentes em qualquer contexto. A discussão sobre o que explica a divisão da Economia e a filosofia da Ciência Econômica não é exclusividade do mundo anglo-saxão. A seção a seguir, apresenta o episódio do debate brasileiro no final dos anos 1990, com o foco nas categorias *mainstream*, ortodoxia e heterodoxia.

### 3. Pensamento econômico brasileiro no debate sobre as “misérias”

Nesta seção serão apresentados os três principais textos e ideias do economista Marcos Lisboa, professor de prestígio entre seus pares e ex-secretário de política econômica do Ministério da Fazenda do governo Lula<sup>59</sup>. Seus textos publicados em 1997 e 1998 (Revista de Economia Contemporânea) e em 2001 (Estudos Econômicos) causaram inquietação no campo econômico atraindo críticas e repostas de economistas heterodoxos como Mário Duayer, Mário Possas e Fernando Cardim de Carvalho, que analisavam os argumentos propostos a partir de diferentes prismas e suscitaram respostas de Lisboa e discussões sobre a temática no campo acadêmico. O presente artigo focaliza as análises principalmente a partir dos textos produzidos por Duayer, Paineira e Medeiros, visto que essas publicações possuem maior aderência com o debate filosófico proposto por Tony Lawson e o Realismo Crítico.

---

<sup>59</sup> Mais recentemente Marcos Lisboa se envolveu em uma nova disputa sobre as principais questões de nossa agenda política e econômica com outros intelectuais heterodoxos. Iniciada no Jornal Folha de São Paulo, a discussão acabou sendo reproduzida no livro O Valor das Ideias, de 2019. Por uma questão de espaço, esse debate não serão retomadas aqui.



### 3.1 A miséria da crítica heterodoxa: sobre as críticas

No texto “A Miséria da Crítica Heterodoxa: sobre as críticas”, Marcos Lisboa defende sua concepção sobre o que é a Economia ortodoxa e o que é a Economia heterodoxa. O autor discute as críticas heterodoxas às análises ortodoxas e apresenta uma visão de como a Ciência Econômica deve se comportar. Ademais, Lisboa procura demonstrar de forma satírica, como as posições heterodoxas são infundadas e apresentam viés ideológico. O autor separa o texto analisando as principais críticas das escolas marxista, pós-keynesiana e neo-ricardiana às principais hipóteses e conceitos neoclássicos, como: racionalidade, equilíbrio, probabilidades, incerteza, neutralidade da moeda e convexidade; para depois defender o uso da modelagem formal e criticar o realismo.

Marcos Lisboa sugere que a crítica heterodoxa confunde a ‘tradição neoclássica’ com a adesão imediata à defesa de políticas econômicas liberais relacionadas à crença da autorregulação do mercado. Diante disso, propõe que o corpo teórico ortodoxo não está diretamente ligado a resultados conservadores, já que a ortodoxia produz diversas soluções incompatíveis com os preceitos liberais (Lisboa, 1997). Nesse primeiro momento, já é notável que, assim como Lawson, o economista brasileiro não aceita a posição política e os conceitos teóricos como aspectos que diferenciam a Economia *mainstream* da heterodoxia; outra concordância é quanto à noção de que a Economia *mainstream* está em um processo de crescente formalização matemática. Enquanto Lawson (2015) observa que a divisão na Economia se dá a partir de uma ontologia distinta que resulta em métodos diferentes, Lisboa se apega a aspectos metodológicos relacionados a formalização como a base da distinção entre os convencionais e os heterodoxos. Assim, nos dois autores a questão política e conceitual não pode ser vista como a origem das divergências. Tal questão será mais aprofundada no decorrer deste artigo.

Entretanto, a noção de Lisboa sobre a natureza da realidade social é bem diferente da visão de Tony Lawson. O brasileiro enxerga a Economia como uma área desvinculada da política e, assim, desvincula a Ciência Econômica da Ciência Social. Em seus textos (1997 e 1998), Lisboa afirma que as discussões sobre conflitos distributivos é tema para a política, não competindo ao economista articular essas áreas, visto que o papel do pesquisador é tratar com a eficiência em diferentes situações. Dessa forma, aliada à visão metodológica formalista matemática como expressão ideal da pesquisa, Lisboa compreende que a Ciência Econômica, ao menos a parte ortodoxa, produz conhecimentos cumulativamente; dito de outra forma, crê que o desenvolvimento da Economia se dá ao longo dos anos a partir da acumulação dos estudos e modelos construídos, desconsiderando a existência de concorrências teóricas e rupturas no campo da Ciência Econômica. Assim, para Lisboa (1997, p.37): [...] Nenhum modelo, nenhuma construção simbólica, em momento algum, consegue reproduzir o real. Em que medida pode-se discutir o maior ou menor realismo das hipóteses? Em que medida esta discussão é relevante para o economista aplicado? Se todo argumento teórico é uma representação intermediada do real, e os caminhos desta intermediação parecem ser inacessíveis à própria razão, por que não utilizar o



modelo cujas previsões apresentam maior compatibilidade com as observações empíricas?

A reflexão acima, inspirada no instrumentalismo de Friedman (1953), é o cerne da resposta metodológica positivista para as concepções alternativas. Deste modo, a significância de uma teoria independe do grau de aproximação das suposições com a realidade; nessa perspectiva, os modelos matemáticos-dedutivistas possuem previsões confiáveis, mesmo partindo de representações descritivas imprecisas da realidade. Deve-se observar aqui que a noção desvinculada em relação aos aspectos sociais, leva ao entendimento que a Economia é uma ciência dura, na qual as causalidades são captadas de forma exclusivamente matemática e, por conseguinte, o economista é, ou deveria ser, neutro aos desvios ideológicos. Sendo assim, na lógica de Lisboa, aquele que não aderir ao formalismo e não desconsiderar a abertura dos sistemas para construir conteúdo científico econômico, estará fadado à retórica ideológica anticientífica.<sup>60</sup> O que Marcos Lisboa defende é que o projeto unificador do neoclassicismo ou da ortodoxia é a procura de resultados válidos em diferentes circunstâncias, de modo que as teorias não precisam ser analisadas do ponto de vista ontológico, apenas os resultados devem ser considerados.

Sobre a ortodoxia, o economista argumenta que não existe hipótese ou princípio teórico que seja comum a toda ‘tradição neoclássica’, ao contrário do que pensam os heterodoxos. Ao longo do seu artigo, Lisboa (1997) utiliza casos para contrapor as críticas heterodoxas, onde aparecem modelos de diversos autores ortodoxos com pressupostos diferentes das ditas hipóteses da teoria neoclássica, por exemplo, o uso da racionalidade limitada ao invés da racionalidade ilimitada.<sup>61</sup> Com a preocupação apenas em abordar as relações formais regulares, a tradição neoclássica deixa de ser uma visão de mundo e passa a se referir apenas ao uso de um método científico neutro. Nesse sentido, Lisboa acaba negando a ontologia e o papel dela sobre a ciência, transferindo a tarefa ontológica para a epistemologia. Por outro lado, considera a heterodoxia como mera interpretação, como uma forma vulgar de Ciência Econômica em que o formalismo e os métodos adequados são deixados de lado em prol de discursos ideológicos.

### **3.2 A miséria da crítica heterodoxa: método e equilíbrio na tradição neoclássica**

No segundo artigo escrito por Lisboa, “A Miséria da Crítica Heterodoxa: método e equilíbrio na tradição neoclássica”, é sistematizado o comportamento metodológico da ortodoxia, relacionando com os principais conceitos usados pelos neoclássicos, sobretudo, a essência do equilíbrio para os economistas da corrente em pauta. Assim sendo, nessa segunda parte Lisboa adentra a filosofia da ciência, justificando o uso das abordagens instrumentalista e popper-lakatiana para a construção de uma Ciência Econômica mais consistente. No decorrer do artigo, é defendido o papel de modelos

---

<sup>60</sup> Nessa visão, toda teoria é uma distorção e uma simplificação da realidade; a Ciência deveria avaliar os modelos econômicos segundo a sua capacidade de previsão, e não de acordo com o realismo das suposições.

<sup>61</sup> De modo que as noções de racionalidade, probabilidade e equilíbrio possam ser flexibilizadas.





formais de modo que se possa adequar com os princípios estruturantes da tradição neoclássica.

Novamente, assim como na primeira parte, Lisboa (1998) não poupa esforços para legitimar a pluralidade de ideias na ortodoxia. São apresentadas diversas divergências entre economistas da corrente neoclássica, para alegar que o instrumentalismo, caracterizado pelo pragmatismo científico junto com o método popper-lakatiano, aceita respostas díspares aos problemas econômicos; desde que o modelo ou teoria possa propiciar hipóteses passíveis de verificação empírica, gerando previsões factíveis com a realidade e que possa ampliar o grau de falseabilidade em relação a propostas anteriores. O autor provoca a heterodoxia exemplificando que, ao contrário do modelo de equilíbrio geral Arrow-Debreu-McKenzie, os escritos de Karl Marx, apesar de profundos, não produziram relações de causalidade, construções teóricas alternativas ou investigações empíricas, uma vez que muitas das suas proposições não atendem o requisito popperiano de falseabilidade e, por consequência, não são cientificamente robustas (Lisboa, 1998). No decorrer do texto, a crítica apresentada por Lisboa é generalizada para toda a heterodoxia. Lisboa sugere que, contrariamente à crítica heterodoxa, a ortodoxia não é caracterizada por possuir princípios fundamentais óbvios. Ademais, o individualismo metodológico não é essencial na ‘tradição neoclássica’ desde a “revolução novoclássica” nos anos 1970 (Lisboa, 1998). Nesse sentido, o autor expõe sua visão sobre os elementos fundamentais do neoclassicismo:

A teoria neoclássica, como entendo, se desenvolve a partir da revolução marginalista e se caracteriza por dois princípios básicos: em uma sociedade de mercado os agentes tomam decisões independentemente de qualquer coordenação *a priori*; cada agente toma suas decisões tendo em vista o seu interesse, as suas expectativas sobre o futuro e sobre o que espera que os demais agentes irão fazer. (Lisboa, 1998, p. 132)

Ainda, abrangendo o método de Friedman e exemplificando projetos ideológicos diferentes dentro da ortodoxia, Lisboa caracteriza a tradição neoclássica como uma constante produção de modelos alternativos, alterações de hipóteses e investigações de novos problemas. Entretanto, apesar da crítica ao positivismo em seu artigo alegar inexistência de uma verdade para a tradição neoclássica, é possível presumir que o economista entende o método neoclássico, baseado em Popper e Friedman, como o mais adequado à ciência.

### 3.3 Réplica de Cardim

Em sua breve resposta ao artigo de Marcos Lisboa, Fernando Cardim de Carvalho, a época professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), entende que, apesar de infrutífera, uma resposta à Lisboa era necessária, visto que foi citado de forma crítica pelo autor ortodoxo. A discussão seria improdutiva, na percepção de Cardim de Carvalho (1998), porque as visões alternativas normalmente não conseguiriam encontrar resultados substantivos falhos internos à corrente rival. Todavia, o texto apresenta divergências sobre as noções de ergodicidade e equilíbrio.



O ponto chave para a distinção da heterodoxia e ortodoxia seria as proposições alternativas. O autor sugere que a hierarquização dos problemas e categorias econômicas seriam a diferenciação fundamental entre a visão alternativa e a teoria neoclássica (Cardim de Carvalho, 1998). Visto que o economista heterodoxo não entende que as correntes se definem pelo método ou por conclusões essenciais, pretensiosamente, pode-se entender que a hierarquização escolhida pelos economistas se dá no âmbito ideológico; ainda que Cardim concorde com Lisboa que o papel do economista acadêmico não possa se ater a indagações e investigações metafísicas relacionadas a “projetos invisíveis”.

### 3.4 A miséria do instrumentalismo

Após a repercussão na academia dos artigos de Marcos Lisboa sobre as críticas e definições de heterodoxia e ortodoxia, Mário Duayer, João Leonardo Medeiros e Juan Pablo Paineira publicaram, em resposta, o artigo “A Miséria do Instrumentalismo na Tradição Neoclássica” (2001). Os autores abordam os pilares da metodologia ortodoxa, criticando os argumentos de Lisboa e propondo visões alternativas da filosofia da ciência na Economia. São debatidos o instrumentalismo, o formalismo e as prescrições popperianas, categorias que baseiam os princípios metodológicos neoclássicos, segundo Lisboa e os autores heterodoxos citados. Em contraste, o trio heterodoxo sustenta as avaliações argumentando em favor do realismo de Bhaskar, da dialética e de outros aspectos metodológicos e filosóficos utilizados pela heterodoxia.

O artigo inicia diagnosticando que os autores do *mainstream* praticam posturas antirrealistas, com uma ontologia implícita e problemática na construção teórica. Para os autores, o *mainstream* é descompromissado em relação à ontologia, ainda que a filosofia da ciência seja consensual quanto à importância dessa categoria, pois toda teoria pressupõe uma ontologia. Desse modo, Duayer; Medeiros e Paineira (2001) consideram que é falso o abandono da ortodoxia do método positivista, como é argumentado por Lisboa. Isto pode ser constatado pelo incessante empenho da tradição neoclássica em expurgar as noções metafísicas (incluindo discussões ontológicas) do conhecimento científico, com o intuito de transformar a ciência em empiricismo imparcial.

No decorrer do artigo, o trio heterodoxo apresenta o que seriam falhas filosóficas do instrumentalismo *a la* Friedman; a interpretação é que a visão anti-metafísica da ciência gera relativismos, tornando o conhecimento um objetivo intangível. E então, significando que, em razão de a realidade ser irreproduzível, todo e qualquer pensamento é falso. Com isso, o embaralhamento do conhecimento objetivo com o conhecimento absoluto induz que, para os instrumentalistas, a verdade não é parâmetro para a Ciência. Continuando a crítica ao instrumentalismo, Duayer; Medeiros e Paineira (2001) explicam que, posta a impossibilidade de testar todas as instâncias empíricas de qualquer hipótese, o aparato instrumental sugere que, filosoficamente, a Ciência é apenas um conjunto de teorias falseáveis, todavia não falseadas. Para os autores heterodoxos, essa é uma forma de reducionismo da Ciência e do conseqüente papel do economista.



“A Miséria do Instrumentalismo na Tradição Neoclássica” também faz críticas ao popperianismo e suas ramificações, identificando que para Lisboa tais posicionamentos metodológicos são fundamentais para a constituição da Ciência Econômica. Duayer; Medeiros e Paineira (2001) entendem que o método proposto por Popper incorre no erro de operar sob uma perspectiva idealizada livre de sujeição histórica-social. Thomas Kuhn e Imre Lakatos, inspirados por Popper, também seriam presos pela concepção positivista sobre a ciência, pois, suas teorias sobre paradigmas no campo científico e sobre a noção de núcleo rígido estabelecido pela comunidade científica, desençam-se na validação absoluta da evolução científica associada a técnicas empíricas e preditivas que envolvem lógicas matemáticas tautológicas.

Nosso objetivo é sustentar a interpretação de que o fracasso da tradição positivista é o fracasso da impugnação à ontologia e que, por esta razão, torna-se incompreensível que sua crítica e superação sejam reclamadas por teorias ligadas a Popper, Kuhn e Lakatos etc., que também desqualificam a ontologia, ainda que de maneira oblíqua. (Duayer; Medeiros e Paineira, 2001, p. 752).

O fundamental para Duayer, Medeiros e Paineira (2001) é o componente político adicionado para rebater Lisboa e a ortodoxia. Elucidando, a heterodoxia é vista como sinônimo de crítica e o mundo heterodoxo pressupõe que a realidade pode e deve ser mudada, e não apenas contemplada; em contrapartida, a ortodoxia seria sinônimo de conservadorismo, de senso comum. Então, sob o ponto de vista dos autores, o empiricismo alega neutralidade, mas verdadeiramente apenas corrobora a naturalização inconsciente, ou não, das estruturas presentes; dessa forma, a ‘tradição neoclássica’ naturaliza o capitalismo através da modelagem formal dedutivista, uma vez que, a busca permanente por modelos alternativos, como é definida a ortodoxia por Lisboa, se adequa de forma subliminar e empiricamente ao *status quo*.<sup>62</sup>

### 3.5 Linguagem, procedimento e pragmatismo na tradição neoclássica

Depois do artigo publicado por Duayer e coautores, Marcos Lisboa escreve a tréplica e último texto em relação às críticas heterodoxas. Após relembrar as motivações para debater o assunto, o autor explicita a diferenciação entre a linguagem analítica formal e o uso dessa linguagem na análise de fenômenos econômicos dentro da ‘tradição neoclássica’. Continuando, Lisboa (2001) exemplifica controvérsias no pensamento neoclássico; em seguida, sistematiza argumentos retóricos e relativistas na Ciência Econômica e, por fim, faz a defesa do pragmatismo e a consequente crítica aos autores heterodoxos que contestaram seu primeiro texto.

Inicialmente, Marcos Lisboa diferencia a teoria neoclássica da ‘tradição neoclássica’, sendo a primeira o conjunto de teorias formuladas pelos primeiros pensadores neoclássicos e a segunda como a equivalente a Economia convencional ou *mainstream*. Nessa concepção, a tradição neoclássica seria a aplicação do procedimento utilizado pelos neoclássicos do século XIX para a realização do processo científico, o que dessa

---

<sup>62</sup>O artigo critica a obsessão pela predição, característica da metodologia neoclássica, exaltando o aprofundamento ontológico e diferenciando a principal divisão na teoria econômica a partir das metodologias e das visões ideológicas.



forma não implicaria em definições substantivas comuns aos aderentes da Economia *mainstream*. Em consequência, é explicitado através de exemplos que a ‘tradição neoclássica’ não possui resultados empíricos consensuais, existindo, apenas, o consenso no uso da abordagem empírica (Lisboa, 2001). Por sua vez, o método neoclássico se caracteriza na confrontação de modelos formais através de procedimentos experienciais. Sendo que seu sucesso teórico está, segundo Lisboa (2001, p.15): relacionado à sua capacidade em produzir resultados formais, proposições lógicas e propor novos problemas formais a serem investigados. O desdobramento aplicado ocorre quando estes novos resultados formais resultam em novos modelos falseáveis corroborados.

Contraopondo-se ao trio heterodoxo, Lisboa entende que a modelagem empírica formal possui “alguma” visão de mundo pré-estabelecida, porém os resultados obtidos podem ser desfavoráveis às condições iniciais que motivaram a pesquisa, o que significa que o economista neoclássico não controla as conclusões desenvolvidas. Em um segundo momento, os argumentos do autor vão no caminho de que as críticas dos heterodoxos se tornam inválidas mediante a inexistência de um núcleo duro na tradição neoclássica. Para Lisboa (2001), o método da Economia convencional não representa o único modo de chegarmos ao conhecimento, mas o único capaz de gerar conhecimento científico. Nesse sentido, aquilo que não é passível de teste não pode ser considerado científico e, assim, o realismo não pode se diferenciar de suposições anticientíficas. Em outras palavras, dada a concepção popperiana da impossibilidade de resoluções de controvérsias através da forma positiva, as alegações realistas dos heterodoxos não passariam de argumentos de autoridade incapazes de justificação e de predição.

#### 4. O realismo crítico e o debate brasileiro

Na presente seção, confrontar-se-á o pensamento econômico brasileiro no debate sobre a divisão teórica na Economia com as práticas e concepções propostas pelo Realismo Crítico na versão de Tony Lawson. A posição de Lawson (1997; 2006 e 2015) resumida indica que a corrente principal da Economia é unificada por sua ontologia explicitada na metodologia *mainstream*; enquanto a heterodoxia é demarcada pela negação ontológica e, conseqüentemente, metodológica da Economia convencional.

Para realizar a análise das interlocuções, é preciso alegar que o pensamento econômico convencional brasileiro aceita, na generalidade, as argumentações de Lisboa, uma vez que os textos referidos do autor possuem reconhecimento e aclamação de seus pares. Por outro lado, o pensamento heterodoxo sobre o tema requer ser analisado de forma mais segmentada devido a variedade de perspectivas acerca das questões relativas à Ciência Econômica e a visão dominante.



#### 4.1 O Pensamento brasileiro a respeito da ciência econômica

Para a ortodoxia brasileira, a Ciência Econômica é uma área do conhecimento preocupada com a eficiência alocativa dos recursos nos mercados; os dilemas morais ou a justiça sobre a distribuição da riqueza não cabem ao economista, estes são temas exclusivamente políticos (Lisboa, 1998). Essa perspectiva tecnicista leva ao afastamento da Economia com a Ciência Social, já que o juízo de valor acerca das pautas sociais não concerne à definição *mainstream* sobre o papel da Ciência. Portanto, a lógica ortodoxa interpreta que existe uma exigência desmedida da heterodoxia em relação à aproximação da teoria com a realidade. A Ciência Econômica deve ser útil à sociedade, mas é excessivamente pretensioso requisitar o entendimento da totalidade social a partir da teoria econômica. É a partir dessa visão amparada em Friedman (1953), que a ortodoxia brasileira relativiza ao máximo a adesão da teoria com a realidade.

Ademais, a visão dominante brasileira no debate entende que o processo científico é análogo à prática do método consolidado pelos neoclássicos, ou seja, todos os métodos heterodoxos desassociados do método dominante não devem ser reconhecidos como científicos; conseqüentemente, o pluralismo é rejeitado. A discussão sobre a natureza das coisas, cara ao Realismo Crítico, é rechaçada pelos ortodoxos. Apenas o que pode ser testável é reconhecido como científico, o restante é equiparado à metafísica. Conforme Lisboa (1998, p.117): “São considerados científicos os argumentos e hipóteses confirmados pela experiência, evitando-se desta forma, segundo os positivistas, as ambigüidades, imprecisões e discussões estereis usualmente associadas à metafísica”.<sup>63</sup>

Em contrapartida, os heterodoxos brasileiros incluem critérios mais amplos para a definição de Ciência. Para Duayer, Medeiros e Paineira (2001), o *mainstream* interpreta a Ciência apenas como um aparato instrumental com funcionamento no “vácuo de acepções”. Neste sentido, pode-se dizer que o trio heterodoxo se aproxima do entendimento de Lawson (2015) em razão dos primeiros recorrerem à história e à política para a explicação de fenômenos econômicos. Isto porque, para Lawson, a Ciência Econômica está inserida nas Ciências Sociais ou Humanas, sendo ela própria uma divisão do trabalho dentro das Ciências Sociais. Dessa forma, o papel do economista é a busca pelo acercamento da realidade social a partir de um foco nas relações materiais distributivas.

Fica evidente, portanto, que os economistas moldam os métodos e os objetivos da sua Ciência a partir da ontologia e do próprio significado sobre a natureza da Ciência e da Economia: a Economia *mainstream* tem o propósito de encontrar relações lógicas formais e a heterodoxia, para além do empiricismo, busca descobrir nexos estruturantes abstratos ou, de forma contrária, busca encontrar relações lógicas empíricas com base em nexos estruturantes abstratos.

---

<sup>63</sup> Para Lisboa (97; 98 e 2001), o dedutivismo agregado ao popperianismo e ao instrumentalismo de Friedman, constituem, não só o melhor método para análise econômica, mas o único método possível de ser considerado científico.



## 4.2 A ontologia no pensamento econômico brasileiro

A análise ontológica é o núcleo do Realismo Crítico e o demarcador fundamental entre heterodoxia e *mainstream* (Lawson, 2006). O estudo da natureza do ser tem o objetivo de descrever as estruturas dos objetos analisados; apenas sob essa delimitação do objeto é que se pode afastar-se de construções ilusórias. A dedicação com as questões ontológicas é decorrente do realismo transcendental, o qual preconiza a ideia da existência das coisas independentes do que conhecemos sobre elas (Setterfield, 2003).<sup>64</sup>

Em oposição à ontologia social proposta pela heterodoxia e aceita pelo Realismo Crítico, está a concepção da Economia convencional brasileira. Para a ‘tradição neoclássica’, o plano empírico dedutivista é a forma que se deve teorizar sobre os fenômenos econômicos; o que, para Lawson (2015), é o resultado, mesmo que de forma implícita, da ontologia de sistemas fechados, apoiados no atomismo e no isolacionismo. Nesse caso, aos olhos do Realismo Crítico, a Economia convencional brasileira não trata de assuntos ontológicos e acaba incidindo em uma falácia epistêmica. Em outras palavras, ao reduzir as declarações sobre o ser a afirmações sobre o conhecimento, leva essa tradição à indiferença quanto à ontologia e culmina no afastamento da Ciência da realidade.

No tocante à heterodoxia brasileira, Duayer, Paineira e Medeiros (2001) compactuam com a crítica de Tony Lawson em relação ao papel da ontologia na Ciência Econômica, porém inserem outros elementos para as demarcações das correntes na Economia. O diagnóstico da supressão ontológica e consequente incompetência analítica por parte da Economia dominante é similar ao de Lawson, bem como a ideia de que a ontologia heterodoxa se baseia na compreensão de processos subjacentes, na abertura dos sistemas e na relacionalidade interna; todavia, os brasileiros não dão a relevância típica do Realismo Crítico ao estudo do ser nas críticas ao *mainstream*. A heterodoxia presente no debate brasileiro estabelece diferenciadores políticos no âmago da disputa acadêmica econômica.

## 4.3 Instrumentalismo no pensamento econômico brasileiro

A crítica de Lawson (2003) alega que o principal problema da Economia moderna tem origem na ontologia, mas se expressa a partir da metodologia utilizada nos estudos econômicos. A ênfase na modelagem matemática exclui aspectos pertinentes para análise econômica. O movimento em prol do instrumentalismo é tão dominante, que até economistas críticos ao capitalismo inclinam-se ao uso desmedido da matemática, como os marxistas da escolha racional.<sup>65</sup>

---

<sup>64</sup> Nesse sentido, o Realismo Crítico compreende que a ontologia social das correntes econômicas gera os métodos para as investigações compatíveis com essa mesma ontologia, e a forma como será feita a teorização é marcada pela concepção pré-estabelecida sobre o tema abordado.

<sup>65</sup> Numa análise muito similar à de Lisboa (1997 e 1998), Colander *et al.* (2004, p. 492) afirma que o que difere a elite da Economia é a visão aberta para novas ideias e fechada para metodologias alternativas, ou seja, “Se ela não estiver modelada, não será Economia, não importa seu significado”.





A matemática à qual se refere, é, na visão de Lawson (1997), a de cunho dedutivista, que gera uma estrutura formalista adotada pelos economistas convencionais independentemente da natureza do problema econômico. De forma resumida, o intuito de construção de leis, implica na concepção de que sempre que ‘o evento x, então, o evento y’. Assim, a modelagem formal trabalha com a ideia de identificação das regularidades e de generalizações de leis a partir da observação. A identificação de regularidades, apesar de uma meta distante, não é algo de todo impossível para o Realismo Crítico; há situações sociais caracterizadas pelo fechamento temporário, sendo assim passíveis de captura.

No debate entre os brasileiros, a ortodoxia defende o monismo metodológico, algo já identificado por Lawson (1997 e 2006) e Colander (2004) como fundamental na caracterização do *mainstream*. A abordagem instrumentalista é assumida por ser neutralizadora da ideologia, e a predição a solução contra a impossibilidade de compreensão do real, traduzindo-se em pragmatismo científico à moda de Friedman. Essa ideia é contraditada por Duayer, Paineira e Medeiros (2001) ao constatarem que o fracasso do instrumentalismo é o fracasso da impugnação ontológica e da aproximação à tradição positivista. Citando Rorty, os autores não reconhecem a superioridade metodológica do instrumentalismo, visto que essa prática, ao suprimir a visão ontológica da corrente convencional, apenas oculta uma concepção de mundo conservadora do sistema econômico atual.

Duayer, Medeiros e Paineira (2001) salientam a importância tanto dos critérios internos quanto dos externos na explicação da progressão da Ciência Econômica, bem como do que é dominante e o que é alternativo neste campo<sup>66</sup>. No caso de Lawson (1997; 2006 e 2015), o que caracteriza o *mainstream* é a adesão à concepção dedutivista de Ciência, mas aceitando que cada caso pode ser estudado como uma totalidade à parte.<sup>67</sup> Assim, dependendo do contexto, de fato, pode haver influência da política no andamento da pesquisa. O ponto chave para Lawson é que a realidade social é vista como fechada pelo pensamento econômico convencional, implicando no dedutivismo; e é esse demarcador do que é a natureza da Economia dominante. Como se verá abaixo, portanto, os fatores externos podem explicar em maior ou menor grau essa visão sobre a realidade, mas o aspecto unificador do *mainstream* é sua ontologia e metodologia.

#### 4.4 Aspectos políticos no realismo crítico

Agora é hora de tratar do papel da política nas separações *mainstream*-heterodoxia. Tony Lawson em “*Essays on The Nature and State of Modern Economics*” (2015) sistematiza as suas críticas à Economia moderna, ao afirmar não ser proveitoso analisar as divergências fundamentais entre corrente heterodoxa e convencional dada

---

<sup>66</sup> É pouco usual da parte de economistas heterodoxos no Brasil considerarem a importância dos fatores internos no estabelecimento das diferenças com relação à Economia convencional. Este não é o caso de Oreiro e Gala (2016), mais recentemente os autores sustentam, por exemplo, que a teoria heterodoxa atual e a ortodoxia instrumentalista podem ser entendidas recorrendo-se exclusivamente a elementos internos ao desenvolvimento da Ciência Econômica.

<sup>67</sup> Mas, isso é caso de estudo empírico.



a ampla abrangência quanto a orientações de política econômica de ambas. Ou seja, Lawson entende que o *mainstream*, através das principais revistas e prêmios, aceita a pluralidade de conclusões nas teorias econômicas, o que nos remete a Lisboa, que concorda que a tradição neoclássica produz resultados políticos antagônicos. Desse modo, tanto para o autor brasileiro, quanto para Lawson, a questão da demarcação não pode ser resolvida a partir de noções políticas. Todavia, o britânico não nega a influência da ideologia ou da política sobre os posicionamentos das escolas de pensamento econômico, afirma apenas que as falhas da Economia podem ser mais bem compreendidas sob outra ótica, a ontológica. Já para a ortodoxia brasileira, o método dedutivista-matemático é o que permite a superação da Ciência em relação à política.

Os heterodoxos do debate brasileiro caminham na mesma direção que Tony Lawson ao afirmarem que a ortodoxia nega a ontologia para fazerem da metodologia formal um critério inquestionável.<sup>68</sup> Para Duayer, Medeiros e Pinceira (2001), a neutralidade ideológica da tradição neoclássica é uma falácia, sendo que a própria etimologia das palavras revela isso, pois heterodoxia significa crítica ao conhecimento convencional, ao ortodoxo, que é conservador e defende as estruturas sociais dominantes que amparam o capitalismo. Esse é o ponto de dissidência em relação a Lawson, sendo que os brasileiros identificam a metodologia empírica com uma ontologia implícita, de visão de mundo individualizada politicamente conservadora; enquanto o autor britânico irá descrever a ontologia da Economia dominante como fechada e atomista. Duayer; Medeiros e Pinceira (2001) concordam com essa mesma ontologia criticada por Lawson, mas indicam uma origem conservadora, ou seja, política-ideológica.

As concepções divergentes entre Lawson e os brasileiros heterodoxos sobre a preponderância de fatores internos ou externos no modo de fazer Ciência Econômica remetem ao debate entre internalistas *versus* externalistas na Filosofia da Ciência<sup>69</sup>. Os termos já foram aludidos antes, mas a fim de resumir os seus usos, considera-se que os externalistas são aqueles que indicam os problemas do campo científico não como inteiramente gerados pelos desenvolvimentos das pesquisas internas, mas marcados pela exogeneidade ideológica e histórica. Nessa perspectiva, o contexto intelectual é predominante para os rumos das investigações científicas; já os internalistas antagonizam o debate salientando a prevalência do conteúdo conceitual e a natureza teórica para a explicação do desenvolvimento das ciências. Sob esse prisma, é a história interna, conforme Da Fonseca (1996), que oferece objetividade para o avanço da Ciência Econômica.

Em se tratando das concepções dos autores analisados nesse artigo, todavia, há ponderações a serem feitas. O internalismo dos economistas convencionais brasileiros está relacionado à ideia de que as convicções internas definem o escopo

---

<sup>68</sup> Contudo, a ontologia continua a exercer o seu papel, ainda que desordenada e velada nos meandros do desenvolvimento das pesquisas.

<sup>69</sup> Internalista aqui no sentido atribuído por Lakatos (1998), significando que a Ciência progride por processos internos, sem a influência do contexto e das pressões políticas; enquanto externalista significa que a ideologia, a posição de classe e o poder econômico influenciam na pesquisa e direção da Ciência. Na Economia, ver principalmente Stigler (1965) e Da Fonseca (1996).



e a forma da teoria econômica, conectando, a partir desse desenvolvimento, o progresso contínuo no conteúdo da Economia convencional. No entanto, o internalismo de Lawson não associa a visão internalista com a uma orientação cumulativa da Ciência. Nesse caso, o autor apenas abstrai a perspectiva externa para se ater aos aspectos ontológicos que a metodologia da Economia dominante se baseia.

De todo modo, a maneira geral como a heterodoxia brasileira presente na discussão entende a progressão da Ciência Econômica possui caráter tanto internalista quanto externalista. Aspectos internos e externos à profissão acadêmica dos economistas são considerados para a formação do campo do conhecimento heterodoxo e ortodoxo, entretanto a origem das características internas é decorrente dos condicionamentos externos.

## Conclusão

O presente artigo buscou relacionar as perspectivas presentes no debate influente na academia brasileira do final dos anos 1990 e começo dos anos 2000 com as concepções de Tony Lawson, segundo as quais a corrente principal não deve ser caracterizada de acordo com os resultados de suas teorias, nem com suas hipóteses para análise, mas com sua ontologia da realidade social, e consequente metodologia de orientação. Foi observado que Tony Lawson e o pensamento econômico brasileiro dominante convergem no reconhecimento da diversidade de resultados e de pressupostos na Economia *mainstream*. Há concordância também quanto ao crescente formalismo na Economia convencional e a sua baixa adesão na heterodoxia; porém, o *mainstream* brasileiro considera o formalismo matemático o método mais adequado em qualquer contextualização e o único possível para o verdadeiro conhecimento científico, visto que é o único capaz de neutralizar os efeitos ideológicos na Ciência Econômica. Foi identificado que o pensamento convencional em nosso país assume preceitos metodológicos instrumentalistas alicerçados por noções popperianas de ciência, dando razão à posição de Lawson e heterodoxos brasileiros, de que o método convencional tem sua origem em um positivismo subjacente. Para Duayer e coautores, a metodologia vinculada a esta concepção ontológica é um aspecto fundamental para as demarcações da heterodoxia e do *mainstream*, ainda que os autores recorram a explicações políticas para fundamentar a opção ontológica.

De modo mais específico, o debate entre os economistas brasileiros contrapôs, de um lado, a ortodoxia, argumentando que o instrumentalismo gera efeitos neutralizadores na pesquisa econômica, enquanto os métodos alternativos são proposições “metafísicas” inadequadas ao teste empírico. E, por outro, autores heterodoxos como Duayer, Medeiros e Paineira utilizando a ontologia e metodologia para diferenciar as correntes, mas com ressalvas a partir de um viés marxista quanto a aspectos de classe e de ideologia em resposta aos ortodoxos brasileiros. Foi observado, portanto, que as raízes das oposições entre a Economia tradicional *mainstream* e a Economia alternativa possui bases, não só na ontologia da



realidade social, mas, também, na ontologia da Ciência e da Economia. Nesse sentido, os ortodoxos brasileiros entendem a Ciência como o conhecimento obtido através da metodologia rígida formal, que os próprios utilizam; e a Economia como uma área do conhecimento afastada das Ciências Sociais, concepção criticada por Lawson, o qual entende a Economia como uma divisão do trabalho dentro desta.

Por fim, faz-se certas ressalvas quanto à possibilidade de conciliar as categorias usadas por Lawson com o debate brasileiro, devido tanto aos diferentes contextos, quanto ao desenvolvimento da Ciência Econômica no Brasil. Entretanto, pode-se aceitar a primeira parte da hipótese levantada, que expõe que a ortodoxia brasileira entende a demarcação das correntes a partir de uma perspectiva internalista, assim como Lawson. Porém, a segunda parte da hipótese, que aponta a heterodoxia como aderente a explicações externalistas, é refutada, porque o verificado foi uma heterogeneidade dos autores heterodoxos que desenvolveram aspectos internos, ontológicos, metodológicos e noções substantivas, além de aspectos externos, ideológicos e políticos, como critérios para a análise do processo científico na Economia. Em suma, ressaltamos a importante contribuição do Realismo Crítico para propagação da centralidade ontológica na pesquisa econômica; dessa forma, entendemos que o pensamento econômico brasileiro pode ser fertilizado pela filosofia do Realismo Crítico.

## Referências

- BHASKAR, R. *A Realist Theory of Science*. London, New York: Routledge, 2008 [1975].  
\_\_\_\_\_. *The Possibility of Naturalism*. 3th edition. London: Routledge, 1998 [1979].
- CARDIM DE CARVALHO, F. Réplica a “Miséria da crítica heterodoxa”. *Revista de Economia Contemporânea*. Rio de Janeiro: UFRJ, Instituto de Economia, v.2, 1998, p. 137-142.
- COLANDER, D.; HOLT, R. P. e ROSSER, J. B. The changing face of mainstream economics. *Review of Political Economy*, London, v. 16. 2004, p. 485–499.
- DA FONSECA, E. G. Reflexões sobre historiografia do pensamento econômico. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v.26, n.2, 1996, p. 235-259.
- DUAYER, M.; MEDEIROS, J.; e PAINCEIRA, J. “A miséria do instrumentalismo na tradição neoclássica”. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v.15. 2001, p. 723-783.
- DEQUECH, David. Neoclassical, mainstream, orthodox, and heterodox economics. *Journal of Post Keynesian Economics*. v.30. 2007.
- FRIEDMAN, M. *A Metodologia da Economia Positiva*. In: Edições Multiplic, v. 1, n.3, Tradução: Leonidas Hegenberg, (1981 [1953]), p. 163-200.
- FUCIDJI, J. “Realismo e darwinismo em metodologia econômica: a crítica de Geoffrey Hodgson”. *Texto submetido ao XLI Encontro Nacional de Economia – ANPEC Área I – História do Pensamento Econômico e Metodologia*, 2013.
- LAKATOS, I. *História da Ciência e suas Reconstruções Racionais e Outros Ensaios*. Lisboa: Edições 70, 1998, p. 39-62.
- LAWSON, T. *Economics and Reality*, London: Routledge, 1997.  
\_\_\_\_\_. *Reorienting Economics*. London and New York: Routledge, 2003.



- \_\_\_\_\_. “The nature of heterodox economics”. *Cambridge Journal of Economics*, v.30. 2006, p. 483-505.
- \_\_\_\_\_. *Essays on the Nature and State of Modern Economics*. London and New York: Routledge, 2015.
- LISBOA, M. “A miséria da crítica heterodoxa: primeira parte: sobre as críticas”. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v.1, 1997, p. 5-66.
- \_\_\_\_\_. “A miséria da crítica heterodoxa: Segunda Parte: método e equilíbrio na tradição neoclássica”. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v.2. 1998, p.113-151.
- \_\_\_\_\_. “Linguagem, procedimento e pragmatismo na tradição neoclássica”. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 31, n. 4, 2001, p.785, 823.
- \_\_\_\_\_. *O Valor das Ideias: Debate em Tempos Turbulentos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- MARX, K. *O Capital – crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2008.
- OREIRO, J. L. e GALA, P. “O núcleo duro da divergência entre ortodoxos e heterodoxos”. *Ilustríssima, Folha de S. Paulo*, 23 de out. 2016.
- SETTERFIELD, M. “Critical Realism and formal modelling”. In: Paul Downward (ed.). *Applied Economics and the Critical Realist Critique*. Routledge, 2003, p. 71-88.
- STIGLER, G. *Essays in the History of Economic*. Chicago, 1965.
- VASCONCELOS, M. R.; STRACHMAN, E. e FUCIDJI, J. R. “O realismo científico e as controvérsias metodológicas contemporâneas em Economia”. *Revista Estudos econômicos*, São Paulo, v29, n.2,1999, p. 415-445.



## O protocolo de kyoto: a construção de uma política brasileira para a redução da emissão de gases

*The kyoto protocol: the construction of a brazilian policy for the reduction of gas emissions*

**DOI:** 10.23925/1806-9029.36i1(65)67289

**Autores:** **Witeclan Neves da Silva** – Universidade Federal do Tocantins (UFT). E-mail: witeclan@uft.edu.br, ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-4290-1985>, e **Rodrigo Bryto Sarges** (UFT). E-mail: - rodrigo.sarges@uft.edu.br, ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-8454-2104> e **Joelma de Moura Gontijo** (UFT). E-mail: - joelmagontijo@uft.edu.br, e ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-6024-6650> **Mariela Cristina Ayres de Oliveira** (UFT). E-mail: – mariela@uft.edu.br, ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4253-6586> e **Suyene Monteiro da Rocha** (UFT). E-mail: suyenerocha@uft.edu.br, ORCID <https://orcid.org/0000-0001-6818-2013>.

### Resumo

As políticas ambientais são de grande importância na garantia do desenvolvimento econômico sustentável e na mitigação dos problemas ambientais como o efeito estufa. O estudo teve como objetivo realizar uma discussão historiográfica do surgimento da ideia de proteção do meio ambiente, da assinatura do Protocolo de Kyoto e a participação do Brasil em relação ao enfrentamento proposto pelo acordo. Realizou-se uma pesquisa qualitativa, com abordagem descritiva utilizando-se da pesquisa bibliográfica e documental. A partir do estudo evidenciou-se que o Brasil para além da vigência do documento de Kyoto, teve no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) a sua principal contribuição em âmbito global. Apesar das controvérsias sobre os dados de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), constatou-se a existência de um robusto arcabouço jurídico-normativo atinente à questão climática.

**Palavras-Chave:** Protocolo de Quioto. Efeito Estufa. Mudança Climática. Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).

### Abstract

Environmental policies are of great importance in guaranteeing sustainable economic development and mitigating environmental problems such as the greenhouse effect. The study aimed to carry out a historiographical discussion of the emergence of the idea of protecting the environment, the signing of the Kyoto Protocol and Brazil's participation in relation to the confrontation proposed by the agreement. A qualitative research was carried out, with a descriptive approach using bibliographical and documental research. From the study it was evidenced that Brazil, in addition to the validity of the Kyoto document, the Clean Development Mechanism (CDM) was one of the main Brazilian contributions at a global level. Despite the controversies regarding Greenhouse Gases (GHGs) emissions data, it was verified the existence of a robust legal-normative framework related to the climate issue.

**Keywords:** Quioto Protocol. Greenhouse effect. Climate Change. Clean Development Mechanism (CDM).

**JEL:** Q10





## Introdução

As questões ambientais são cada vez mais incorporadas às agendas dos partidos políticos, programas governamentais, planejamento de negócios e discussões de teoria e prática econômica. Apesar de estar frequentemente presente na agenda e no debate, a abordagem efetiva das questões ambientais está longe de ser alcançada, a começar por conceitos-chave como sustentabilidade e desenvolvimento sustentável (Gurski, Gonzaga e Tendolini, 2012).

Ainda para esses autores, embora os problemas ambientais existam há séculos, apenas recentemente, a economia começou a incorporar, em suas análises, de forma mais consistente ideias de sustentabilidade e suas implicações. Assim, a sustentabilidade passou a fazer parte da agenda econômica e política. Ainda que no senso comum o meio ambiente seja um limitador ou mesmo um problema, longe dele o que se prevalece é que a proteção ambiental planejada com olhar nas realidades econômicas e sociais é uma solução e uma fonte de benefícios.

No período da segunda metade do século XX, a preocupação com questões ambientais começou a ganhar destaque, impulsionada por eventos como o fim da Segunda Guerra Mundial e avanços tecnológicos. A crescente degradação ambiental estava intimamente ligada ao aumento populacional e ao desenvolvimento industrial, Saraiva et al (2003). A Conferência de Estocolmo em 1972 se destacou como um marco importante na proteção do meio ambiente, reunindo 113 países e 250 organizações internacionais para discutir problemas ambientais cruciais e estabelecer princípios para a responsabilidade dos países na preservação do meio ambiente.

Para os autores, Gurski, Gonzaga e Tendolini (2012) e ainda Saraiva et al (2021), enfatizam que a Conferência de Estocolmo, realizada em 1972, deu início a um movimento global em prol da melhoria ambiental, resultando em outras conferências internacionais que buscavam abordar questões climáticas, especialmente o problema do efeito estufa. Em 1985, a Convenção de Viena para a Proteção da Camada de Ozônio foi adotada, seguida pelo Acordo de Montreal em 1987, que visava controlar substâncias prejudiciais à camada de ozônio. Esses eventos foram precursores da Convenção do Clima.

Em 1988, o Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática (IPCC) foi criado para fornecer avaliações científicas imparciais sobre as mudanças climáticas. O IPCC rapidamente ganhou destaque e lançou seu primeiro relatório em 1990, destacando os perigos das mudanças climáticas e propondo um tratado internacional para mitigar esses efeitos prejudiciais. Para as autoras Moreira e Giometti (2008) o relatório legitimou as discussões sobre o tema, pois fez com que se tornasse a declaração de autoridade da comunidade científica internacional na época.

Adotada durante a ECO-92, a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima marca o início de uma resposta internacional coordenada às mudanças climáticas. Esta convenção enfatizou a importância do desenvolvimento sustentável e reconheceu a responsabilidade dos países desenvolvidos pelos danos ambientais, além



de proporcionar a base para futuras negociações internacionais sobre mudanças climáticas. Ao estabelecer os compromissos primários para a redução de gases de efeito estufa na Convenção do Clima, os países membros deveriam então refletir sobre as disposições da Convenção e moldar novos objetivos enquanto reavaliavam os antigos. Para tal processo foi necessário o estabelecimento de um diálogo permanente e regular para o intercâmbio de informações sobre os avanços científicos, o progresso tecnológico e as posições políticas de cada país. Assim, tornou-se imprescindível a criação da Conferência das Partes (COP), em 1995, como autoridade máxima e órgão decisório da Convenção, com reuniões anuais desde então.

Neste contexto, passos importantes foram dados desde o início dos movimentos ambientalistas e quanto às mudanças climáticas o Protocolo de Kyoto é considerado como marco importante, tendo estabelecido uma estrutura e criado mecanismos para a redução de emissões de gases de efeito estufa.

Pereira (2002) considera que um dos grandes desafios ambientais do século XXI é a mudança climática. Temas como este, estão recheados de possibilidades, mas também de algumas incertezas, mesmo assim, ainda se configura um campo de vasta abordagem de estudo. Os padrões atuais de produção e consumo são colocados em xeque pelas alterações climáticas, e eventuais soluções exigem mudanças fundamentais nesses padrões. Dentre os objetivos do Protocolo de Kyoto e seus mecanismos está reduzir a participação dos combustíveis fósseis na matriz energética mundial.

O Brasil, sendo um país de grandes riquezas naturais, e inserido neste contexto de um mundo preocupado com as mudanças climáticas, surge desse enredo o seguinte questionamento que norteará, bem como, é a razão de existir desse estudo. Então: Quais foram as ações criadas pelo Brasil ante os compromissos propostos no Protocolo de Kyoto para a mitigação dos problemas relacionados à emissão de gases de efeito estufa e as mudanças climáticas? Diante às diversas ações realizadas em prol da preservação do meio ambiente, e aos desafios crescentes da produtividade e da industrialização que a cada dia necessita de mais e mais recursos, o presente trabalho teve como foco principal realizar uma discussão sobre os fatos históricos do surgimento da ideia de proteção do meio ambiente, incluindo as fases deste processo, indo ao encontro das conferências do clima e buscando identificar as ações que delas surgiram, passando pelos acordos em favor da proteção da natureza e chegando até o protocolo de Kyoto e seus resultados.

Para atingir os objetivos propostos, os procedimentos metodológicos utilizados foram a pesquisa exploratória onde buscou-se fazer uma discussão sobre os marcos históricos da preocupação ambiental e da agenda criada a partir da assinatura do Protocolo de Kyoto e das ações brasileiras para esse enfrentamento. O estudo também se utilizou da pesquisa bibliográfica, a qual proporcionou uma série de recursos para um melhor conhecimento do tema, como a pesquisa em conteúdos já publicados sobre a questão, sendo boletins, jornais, revistas ou em publicações avulsas, além de livros, pesquisas e outros conteúdos científicos.



As buscas foram realizadas no período entre 12/05/2023 a 22/08/2023 em portais de pesquisa como o google acadêmico, o portal de periódicos da CAPES, da Scielo, bem como, em sites de instituições de ensino superior que possuem repositórios ou revistas científicas. Obteve-se um número considerável de documentos que versavam sobre o tema, dentre estes materiais, alguns traziam contribuições pertinentes à pesquisa, uma vez que abordavam novas ideias e concepções sobre o estudo.

Com o sucesso do levantamento das buscas pelo tema em questão, foi necessária uma análise qualitativa nesse arcabouço de documentos científicos e nos demais materiais relacionados, necessitando realizar uma complementação da pesquisa do assunto através da pesquisa documental, onde pode-se fazer a identificação de documentos normativos do Poder Executivo Federal, do Senado dentre outros órgãos que traziam uma gama de normas, leis, regulamentos, e ações de políticas públicas que enseja a aplicação do Protocolo de Kyoto. O presente estudo encontra-se estruturado em outras três seções, além da introdução. A primeira seção aponta uma linha histórica dos marcos antecedentes ao protocolo, a segunda seção aborda o Protocolo de Kyoto, bem como, seus objetivos, os compromissos propostos e os mecanismos previstos. A terceira seção discute a posição do Brasil frente ao acordo, bem como, os compromissos assumidos, as ações realizadas e os resultados alcançados.

## I O Protocolo de Kyoto

Como meio para viabilizar a concretização dos objetivos estabelecidos na Convenção-Quadro sobre mudança do clima, foi instituída a Conferência das Partes chamada de “COP”. Essas conferências ocorreriam anualmente com a finalidade de revisar e avaliar o progresso no cumprimento dos compromissos estabelecidos no acordo. A COP-I como ficou conhecida, foi realizada em Berlim na Alemanha nos anos de 1995, no ano seguinte realizou-se a COP-2 em Genebra na Suíça e em 1997, ocorreu então, a COP-3 em Kyoto no Japão do qual resultou o documento conhecido como Protocolo de Kyoto.

Segundo Godoy e Pamplona (2007), foi na terceira Conferência em Kyoto no Japão que se firmou o compromisso entre os países de reduzir suas emissões de gases de efeito estufa a patamares que pudessem chegar ao percentual de 5,2%, tendo como base para esses cálculos os níveis de gases emitidos em 1990.

O Protocolo de Kyoto teve como objetivo o estabelecimento de metas de redução da emissão de gases de efeito estufa (GEE), com a exigência de compromissos mais rigorosos sobre o aquecimento global. Esse documento entrou em vigor em 2005 e foi ratificado por 55 países, os quais à época eram os responsáveis por cerca de pouco mais de 50% das emissões de gases de efeito estufa no mundo.

Nesse entendimento, Godoy e Pamplona (2007) afirmam que dentre os países que ratificaram o protocolo deveriam estar incluídos aqueles considerados desenvolvidos e industrializados que juntos fossem responsáveis por 55% do percentual das emissões totais de gases de efeito estufa.



Na sua elaboração, o Protocolo de Kyoto teve a adesão de mais de 180 países, porém nem todos os países ratificaram sua adesão, a exemplo do próprio Estados Unidos, que alegou dentre os motivos para não ratificar o documento, questões sobre o não estabelecimento de metas para os países considerados por ele importantes, como a China, o Brasil e o México.

Sobre esse assunto, o Senado federal brasileiro (BRASIL, 2004) evidenciou uma decisão do Senado dos Estados Unidos, onde haviam decidido, por meio de uma resolução, que o país não deveria ser signatário de nenhum protocolo que viesse a propor limitação ou redução de emissão de gases de efeito estufa, contanto que o protocolo também obrigasse países como a China, o México e o Brasil, a cumprir também essas metas. Reforçando esse entendimento, Souza e Corazza (2017), ressaltaram que os Estados Unidos colocaram dificuldades para ratificar o protocolo, exatamente pela desobrigação de países como a China e a Índia, considerados importantes para o cumprimento das metas de redução de emissão de gases de efeito estufa.

É importante saber que o protocolo de Kyoto estabeleceu dois tipos de anexos. O anexo 1 com questões voltadas para os países desenvolvidos ou industrializados e o anexo 2, para questões atinentes aos países em desenvolvimento ou não industrializados. Sobre estes anexos o protocolo trazia proposições de compromissos diferenciados. Para Fredo e Freitas (2004), ao falarem sobre anexo 1, afirmavam que este documento tinha proposições para os países considerados industrializados os quais na composição do anexo 1 eram correspondentes a 32 nações industrializadas, o anexo 2 tinha em sua composição 190 países considerados não-industrializados. O anexo 1, estipulava uma meta de redução de emissão de gases de efeito estufa a uma taxa geral de 5,2%, a qual deveria ser atingida entre os anos 2008 e 2012 e o anexo 2, isentava os países integrantes deste documento do cumprimento das metas de redução de emissão de gases de efeito estufa.

Os autores Fredo e Freitas (2004), pontuam ainda que os países que não ratificaram o protocolo, não o fizeram entre suas razões, por temerem uma estagnação em sua economia ao perseguirem o cumprimento da redução das metas estabelecida no Protocolo de Kyoto, para os países do anexo 1, essas nações a exemplo dos Estados Unidos, poderiam presenciar o desenvolvimento acelerado daqueles países pertencentes ao anexo 2, dentre estes a China, a Índia e o Brasil, os quais não tinham a obrigação de cumprir as metas.

Com a ratificação do documento pela Rússia no final de 2004, o Protocolo de Kyoto completou o quantitativo necessário de países responsáveis pelo percentual de 55% das emissões de gases de efeito estufa, proporcionando sua entrada em vigor. Este documento trazia em seu bojo a proposição de uma agenda sustentável de desenvolvimento, a qual deveria ser concretizada de acordo com o contexto de cada país, tendo a finalidade de atingir as metas de redução acordadas, bem como, promover a diminuição dos impactos das mudanças climáticas. Entre as medidas estabelecidas pode-se citar a proteção de nascentes, o aumento da eficácia na geração de energia, a promoção de formas de agricultura sustentável, além da promoção de fontes de energia renováveis.



Como forma de flexibilizar as ações estabelecidas pelo Protocolo de Kyoto, foram criados mecanismos que pudessem possibilitar que os países signatários do protocolo, cumprissem suas metas de redução de emissão de gases de efeito estufa na atmosfera. Para isso, Cenamo (2004), pontua que os mecanismos de flexibilização dispostos no Protocolo de Kyoto são três, sendo eles o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), o Comércio de Emissões (Emission Trade) e o mecanismo de Implementação Conjunta (JI).

Dentre estes, Cenamo (2004) explica que o Comércio de Emissões (Emission Trade) e a Implementação Conjunta (JI), são mecanismos que não poderiam ser utilizados pelo Brasil e nem pelos demais países pertencentes ao anexo 2, pois esses mecanismos só podem ser utilizados por aqueles países pertencentes ao Anexo 1, ou seja, somente pelos países considerados desenvolvidos e industrializados.

O Comércio de Emissões (Emission Trade), é voltado para aqueles países com excedentes de reduções de emissões os quais podem negociá-los com outros países que não iriam conseguir atingir suas metas de redução e a Implementação Conjunta (JI) é semelhante ao MDL que será explicado a seguir.

Seguindo a linha de entendimento de Ventura e Andrade (2007), pode-se afirmar que o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), só poderia ser implementado por países em desenvolvimento e esse mecanismo determinava normas de geração e utilização dos créditos de carbono, o qual poderia ser adotado por países membros do tratado pertencentes ao anexo 1 que não conseguissem atender às metas estabelecidas de redução dos gases de efeito estufa.

Então, o MDL proporciona a um país participante do anexo 1 a possibilidade de comprar certificados de reduções de emissões de créditos de carbono, que fossem originadas de países em desenvolvimento que promovessem projetos nesse sentido. Sobre essa certificação, Ventura e Andrade (2007), explicam que seria um tipo de reconhecimento concretizado na forma de títulos que representassem os créditos de carbono reduzidos e este certificado seria concedido a cada tonelada de gás carbônico não liberado para a atmosfera. Desta forma, os países desenvolvidos poderiam utilizar da compra desses certificados para compensar seus índices de emissões de gases que fossem além das metas estabelecidas.

Segundo afirma o Senado federal brasileiro (BRASIL, 2004), o MDL tem como principal objetivo ajudar os países não industrializados em seu desenvolvimento sustentável, proporcionando possibilidades para que estes também possam ajudar os países industrializados a cumprir os compromissos de redução de emissões dos gases de efeito estufa.

Sobre o projeto para emissão de certificados, estes deveriam promover benefícios reais e de longo prazo ao meio ambiente e deveriam ser diretamente relacionados com a redução da emissão de gases de efeito estufa, além de estabelecer a viabilidade de propostas de substituição de energias não renováveis por energias alternativas, bem como, do reflorestamento dentre outras propostas.



No entendimento de Moreira e Giometti (2008), os projetos a serem desenvolvidos poderiam envolver a criação de novas tecnologias que seriam mais eficientes, como a substituição de fontes de energias fósseis por renováveis, também que promovessem o florestamento e o reflorestamento, entre outras medidas que atendessem a esse propósito. Os autores ainda explicam que os certificados de emissões seriam creditados em abatimento para aqueles países que estariam no compromisso de redução e que estivessem promovendo projetos nesse sentido.

O MDL tem por finalidade auxiliar as nações desenvolvidas a equilibrarem suas concentrações de gases de efeito estufa, através da promoção do desenvolvimento sustentável via projetos realizados em países em desenvolvimento os quais fariam atingir suas metas de redução de emissões.

O Protocolo de Kyoto completou uma década no ano de 2015 e Tuffani (2015), fez uma abordagem sobre os rumos tomado por esse documento ao longo daquela década, comentando em uma matéria para a Folha de São Paulo sobre os resultados de um balanço realizado no início do ano de 2015 pela agência das Nações Unidas que trata sobre as Mudanças climáticas, por esse diagnóstico foi constatado que embora houvessem esforços no sentido de geração de alguns benefícios o acordo em si, não conseguiu atingir seus objetivos iniciais, fazendo com que entre os anos de 2005 a 2012, os níveis de emissão de gases precursores do efeito estufa tivessem um aumento em torno de 16,2%.

Com base nesses levantamentos foram estabelecidos novos objetivos à época e o prazo para que eles fossem atingidos foi estendido para o ano de 2020. Em resumo, Oliveira (2019), explica que o Protocolo de Kyoto é um Tratado Internacional proveniente de acordos realizados na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima, com a finalidade de estabelecer metas para que viabilizem o controle das emissões de gases de efeito estufa. O compromisso assumido pelas nações que assinaram o documento era de promover a redução da emissão de gases poluentes em 5%, à época 180 países assinaram o protocolo, mas menos da metade ratificaram o documento e por não terem conseguido atingir as metas estabelecidas até 2015, o prazo foi ampliado para o ano de 2020.

## **2 O Brasil e suas ações no contexto do protocolo de Kyoto**

O protocolo de Kyoto, embora assinado em 1997, vigorou somente a partir do final de 2004, quando atingiu o número mínimo de países signatários, e até 2020, quando terminou oficialmente o segundo período de compromisso que havia sido prorrogado na Conferência de Doha, em 2012, embora, na prática, já tivesse sido substituído em 2015 pelo Acordo de Paris que previa metas individuais e voluntárias para todos os países, sem distinção entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. O Brasil desempenhou papel proeminente nas negociações do Protocolo de Kyoto, sobretudo em relação ao Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), sendo um de seus proponentes e defensores. O MDL foi recepcionado pelo Acordo de Paris, ou seja,





segue em vigência para além do documento de Kyoto. Ainda sob esse documento, o Brasil assumiu compromissos voluntários a partir de 2009 através das ações nacionais de mitigação apropriadas - NAMA (Nationally Appropriate Mitigation Actions), apresentadas na COP 15, em Copenhague, positivadas na lei 12.187/2009, a Política Nacional de Mudança Climática (PNMC).

Como um dos signatários, o Brasil aderiu ao Protocolo de Kyoto em 1998 e o ratificou em 2002, na condição de país em desenvolvimento, Anexo 2 do documento, não tendo metas previstas, mas tão somente orientações no sentido que adotassem meios que de certa forma promovessem uma amenização do aquecimento global. Mesmo assim, o Brasil participou ativamente das discussões e promoveu adesão aos mecanismos do documento principalmente no tocante aos créditos de carbono.

O primeiro projeto de MDL registrado na ONU, foi o Novagerar de Aproveitamento de Biogás de Aterro, ainda em 2004, ou seja, antes mesmo do protocolo entrar em vigor. Os autores ainda discorrem que o aterro sanitário em Salvador (BA), foi a primeira metodologia de projeto aprovada pelo Conselho Executivo do MDL (Oliveira, Miguez e Andrade, 2018).

No mês de maio de 2005, o protocolo de Kyoto foi promulgado no Brasil pelo Decreto nº 5.445 que trazia em seu conteúdo as diretrizes e as responsabilidades que cabiam para cada parte de acordo com os anexos do protocolo (Zaniolo e Colzani, 2008). Em relação ao mercado de carbono, o Brasil apresenta grande potencial de oferta desses créditos no mundo, pois tem uma enorme gama de possibilidades que podem promover a redução de emissão de gases de efeito estufa (GEE), bem como, o sequestro da atmosfera (Ventura e Andrade, 2007).

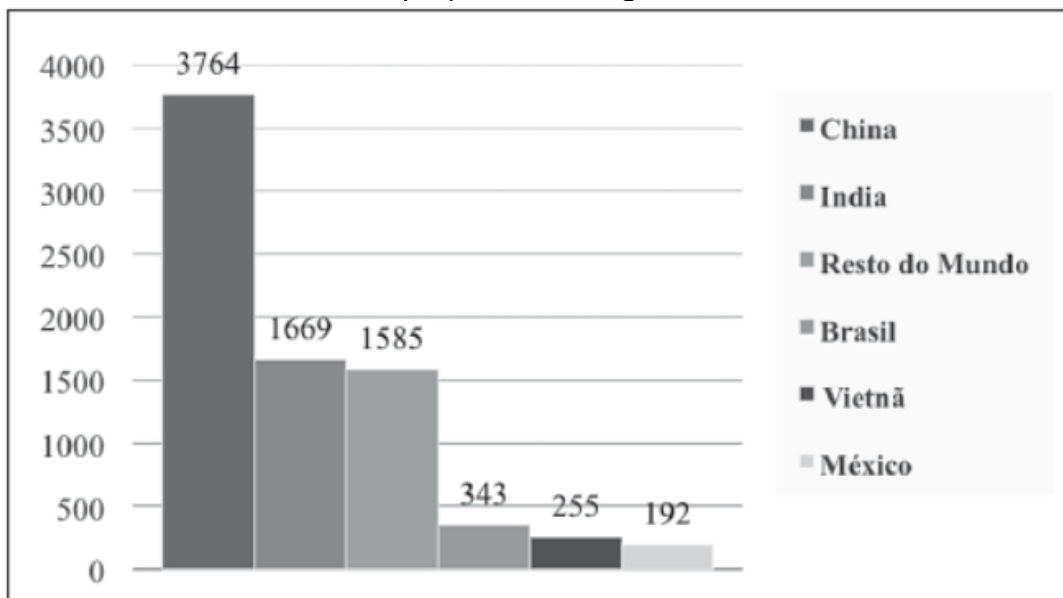
A princípio a ideia de comercialização de emissões de gases poluentes tinha abrangência apenas regional como ação de um programa chamado Chuva Ácida (Acid Rain Program), mas com o Protocolo de Kyoto surgiu todo um mercado internacional, onde os Estados poderiam negociar as reduções de emissões de GEE, bem como, a remoção de gás carbônico (CO<sub>2</sub>), através de créditos de carbono (Zaniolo e Colzani, 2008). O Brasil apresenta um dos maiores sequestradores de gás carbônico do mundo, ou seja, a Floresta Amazônica. explicam que essa floresta pode absorver quantidades enormes de CO<sub>2</sub> e usam como parâmetro para essa afirmação a ideia de que 50% do volume dos gases poluentes são absorvidos pelo próprio meio ambiente através das florestas e dos oceanos (Ventura e Andrade, 2007).

Para o Brasil, o mercado de crédito de carbono negociado nas bolsas de valores representa boas possibilidades em relação aos projetos de compensação de carbono. Assim, esses projetos que estejam ligados à Bolsa de Clima de Chicago podem ser uma excelente oportunidade, pois empresas que não consigam alcançar a redução acordada, poderiam comprá-las do Brasil. Esses projetos deveriam estar vinculados a alguns fatores, como, o sequestro de carbono em reflorestamento, o florestamento e enriquecimento florestal, a conservação e proteção de florestas nativas as quais deveriam ser realizadas em conjunto com as ações de florestamento ou reflorestamento em áreas contíguas, também deveriam estarem vinculadas ao aproveitamento de metano

em aterros sanitários, além de projetos de energia como a troca de combustível e geração de energias renováveis. Contudo, era preciso que esses projetos passassem por um estudo prévio feito pela Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável (FBDS), órgão que representa um tipo de agente catalisador brasileiro para a Bolsa. (Ventura e Andrade, 2007).

Os autores, Cunha e Rei (2004), ao falarem sobre os projetos que podem ser relacionados ao mecanismo de flexibilidade do Protocolo de Kyoto, pontuam que alguns programas já existiam no âmbito interno e foram somados às novas ações, entre estes: PROCEL (Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica) instituído em 1985; Programa Luz para Todos e PRODEEM (Programa de Desenvolvimento Energético de Estados e Municípios), lançado em 2003 pelo governo federal; PROINFA (Programa de Incentivos às Fontes Alternativas de Energia Elétrica), criado em 2002; CONPET (Programa Nacional de Racionalização do Uso de Derivados de Petróleo e Gás Natural), criado em 1991; além de outros programas na área de reflorestamento e prevenção ao desmatamento. Mesmo que tais ações criadas não tivessem como foco a época na mitigação das mudanças climáticas, as mesmas foram consideradas por levarem a práticas de redução das emissões dos gases de efeito estufa. Os setores que mais tiveram atividades de projetos de MDL no Brasil, segundo Oliveira, Miguez e Andrade (2018), foram a indústria de energia, as de tratamento e eliminação de resíduo, os de agricultura, da indústria manufatureira, da indústria química, do florestamento e reflorestamento, da produção de metal e de emissões fugitivas.

**Quadro I** - Número total de projetos MDL registrados no mundo em 2019



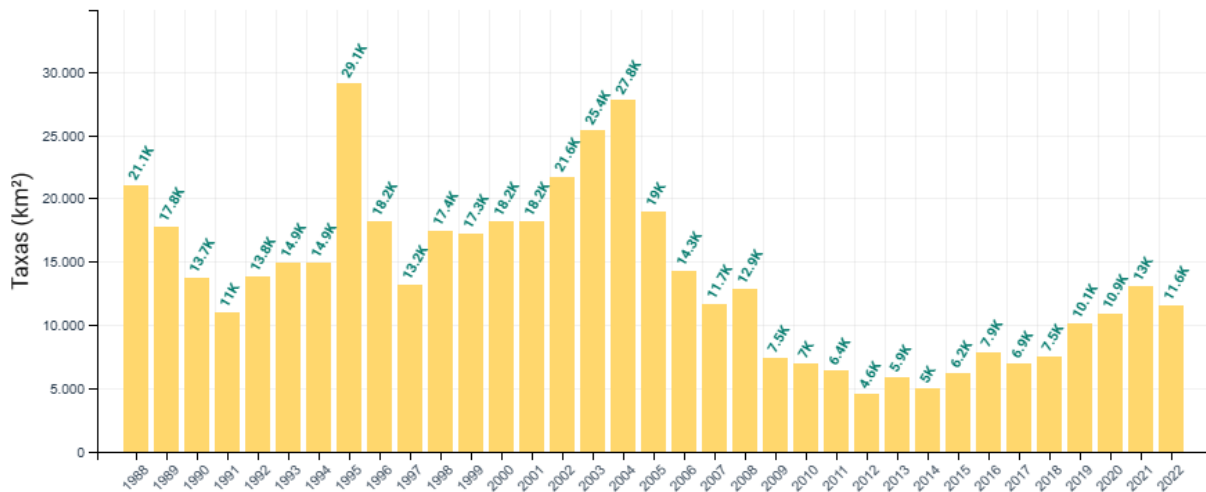
Fonte: Fernandes e Leite, 2021

Conforme pode se observar no quadro I, o Brasil - com 343 projetos de MDL registrados até setembro de 2019 - está muito aquém dos líderes de projetos registrados, China e Índia, com 3.764 e 1.669 projetos respectivamente. Tamaña discrepância denota, ao mesmo, possíveis entraves, mas também um grande potencial no Brasil.

Não obstante já tivesse assinado e ratificado o Protocolo de Kyoto e participado voluntariamente de projetos de MDL, O Brasil instituiu, em 2009, a Lei nº 12.187 - Política Nacional de Mudança Climática (PNMC) - para ineditamente planejar ações direcionadas à mitigação e adaptação à alteração climática no nível institucional federal, no contexto da COP 15, em Copenhague, sob promessas de contribuições voluntárias para os esforços contra o aquecimento global por países em desenvolvimento (Santos, 2021).

Tendo em vista a PNMC, Motta (2010) previu um esforço nacional concentrado no controle do desmatamento. Entretanto, conforme observável no Gráfico I, o que se materializou a partir de 2015 foi uma tendência de aumento na taxa de desflorestamento.

Gráfico I: Taxa de desflorestamento na Amazônia brasileira, entre 1988 e 2022



Fonte: INPE. Disponível em

[http://terrabilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/legal\\_amazon/rates](http://terrabilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/legal_amazon/rates).

Acesso em 09.08.2023.

Referenciando dados de Organizações Não Governamentais, De Lima et al (2022) afirmam que o Brasil não atingiu a meta estipulada na PNMC devido ao aumento do desmatamento e das emissões de GEEs. Por outro lado, apontando a existência de controvérsia entre dados de entidades da Sociedade Civil, mas considerando dados oficiais, Santos (2021) entende a PNMC como uma política de sucesso em relação aos resultados, mas com necessidades de aprimoramentos pela falta de instrumentos de comando e controle efetivos e de regulamentação do Mercado Brasileiro de Redução de Emissões.

Apesar disso, existe um arcabouço relevante correlato, como a Lei nº 12.651/2012 (“Novo Código Florestal”), a Lei da Mata Atlântica (Lei nº 11.428/2006), o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei nº 9.985/2000), a Lei de Proteção da Vegetação Nativa (Lei nº 12.651/2012), a Lei dos Recursos Hídricos, nº 9.433/1997, a Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos, nº 12.305/2010, Lei da Política Energética Nacional, nº 9.478/1997, Lei da Política Nacional de Biocombustíveis (Renovabio), nº 13.576/2017 e Resoluções Normativas da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL),



que regulamentam a microgeração e minigeração de energia distribuída, como a nº 482/2012; e normas que regulamentam a responsabilização socioambiental das instituições financeiras, como a Resolução nº 4.327 do Banco Central do Brasil (Santos, 2021).

Além de instrumentos de políticas públicas, o Brasil também desenvolveu instrumentos tecnológicos oriundos de pesquisa científica. O Plano de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC), por exemplo, teria a capacidade de atingir ou até superar a meta de redução em emissões de GEE de 133 milhões a 166 milhões de toneladas de CO<sub>2</sub> eq., previstas na PNMC através de proposições tecnológicas fundamentadas em estudos científicos, capacitação dos atores envolvidos, financiamento para pesquisas e monitoramento das atividades, inclusive quanto a eficiência na captura de carbono. O objetivo é reduzir o consumo de defensivos e fertilizantes, água e combustíveis, diminuindo a emissão de GEEs e conferindo ao Brasil uma posição de destaque no cenário global de sustentabilidade produtiva (Oliveira, Gontijo Neto e Nobre).

### Considerações Finais

Dada a importância da implementação de ações voltadas para a mitigação do agravamento do efeito estufa, o estudo teve como objetivo principal verificar as metas assumidas frente ao protocolo de Kyoto. A pesquisa a partir da revisão bibliográfica foi útil para esclarecimento em relação à questão inicial. O percurso histórico acerca da preocupação com a proteção ambiental conduziu a diversas conferências e protocolos. Algumas experiências como por exemplo a Conferência de Estocolmo e ainda o Acordo de Montreal deram base e fortalecimento a tratados de cooperação global. Os preceitos advindos do protocolo de Kyoto continuam a influenciar o debate e as ações relacionadas às mudanças climáticas. É perceptível que se trata de um marco muito importante quando se fala do reconhecimento da necessidade global de redução de emissão de gases de efeito estufa, tendo contribuído para o desenvolvimento de abordagens e políticas climáticas mais abrangentes. Entretanto, também existem críticas ao Protocolo de Kyoto e a seus mecanismos de flexibilidade. Segundo alguns autores, poderiam ter sido utilizadas medições mais atualizadas de emissões de gases de efeito estufa em vez de medições históricas.

Teria havido também o atendimento de certo *lobby* de organizações que não tinham como interesse principal a defesa do meio ambiente e o combate às mudanças climáticas. Seria preciso retomar a ideia principal na qual a poluição não é mercadoria, como bem preceitua os autores Ferreira e Ribeiro (2013), e abandonar o caráter financista ao qual se pressupõe tomou de assalto o protocolo, buscando metodologias científicas para balizar a questão climática. O dissenso é consequência natural da transversalidade com a economia, a geopolítica, mas também da divergência de dados de pesquisas científicas e modelos preditivos sobre emissões de GEEs e do aquecimento global. Todavia, o documento de Kyoto será lembrado juntamente com Estocolmo, Montreal, Rio de Janeiro e Paris, sendo considerados como marco do processo histórico de conscientização e efetivas ações em prol da sustentabilidade climática. Neste contexto, o Brasil tem desempenhado um relevante papel na seara global dos processos de



negociação de acordos, a exemplo do MDL. Para a redução de emissão de gases, passos continuam sendo dados na tentativa de demonstrar compromisso com a agenda climática. A exemplo, as últimas resoluções publicadas pelo Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima. Dentre elas a Resolução N° 5, de 14 de setembro de 2023, a qual revisa os níveis de emissão, reduzindo os valores de GEE's para os anos de 2025 e 2030. E ainda a Resolução N° 3, também publicada em 14 de setembro de 2023, que dispõe sobre a atualização do PNMC e cria Grupo Técnicos Temporários de Mitigação (GTT) e Adaptação (GTA) para o alcance dos objetivos do plano e das novas metas para mitigação de gases de efeito estufa.

Entretanto, existem grandes desafios a serem superados também internamente, sendo o desflorestamento potencialmente o maior deles. Para tanto, os Gestores Públicos têm à disposição um arcabouço jurídico-normativo, como a PNMC, mas também tecnologias, como a Agricultura de Baixa emissão de Carbono (ABC). Como sugestões de pesquisas futuras, apontamos para o potencial sinérgico entre o MDL e o financiamento de pesquisas para o desenvolvimento de tecnologias que contribuam para soluções de problemas socioambientais, podendo abranger, neste contexto, a discussão sobre a (falta de) regulamentação do Mercado Brasileiro de Redução de Emissões, seus riscos e oportunidades.

## Referências

ANEEL. Resolução Normativa n° 482, de 17 de abril de 2012. Estabelece as condições gerais para o acesso de microgeração e minigeração distribuída aos sistemas de distribuição de energia elétrica, o sistema de compensação de energia elétrica, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção I, Brasília, DF, ano 149, n. 76, p. 53, 20 abr. 2012. Disponível em: <https://www2.aneel.gov.br/cedoc/ren2012482.pdf>. Acesso em: 23 setembro 2023.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Diretoria Colegiada. Resolução n° 4.327, de 25 de abril de 2014. Dispõe sobre as diretrizes que devem ser observadas no estabelecimento e na implementação da Política de Responsabilidade Socioambiental pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Diário Oficial da União: seção I, Brasília, DF, ano 151, n. 79, p. 22, 20 abr. 2014. Disponível em: [https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2014/pdf/res\\_4327\\_v1\\_o.pdf](https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2014/pdf/res_4327_v1_o.pdf). Acesso em: 23 setembro 2023.

BRASIL. Decreto n° 5.445, de 12 de maio de 2005. Promulga o Protocolo de Quioto à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, aberto a assinaturas na cidade de Quioto, Japão, em 11 de dezembro de 1997, por ocasião da Terceira Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. Diário Oficial da União: seção I, Brasília, DF, ano 142, n. 91, p. 1-6, 13 maio 2005. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5445.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5445.htm). Acesso em: 23 setembro 2023.

BRASIL. Senado Federal. Protocolo de Quioto e Legislação correlata. Brasília: Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal, 2004. v. 3 (Coleção ambiental) 88 p. Disponível em:



<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70328/693406.pdf?sequence=2>. Acesso em: 11 jun. 2023.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.171, 17 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política agrícola. Diário oficial da União: seção I, Brasília, DF, ano 129, n. 13, p. 1331-1335, 18 jan. 1991. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8171.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8171.htm). Acesso em: 17 set. 2023.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.433, 8 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Diário oficial da União: seção I, Brasília, DF, ano 135, n. 6, p. 470-474, 09 jan. 1997. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9433.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9433.htm). Acesso em: 17 set. 2023.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.478, 6 de agosto de 1997. Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências. Diário oficial da União: seção I, Brasília, DF, ano 135, n. 150, p. 1-8, 07 ago. 1997. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9478.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9478.htm). Acesso em: 17 set. 2023.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.985, 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Diário oficial da União: seção I, Brasília, DF, ano 137, n. 138, p. 1-7, 19 jul. 2000. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9985.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm). Acesso em: 17 set. 2023.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.428, 22 de dezembro de 2006. Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências. Diário oficial da União: seção I, Brasília, DF, ano 143, n. 246, p. 1-4, 26 dez. 2006. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11428.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11428.htm). Acesso em: 17 set. 2023.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.187, 29 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e dá outras providências. Diário oficial da União: seção I - Extra, Brasília, DF, ano 146, n. 248-A, p. 109-110, 30 dez. 2009. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/l12187.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12187.htm). Acesso em: 17 set. 2023.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.305, 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Diário oficial da União: seção I, Brasília, DF, ano 148, n. 147, p. 3-7, 03 ago. 2010. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm). Acesso em: 17 set. 2023.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.651, 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Diário oficial da União: seção I, Brasília, DF, ano 149, n. 102, p. 1-8, 28 mai. 2012. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm). Acesso em: 17 set. 2023.

\_\_\_\_\_. Lei nº 13.576, 26 de dezembro de 2017. Dispõe sobre a Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio) e dá outras providências. Diário oficial da União: seção I,





Brasília, DF, ano 154, n. 247, p. 4-5, 27 dez. 2017. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/l13576.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13576.htm). Acesso em: 17 set. 2023.

CENAMO, Mariano Colini. Mudanças Climáticas, o Protocolo de Quioto e Mercado de Carbono. CEPEA - ESALQ - USP. Piracicaba, 2004. Disponível em: <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/documentos/texto/mudancas-climaticas-o-protocolo-de-quioto-e-o-mercado-de-carbono.aspx>. Acesso em 12 jun. 2023.

COMISSÃO INTERMINISTERIAL DE MUDANÇA DO CLIMA. Resolução nº 3, de 14 de setembro de 2023. Dispõe sobre a atualização do Plano Nacional sobre Mudança do Clima - Plano Clima e a instituição dos Grupos Técnicos Temporários de Mitigação (GTT - Mitigação) e de Adaptação (GTT - Adaptação). Diário Oficial da União: seção I, Brasília, DF, 161, n. 204, p. 23, 14 set. 2023. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-3-de-14-de-setembro-de-2023-518979659>. Acesso em: 27 outubro 2023.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 5, de 14 de setembro de 2023. Dispõe sobre a correção da Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) do Brasil ao Acordo de Paris visando restabelecer o nível de ambição da NDC apresentado em 2015, em termos dos valores absolutos das emissões de gases de efeito estufa - GEE. Diário Oficial da União: seção I, Brasília, DF, 161, n. 204, p. 24, 14 set. 2023. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-5-de-14-de-setembro-de-2023-518983537>. Acesso em: 27 outubro 2023.

CUNHA, Kamyla B; REI, Fernando. Estudo dos aspectos legais de direito interno relativos à regulamentação do Protocolo de Quioto, especialmente do enquadramento do mecanismo de desenvolvimento limpo (versão 1.0). São Paulo, 2004, cgee. Disponível em: <https://encr.pw/UaNFq>. Acesso em: 14 maio 2023.

DE LIMA, Fábio Martins et al. Governança da política ambiental e o agronegócio brasileiro. Colóquio-Revista do Desenvolvimento Regional, v. 19, n. 2, p. 237-258, 2022. Disponível em: <https://seer.faccat.br/index.php/coloquio/article/view/2492>. Acesso em: 16 maio 2023.

DIAS, Daniel Artur Castro. Evolução Histórica do Direito Internacional do Meio Ambiente. 2003. Monografia (Bacharel em Direito) - Curso de Direito, Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Curitiba, 2003. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/44915/M246.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 12 jun. 2023.

FERNANDES, Elaine; LEITE, Gustavo. Atuação dos projetos de mecanismo de desenvolvimento limpo para o desenvolvimento sustentável no Brasil. Brazilian Journal of Political Economy, v. 41, n. 2, p. 351-371, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-31572021-3168>. Acesso em: 06 Ago. 2023.

FERREIRA, José Ângelo; RIBEIRO, Edson Fracalossi, de Carvalho. Uma análise crítica ao mecanismo de desenvolvimento limpo e seu desdobramento financista. Revista e-TECH: Tecnologias para Competitividade Industrial, Florianópolis, v. 7, n. 2, p. 51-68, 2013. Disponível em: <https://etech.sc.senai.br/revista-cientifica/article/view/348> Acesso em: 15 maio 2023.

FREDO, Carlos Eduardo; FREITAS, Silene Maria de. Protocolo de Kyoto: a corrida questionável. Instituto de Economia Agrícola (IEA). São Paulo. 2004. Disponível: <http://www.iea.sp.gov.br/OUT/verTexto.php?codTexto=1574>. Acesso em: 14 jun. 2023.



GODOY, Sara Gurginkel Marques de; PAMPLONA, João Batista. O Protocolo de Kyoto e os Países em Desenvolvimento. *Pesquisa & Debate*, São Paulo, v. 18, n. 2 (32) p. 329-353, 2007. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/rpe/article/view/11774>. Acesso em: 23 jun. 2023.

GURSKI, Bruno; GONZAGA, Roberto; TENDOLINI, Patricia. Conferência de Estocolmo: Um marco na questão ambiental. *Administração de Empresas em Revista*, Curitiba, [S.l.], v.1, n.7, p.65-79, 2012. Disponível em: <http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/admrevista/article/view/466>. Acesso em: 23 jun. 2023.

MOREIRA, Helena Margarido; GIOMETTI, Analúcia Bueno dos Reis. O Protocolo de Quioto e as Possibilidades de Inserção do Brasil no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo por meio de Projetos em Energia Limpa. *Contexto Internacional*, v. 30, n. 1, p. 9-47, jan/abr 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cint/a/9RkZZcmTbc6mm8wRHHc5j3Q/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 06 jun. 2023.

MOTTA, Ronaldo Seroa da. Aspectos regulatórios das mudanças climáticas no Brasil. *IPEA - Boletim regional, urbano e ambiental*, v. 4, p. 33-38, 2010. Disponível em: [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5572/1/BRU\\_n4\\_aspectos\\_regulatorios.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5572/1/BRU_n4_aspectos_regulatorios.pdf). Acesso em 06 ago. 2023.

OLIVEIRA, Adriano Santhiago; MIGUEZ, José Domingos Gonzalez; ANDRADE, Tulio César Mouthé de Alvim. A Convenção sobre Mudança do Clima e o seu Protocolo de Quioto como Indutores de Ação. In: FRANGETTO, Flavia Witkowski (org.); VEIGA, Ana Paula Beber (org.); LUEDEMANN, Gustavo (org.). *Legado do MDL: impactos e lições aprendidas a partir da implementação do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo no Brasil*. Brasília: IPEA, 2018. p. 21-42. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9473>. Acesso em: 14 mai. 2023.

OLIVEIRA, Filipe. Protocolo de Kyoto. *Educa Mais Brasil*, 2019. Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/enem/geografia/protocolo-de-kyoto>. Acesso em: 06 ago. 2023.

OLIVEIRA, Ivênio Rubens de; GONTIJO NETO, Miguel Marques; NOBRE, Myriam Maia. Mudanças climáticas e a agricultura de baixa emissão de carbono. In: NOBRE, Myriam Maia; OLIVEIRA, Ivênio Rubens de. *Agricultura de baixo carbono: tecnologias e estratégias de implantação*. Brasília: Embrapa, 2018. Cap.1, p. 10-32. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/188635/1/Mudancas-climaticas.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2023.

PEREIRA, André Santos. Do Fundo ao Mecanismo: Gênese, características e perspectivas para o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo; ao encontro ou de encontro à equidade? 2002. Tese (Mestrado em Ciências em Planejamento Energético) - Instituto Alberto Luiz Coimbra, Programa de Planejamento Energético, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002. Disponível em <http://www.ppe.ufrj.br/index.php/pt/publicacoes/teses-e-dissertacoes/2002/1193-do-fundo-ao-mecanismo-genese-caracteristicas-e-perspectivas-para-o-mecanismo-de-desenvolvimento-limpo-ao-encontro-ou-de-encontro-a-equidade>. Acesso em: 23 jun. 2023.

SANTOS, André Castro dos. Política Nacional sobre Mudança do Clima no Brasil: uma avaliação de instrumentos e de efetividade. *Espaço Público, Revista de Políticas Públicas da UFPE*, n. 6, 2021. Disponível em:



<https://periodicos.ufpe.br/revistas/politicaspUBLICAS/article/view/249458/37804>. Acesso em: 23 jun. 2023.

SARAIVA, Aldenir de Araújo; BUONADUCE, Stephannie Bispo; FILHO, Hesler Piedade Caffé; VIEIRA, Denes Dantas. Aspectos Históricos da Educação Ambiental: do global ao local. ID on line. Revista de psicologia: Periódico Multidisciplinar, v.15, n. 57, p. 478-501, 2021. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/3236>. Acesso em: 23 jun. 2023.

SOUZA, Maria Cristina Oliveira; CORAZZA, Rosana Icassatti. Do Protocolo de Kyoto ao Acordo de Paris: uma análise das mudanças no regime climático global a partir do estudo da evolução de perfis de emissões de gases de efeito estufa. Desenvolvimento e Meio Ambiente, Paraná, v. 42, p. 52-80, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/51298/34446>. Acesso em: 20 maio 2023.

TUFFANI, Maurício. Dez anos depois, Protocolo de Kyoto falhou em reduzir emissões mundiais. Folha de S. Paulo, São Paulo, 16 fev. 2015. Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/ambiente/2015/02/1590476-dez-anos-depois-protocolo-de-kyoto-falhou-em-reduzir-emissoes-mundiais.shtml>. Acesso em: 06 ago. 2023.

VENTURA, Andréa Cardoso, ANDRADE, José Célio Silveira. O Protocolo de Kyoto: Oportunidades de Negócios para a Bahia. Revista Desenbahia, Bahia, nº 6, p. 25-44, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/26097/1/O%20Protocolo%20de%20Kyoto%20Oportunidades%20de%20Neg%C3%B3cios%20para%20a%20Bahia.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2023.

ZANIOLO, Lincoln; COLZANI, Paulo Felipe Willrich. Protocolo de Quioto e o Mercado de Carbono. 2008, Monografia (Estágio Supervisionado) - Centro de Gestão de Ciências Sociais Aplicadas, Curso de Comércio Exterior, Universidade do Vale do Itajaí. Itajaí, 2008. Disponível em: [https://www.univali.br/Lists/TrabalhosGraduacao/Attachments/640/lincoln\\_e\\_paulo.pdf](https://www.univali.br/Lists/TrabalhosGraduacao/Attachments/640/lincoln_e_paulo.pdf). Acesso em: 15 maio 2023.



## A função empresarial em Schumpeter e Lachmann: um diálogo possível?

*The business function in Schumpeter and Lachmann: a possible dialogue?*

**DOI:** 10.23925/1806-9029.36i1(65)67290

**Autores:** **Paulo Rogério Scarano** - Universidade Presbiteriana Mackenzie (Professor). E-mail: paulo.scarano@mackenzie.br, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9882-2197> e **Bruno Pacheco Heringer** – mestre em Economia Política da PUC-SP. E-mail: heringer.bruno@outlook.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9254-2760>.

### Resumo

Este trabalho objetiva analisar os pontos de contato e de divergência em relação ao papel do empresário para Schumpeter e Lachmann, um economista vinculado à escola austríaca, mas influenciado pela visão pós-keynesiana de expectativas. Apesar de pertencerem a gerações e vertentes econômicas distintas, o trabalho identifica que seus pontos de convergência são significativos, mostrando que para ambos a ação do empresário é baseada em expectativas e tem um caráter desequilibrador, que é fundamental para o desenvolvimento do capitalismo. Combinar as perspectivas desses autores fornece uma visão mais rica e compreensiva sobre esse processo.

**Palavras-chave:** Empresário. Inovações. Desequilíbrio. Expectativas. Estrutura do capital.

### Abstract

The present paper aims to investigate points of contact and divergence about the role of the entrepreneurial function for Schumpeter and Lachmann, a German-born Austrian economist, influenced by the post-Keynesian view of expectations. Despite belonging to different generations and economic currents, the paper shows that their points of contact are significant, demonstrating that for both authors entrepreneurial action is founded upon expectations and has a disequilibrating character, which is fundamental for the development of capitalism. Combining both authors' perspectives allow for a richer and more comprehensive view of this process.

**Keywords:** Entrepreneur. Innovations. Disequilibrium. Expectations. Capital structure.

**JEL:** O10



## Introdução

A análise sobre o papel do empresário é um tema relevante para a condução de pesquisas que buscam uma melhor compreensão sobre as circunstâncias efetivas em que se dão as ações humanas, em especial a tomada de decisão de investimento. As decisões a respeito da estrutura produtiva e sua importância para o funcionamento da economia justificam a análise do papel do empresário e sua relação com o capital, pela teoria econômica.

A corrente principal do pensamento econômico, que se dividia em análises de equilíbrio parcial e de equilíbrio geral, abraçava a definição de Robbins (2012, p. 15), para quem a “Economia é a ciência que estuda o comportamento humano como uma relação entre fins e meios escassos que têm usos alternativos”. Com raras exceções, com destaque para Marshall, pouca atenção foi dada para o papel do empresário, que basicamente era visto como um agente otimizador no uso de meios dados para fins conhecidos. Coube a Schumpeter, um economista de origem austríaca e aluno de Böhm-Bawerk, destacar o papel do empresário para a introdução de inovações, ajudando a explicar o desenvolvimento econômico, que rompe com o estado estático do equilíbrio geral.

Apesar de ainda pouco conhecido no Brasil, coube a Ludwig Lachmann, um economista formado na tradição austríaca e fortemente influenciado por Hayek, mostrar que como os fins estão no futuro e, portanto, não são dados, cabe ao empresário imaginar ativa e constantemente as possíveis combinações de meios para atingir os seus planos. É nesse ponto que o trabalho de Lachmann incorpora a noção de expectativas, influenciada pela contribuição de seu amigo George Shackle, um economista inglês, caracterizado como pós-keynesiano. Para Lachmann, a ação do empresário é permanentemente desequilibradora. Essa postura de Lachmann desafiava a ênfase na formalização e na análise de equilíbrio geral, predominantes no *mainstream economics*. Lachmann articulou, ainda, sua interpretação da função empresarial com a abordagem da organização da estrutura de capital.

Este trabalho parte da conjectura de que é possível compreender melhor a dinâmica do processo de mercado ao investigar-se as posições schumpeteriana e lachmanniana, apontando suas diferenças e pontos de contato. Ademais, o cotejamento das perspectivas de Schumpeter e Lachmann quanto à ação empresarial pode oferecer novas perspectivas para conduzir estudos de caso dos impactos da introdução de inovações no mercado, ao combinar a visão heterogênea do capital com a ação disruptiva do empresário.

Considerados os pontos acima, o presente trabalho empreende uma revisão da literatura com uso das obras e artigos de Schumpeter e Lachmann, além de fontes secundárias de apoio à pesquisa. Após a presente introdução, o trabalho está organizado em três seções, seguidas das considerações finais. Na primeira seção discorre-se brevemente sobre a formação intelectual de Schumpeter, sua aproximação da abordagem walrasiana do equilíbrio geral, sua explicação sobre como as inovações rompem com o estado estático daquele equilíbrio e trata do papel do empresário para



a introdução das inovações. A segunda seção discorre brevemente sobre a formação intelectual de Lachmann e a influência dessa formação para a análise que o autor faz sobre o papel do empresário e as recombinações da estrutura de capital por ele empreendidas para o processo de mercado. Por sua vez, a terceira seção compara as perspectivas sobre o papel do empresário para Schumpeter e Lachmann, apontando semelhanças e divergências. Nas considerações finais, conclui-se apontando para a proximidade da abordagem da função empresarial na obra dos dois autores e elencam-se possíveis desdobramentos futuros dessa pesquisa.

## I A abordagem empresarial de Schumpeter

Pode-se observar nos trabalhos de Joseph Schumpeter a influência de diferentes correntes e pensadores econômicos, como a austríaca de Menger e Böhm-Bawerk, a escola histórica alemã, a abordagem de equilíbrio geral de Walras, além da escola marxista. Dos Austríacos tomou o conceito de utilidade marginal, assumindo ser o único capaz de solucionar o paradoxo do valor. Schumpeter absorve de marxistas e historicistas alemães sua leitura histórica, coletando dados a respeito da estrutura institucional e social, tecendo interpretações acerca de seus desenvolvimentos, bem como sua disposição em tratar o fenômeno econômico como fonte de impactos em outras esferas das interações humanas. Adicionalmente, o ponto de partida da teoria do desenvolvimento de Schumpeter é o estado estático (fluxo circular), inspirado no equilíbrio geral walrasiano, que, no entanto, não implica repouso e admite variações adaptativas, conseguidas “através de passos infinitesimais” (Schumpeter, 2010a, p. 26). Ainda em Marx, Schumpeter verá o elemento-chave para articular sua teoria do desenvolvimento, as inovações, uma vez que já está presente em Marx a ideia de que a “burguesia não pode existir sem revolucionar constantemente os instrumentos de produção” (Marx; Engels, 2008, p. 15).

Assim, com os intensos debates em torno da metodologia adequada para lidar com o fenômeno econômico decorrentes da *Methodenstreit*<sup>70</sup>, do final do século XIX, e procurando por uma possibilidade de unir-se o esforço teórico à pesquisa prática, Schumpeter vê na sociologia de Max Weber a chave para solucionar esse problema (Swedberg, 1989, p. 509–510). Isso porque a abordagem de Weber propõe que o comportamento individual explica os fenômenos sociais, ou seja, de como o conjunto de ações individuais se relacionam reciprocamente. Para tanto, Weber lança mão dos tipos ideais. Para Weber (2004):

Obtém-se um tipo ideal mediante a acentuação unilateral de um ou vários pontos de vista e, mediante o encadeamento de grande quantidade de fenômenos isoladamente

---

70 A *Methodenstreit*, ou batalha dos métodos, opunha as visões da Escola Histórica Alemã e da Escola Austríaca sobre o método adequado para lidar com o fenômeno econômico. A Escola Histórica Alemã, sobretudo em sua 2ª geração, liderada por Schmoller, defendia o método indutivo-histórico, baseado em fatos concretos e que sobrepõe a coletividade ao indivíduo, enquanto a visão austríaca capitaneada por Menger defendia o método dedutivo abstrato, baseado na teoria pura, em que os resultados agregados e instituições são “subprodutos não intencionais da ação individual” (Barbieri; Feijó, 2013, p. 250).





dados, difusos e discretos, que se podem dar maior ou menor número ou mesmo faltar por completo, e que se ordenam segundo os pontos de vista unilateralmente acentuados, a fim de formar um quadro homogêneo de pensamento. Torna-se impossível encontrar empiricamente na realidade esse quadro, na sua pureza conceitual, pois trata-se de uma utopia. (Weber, 2004, p. 106)

Vale observar que diversos autores apontam o uso de tipos ideais por Schumpeter, como o estado estático e o empresário empreendedor (Carlin, 1956; Macdonald, 1965; Faucci; Rodezno, 1998; Martes, 2010). Nas palavras de Faucci e Rodezno (1998, p. 36), ao avaliarem a obra de Schumpeter, “Em nossa visão, o fluxo circular é um tipo ideal, do mesmo modo que o empreendedor é um tipo ideal”<sup>71</sup>.

Schumpeter desenvolve em sua primeira obra<sup>72</sup> o núcleo metodológico que será utilizado ao longo de sua vida. Essa obra se posiciona em um contexto acalorado de discussões a respeito da teoria do capital, do valor, bem como da abordagem correta a ser utilizada pelo economista. A abordagem de Schumpeter pode ser denominada de instrumentalista: as premissas das quais se vale o economista são utilizadas na medida em que sejam capazes de explicar (prever) o fenômeno econômico, não cabendo a ele julgar se são realistas ou não. Cabe fazer três observações: o instrumentalismo é uma resposta ao problema do indutivismo, ou seja, não seria possível inferir, a partir de um fato que pode ser observado sob inúmeros pontos de vista (por vezes contraditórios), a veracidade de um esquema geral; opõe-se ao essencialismo, ou a tentativa de se intuir as propriedades ‘universais’ (em termos ideais) dos entes; objeta também o realismo, rejeitando qualquer identificação ontológica da teoria com o objeto descrito (Shionoya, 1990, P. 195).

Sua investigação em economia teórica pode, assim, ser exposta segundo três contrastes, os quais serão elaborados nesta seção: processos reais, aparatos teóricos e tipos de conduta. Os processos reais se referem aos polos opostos de tendência equilibradora e rupturas espontâneas com o fluxo circular que surgem internamente ao sistema econômico. Em seguida, discerne-se entre dois modelos que serão aplicados de acordo com os processos subjacentes: ‘estático’ e ‘dinâmico’. Por fim, Schumpeter diferenciaria os tipos ‘administrador’ e ‘empresário’ segundo seus comportamentos diante dos dados (Schumpeter, 1997, p. 90).

Visto que na ciência econômica moderna se lida com o fenômeno da troca e suas repercussões, toda investigação deve propor quais agentes são responsáveis pelos processos em questão. Nesse caso, o indivíduo torna-se a unidade fundamental do processo econômico. Como Schumpeter busca em um primeiro momento isolar a ciência econômica dos demais ramos do conhecimento, se vale do termo “individualismo metodológico” que, segundo Fritz Machlup (1951), teria sido cunhado pelo próprio autor. Nesse sentido, há peculiaridades na abordagem de Schumpeter, em relação a

---

71 Livre tradução de “*For in our view the circular flow is also an ideal type, just as the entrepreneur is an ideal type*” (Faucci; Rodezno, 1998, p. 36).

72 *Das Wesen und der Hauptinhalt der theoretischen Nationalökonomie*, publicada originalmente em 1908. A versão utilizada neste trabalho é uma versão em inglês de 2010, traduzida como *The Nature and Essence of Economic Theory* (Schumpeter, 2010b).



Weber, a despeito do consenso de que o fluxo circular e o empreendedor são tipos ideais, em termos weberianos. Como destacam Faucci e Rodezno (1998, p. 34) enquanto Weber recorre aos tipos ideais como construções mentais não empíricas, promovendo uma síntese entre a conceitualização e a realidade empírica, Schumpeter faz uso da análise e decomposição fenômenos econômicos em dados elementares para posteriormente reconstruir as formas mais complexas, identificando esse procedimento como o individualismo metodológico, que permitiria passar dos fenômenos desagregados aos agregados<sup>73</sup>.

Há uma distinção subjacente à obra de Schumpeter entre as análises estática e dinâmica. A estática é a condição de equilíbrio com dados congelados, utilizada para analisar mudanças pequenas e seus efeitos sobre o sistema; sua manifestação pura se configura como um 'fluxo circular', no qual empresas carecem de incentivos para alterar suas funções de produção, inexistindo excedentes líquidos no sistema. Já na dinâmica ocorre uma ruptura com esse fluxo circular, alterando a trajetória de crescimento. Machlup cita como Schumpeter destaca a diferença entre ambas: "Estática e Dinâmica são campos completamente diferentes, lidando não apenas com diferentes problemas, como com material e métodos diferentes"<sup>74</sup> (Schumpeter, 1908 Apud Machlup, 1951, P. 149). A distinção entre esses dois tipos de análise Schumpeter (Schumpeter, 1997, p. 72) atribui a J. B. Clark, que teria inclusive apontado para impactos únicos de mudanças técnica e produtiva, e são esses impactos que farão parte da teoria de desenvolvimento de Schumpeter.

Todavia, o esquema desenvolvido por Schumpeter, por ele denominado de fluxo circular, apresenta certos contrastes com a teoria do equilíbrio geral walrasiano. O ponto de contenda mais relevante é a maneira como Schumpeter elabora sua análise estática: ao contrário dos agentes walrasianos que tomam decisões ótimas, Schumpeter releva o papel da rotina, já que se considera o ambiente em que esses agentes se encontram, assim como a experiência consolidada no passado como determinantes das ações equilibradoras. Deste modo, "no conceito de fluxo circular schumpeteriano, é a adaptabilidade, não a otimalidade, que governa o comportamento individual"<sup>75</sup> (Arena, 2005, p. 60).

A leitura estática de Schumpeter apresenta, então, os seguintes pontos: 1) determina a formação de preços; 2) explica a condução da produção e consumo em caráter

---

<sup>73</sup> Livre adaptação de "But Weber - for whom the object of social sciences is human action in society - resorts to Ideal Types, as mind constructs that are considered outside of experience, but nevertheless refer to the latter, thus achieving a synthesis between conceptualisation and empirical reality. JAS, in contrast - more interested in the scientific rigour of economics - makes use of analysis and decomposes economic phenomena into the elementary data in order to subsequently reconstruct the more complex forms. It is this procedure that constitutes the "methodological individualism" (an expression he himself coined), since it is the only procedure that makes it possible to pass correctly from disaggregated to aggregated phenomena" (Faucci; Rodezno, 1998, p. 34).

<sup>74</sup> Livre tradução de: "Statics and Dynamics are completely different fields, dealing not only with different problems, but also with different methods and different material" (Schumpeter, 1908 apud Machlup, 1951, p. 149).

<sup>75</sup> Livre tradução de: "[...] in Schumpeter's concept of the circular flow, it is adaptability rather than optimality that rules individual behavior" (Arena, 2005, p. 60).



repetitivo; 3) isola as condições concernentes ao equilíbrio das considerações dinâmicas; 4) denota a força “equilibradora” do homem médio que se adapta às ações “desequilibradoras” do empresário; 5) determinação das novas combinações de preço e quantidade capazes de restaurar o equilíbrio (Santarelli; Pesciarelli, 1990, p. 680).

Nesse sentido, explica seu motivo para superar o esquema estático: Eu senti fortemente que isso estava errado, e que havia uma fonte de energia dentro do sistema econômico que por si perturbaria qualquer equilíbrio que pudesse ser obtido. Se assim o é, então deve existir uma teoria puramente econômica da mudança econômica que não é meramente dependente de fatores externos impulsionando o sistema econômico de um equilíbrio para o outro. É tal teoria que eu tentei construir, e acredito agora, como acreditei então, que ela contribui algo para a compreensão das disputas e vicissitudes do mundo capitalista e explica um sem-número de fenômenos, em particular o ciclo de negócios, mais satisfatoriamente do que é possível explicá-los por meio do aparato Walrasiano ou Marshalliano<sup>76</sup> (Schumpeter, 1951, p. 160).

Schumpeter (1997) argumenta que, dos quatro “ramos de renda” conhecidos: salário, aluguel, juro e lucro, as únicas remunerações existentes no fluxo circular se reduzem aos ganhos dos trabalhadores e proprietários de terra. Tais ganhos refletiriam o valor do produto marginal de sua contribuição na produção. Em consonância com Böhm-Bawerk (1986), para quem terra e trabalho eram os fatores originais de produção, para Schumpeter (1997) salário e aluguel, podem ser denominados de ramos de renda “estáticos”, sempre existindo, quer no fluxo circular ou fora dele.

Uma vez que no fluxo circular inexistente qualquer excedente líquido para desviar os bens de capital de seus usos antigos para novos, o papel do capitalista é justamente o de adiantar recursos por meio dos quais se pode reorganizar a estrutura de produção, recebendo como remuneração o juro. Nas palavras de Wolfson: “Para Schumpeter, capital é uma função ao invés de uma coisa. É uma função particular que, em uma economia capitalista, é cumprida por uma soma em dinheiro direcionada em uma maneira particular”<sup>77</sup> (Wolfson, 1958, P. 35).

Assim, para Schumpeter não existe juro no equilíbrio do fluxo circular. Isso porque, se as funções de produção estão fixas de modo a maximizar as funções de utilidade dos agentes, segue que, no fluxo circular, não há outra fonte de recursos além do trabalho e da terra (Schumpeter, 1997, P. 51) e, portanto, não há outras remunerações, exceto

---

<sup>76</sup> Livre tradução de: “*I felt very strongly that this was wrong, and that there was a source of energy within the economic system which would of itself disrupt any equilibrium that might be attained. If this is so, then there must be a purely economic theory of economic change which does not merely rely on external factors propelling the economic system from one equilibrium to another. It is such a theory that I have tried to build and I believe now, as I believed then, that it contributes something to the understanding of the struggles and vicissitudes of the capitalist world and explains a number of phenomena, in particular the business cycle, more satisfactorily than it is possible to explain them by means of either the Walrasian or the Marshallian apparatus*” (Schumpeter, 1951, p. 160).

<sup>77</sup> Livre tradução de: “*For Schumpeter, capital is a role rather than a thing. It is a particular role which, in a capitalist economy, is played by a sum of money put to use in a particular fashion*” (Wolfson, 1958, p. 35).



salário e renda da terra. Apenas forças exógenas ou endógenas são capazes de efetuar mudanças no fluxo circular, sendo a segunda causa o foco da análise de desenvolvimento de Schumpeter. Para ele, as explicações dos juros a partir da produtividade física dos bens de produção, do fator abstinência ou da preferência temporal são errôneas (Anderson, 1915, P. 656).

Para Schumpeter, o âmbito no qual notamos o fenômeno do juro em sua forma pura é o empréstimo em dinheiro, existindo dois tipos: para consumo e produtivo. O empréstimo para consumo pode ser utilizado tanto propriamente à compra de bens de consumo, como também na manutenção de um investimento. O caso do empréstimo produtivo, todavia, é o mais relevante, já que ele é direcionado para uma reestruturação e expansão da estrutura produtiva. Assim, o juro é “aquilo que é essencial para empréstimos, que são usados para a criação de novas indústrias, novas formas de organização, novas tecnologias [...]”<sup>78</sup> (Schumpeter, 2010b, P. 299). Assim, o sistema de crédito propiciado pelos bancos é fundamental ao disponibilizar capital, de modo que o fluxo circular com sua estrutura de produção fixa possa ser reorganizado.

Nesse sentido, podemos depreender que o decurso do desenvolvimento suscitado pela introdução da inovação é marcado por efeitos encadeados iniciados pelo empresário inovador, que alteram a estrutura de preços relativos e as decisões de produção e consumo de inúmeros agentes econômicos. Esse processo pode ser denominado de ‘transformação econômica’, em oposição aos modelos de crescimento neoclássicos. De fato, Schumpeter ocupa-se com os impactos das decisões de agentes econômicos que ativamente buscam melhores condições e que refletem suas escolhas na estrutura de preços relativos, não simplesmente tomando-os como dados (Dahmén, 1984, p. 26–27).

Para melhor esclarecer o que diferencia o impacto exógeno do endógeno, Schumpeter (1947, p. 150) menciona dois tipos de resposta que agentes podem dar: adaptativa e criativa. Na adaptativa os agentes econômicos acomodam-se às novas circunstâncias, agindo passivamente aos estímulos; ele exemplifica essa reação a partir de um aumento populacional ou a imposição de tarifa aduaneira. A segunda resposta resultará na introdução do elemento propriamente dinâmico no fluxo circular: a resposta criativa denota uma nova forma de se produzir e conduzir os negócios. Esse elemento criativo apresenta três características: não é passível de articulação *ex ante* por parte do economista, pois pode apenas ser tratado após sua ocorrência; os efeitos suscitados pela introdução da inovação não podem ser estudados deterministicamente, pois sua introdução leva a tal alteração nos dados iniciais e respostas por parte de outros agentes que inviabiliza um tratamento preditivo; finalmente, essa resposta criativa exige que ao menos um indivíduo com objetivos peculiares a leve a cabo: o empresário.

Conseqüentemente, para Santarelli e Pesciarelli (1990, p. 684–686), os dois tipos de resposta apontados por Schumpeter podem ser identificados com a predominância de um ou outro tipo de homem: o homem “hedonista” adota resposta adaptativa aos dados, enquanto o homem “enérgico” adota a resposta criativa aos dados, o empresário se

---

<sup>78</sup> Livre tradução de: “[...] *the essential thing for loans, which are used for the creation of new industries, new forms of organization, new technologies [...]*” (Schumpeter, 2010b, p. 299).



identificando claramente com o segundo. Nesse sentido, Schumpeter caracteriza o empresário como tipo enérgico, pois “a inovação de práticas comerciais ou técnicas é algo extremamente arriscado e difícil que requer energia e coragem “sobrenormais” para ser posta em prática” (Schumpeter, 2010b, P. 37).

Cabe uma última colocação quanto à análise estática: para Schumpeter a condição que marca o fluxo circular não é apenas um esquema teórico, como também um aspecto real do mundo. A característica de adaptação que marca o fluxo circular não é somente um construto imaginário para explicarmos conceitos, mas sim o próprio mecanismo equilibrador que leva a economia a um novo ponto de equilíbrio.

O empresário schumpeteriano, conseqüentemente, não traz uma mera adaptação das circunstâncias ao seu redor, mas impulsiona um processo de desenvolvimento que é radicado em novas formas de alocação e combinação de recursos existentes, sendo que existem cinco formas de se inovar e impelir um processo de desenvolvimento: novos bens de consumo de qualidade única; novos métodos de produção; abertura de novos mercados; descoberta de novas combinações de insumos, ou até mesmo novos insumos a serem utilizados; e a reorganização de um setor, como a criação ou destruição de um monopólio (Schumpeter, 1997, P. 76). Esse processo de introdução de inovações com suas reverberações sobre o sistema econômico ele denominou de “destruição criativa”. Esta não se refere apenas à introdução de inovações que retira a economia do equilíbrio ou da trajetória de equilíbrio, como também aos impactos assimétricos sobre as velhas formas de produção e bens de consumo consideradas inferiores. As inovações, assim, indicam o sucesso relativo de alguns empresários e, simultaneamente, a derrocada dos produtores “habituais”. Contudo, uma vez introduzida a inovação, [...] o sucesso fica à vista de todos, tudo se torna muito mais fácil. Ela pode agora, com muito menos dificuldade, ser copiada e, até mesmo, melhorada – e milhares invariavelmente a copiam –, o que explica os grandes saltos de progresso, bem como os retrocessos, trazendo atrás de si não somente a perturbação inicial, inerente ao processo, mas também toda uma corrente de perturbações secundárias e possibilidades – embora não mais que possibilidades – de catástrofes ou crises periódicas. (Schumpeter, 2010a, p. 37)

Se a análise estática trata de ações adaptativas incitadas por mudanças exógenas em dados, Schumpeter assim descreve a análise dinâmica: O desenvolvimento, no sentido em que o tomamos, é um fenômeno distinto, inteiramente estranho ao que pode ser observado no fluxo circular ou na tendência para o equilíbrio. É uma mudança espontânea e descontínua nos canais do fluxo, perturbação do equilíbrio, que altera e desloca para sempre o estado de equilíbrio previamente existente. Nossa teoria do desenvolvimento não é nada mais que um modo de tratar esse fenômeno e os processos a ele inerentes. (Schumpeter, 1997, P. 75).

O empresário schumpeteriano não é identificado com uma categoria ou classe social específica, podendo emergir de qualquer estrato social (Sweezy, 1943, P. 94), sendo fazendeiro, mecânico, vendedor, atendente, dentre outras profissões. O empresário é aquele indivíduo que, ao enfrentar as condições e estruturas presentes no mercado, quebra a resistência da população às suas inovações; ele efetua um ato fundador criativo (Anderson, 1915, P. 652).



É ao introduzirmos sua figura que compreendemos como surgem os juros e sua relação íntima com o quarto ramo de renda indicado acima: lucro. Como visto, no equilíbrio não existe excedente algum na forma de bens ou renda; toda produção é absorvida pelos agentes econômicos. Neste caso, também por definição, inexistente poupança que permita ao empresário recombinar os recursos produtivos da forma que lhe aprouver.

O empresário deverá elevar a demanda por bens de capital existentes, de modo a recombiná-los de outras maneiras, elevando seus preços. Para tanto, deve convencer os capitalistas de que seus projetos de inovação apresentam perspectivas positivas o suficiente para justificar a tomada de crédito. É importante notar que a ideia de expectativas associada à ação empresarial já está presente em Schumpeter, como pode ser observado na seguinte passagem: Após completar o seu negócio — portanto, em nossa concepção, após o período ao fim do qual os seus produtos estão no mercado e os seus bens produtivos foram gastos —, se tudo correu de acordo com as suas expectativas, ele enriqueceu a corrente social com bens cujo preço total é maior do que o crédito recebido e do que o preço total dos bens direta ou indiretamente gastos por ele. (Schumpeter, 1997, P. 114)

Duas consequências surgem, portanto, da tomada de crédito direcionada a novos empreendimentos: o quarto ramo de renda acima apontado, ou lucro; e a desvalorização dos bens de capital existentes (Schumpeter, 2010b, P. 307). Essa demanda e oferta de fundos emprestáveis suscita simultaneamente o juro, cuja existência depende, portanto, da habilidade dos empresários em levar a cabo projetos de investimento audaciosos. Assim, o juro é uma espécie de “imposto” sobre a atividade lucrativa do empresário, que só vingou devido ao empréstimo do capitalista.

O lucro, então, é um excedente da atividade empresarial decorrente da disparidade entre os custos de produção e os preços dos bens de consumo final. O empresário, ao adotar novas estratégias de produção e combinação de insumos, induz a uma rearticulação dos planos dos outros produtores, que são atraídos pelos ganhos potenciais do novo mercado ou modo de produção. A adoção dessas novas estratégias de produção com a recombinação dos bens de capital pode ser uma indicação de que Schumpeter procurava aproximar a teoria do empresário com a teoria da produção e capital.

Nota-se, portanto, que o empresário é um elemento essencial para a dinâmica do capitalismo, de acordo com Schumpeter. Tanto que o autor é bastante cético em relação ao futuro do capitalismo, pois com o avanço para o “capitalismo oligopolizado” a inovação é rotinizada em departamentos de Pesquisa & Desenvolvimento de grandes empresas e deixa de ser, preponderantemente, resultado da ação independente do empreendedor, um tipo enérgico, capaz de impor sua liderança. Assim, o sistema em que o sucesso de uma empresa decorria do sucesso de seu fundador perderia importância relativa, dando margem a um outro sistema de seleção de líderes corporativos, cujo sucesso estaria mais associado a aptidões políticas.





Assim, para Schumpeter, “o capitalismo, embora economicamente estável, e mesmo adquirindo estabilidade, cria, ao racionalizar a mente humana, uma mentalidade e um estilo de vida incompatíveis com suas próprias condições, motivos e instituições sociais fundamentais” (Schumpeter, 2010a, p. 38).

## 2 A função empresarial em Ludwig Lachmann

Ludwig Moritz Lachmann estudou na Universidade de Berlin, tendo como orientador Werner Sombart. Foi com seu tutor pessoal, Emil Kauder, que seus estudos da Escola Austríaca se aprofundaram, assim caracterizando seu pensamento nessa época: 1) teoria subjetiva do valor e custo; 2) abordagem causal ao invés de funcional de Lausanne; 3) teoria de Mises-Hayek do ciclo econômico; 4) e, posteriormente elaborado, seu primeiro contato com o método ‘*verstehende*’ weberiano (Grinder, 1977, p. 7–9).

Lachmann, entretanto, apresenta uma abordagem que se desvia da interpretação “*mainstream*” da Escola Austríaca, notadamente, se valendo de uma abordagem caracterizada pela predominância da divergência das ações entre indivíduos, sendo que o processo de mercado promove uma tendência não equilibradora, mas “desequilibradora”.

Segundo Lavoie (Lavoie, 2005, p. 8–9) dois aspectos permeiam a obra de Lachmann: significado e expectativas. Lachmann via na ciência econômica, e em particular na visão Austríaca, um ramo do conhecimento visando a compreensão (*Verstehen*) do fenômeno econômico. Esta posição repercute em seus escritos, almejando a construção de um modelo capaz de tornar inteligível a ação do homem, ao contrário das ciências naturais, as quais lidam com regularidades observáveis. O fenômeno econômico deve ser visto como um reflexo das percepções e escolhas de indivíduos.

Para Lachmann, assim como para os austríacos, a aplicação consistente do individualismo metodológico, tanto em seu aspecto ontológico quanto propriamente metodológico, é imprescindível para a análise adequada do fenômeno social. Ao examinar os efeitos da ação individual, Lachmann utiliza o tipo ideal como ferramenta de interpretação, ou a abstração de uma ou mais propriedades comportamentais de um agente, de modo que se possa compreender um processo (Gloria, 2019, p. 216–220). No entanto, o próprio Lachmann (2007) aponta não ser possível adotar o tipo ideal como conceito fundamental de sua teorização, uma vez que carece de uma referência específica à ação humana, podendo ser aplicado até aos reinos animal ou vegetal. Nesse sentido, uma noção mais adequada para um método de interpretação é a noção de plano, que contempla o resultado da ação humana em fenômenos observáveis (Lachmann, 2007, p. 29).

Essa posição deriva de uma distinção traçada entre dois tipos de processos sociais. O primeiro processo é ‘mecânico’ e é identificado pela conduta dos homens diante do mundo: suas ações se baseiam em uma disposição a atingir o equilíbrio, assim comportando-se para corrigirem os desajustes existentes. O processo ‘orientativo’, por sua vez, é radicado na autonomia da mente do homem diante do mundo, que seletivamente interpreta e modifica o mundo através da ação. Esse processo orientativo



é a chave para se compreender o processo de mercado para Lachmann, para quem o construto do equilíbrio é concebível apenas em uma situação tal que não exista formação de novo conhecimento. Na economia de mercado real, no entanto, a interação entre indivíduos sempre resulta em novas possibilidades e ocorrências inesperadas, existindo formação de novo conhecimento e novos planos. A causa eficiente do “[...] processo de mercado em movimento contínuo, assim, é a contínua disseminação de novo conhecimento”<sup>79</sup> (Lachmann, 2005a, p. 199–200).

Sendo a inteligibilidade do fenômeno econômico marcada pela compreensão da estrutura das ações do homem, Lachmann buscou estender o subjetivismo metodológico dos Austríacos para o campo das expectativas. Notam-se, portanto, três fases do subjetivismo: valor, planos (ou escolhas) e expectativas. Carl Menger foi responsável pela repercussão do primeiro tipo, opondo uma concepção do valor fundada na percepção de bem-estar que um bem traz ao agente à leitura do valor objetivo (valor-trabalho). Mises, por sua vez, articulou um sistema praxeológico de análise do fenômeno econômico no qual o indivíduo não tomava como ‘dados’ os meios ou fins ao seu redor, escolhendo os recursos que a seu ver melhor poderiam levar a consecução do fim desejado, o qual também era subjetivamente concebido (Anjos, 2015, p. 41). Foi George Shackle quem, segundo Lachmann, teria articulado melhor o papel das expectativas no processo de decisão individual.

Toda ação tem em mente um plano que foi construído, e é logicamente anterior a sua execução. A essência de qualquer plano apresenta uma estrutura de meios e fins, e a própria distinção entre eles indica uma disparidade temporal irreversível entre a ação no presente e a obtenção do fim no futuro. Não fosse pela escassez dos meios ao dispor do agente, todos os fins poderiam ser obtidos imediatamente (Lachmann, 2005b, p. 214–215). É com esse pano de fundo que Lachmann insere no campo austríaco o papel das expectativas.

Tendo a expectativa de um agente alguma referência ao estado futuro de um ente ou circunstância, ela está intimamente ligada à questão do conhecimento. A circunstância ao alcance do indivíduo é definida por ele não de maneira objetiva, assumindo um caráter puramente absoritivo: indivíduos diferem em suas interpretações dos dados, categorizando ativamente as informações e bens segundo suas estruturas de preferências e imaginações (Lachmann, 1943, p. 14).

Na obra de George Shackle, Lachmann enxerga uma continuidade da tradição subjetivista na economia, identificando-a com a terceira fase de subjetivismo que ele denominou de ‘subjetivismo da mente humana’, levando-o a incrementar sua análise de expectativas ao método Austríaco. O estado de equilíbrio visualizado pelos neoclássicos exige não apenas que o conhecimento presente de cada agente seja conhecido por todos os demais, mas também que as próprias ações considerem as expectativas dos demais agentes, de modo que cada ação esteja em equilíbrio com as demais, ou seja, consistência interpessoal nos planos, configurando a definição de equilíbrio hayekiana. Porém, os

---

<sup>79</sup> Livre tradução de: “[...] *the market process in continuous motion thus is the continuous dissemination of new knowledge*” (Lachmann, 2005a, p. 199–200).



eventos futuros, sendo desconhecidos e frutos mesmo das próprias escolhas atuais, quebram qualquer estado de equilíbrio momentâneo. Seguindo Shackle, ele indica que o processo de mercado envolve um mundo ‘caótico’, ‘caleidoscópico’ por estar sempre em alteração (Lachmann, 1976, p. 55–56).

A obra de Shackle se configura como uma investigação da escolha do homem e seus resultados. Para tanto, ele se vale de três pressupostos: 1) a ação do homem não percorre caminhos predefinidos, sendo fundamentalmente volitiva; 2) não existe meio pelo qual se dirimir os planos individuais e suas consequências antes de se manifestarem; 3) a incerteza em que vigora a conduta do homem não é absoluta, subentendendo uma ordem material que pode ser observada e interpretada segundo o agente, ou seja, sua ação não é inteiramente fútil (Anjos, 2015, p. 53). Decorrente dessa visão seguem um repúdio em relação a objetivos preditivos com relação ao comportamento do homem, por um lado, e a intenção de se construir uma ciência econômica que preze pela mera identificação das possibilidades das escolhas do homem, por outro. Essas possibilidades são parte de uma “surpresa potencial”, não previsível e que faz parte do ato de escolha do homem (Anjos, 2015, p. 55–56).

Em uma de suas obras mais importantes, *Capital and Its Structure*, Lachmann aponta para as características subjetiva e dinâmica da teoria do capital, a qual é imprescindível para a compreensão adequada do processo de mercado. Para Lachmann (1978), em um ambiente no qual os dados não se alteram, e as expectativas dos agentes são unívocas, no sentido de serem compatíveis entre si, o resultado em nível macroeconômico é de um equilíbrio interpessoal das ações. Isso significa que ação alguma seria inesperada, nem causaria perturbações que levassem a conflitos entre os planos dos agentes. Nesse contexto, seria adequado falar de um ‘estoque’ de capital, definido como o total dos recursos produtivos (terra, insumos e bens de produção ou de capital) utilizados nos processos de produção. Pressupõe-se que esse capital possa ser reduzido a um denominador comum, imediatamente assumindo valor em termos monetários.

A principal crítica que Lachmann faz a essa descrição usual do capital é que ela assumiria justamente um ambiente estático, incompatível com as condições erráticas do mundo real. Em uma situação de desequilíbrio em que, por definição, os planos dos agentes contemplam objetivos por vezes divergentes entre si, o valor do capital para cada empresário vai diferir dos demais, já que o valor do capital depende da expectativa dos fluxos que o produtor espera receber. Como resultado, o valor em moeda desses bens de capital não mais reflete as perspectivas dos produtores.

O capital para Lachmann é definido como “estoque (heterogêneo) de recursos materiais”. Sob recursos materiais ele insere terra e bens de capital (máquinas e equipamentos), todavia sua análise enfatizará o papel dos bens de capital para os processos de produção (Lachmann, 1978, p. 11). Segundo Lewin (2011, p. 131–132), Lachmann rejeita a teoria do estoque de capital em prol de uma teoria da *estrutura* de capital. A ênfase de Lachmann no caráter heterogêneo do capital se refere aos diferentes usos para os quais os bens de capital podem ser direcionados: o cerne da investigação não é uma característica técnica ou física como a aparência, mas sim econômica, com a possibilidade do mesmo bem de capital ser direcionado para usos que o produtor julga



serem adequados. Esse direcionamento dos bens de capital, por sua vez, indica que cada bem de capital apresenta usos múltiplos, para os quais apresenta um grau maior ou menor de eficácia, sugerindo a ‘*especificidade múltipla*’ dos bens de capital (Lachmann, 1978, p. 2–3). A possibilidade de que um bem de capital originalmente feito para cumprir uma determinada função seja conduzido para outros usos está intimamente ligado às expectativas, estando aí o cerne da concatenação entre teoria do capital e teoria do empresário em Lachmann, melhor descrito adiante.

O plano do agente sempre contempla, como foi visto, uma estrutura de meios e fins, sendo que qualquer plano implica uma interpretação dos dados segundo a perspectiva de cada agente, bem como considera uma interpretação dos dados futuros (expectativas). Considerando o fim escolhido pelo agente, o plano de produção deverá considerar não qualquer combinação de bens de capital, já que inexistente homogeneidade, mas uma combinação peculiar, tal que seja capaz de conduzir ao fim desejado. Da condição de ‘*especificidade múltipla*’ segue a *complementaridade* dos bens de capital no âmbito de um plano de produção (Lachmann, 1947, p. 110). Aqui se têm em vista duas propriedades do plano de produção em relação à complementaridade: técnica e econômica. Apesar de todo bem de capital ser criado segundo um conjunto definido de possibilidades de direcionamento, apenas sua viabilidade em termos de retorno importa para o agente, e isso dependerá de sua perspectiva quanto ao futuro do negócio. Como resultado desse raciocínio, temos uma ‘*estrutura de capital*’ da sociedade, a qual é formada pelo conjunto dos planos de negócio individuais, finalizando ele que: “A Teoria do Capital é, em última instância, a morfologia das formas que esse padrão assume em um mundo em mudança”<sup>80</sup> (Lachmann, 1978, p. 3–4).

Os planos de negócio individuais são elaborados pelo empresário, que cumpre papel decisório. O empresário lachmanniano tem ao seu redor diferentes possibilidades de planos articuláveis consonantes à sua percepção do mundo; para ater o objetivo ulterior concebido subjetivamente, ele escolhe os bens de capital e os avalia segundo uma combinação específica. Horwitz (2019) indica que, para Lachmann, [...] é o empresário quem é responsável por criar (em um sentido econômico, senão físico) ao menos alguns de seus bens de capital e conseqüentemente dotá-los com as qualidades específicas que eles requerem de acordo com sua visão do plano de produção. (Horwitz, 2019, p. 30–31)

Uma vez que pela própria natureza subjetiva das expectativas o futuro será imaginado de tantos modos quanto existem indivíduos, a possibilidade de cometimento de erros é uma realidade permanente. O processo de mercado “desequilibrador” leva a interações de caráter ora complementar, ora conflitivo.

O desequilíbrio resultante dos planos empresariais pode se dar por três motivos: 1) pode ter havido um erro na escolha dos bens de capital, de forma que não são tecnicamente capazes de obter o fim desejado; 2) os bens de capital foram articulados de maneira tecnicamente adequada, porém o empresário superestimou sua eficácia; 3)

---

<sup>80</sup> Livre tradução de: “*The theory of capital is, in the last resort, the morphology of the forms which this pattern assumes in a changing world*” (Lachmann, 1978, p. 3–4).



os bens de capital foram combinados adequadamente, porém circunstâncias inesperadas inviabilizam o projeto. Nos dois últimos casos ocorrem erros de expectativa, que incitam um processo de ajustamento (Lachmann, 1943, p. 15). De fato, a ação empresarial está intimamente ligada às expectativas com relação ao grau de sucesso de um investimento: “Empresários expressam suas expectativas formando e reorganizando combinações de capital; [...]”<sup>81</sup> (Lachmann, 2005c, p. 132).]

Esse processo de ajustamento manifesta outra propriedade da teoria do capital: a ‘*substitutibilidade*’. Todo plano corre o risco de fracassar ou, pelo menos, não atingir o fim da forma inicialmente imaginada, ensejando uma revisão nos planos. Assim, o grau de mobilidade que um bem de capital apresenta indica a facilidade com que pode ser utilizado no novo plano (Lachmann, 1947, p. 110).

Os conceitos de substitutibilidade e complementaridade são conectados por duas ‘fases’ do plano do agente. Em um primeiro momento, e no contexto do mesmo fim prospectado, todos os bens de capital contemplados no plano são complementares, e isto necessariamente pela própria natureza de qualquer plano. A propriedade de substitutibilidade emerge sempre que, para o mesmo fim, os meios sejam rearticulados em razão de um erro na condução do plano, a estrutura de capital do empresário exigindo que outro(s) bem(ns) de capital seja(m) introduzido(s) no plano (Lachmann, 1978, p. 56–57).

Tendo em vista o que foi desenvolvido até aqui, algumas colocações sobre o empresário lachmanniano se fazem necessárias antes de cotejarmos sua perspectiva com a de Schumpeter. O lucro empresarial está ligado a uma atividade fundada nas expectativas (baseadas na incerteza não associada com o conhecimento probabilístico) do empresário, não sendo, portanto, identificada com a atividade do capitalista, que suporta o risco do projeto. Consequentemente, o empresário de Lachmann não necessariamente atinge o objetivo almejado exatamente da maneira preconcebida, mas procedimentalmente decide quais serão os projetos que a seu ver serão mais lucrativos, processo esse marcado pelo ‘*learning by doing*’. Também, a ação empresarial é um fator endógeno de mudança econômica, não sendo consequência de elementos exteriores, mas um condutor autônomo dos planos individuais. Por fim, a característica notável do empresário que o diferencia dos demais tipos de agentes está no fato de proceder através da criação de combinações específicas de bens de capital, assim como recombina-las quando necessário (Endres; Harper, 2013, p. 306–307).

### **3 Pontos de contato e diferenças entre Schumpeter e Lachmann em relação à função empresarial**

Observa-se, na obra de Schumpeter, que a interpretação das ações dos agentes econômicos em termos de comportamentos ‘adaptativo’ e ‘enérgico’ tensiona a análise de equilíbrio neoclássica, com a introdução de inovações ensejando reorganização dos

---

<sup>81</sup> Livre tradução de: “*Entrepreneurs express their expectations by forming and reshuffling capital combinations [...]*” (Lachmann, 2005c, p. 132).



dados. Analogamente, a análise de Lachmann das teorias do capital e do empresário na Escola Austríaca revela que o papel das expectativas na formulação de planos se traduz em interações divergentes entre empresários, de sorte que o processo de mercado é pautado por uma tendência desequilibradora. As referências que existem ao longo das obras de Lachmann sobre sua relação com as ideias de Schumpeter estão dispersas por seus livros e artigos. Não obstante, existem fortes indicações (e testemunhos) de que Schumpeter foi um autor que exerceu importância na trajetória de Lachmann.

O orientador de Lachmann, Werner Sombart, teria lhe indicado para ler, dentre alguns autores, Schumpeter (Grinder, 1977, p. 8). Fransman (2019, p. 44), descrevendo suas memórias de quando era aluno de Lachmann em Witwatersrand, relata que no escritório de seu professor havia uma fotografia de Schumpeter, além de Lachmann ter recomendado a seus alunos que lessem a *Teoria do Desenvolvimento Econômico* de Schumpeter.

Substanciando essa colocação, existem evidências ao longo da obra de Lachmann, como referências diretas e ideias correspondentes, que sugerem influência schumpeteriana em seus escritos. Ao longo desta seção, todavia, teremos como pano de fundo para a comparação uma constatação feita pelo próprio Lachmann em um artigo de 1948, em que, em uma nota de rodapé, ele descreve a relação entre sua teoria de investimento e a de Schumpeter. A citação por extenso, portanto, cabe aqui: Esta pode ser uma junção apropriada para esclarecer a relação na qual nosso argumento se posiciona para com a teoria do desenvolvimento econômico do Professor Schumpeter.

Ambos concernem processos dinâmicos irreversíveis. Em ambos os casos a natureza do processo consiste em que empresários, i.e., pessoas com um horizonte expectacional mais amplo do que os indivíduos comumente ilustrados na teoria estática, por seus atos modificam os dados do ambiente aos quais tais indivíduos [as massas de “seguidores”] ‘reagem’. Nosso argumento jaz na percepção de que todo investimento é um processo dinâmico, e depende da complementaridade de capital e das repercussões favoráveis de investimento que ele engendra como o principal motor de mudança.

Na teoria do Professor Schumpeter, por outro lado, a relação entre empresários e as ‘velhas firmas’, assim como entre os próprios empresários, é essencialmente competitiva e substitutiva. Apesar de indicações ocasionais para possíveis efeitos favoráveis de complementaridade (e.g.: ‘Eles procedem não exclusivamente sob o estímulo do prejuízo. Para algumas das “velhas” firmas, novas oportunidades de expansão se abrem: os novos métodos ou commodities criam novo espaço econômico.’ Business Cycles, Vol. I, p. 134), permanece claro que ele toma a competição como principal veículo da mudança dinâmica.

As duas teorias são assim vistas como examinando o que são na realidade diferentes elementos do mesmo processo. Nesse sentido, senão em seus objetos de estudo, elas podem ser ditas como sendo ‘complementares’<sup>82</sup> (Lachmann, 1948, p. 712–713).

---

<sup>82</sup> Livre tradução de: “This may be an appropriate juncture to clarify the relationship in which our argument stands to Professor Schumpeter's theory of economic development.





A abordagem de Lachmann do processo de mercado enquanto processo contínuo e indefinido de revisões na estrutura de produção feita pelos empresários que ativamente prospectam novos planos apresenta um aspecto de 'destruição criativa' (LEWIN, 1996, p. 120). O empresário lachmanniano, apesar de não partir de um ponto inicial de equilíbrio como em Schumpeter, cogita, permanentemente, novos usos para seus bens de capital ou os redireciona, caso seu uso não esteja caminhando de acordo com os planos.

Lewin (2011) pontua a similaridade das perspectivas de ambos, a partir de um comentário de Schumpeter tratando da natureza da estrutura produtiva: O estoque inicial de bens não é nem homogêneo nem um montante amorfo. Suas diversas partes se complementam de uma forma que prontamente compreendemos assim que ouvimos falar de prédios, equipamentos, matéria-prima e bens de consumo. Algumas dessas partes devem estar disponíveis antes que possamos operar outras; e várias sequências ou atrasos entre ações econômicas se impõem e restringem ainda mais nossas escolhas; e elas fazem isso de modos que diferem enormemente segundo a composição do estoque com o qual temos de trabalhar. Expressamos isso ao dizer que o estoque de bens existente em qualquer instante do tempo é uma quantidade estruturada ou uma quantidade que apresenta relações estruturais dentro de si, que dão forma, em parte, ao curso subsequente do processo econômico (Schumpeter, 1963, p. 600).

Anjos (2015, p. 62) enfatiza que, para Lachmann, os agentes não consideram, na formulação de seus planos, apenas suas expectativas, já que a imaginação se dá em um contexto concreto, impondo uma limitação à execução desses planos. A limitação em questão se adequa ao caso em que os planos de um empresário se dão no âmbito de uma estrutura de capital individual, restando a ele conduzir seus projetos da maneira mais eficaz que ele enxerga, tendo em vista as quantidades de recursos produtivos existentes e o estado tecnológico.

Como foi visto na primeira seção, Schumpeter argumentou que, como a decisão empresarial é fruto de um plano orquestrado em sua mente, isso não nos permite aplicar métodos preditivos para antever os resultados concretos da ação do empresário, ou seja, não seria possível estimar, a partir de agregados - como aqueles relativos ao Investimento nas contas nacionais - mudanças na trajetória do crescimento econômica.

---

*Both are concerned with irreversible dynamic processes. In both cases the nature of the process consists in that entrepreneurs, i.e., persons with a wider expectational horizon than the "individuals" ordinarily depicted in static theory, by their acts modify the environmental data to which such individuals "react." Our argument rests on the realization that all investment is a dynamic process, and relies on capital complementarity and the favorable investment repercussions it engenders as the main vehicle of change. In Professor Schumpeter's theory, on the other hand, the relationship between entrepreneurs and the "old firms," as well as among entrepreneurs themselves, is essentially competitive and substitutive. In spite of occasional hints at possible favorable effects of complementarity (e.g.: "They proceed not exclusively under the stimulus of loss. For some of the "old" firms new opportunities for expansion open up: the new methods or commodities create New Economic Space." Business Cycles, Vol. I, p. 134), it is clear that he regards competition as the main vehicle of dynamic change.*

*The two theories are thus seen to examine what are really different elements of the same process. In this respect, if not in their objects of study, they may thus be said to be "complementary" (Lachmann, 1948, p. 712-713).*



Analogamente, Lachmann enxerga a mesma autonomia da mente humana ao tomar decisões no âmbito de produção, apenas elaborando o modo pelo qual os planos empresariais conduzem a economia a novos deslocamentos do equilíbrio. Em ambos vemos uma postura crítica ao economista que considera o problema econômico como uma mera otimização das ações em circunstâncias estreitas.

Uma das ideias mais notáveis em Lachmann e Schumpeter foi a ênfase que deram às mudanças no próprio modo de se produzir como resultado da ação empresarial. Em sua obra sobre ciclos econômicos, Schumpeter (1939, p. 87) dá uma definição mais específica da inovação, reduzindo a um denominador comum as cinco modalidades citadas na segunda seção: inovar significa mudar a função de produção, não meramente variar os coeficientes de produção da mesma função, através de novas combinações de recursos produtivos. Lachmann faz uma descrição similar da ação do empresário ao ligá-la a novos modos de se produzir: “Estamos vivendo em um mundo de mudança inesperada; portanto, combinações de capital, e com elas a estrutura de capital, estarão sempre se alterando, serão dissolvidas e reformuladas. Nesta atividade encontramos a verdadeira função do empresário”<sup>83</sup> (Lachmann, 1978, p. 13).

Schumpeter (2010b, p. 302) dá indicações de observar no fenômeno do “capital” uma configuração heterogênea. Elaborando sua teoria dinâmica do juro, ele aponta dois níveis de repercussão da introdução da inovação, propiciada pela criação de fundos emprestáveis pelo capitalista. Em um primeiro nível a inovação insere novas combinações de bens de capital, lado a lado com as antigas formas de produção; este é um sentido que enfatiza o aspecto “produtivo” de novos empreendimentos. Mas essa ruptura ocorre também em outro nível: o surgimento de novas combinações de bens de capital, se bem-sucedidas, implica desvalorização das combinações preexistentes pertencentes ao fluxo circular. Em outras palavras, a ação do empresário leva a mudanças no valor de capital das estruturas produtivas. Nesse sentido, Schumpeter aponta: ‘Capital’ certamente sempre estará disponível, mas nem sempre é o mesmo. [...] O que contribui especialmente para esse erro é a circunstância em que se acredita que se vê que as novas ferramentas passam para o lugar das antigas e especialmente à posse do mesmo agente econômico, o qual ainda fala do seu ‘capital’ enquanto tal, até mesmo que ele tenha retirado o mesmo de um investimento e o ‘investido’ em outro lugar (Schumpeter, 2010b, p. 303, grifo do autor).

Os bens de capital em Schumpeter, tal como em Lachmann, apontam para características de heterogeneidade na estrutura de produção e subjetividade decisória. Os bens de capital se encontram em uma relação econômica e técnica específica, não aleatória. A inovação executada pelo empresário, ao inserir um novo modelo de negócios que difere dos demais, leva também a mudanças no valor estimado desses bens de capital. Esse processo decorre da particularidade ou uso para o qual aquela combinação específica de bens de capital existe: os antigos modos de produção conduziam à produção de bens que correspondiam à estrutura de preferências de agentes em circunstâncias (quase) imutáveis, enquanto a nova combinação aplicada pelo empresário schumpeteriano leva

---

<sup>83</sup> Livre tradução de: “*We are living in a world of unexpected change; hence capital combinations, and with them the capital structure, will be ever changing, will be dissolved and re-formed. In this activity we find the real function of the entrepreneur*” (Lachmann, 1978, p. 13).



à alteração no valor dos bens de capital (desvalorização) das empresas que produzem na maneira recorrente. Ou seja, o valor dos bens de capital depende da estimativa quanto ao valor por ele criado (Schumpeter, 2010b, p. 303–306).

Lachmann (1978, p. 80–81) explicou, de modo análogo, a reavaliação do valor de capital dos diferentes projetos. A estrutura de capital de um determinado plano se altera com a substituição dos coeficientes de produção, por exemplo, a combinação específica dos bens de capital. A mudança no valor do capital advém da ‘indivisibilidade’ e ‘complementaridade’ dos planos. A introdução de novas formas de produção pode vir a exigir a utilização de bens de capital que não podem ser fracionados, bem como necessitam de outros bens de capital compatíveis para sua execução, como a expansão de atividade ferroviária exige que se utilize trens como um todo, não sendo possível utilizar no projeto “frações” de um trem, assim como é necessário um certo número de trabalhadores qualificados a operarem aquele trem. Deste modo, os novos projetos (ou expansões de projetos existentes) tendem a levar à desvalorização daqueles bens de capital que apresentam baixa mobilidade ou que não podem ser facilmente convertidos para serem utilizados naquele projeto, ou à valorização de bens de capital que podem ser usados complementarmente naquele projeto. Lachmann, como Schumpeter, estabelece a distinção entre o empresário com seu ato criador original e o simples gestor. Nesse sentido, para Lachmann: “A revisão de planos é a função do empresário, como sua execução é aquela do administrador” (Lachmann, 2005c, p. 129–130).

O empresário de Schumpeter, tal como descrito por Lachmann na extensa citação do início da seção, pode ser visto no “limiar” entre as duas propriedades que pode tomar o plano de produção. Vale lembrar que Lachmann considera a substitutibilidade e a complementaridade como duas propriedades lógicas de um plano (respectivamente o início do plano e sua revisão). O empresário schumpeteriano, por um lado, é identificado com a categoria de substitutibilidade na medida em que ele considera as funções de produção “congeladas” do fluxo circular como incorretas segundo sua interpretação, incitando uma revisão dos planos para atender seus objetivos. Assim ocorre, pois ele não é um mero produtor como os demais, optando por incorrer em novas formas de produzir, em vez de produzir segundo as velhas funções de produção.

Por outro lado, sua decisão de produção apresenta também a característica de complementaridade, já que não pode efetuar um novo projeto com uma combinação aleatória de recursos, tendo que articulá-los coerentemente para que sejam capazes de alcançar seu objetivo singular. Outro modo de enxergar o aspecto de complementaridade é que, como exposto na seção anterior, todo agente tenciona fazer o melhor uso possível dos meios, e isso ocorre com esse empresário porque seu plano, por sua vez, é completamente novo. Deste modo, o empresário schumpeteriano pode ser associado aos dois momentos lógicos de um plano dos quais trata Lachmann.

Ainda observando o ponto sob o aspecto da teoria do capital, a categoria substitutibilidade “emerge” quando bens de capital pertencentes a planos diferentes não podem ser combinados por apresentarem alta especificidade (ou baixa mobilidade). Isso significa que aquelas estruturas de capital no fluxo circular, coerentes entre si por não levarem a distúrbios no equilíbrio, têm seus valores afetados pela inovação empresarial,



na medida em que esta forma de produção original apresenta uma combinação específica de bens de capital que não é totalmente compatível com os modos de produção dos velhos produtores. Assim, a teoria do desenvolvimento de Schumpeter dá ênfase, tal como indicado na citação de Lachmann, ao papel disruptor/desequilibrador do empresário, sem, no entanto, deixar de ser compatível com a categoria de ‘complementaridade’ de Lachmann. Lachmann foi situado em uma posição singular, como algo a ser absorvido pela Escola Austríaca, por incorporação do tratamento das expectativas de Shackle. Como evidenciado na primeira seção, também é possível notar em Schumpeter a presença desse elemento de expectativas, o que pode ser tomado como um elemento em comum em relação à Lachmann.

Em sua *Teoria do Desenvolvimento Econômico* Schumpeter dá indicações, ainda que não explícitas, de um tratamento embrionário das expectativas na teoria do empresário. Ao esclarecer a natureza das atitudes passivas que boa parte das pessoas no fluxo circular tem, explica que uma das principais características da liderança é optar por um curso de ação completamente novo, que por isso mesmo carece da familiaridade com que são conduzidos os antigos planos. O novo plano do empresário, portanto, estaria muito mais suscetível ao erro do que as velhas formas de se produzir, destacando que “o novo é apenas fruto de nossa imaginação”<sup>84</sup> (Schumpeter, 1997, p. 92).

É importante salientar que também há importantes pontos de divergência entre as abordagens de Schumpeter e Lachmann. A primeira delas diz respeito à metodologia. Schumpeter é um instrumentalista que se baseou na tradição positivista de Mach e Poincaré, para quem resta ao economista usar as teorias e modelos que forem condizentes com suas necessidades de pesquisa. Lachmann foi seguidor de Mises e Weber, optando por uma abordagem interpretativa da ciência social, tentando aliar a praxeologia de Mises ao subjetivismo de Shackle.

No entanto, talvez o principal ponto de divergência entre os autores seja o ponto de partida das abordagens teóricas de cada um dos autores. Schumpeter pressupõe o equilíbrio do estado estacionário e daí insere uma causa que conduz ao estágio dinâmico, enquanto Lachmann jamais parte de uma situação de consistência interpessoal de planos, sendo esta possibilidade excluída pelo próprio postulado com o qual trabalha, o de que cada empresário age segundo planos formulados por expectativas divergentes, algo que impede qualquer situação de equilíbrio considerável.

Adicionalmente, Schumpeter opta por considerar o juro como um fenômeno puramente monetário decorrente da criação de crédito pelas instituições bancárias. Lachmann, por sua vez, acredita que a presença do juro decorre da preferência temporal e é uma categoria da ação humana presente inclusive na própria estrutura de produção, cuja extensão depende das preferências relativas dos indivíduos entre consumo presente e consumo futuro.

---

<sup>84</sup> Livre tradução de: “[...] *the new is only the figment of our imagination*” (Schumpeter, 1997, p. 92).



## Considerações Finais

Neste trabalho, analisou-se como dois economistas associados a correntes distintas do pensamento econômico podem ser conciliados. Por um lado, Schumpeter, que tem como ponto de partida de sua análise o estado estático, inspirado no equilíbrio geral walrasiano. Por outro lado, Lachmann, que alia o subjetivismo de fins e meios de Mises, às limitações do conhecimento de Hayek e o papel da incerteza e das expectativas do pós-keynesiano Shackle.

Guardadas as devidas ressalvas, as evidências textuais apontadas na seção anterior, extraídas dos próprios autores e de pesquisadores de suas obras, indicaram convergência de ideias a respeito do papel do empresário entre Schumpeter e Lachmann. Ao tratar da função empresarial e suas repercussões sobre a estrutura de capital, a interpretação de ambos os autores se distancia da abordagem *mainstream* que considera a ação dos produtores em termos mecânicos, tomada segundo decisões sistemáticas e objetivas, desconsiderando o papel interpretativo da ação empresarial.

Em particular, podemos destacar que a figura do empresário teve as seguintes caracterizações feitas pelos autores: Schumpeter elaborou a figura do empresário de acordo com sua característica psicológica, apontando sua postura audaciosa diante do mundo, em contraste com o homem rotineiro do fluxo circular, que simplesmente se ajusta aos estímulos externos; Lachmann apontou que a decisão empresarial sobre o plano de produção pressupõe uma interpretação sobre os dados ao seu dispor e sobre as mudanças que ele supõe que ocorrerão, manifestando-se nas inúmeras combinações de bens de capital e seus respectivos impactos sobre o valor de mercado dos empreendimentos.

É importante destacar que tanto para Schumpeter quanto para Lachmann o empresário exerce um papel desequilibrador. Para Schumpeter, ao romper as resistências e introduzir a inovação, o empresário destrói o equilíbrio do estado estático e o lucro resulta de sua ação empreendedora. A mimetização do processo pelos imitadores, por sua vez, faz com que o lucro econômico vá desaparecendo e transformando-se em ganho para a sociedade. Para Lachmann, embora a ideia de equilíbrio vá sendo paulatinamente rechaçada ao longo da evolução de sua obra, a ação do empresário é sempre desequilibradora.

Não há compatibilidade de planos individuais dos empresários. Sua abordagem do processo de mercado é evolucionária e há um mecanismo de seleção imposto pelo processo de mercado, baseado nos ganhos e perdas de capital, que conduz à permanente revisão de planos empresariais e recombinação da estrutura de capital das empresas. Como mostra Barbieri (2001, p. 53), a análise desse processo revela duas fases: inovação e imitação, em processo semelhante ao identificado por Schumpeter.

Schumpeter e Lachmann também incorporam as expectativas em suas análises a respeito do papel do empresário. Para Schumpeter, o empresário só introduz a inovação se tiver a expectativa de que conseguirá honrar o principal e o juro do crédito obtido junto ao capitalista e ainda terá lucro econômico com seu empreendimento. Para Lachmann, os



empresários testam e revisam suas expectativas no mercado, diante de seus resultados. É importante frisar que o subjetivismo de Lachmann implica que cada empresário tem uma expectativa diferente diante de uma mesma realidade objetiva.

Observa-se, então, que tanto para Schumpeter quanto para Lachmann, o empresário desempenha um papel central para a dinâmica do capitalismo. Ou seja, para ambos os autores a mudança econômica é endógena e o empresário é o agente responsável por essa mudança. Nesse sentido, vale notar que a perda de importância do empreendedor, com o avanço da sociedade para estruturas mais ologopolizadas, era um dos motivos do ceticismo de Schumpeter quanto ao futuro do capitalismo, expresso em textos como “Capitalismo, Socialismo e Democracia” (Schumpeter, 1961) e “A Instabilidade do Capitalismo” (Schumpeter, 2010a).

Também há importantes diferenças entre as abordagens de Schumpeter e de Lachmann. A principal delas reside no ponto de partida teórico. Schumpeter parte da perspectiva de um fluxo circular, inspirado no equilíbrio geral walrasiano. A ideia de equilíbrio mecânico, em que os meios estão dados, os fins são conhecidos e há compatibilidade de planos dos agentes, que são meros otimizadores é rechaçada pela Escola Austríaca - a qual Lachmann é vinculado - por desconsiderar a ação humana e o processo de descoberta via mercado. Para Lachmann a ideia de equilíbrio geral é pouco viável e impossível no processo de crescimento.

Perspectivas teóricas diversas frequentemente implicam diferentes abordagens metodológicas. Assim, embora Schumpeter e Lachmann compartilhem da perspectiva do individualismo metodológico, a abordagem schumpeteriana está mais próxima do funcionalismo, criticado pelos austríacos, enquanto a de Lachmann pode ser classificada como radicalmente subjetivista.

A despeito das divergências existentes, inerentes às diferentes lentes teóricas dos autores estudados, acreditamos que os pontos de convergência entre Schumpeter e Lachmann sejam suficientemente relevantes para explorar outros aspectos da vida econômica estudados por ambos. Em particular, parece promissora a avaliação da interpretação de Schumpeter e Lachmann sobre o papel das instituições, inclusive como fator condicionante das ações empresariais, além da possibilidade de identificar complementaridades nas respectivas interpretações quanto aos ciclos de negócios. Acreditamos que separar os pontos de divergência e identificar pontos de convergência entre diferentes autores e correntes do pensamento, integrando suas contribuições e afastando dogmatismos, permite uma análise mais rica e elucidativa dos fenômenos econômicos.

## Referências

- ANDERSON, B. M. Schumpeter's Dynamic Economics. *Political Science Quarterly*, v. 30, n. 4, p. 645–660, 1915.
- ANJOS, R. C. Lachmann e a teoria do processo de mercado: entre o pensamento austríaco e o pós-keynesiano. 2015. Unesp, Araraquara, 2015. Disponível em:





- <<https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/136104/000858347.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 16 ago. 2021.
- ARENA, R. Schumpeter on Walras. In: ARENA, R.; DANGEL-HAGNAUER, C. *The Contribution of Joseph A. Schumpeter to Economics*. London: Routledge, 2005.
- BARBIERI, F. O processo de mercado na escola austríaca moderna. 2001. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. Disponível em: <[http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12138/tde-20102001-144955/publico/Fabio\\_Barbieri.pdf](http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12138/tde-20102001-144955/publico/Fabio_Barbieri.pdf)>. Acesso em: 16 ago. 2021.
- BARBIERI, F.; FEIJÓ, R. L. C. *Metodologia do pensamento econômico: o modo de fazer ciência dos economistas*. São Paulo: Atlas, 2013.
- BÖHM-BAWERK, E. von. *Teoria positiva do capital*. São Paulo: Nova Cultural, v. 1, 1986.
- CARLIN, E. Schumpeter's constructed type—the entrepreneur. *Kyklos*, v. 9, n. 1, p. 27–43, 1956.
- DAHMÉN, E. Schumpeterian dynamics: Some methodological notes. *Journal of Economic Behavior & Organization*, v. 5, n. 1, p. 25–34, 1984.
- ENDRES, A. M.; HARPER, D. A. 'Wresting meaning from the market': a reassessment of Ludwig Lachmann's entrepreneur. *Journal of Institutional Economics*, v. 9, n. 3, p. 303–328, 2013.
- FAUCCI, R.; RODEZNO, V. Did Schumpeter Change His Mind? Notes on Max Weber's Influence on Schumpeter. *History of economic ideas*, v. 6, n. 1, p. 27–54, 1998. Disponível em: <[https://www.jstor.org/stable/23722383?seq=1#metadata\\_info\\_tab\\_contents](https://www.jstor.org/stable/23722383?seq=1#metadata_info_tab_contents)>. Acesso em: 16 ago. 2021.
- FRANSMAN, M. Lachmann and Schumpeter: Some Reflections. In: *Including a Symposium on Ludwig Lachmann, Bingley. Anais... In: (Research in the History of Economic Thought and Methodology*. Bingley: Emerald Publishing Limited, 2019. Disponível em: <<https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/S0743-41542019000037B006/full/html>>. Acesso em: 16 ago. 2021.
- GLORIA, S. From Methodological Individualism to Complexity: The Case of Ludwig Lachmann. *Review of Political Economy*, v. 31, n. 2, p. 216–232, 2019.
- GRINDER, W. E. In pursuit of the subjective paradigm. In: GRINDER, W. E. *Capital, Expectations, and the Market Process: Essays on the Theory of the Market Economy*. Menlo Park: Institute for Humane Studies, 1977. 1977p. 3–24.
- HORWITZ, S. Ludwig Lachmann as a Theorist of Entrepreneurship. *Studies in Logic, Grammar and Rhetoric*, v. 57, n. 1, 2019.
- LACHMANN, L. M. The role of expectations in economics as a social science. *Economica*, v. 10, n. 37, p. 12–23, 1943.
- LACHMANN, L. M. Complementarity and Substitution in the Theory of Capital. *Economica*, v. 14, n. 54, p. 108–119, 1947.
- LACHMANN, L. M. Investment repercussions. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 62, n. 5, p. 698–713, 1948.
- LACHMANN, L. M. From Mises to Shackle: an essay on Austrian economics and the kaleidic society. *Journal of Economic Literature*, v. 14, n. 1, p. 54–62, 1976.
- LACHMANN, L. M. *Capital and its Structure*. Kansas City: Sheed Andrews and McMeel, 1978.



- LACHMANN, L. M. Reflections on Hayekian Capital Theory. In: LAVOIE, D. (Ed.). Expectations and the meaning of institutions: Essays in economics by Ludwig M. Lachmann. London: Routledge, 2005a.
- LACHMANN, L. M. Vicissitudes of Subjectivism and The Dilemma of The Theory of Choice. In: LAVOIE, D. (Ed.). Expectations and the meaning of institutions: Essays in economics by Ludwig M. Lachmann. London: Routledge, 2005b.
- LACHMANN, L. M. Investment Repercussions. In: LAVOIE, D. (Ed.). Expectations and the meaning of institutions: Essays in economics by Ludwig M. Lachmann. London: Routledge, 2005c.
- LACHMANN, L. M. The Legacy of Max Weber. Berkeley: The Glendessary Press, 2007.
- LAVOIE, D. Introduction: Expectations and the meaning of institutions. In: LAVOIE, D. (Ed.). Expectations and the meaning of institutions: Essays in economics by Ludwig M. Lachmann. London: Routledge, 2005.
- LEWIN, P. Time, change and complexity: Ludwig M. Lachmann's contributions to the theory of capital. *Advances in Austrian Economics*, v. 3, 1996. Disponível em: <<https://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.22.2138&rep=rep1&type=pdf>>. Acesso em: 16 ago. 2021.
- LEWIN, P. Capital in disequilibrium: The role of capital in a changing world. London: Routledge, 2011.
- MACDONALD, R. Schumpeter and Max Weber—central visions and social theories. *The quarterly journal of economics*, v. 79, n. 3, p. 373–396, 1965. Disponível em: <[https://www.jstor.org/stable/pdf/1882704.pdf?casa\\_token=t-dCy32E37kAAAAA:4nwfTjmomsa4D5fI3n\\_e5iLC0IKYPwYGE5gnXzo\\_mt0v4ECvOI0ObpFqxAlvjgfu48rI2XrgSoYmEiGBrWgW5T99tcJZlie2DWxlHBm\\_N4PehIBsD2ts4w](https://www.jstor.org/stable/pdf/1882704.pdf?casa_token=t-dCy32E37kAAAAA:4nwfTjmomsa4D5fI3n_e5iLC0IKYPwYGE5gnXzo_mt0v4ECvOI0ObpFqxAlvjgfu48rI2XrgSoYmEiGBrWgW5T99tcJZlie2DWxlHBm_N4PehIBsD2ts4w)>. Acesso em: 16 ago. 2021.
- MACHLUP, F. Schumpeter's Economic Methodology. *The Review of Economics and Statistics*, v. 33, n. 2, p. 145–151, 1951.
- MARTES, A. C. B. Weber e Schumpeter: a ação econômica do empreendedor. *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 30, n. 2, p. 254–270, 2010.
- MARX, K.; ENGELS, F. Manifesto do Partido Comunista. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- ROBBINS, L. Um ensaio sobre a natureza e a importância da ciência econômica. São Paulo: Saraiva, 2012.
- SANTARELLI, E.; PESCIARELLI, E. The emergence of a vision: The development of Schumpeter's theory of entrepreneurship. *History of Political Economy*, v. 22, n. 4, p. 677–696, 1990.
- SCHUMPETER, J. Capitalismo, Socialismo e Democracia. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- SCHUMPETER, J. A instabilidade do capitalismo. In: IPEA. Clássicos de Literatura Econômica: textos selecionados de macroeconomia. 3. ed. Brasília-DF: IPEA, 2010a.
- SCHUMPETER, J. A. Business cycles. New York: McGraw-Hill, 1939. v. 1
- SCHUMPETER, J. A. The creative response in economic history. *The journal of economic history*, v. 7, n. 2, p. 149–159, 1947.
- SCHUMPETER, J. A. Preface to Japanese edition of *Theorie der wirtschaftlichen Entwicklung*. In: In: CLEMENCE, R. V. (Ed.) *Essays of JA Schumpeter*. Cambridge: Addison-Wesley Press, 1951.



- SCHUMPETER, J. A. *History of economic analysis*. New York: Oxford University Press, 1963.
- SCHUMPETER, J. A. *Teoria do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Nova Cultural, 1997.
- SCHUMPETER, J. A. *The nature and essence of economic theory*. London: Routledge, 2010b.
- SHIONOYA, Y. Instrumentalism in Schumpeter's economic methodology. *History of Political Economy*, v. 22, n. 2, p. 187–222, 1990.
- SWEDBERG, R. Joseph A. Schumpeter and the tradition of economic sociology. *Journal of Institutional and Theoretical Economics (JITE)/Zeitschrift für die gesamte Staatswissenschaft*, p. 508–524, 1989.
- SWEEZY, P. M. Professor Schumpeter's theory of innovation. *The Review of Economic Statistics*, v. 25, n. 1, p. 93–96, 1943. Disponível em: <[https://www.jstor.org/stable/pdf/1924551.pdf?casa\\_token=DidEQ7zIBSYAAAAA:dP3puVrzN6BVK7OM0RGfxV0gBTRp9pexsCfIGflp3NGhBVqjwMLmE8uDShoG\\_CGe8NjWoCqttyKNzWKwQ9xbuCKIAFLehrNEkL0np0xKp2jXldpSPay-Tw](https://www.jstor.org/stable/pdf/1924551.pdf?casa_token=DidEQ7zIBSYAAAAA:dP3puVrzN6BVK7OM0RGfxV0gBTRp9pexsCfIGflp3NGhBVqjwMLmE8uDShoG_CGe8NjWoCqttyKNzWKwQ9xbuCKIAFLehrNEkL0np0xKp2jXldpSPay-Tw)>. Acesso em: 16 ago. 2021.
- WEBER, M. A objetividade do conhecimento nas Ciências Sociais. In: COHN, G. (org.). *Weber. Coleção Grandes Cientistas Sociais*. 7. ed. São Paulo: Ática, 2004.
- WOLFSON, R. J. The economic dynamics of Joseph Schumpeter. *Economic Development and Cultural Change*, v. 7, n. 1, p. 31–54, 1958.



## A disputa do fundo público na agenda neoliberal

*The dispute over public funds in the neoliberal agenda*

**DOI:** 10.23925/1806-9029.36i1(65)67291

**Autores:** Ana Claudia Del Ciel, Depe – PUC-SP. E-mail: [acdelciel@hotmail.com](mailto:acdelciel@hotmail.com). Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-9505-3614>, e Marcelo Eisenhower Farias, Depe – PUC-SP. E-mail: [me.farias@uol.com.br](mailto:me.farias@uol.com.br), Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-1150-9511>, e Rodolfo Silva Viana Souza – DIEESE. E-mail: [rodolfo\\_svs@hotmail.com](mailto:rodolfo_svs@hotmail.com), Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-5715-3725>.

### Resumo

Este artigo busca realizar uma breve reflexão sobre a disputa pelo orçamento público federal que se aprofunda a partir de 2017, com a aprovação da Emenda Constitucional (EC) 95/2016 conhecida como Lei do Teto de Gastos que estabelece o novo regime fiscal, limitando o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União por vinte anos. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, onde, inicialmente, há um debate sobre a análise da dominância do capital fictício no Brasil com base na literatura recente. São apresentadas algumas das principais características do gasto público federal, submetidas à lógica financeira em uma abordagem crítica à política de ajuste fiscal, resultando em restrições aos orçamentos das políticas públicas. A seguir, apresenta-se um breve quadro, com alguns dados históricos das contas públicas do governo federal. O quinto ponto abordado refere-se à evolução do salário-mínimo no mesmo período, por ser este um dos componentes fundamentais de financiamento do Orçamento da Previdência Social. O estudo também destaca o importante papel da política de salário-mínimo, que contribui significativamente para a estabilização e financiamento da Previdência Social, bem como uma avaliação preliminar da chamada lei do Teto de Gastos e seu papel na disputa pelo Orçamento Público e uma análise sucinta do seu reflexo na deterioração das condições de vida da população do Brasil.

**Palavras-Chave:** Fundo Público. Teto de Gastos. Previdência Social. Salário-Mínimo.

### Abstract

This article seeks to carry out a brief reflection on the dispute over the federal public budget that deepens from 2017 onwards, with the approval of the Constitutional Amendment (EC) 95/2016 known as the to the Public Spending Limited - EC 95/2016, that establishes the new fiscal regime, limiting the Fiscal and Social Security Budget of the Union for twenty years. This is a bibliographic and documentary research, where, initially, there is a debate on the analysis of the dominance of financial capital in Brazil based on recent literature. Some of the main characteristics of federal public spending are presented, submitted to financial logic in a critical approach to the fiscal adjustment policy, resulting in restrictions on public policy budgets. Next, a brief table is presented, with some historical data of the federal government's public accounts from 2003 to 2022. The fifth point addressed refers to the evolution of the minimum wage in the same period, as this is a of the fundamental components of financing the Social Security Budget. The study also highlights the important role of the minimum wage policy, which contributes significantly to the stabilization and financing of Social Security, as well as a preliminary assessment of the so-called the Public Spending Limited and its role in the dispute over the Public Budget and a brief analysis of the its reflection in the deterioration of the living conditions of the Brazilian population.

**Keywords:** Public Fund. Public Spending Limited. Social Security. Minimum wage.

**JEL:** H55; H61



## Introdução

As mudanças estruturais que aconteceram no governo Thatcher e Reagan, na década de 80, tiveram uma propositura de políticas austeras e rigidez orçamentária. Em termos ideológicos, foram políticas conflitantes com o contrato social pactuado nos países ocidentais após a Segunda Guerra Mundial. Estes governos formularam planos de reorientação nos modelos de desenvolvimento econômico, onde a maioria da periferia do capital seguiu as orientações e adotaram as medidas com cortes nos investimentos sociais, identificou-se bruscos rebates no mundo do trabalho, devido as formas de dominação da mundialização financeira<sup>85</sup>, nesse período intensificou-se a acumulação do capital, pois o fluxo de informações e de transformações sociais não possuíam mais fronteiras, ampliando as relações de poder dos países centrais frente aos países periféricos.

Inicialmente o Brasil percorreu uma trajetória um pouco distinta dos demais países periféricos, pois apenas a partir da década de 1990 se intensifica a ofensiva do capital contra os direitos sociais sob a nova roupagem do Estado. A partir do governo Collor (1990), o país consolida posição em direção contrária à Constituição Federal de 1988, destituindo os direitos dos cidadãos. As investidas do capital vão se aprofundando nos governos subsequentes com políticas governamentais direcionadas para desregulamentação e a liberalização financeira, também com um avanço no sistema tributário regressivo, favorecendo a acumulação capitalista, e assim, dirigindo maior participação à iniciativa privada.

Uma questão relevante mostrada por Salvador (2008) enfatizando que, na década de 1990 se constituiu uma dinâmica na acumulação do capital ainda mais perversa: O que ocorre no âmago da “crise fiscal do Estado” é uma disputa entre os recursos destinados à reprodução do capital e os fundos destinados à manutenção das políticas sociais. É importante analisar essa dicotomia no âmbito da forma de financiamento do Estado e sobre quem recai o peso do sistema tributário na acumulação do capital sobre o regime de financeirização. (Salvador, 2008, p.115)

A política de ajuste fiscal assume a centralidade da política econômica, dessa maneira produzindo um desfinanciamento nas políticas sociais, e com isso, aprofundando a desigualdade e a concentração de renda. O objetivo do artigo é demonstrar como se desenvolve uma parte da dinâmica da mundialização financeira no Brasil, a partir de 2003, sobretudo pela ótica da tentativa de captura do fundo público expresso na LOA – Lei Orçamentária Anual tendo como recorte o resultado primário e nominal do governo federal, os gastos previdenciários e sua relação com o salário-mínimo. Podemos perguntar: A correção real do salário-mínimo, prejudicou estas contas públicas e a

---

<sup>85</sup>A expressão “mundialização financeira” designa as estreitas interligações entre os sistemas monetários e os mercados financeiros nacionais, resultantes da liberalização e desregulamentação adotadas inicialmente pelos Estados Unidos e pelo Reino Unido, entre 1979 e 1987, e nos anos seguintes, pelos demais países industrializados. A abertura, externa e interna, dos sistemas nacionais, anteriormente fechados e compartimentados, proporcionou a emergência de um espaço financeiro mundial. (Chesnais, 1998, p.12).



previdência social? Para elucidar esta questão, utilizaremos a série histórica dos dados no período de 2003 até 2022, sendo que neste último ano, as informações divulgadas são preliminares. O intervalo escolhido é significativo, pois, temos um espaço considerável de tempo, onde o salário-mínimo apresentou reajustes reais em seus valores, sendo que a partir de 2016, essa política de correção real é praticamente interrompida.

Para percorrer essa trajetória, o artigo apresenta cinco tópicos e as considerações finais. O primeiro faz uma discussão teórica a respeito da mundialização financeira, bem como, do papel do fundo público, sua importância no contexto econômico e social para o país; no segundo, tratamos do resultado do governo federal no período de 2003 até 2022 que permite observar a evolução de algumas de suas contas e com isso, auxilia a contestar o discurso hegemônico atual. No terceiro tópico, apresentamos os resultados da previdência no Brasil no mesmo intervalo de tempo, onde a série histórica do comportamento dos gastos previdenciários possibilita uma melhor compreensão do período em questão. O quarto item do artigo traz a “Emenda Constitucional. 95/2016 – Lei do Teto de Gastos” e a partir de seus pontos centrais, apresenta seu papel como instrumento de aprofundamento de medidas concretas e de impacto de longo prazo do discurso hegemônico liberal sobre o fundo público do país. O quinto tópico trata do poder de compra do salário-mínimo também entre 2003 até 2022, que permitirá mostrar o papel desempenhado da correção real do salário-mínimo. E por último as considerações finais.

## **I – A mundialização financeira e o papel do fundo público**

### **I.1 – A mundialização financeira**

O processo de mundialização financeira busca relações com o modo como o capitalismo foi se aperfeiçoando com o passar dos anos, transmutando as relações sociais de produção pautadas pelo capital portador de juros para o capital fictício. Com o mundo ocidental europeu devastado pela II Guerra Mundial somado ao esforço de reconstrução empreendido pelo Plano Marshall e as concessões realizadas por parte da burguesia para conter eventuais avanços comunistas, tivemos os 30 anos dourados do capitalismo.

Nesta fase verificamos uma forte expansão da produtividade e das taxas de lucro que andavam relativamente juntas até a década de 1970, quando essa situação não mais segue se repetindo e a partir dos anos 1990 temos praticamente uma “boca de jacaré”, em que a produtividade cai e a taxa de lucro aumenta. O que explica essa tendência de disparada das taxas de lucro em face a produtividade, guarda relações com movimentos de desregulamentação<sup>86</sup> que começam nos anos 1970 e que tem determinado no plano

---

<sup>86</sup> LOPY, Ilan. François Chesnais. Finance capital today: corporations and banks in the lasting global slump. Revista Tempo Social, São Paulo, v. 30, n. 2, p.331, maio/ago. 2018. “Chesnais (1998b) reconstituiu, assim, as principais etapas dessa história até a década de 1990, que envolveu principalmente: a abertura e desregulamentação financeiras; transformações do sistema monetário internacional; o surgimento/fortalecimento de novos atores ligados ao capital portador de juros e ao capital fictício.”.





mundial as novas dinâmicas do processo de acumulação, pautados hoje pelo capital fictício. (Marques e Andrade, 2020 p.782)

Essa mudança valida o processo de financeirização no âmbito público com um intenso processo de diminuição do papel do Estado e em seus desdobramentos intensifica a precarização nas relações com a sociedade. O mercado financeiro ampliou a rentabilidade improdutiva das empresas, pois, conforme Chesnais: A expansão do capital portador de juros, especialmente em sua forma fictícia, foi decorrente da ampla desregulamentação promovida, os chamados três Ds: “a desregulamentação ou liberação monetária e financeira, a descompartimentação dos mercados financeiros nacionais e a desintermediação, a saber, a abertura das operações de empréstimos, antes reservada aos bancos, a todo tipo de investidor institucional “(Chesnais, 2005, P.46).

Constata-se em prazos reduzidos, uma majoração da remuneração, “a força assumida pelo capital portador de juros, cujos atores são as Bolsas, as instituições financeiras, os fundos de pensão” (Marques, 2018, p.111, apud 2010 op. cit. p.717), esses derivam da própria lógica do capital. Segundo Marx, “o capital portador de juros, como expressão máxima do fetiche no capitalismo – dinheiro que gera dinheiro, sem passar pela produção – é a forma mais acabada do capital.” (Marx, 2010, p.38)

A lógica imediatista do capital fictício, um desdobramento do capital portador de juros, que oferece maiores ganhos uma vez que não precisa passar pelo processo produtivo para se valorizar ou não, assentando-se apenas nos direitos de rendas futuras lastreadas por títulos financeiros que tem tido seu *locus*, o mercado financeiro, sistematicamente flexibilizado, leva ao mais puro grau do rentismo, em detrimento da produção na dominância financeira, se configurando como uma forte tendência em legitimar a expansão do capital sem restrições.

Desse modo, a classe burguesa que não se assemelha mais aquela industrial, de antes dos anos 1970, mas sim uma burguesia financeirizada ou monetarizada, de modo que o capitalista passou a ser um administrador, servindo então como dirigente do capital alheio, já que agora tem seu capital acrescido a juros e não mais prioritariamente do lucro originário nas agruras da produção. É diante desta “nova aristocracia financeira” ávida por se apropriar de toda e qualquer forma de recursos financeiros para potencializar a valorização de seu capital fictício, que temos as disputas pelas privatizações dos fundos públicos, procurando drenar vultosos recursos coletivos em detrimento de ampliação de serviços para a população. (Carcanholo e Nakatani, 1999, p.292)

Há de registrar ainda, que na nova hegemonia neoliberal-financeira, o capital portador de juros no comando, impõe importantes mudanças na organização da sociedade. Nesse quadro, o agravamento do quadro social derivou da falta de capacidade do Estado em responder por suas atribuições, as transformações na interdependência dos países centrais e periféricos - onde o Brasil se insere- e sem dúvida na atuação do Estado

---

Disponível em:< <https://www.scielo.br/j/ts/a/dRjp6wWrbMCWwYfBMLxHHBC/?lang=pt&format=pdf> >. Acesso em: 03/07/2023.



assumindo suas funções de interventor nas relações sociais onde, “sob o comando das políticas neoliberais foi esgarçada a liberalização financeira com o enfraquecimento do Estado e da proteção social” (Salvador, 2008, p. 336). As instituições públicas demonstram uma falta de capacidade em responder por suas atribuições numa perspectiva socioeconômica, privilegiam o acesso do Capital ao que é público. Para Salvador (2008, p. 336) “os interesses dentro do Estado Capitalista são privados” e a partir dessa ponderação, cabe ainda, assinalar que: na sociedade capitalista uma reconfiguração da intervenção estatal na ordem econômica e social, tem-se apresentado como um Estado mínimo para sociedade e máximo para o capital.

Dá-se uma mobilização do Estado para a reprodução do capital, por meio, da expansão das políticas de ajuste fiscal, com o objetivo de disponibilizar a melhor rota para assegurar a primazia do capital fictício nas esferas econômica e social. O Estado passa a agir na defesa das classes dominantes, sendo estas as detentoras do capital e, em especial, o capital em sua forma mais fetichizada, o capital portador de juros em sua forma de capital fictício, notadamente através dos títulos públicos que nada mais são do que “um direito de apropriação sobre parte da receita pública proveniente, em boa medida, dos impostos a serem cobrados” (Carcanholo e Nakatani, 1999, p.296)

Dito por Chesnais, “antes que ele desempenhasse um papel econômico e social de primeiro plano, foi necessário que os Estados mais poderosos decidissem liberar o movimento de capitais” (Chesnais, 2005, p. 36), com isso, se opondo à perspectiva de longo prazo para gerar lucro, observamos o movimento em “desregulamentar e desbloquear seus sistemas financeiros.” (Chesnais, 2005, p. 36)

Dentro desse contexto de influências de teorias neoliberais, verifica-se, sobretudo nos países periféricos, expressões da expansão do capital em várias dimensões, como no imbricamento das esferas econômica e social, restringindo as interferências das políticas públicas, seja na regulação das atividades econômicas, como também, no combate ao desmonte das garantias de direitos dos cidadãos.

## **I.2 - O Papel do Fundo Público**

O capital fictício pressiona o orçamento público e captura os recursos das políticas públicas para sua expansão, vem criando nichos de atuação quando conduz o serviço público à privatização, um ambiente propício em favor da economia de mercado. É disponibilizado aos agentes de mercado para alavancar os ganhos de investidores institucionais em prejuízo do custeio no âmbito social. O Estado se exime do compromisso com a sociedade e se compromete através de políticas monetárias em concentrar renda e riqueza para poucos.

Nesta perspectiva, a compreensão do significado do Fundo Público e sua relevância na dinâmica da economia é bem definida a seguir, o fundo público envolve toda a capacidade de mobilização de recursos que o Estado tem para intervir na economia, além do próprio orçamento, as empresas estatais, a política monetária comandada pelo Banco Central para socorrer as instituições financeiras etc. A expressão mais visível do fundo público é o orçamento estatal. No Brasil, os recursos do orçamento do Estado são expressos



na Lei Orçamentária Anual (LOA) aprovada pelo Congresso Nacional (Salvador, 2010, p. 607).

A importância do fundo público e seu papel fundamental para a dinâmica na economia, é destacada novamente por Salvador (2017, pp. 428-429), quando este aponta ao menos quatro funções para esses recursos:

- a) o financiamento do investimento capitalista, por meio de subsídios, de desonerações tributárias, por incentivos fiscais, por redução da base tributária das empresas e de seus sócios;
- b) a garantia de um conjunto de políticas sociais que asseguram direitos e permitem também a inserção das pessoas no mercado de consumo, independentemente da inserção no mercado de trabalho;
- c) assegura vultosos recursos do orçamento para investimentos em meios de transporte e infraestrutura, e nos gastos com investigação e pesquisa, além dos subsídios e renúncias fiscais para as empresas;
- d) assegura no âmbito do orçamento público a transferência na forma de juros e amortização da dívida pública para os detentores do Capital Portador de Juros (CPJ).

## 2 – O resultado das contas do governo federal – 2003 até 2022

Neste e no próximo tópico, vamos apresentar as séries históricas, do resultado primário e nominal do Governo Federal, bem como, os gastos previdenciários no mesmo período. O comportamento dos resultados e seu entendimento, vai estabelecer um diálogo mais a frente com a evolução do salário-mínimo no mesmo período, bem como, as reformas apresentadas a partir de 2016, que pretendem conter os avanços sociais, conquistando fatias cada vez mais expressivas do fundo público.

A Tabela 1, apresenta a evolução de algumas das contas do Governo Federal a partir de 2003 até 2022, com um resultado primário positivo até 2013 em torno de 2% do PIB. O que levou a um resultado nominal estável no mesmo período. O que não ocorre a partir sobretudo de 2015, com a presença de déficit primário e resultados nominais expressivos, mesmo se não considerarmos o primeiro ano da pandemia do Covid-19 de 2020.

[...] o serviço da dívida pública drenou meio trilhão de reais (8% do PIB) essencialmente para bancos, mas também para grupos internacionais. Atribuir o déficit das contas e a necessidade de um ajuste fiscal ao excesso de “gastos” com políticas sociais constitui uma farsa. O déficit foi essencialmente **gerado pelo serviço da dívida pública**. O déficit das atividades próprias do governo, o chamado “resultado primário”, das contas públicas, nunca ultrapassou 2% do PIB. (Dowbor, 2017, p. 56)

Conforme o autor define, a dívida pública propiciou um avanço no desmonte no financiamento da Seguridade Social por meio das políticas fiscais.

Pode-se observar ainda na Tabela I que ao longo dos 20 anos da série histórica, os gastos com juros nominais da dívida pública nunca ficaram abaixo de 3% do PIB. Temos que o montante absoluto dispendido para o serviço da dívida neste período é da ordem de R\$ 4,5 trilhões de reais, o que equivale a 47,8% do PIB de 2022. Do ponto de vista da captura do orçamento, os sucessivos superávits primários de 2003 a 2013 retiraram mais de R\$ 700 bilhões da sociedade em serviços públicos no período, limitando o potencial de expansão das políticas públicas e melhorias na vida da população.

**Tabela I – Brasil – Resultado do Governo Federal – Anual - Resumida**

Ano	RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL R\$ Milhões Valores Correntes	RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL % do PIB	JUROS NOMINAIS R\$ Milhões Valores Correntes	JUROS NOMINAIS % do PIB	RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL R\$ Milhões Valores Correntes	RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL % do PIB
2003	38.744	2,3%	- 100.896	-5,9%	- 62.153	-3,6%
2004	52.385	2,7%	- 79.419	-4,1%	- 27.033	-1,4%
2005	55.741	2,6%	- 129.025	-5,9%	- 73.284	-3,4%
2006	51.352	2,1%	- 125.827	-5,2%	- 74.475	-3,1%
2007	59.439	2,2%	- 119.046	-4,4%	- 59.607	-2,2%
2008	71.308	2,3%	- 96.199	-3,1%	- 24.891	-0,8%
2009	42.443	1,3%	- 149.806	-4,5%	- 107.363	-3,2%
2010	78.723	2,0%	- 124.509	-3,2%	- 45.785	-1,2%
2011	93.035	2,1%	- 180.553	-4,1%	- 87.518	-2,0%
2012	86.086	1,8%	- 147.268	-3,1%	- 61.182	-1,3%
2013	75.291	1,4%	- 185.846	-3,5%	- 110.555	-2,1%
2014	- 20.472	-0,4%	- 251.070	-4,3%	- 271.542	-4,7%
2015	- 116.656	-1,9%	- 397.240	-6,6%	- 513.896	-8,6%
2016	- 159.473	-2,5%	- 318.362	-5,1%	- 477.835	-7,6%
2017	- 118.442	-1,8%	- 340.907	-5,2%	- 459.349	-7,0%
2018	- 116.167	-1,7%	- 310.307	-4,4%	- 426.474	-6,1%
2019	- 88.899	-1,2%	- 310.115	-4,2%	- 399.014	-5,4%
2020	- 745.266	-9,8%	- 266.657	-3,5%	- 1.011.923	-13,3%
2021	- 35.872	-0,4%	- 407.282	-4,6%	- 443.154	-5,0%
2022	- 54.947	0,6%	- 503.234	-5,1%	- 448.288	-4,5%

Fonte: Tesouro Transparente - Série Histórica - Fev/23

### 3 – Os gastos previdenciários no Brasil – 2003 até 2022

Um outro ponto relevante que destacamos a seguir é o da evolução do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), porém, antes de apresentar sua série histórica, cabe relembrar o que a constituição de 1988 apresentou como principais fontes de financiamento da Seguridade Social a partir de então. Para estabelecermos a relação dos fundos públicos no Brasil, a constituição de 1988 em seu artigo 195 deixa claro os mecanismos de financiamento do capítulo da Seguridade Social:

“A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais”:

I - do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre:



- ✓ a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício;
- ✓ a receita ou o faturamento;
- ✓ o lucro;

II - do trabalhador e dos demais segurados da previdência social, podendo ser adotadas alíquotas progressivas de acordo com o valor do salário de contribuição, não incidindo contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo Regime Geral de Previdência Social;”

Na Tabela 2 do RGPS, podemos observar, desde 2003, uma trajetória positiva de arrecadação até o biênio de 2014 e 2015 quando atinge o pico de 5,84% do PIB e começa a declinar a partir de então, chegando em sua pior arrecadação de 5,19% do PIB no ano de 2021 retornando praticamente ao número observado no ano de 2007 que foi de 5,16% do PIB.

Um outro dado importante da Tabela 2 diz respeito a evolução do déficit previdenciário com relação ao PIB, pois, ela parte de um déficit em 2003 de 1,54% do PIB atingindo 1,75% em 2006 e declinando até 0,98% em 2014 com seu melhor resultado em 2011 de 0,81%. E a partir de 2016 passam a apresentar números superiores à 2,4% do PIB.

De acordo com as informações supracitadas, o capital fictício pressiona o orçamento das políticas sociais quando busca através das contrarreformas, respostas para crise capitalista comumente se apropriando dos recursos financeiros designados para os orçamentos das políticas sociais, essas tornam-se alvo fácil da expansão do capital que encontrou ambiente propício para abocanhar um novo nicho para sua exploração, degradando os serviços públicos direcionados a garantia dos direitos dos cidadãos brasileiros, oferecendo opções privada dos serviços diante da deterioração causada pelo desfinanciamento das políticas sociais.

Na disputa do Fundo Público na lógica neoliberal, as políticas sociais não têm prioridade no orçamento. De acordo com Salvador (2008), “a proposta neoliberal inclui a passagem da proteção social para o mercado, transformando benefícios da seguridade social em “novos produtos” da especulação financeira” (Salvador, 2008, p. 336).

**Tabela 2 – Evolução do Regime Geral de Previdência Social – RGPS/INSS**

Ano	Arrecadação Líquida para o RGPS - R\$ Milhões - Valores Correntes	Arrecadação % do PIB	Benefícios Previdenciários - R\$ Milhões - Valores Correntes	Benefício % do PIB	Déficit Previdenciário - R\$ Milhões - Valores Correntes	Déficit % PIB
2003	80.730	4,70%	107.135	6,24%	- 26.405	1,54%
2004	93.765	4,79%	125.751	6,42%	- 31.985	1,63%
2005	108.434	5,00%	146.010	6,73%	- 37.576	1,73%
2006	123.520	5,13%	165.585	6,87%	- 42.065	1,75%
2007	140.412	5,16%	185.293	6,81%	- 44.882	1,65%
2008	163.355	5,25%	199.562	6,42%	- 36.207	1,16%
2009	182.008	5,46%	224.876	6,75%	- 42.868	1,29%
2010	211.968	5,45%	254.859	6,56%	- 42.890	1,10%
2011	245.892	5,62%	281.438	6,43%	- 35.546	0,81%
2012	275.765	5,73%	316.590	6,58%	- 40.825	0,85%
2013	307.147	5,76%	357.003	6,70%	- 49.856	0,94%
2014	337.503	5,84%	394.201	6,82%	- 56.698	0,98%
2015	350.272	5,84%	436.090	7,27%	- 85.818	1,43%
2016	358.137	5,71%	507.871	8,10%	- 149.734	2,39%
2017	374.785	5,69%	557.235	8,46%	- 182.450	2,77%
2018	391.182	5,59%	586.379	8,37%	- 195.197	2,79%
2019	413.331	5,59%	626.510	8,48%	- 213.179	2,89%
2020	404.773	5,32%	663.904	8,72%	- 259.132	3,41%
2021	462.244	5,19%	709.583	7,97%	- 247.338	2,78%
2022	535.710	5,40%	796.977	8,04%	- 261.267	2,63%

**Fonte:** Elaborado pelos autores com base no Tesouro Transparente série histórica\_fev\_23\_tabela 2.1

#### 4 – Emenda constitucional 95/2016 – Lei do teto de gastos

No Brasil, as soluções implementadas de políticas econômicas neoliberais, sobretudo a partir de 2016, foram decisivas para execução de reformas no âmbito do Estado. Iniciando no Governo Temer e aprofundando no Governo Bolsonaro a Seguridade Social foi atacada com cortes orçamentários significativos, as políticas sociais foram fortemente tensionadas para um movimento de retração ao longo dos anos em seus recursos orçamentários direcionados à defesa da valorização da reprodução social. As políticas governamentais são mediadas pelos interesses de classes dominantes e não em amortecer impactos negativos na tendência da queda da taxa de juros na força produtiva nacional.

Com a promulgação da Emenda Constitucional nº 95 de 2016, um Novo Regime Fiscal foi instituído limitando por 20 anos - até 2036 os gastos e investimentos públicos do governo federal, especialmente nos serviços de natureza social, essa emenda tem várias ressalvas para efetivar a retomada da economia, pois restringindo os gastos públicos, dissimula um efeito muito mais sagaz, que buscar um equilíbrio fiscal. Além disso, só





poderá sofrer alterações em suas regras a partir do décimo ano de vigência do regime, impossibilitando investimentos públicos do governo federal, especialmente nos serviços de natureza social, expondo a sociedade brasileira a uma grande instabilidade socioeconômica. Para reforçar essas considerações, Marques e Andrade, (2016) declaram que, a aprovação da EC 95 tem nome e sobrenome.

A definição de tetos de gastos passou por alguma mediação política – com horizontes mais curtos, possibilidades de revisão de metas, incorporação da dívida pública, etc, - no Brasil, essa política de anulação da política (fiscal) aparece de forma desnudada. Ainda que permaneça a disputa pelo orçamento, os marcos dessa disputa são enquadrados segundo resultados estabelecidos previamente, do qual nem mesmo setores das classes dominantes, que nesse cenário de crise poderiam eventualmente defender uma política fiscal ativa voltada para a recuperação do nível de atividades e de lucratividade de seus capitais, podem disputar. Novamente, na corrida da disputa política nos quadros de democracia liberal, os resultados já foram definidos de antemão. (Marques; Andrade, 2016, p.08)

Este ambiente propicia ao capital drenar recursos orçamentários das políticas sociais para o interesse econômico, criando sobretudo nessa etapa da mundialização financeira uma estrutura para atender as expectativas do sistema privado. As reduções nos investimentos no setor social denunciam o verdadeiro papel do Estado. As políticas sociais consideradas um tanto quanto onerosas ao Estado, têm sido reiteradamente colocadas à prova na viabilidade de suas funções como garantias mínimas alinhadas a seus fundamentos constitucionais. Como enfatiza ainda Dweck a respeito do verdadeiro papel da EC 95, que liquidaria os avanços de direitos e visão de sociedade do país surgida a partir da constituição de 1988. Trata-se de um novo pacto social, que reduz substancialmente os recursos públicos para garantia dos direitos sociais, como saúde, educação, previdência e assistência social. Nesse novo pacto social, transfere-se a responsabilidade para o mercado no fornecimento de bens sociais. Trata-se de um processo que transforma direitos sociais 96 em mercadorias e agrava a brutal desigualdade da sociedade brasileira. (Dweck, 2020, pp.95-96)

Após as eleições realizadas em outubro de 2022 e a vitória do candidato Lula, iniciou-se uma intensa negociação no Congresso Nacional para recompor a insuficiência orçamentária da União encaminhada pelo então Governo Bolsonaro. Com isso, foi discutida a chamada PEC da Transição (PEC32/22) que foi promulgada em 21/12/2022 como Emenda Constitucional 126/22, que amplia em R\$ 145 bilhões o teto de gastos no Orçamento de 2023 para atender demandas da volta do Bolsa Família, Auxílio Gás, Farmácia Popular, dentre outras políticas públicas.

Além disso, a EC 126/22 no seu artigo 6º prevê que o novo governo Lula terá até o dia 31/08/2023 para apresentar um projeto de lei complementar com o intuito de instituir um novo “regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica do País e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico”, esta nova proposta foi apresentada em suas linhas gerais no final do mês de março/23 e será encaminhada ao congresso durante o mês de abril de 2023. Com isso, encerrará a EC 95/16 do Teto

de Gastos, que mesmo em sua curta vigência propiciou aos governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro argumentos para avançar nos fundos públicos.

Conforme observamos na Tabela 3 na curta vigência da EC nr. 95/2016, as despesas totais do governo federal apresentam uma trajetória de declínio, estabilizando pouco acima dos 22% do PIB – com exceção do ano de 2020 oriunda da pandemia do Covid-19 fazendo com que apenas pouco mais de 5,6% do PIB das despesas, estejam fora da base de cálculo do teto. Além disso, seu caráter insuficiente e limitado foi demonstrado em relatório de acompanhamento fiscal de novembro de 2022 pelo Instituto Fiscal Independente, que é um órgão vinculado ao Senado Federal que tem como objetivo aumentar a transparência das contas públicas. Esse estudo mostra que desde 2019 com o início do governo Bolsonaro e ao longo de todo seu mandato, as despesas primárias superaram o limite do teto por exclusões à regra fiscal.

**Tabela 3 – Brasil – Apuração das Despesas Sujeitas ao Teto da EC 95/2016**

Ano	TOTAL DAS DESPESAS APURADAS PARA O RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL R\$ Milhões Valores Correntes	TOTAL DAS DESPESAS APURADAS PARA O RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL % do PIB	DESPESAS NÃO INCLUÍDAS NA BASE DE CÁLCULO DO TETO DA EC 95/2016 (§ 6º) R\$ Milhões Valores Correntes	DESPESAS NÃO INCLUÍDAS NA BASE DE CÁLCULO DO TETO DA EC 95/2016 (§ 6º) % do PIB	TOTAL DAS DESPESAS APURADAS SUJEITAS AO TETO DA EC 95/2016 R\$ Milhões Valores Correntes	TOTAL DAS DESPESAS APURADAS SUJEITAS AO TETO DA EC 95/2016 % do PIB
2016	1.486.220	23,7%	263.911	4,2%	1.222.309	19,5%
2017	1.510.263	22,9%	250.628	3,8%	1.259.635	19,1%
2018	1.576.051	22,5%	286.932	4,1%	1.289.119	18,4%
2019	1.730.395	23,4%	356.418	4,8%	1.373.977	18,6%
2020	2.210.513	29,0%	806.681	10,6%	1.403.831	18,4%
2021	1.967.036	22,1%	507.709	5,7%	1.459.327	16,4%
2022	2.256.383	22,8%	614.207	6,2%	1.642.176	16,6%

**Fonte:** Elaborado pelos autores com base no Tesouro Transparente - Série Histórica - Fev/23

## 5 – A importância do poder de compra do salário-mínimo – 2003 até 2022

Foi através da Constituição Federal de 1988 que o salário-mínimo passou a ser o patamar mínimo legal de referência para a remuneração do trabalho e também como piso dos benefícios da Seguridade Social. Desta maneira, as tratativas para que o poder de compra do salário-mínimo seja recomposto e avance ano a ano não se esgota apenas para servir àqueles trabalhadores da ativa, mas também a todos os cidadãos que de uma forma ou de outra, venham a usufruir de algum dos benefícios como aposentadoria, pensão, benefício de prestação continuada, ou qualquer outro benefício social que tenha seu pagamento vinculado ao valor do salário-mínimo vigente.



Desta maneira, se faz necessário que, por um lado, tenhamos uma política que busque recompor e avançar no valor real do salário-mínimo e, principalmente, que não permita que este deixe de ser o piso de referência dos benefícios sociais enquanto referência mínima salarial. Infelizmente, esses dois pilares para a manutenção e ampliação do fundo público da Seguridade Social tem sofrido constantes ataques, como na Reforma da Previdência – onde tentou-se desvincular os benefícios ao salário-mínimo –na Reforma Trabalhista e, após o golpe de 2016, com o fim da política de valorização do salário-mínimo que se mostrou extremamente exitosa no Brasil.

Para se ter uma ideia do impacto que o piso nacional tem, o DIEESE<sup>87</sup> estima que em janeiro de 2023 aproximadamente 60,3 milhões de brasileiros tinham rendimento referenciado no salário-mínimo, se compararmos com os dados da PNAD que apontam para 98 milhões de brasileiros ocupados em fevereiro de 2023, isso implicaria que aproximadamente 61,4% teriam seus rendimentos atrelados ao Salário-Mínimo. Beneficiários do INSS eram aproximadamente 41,2% ou 24,8 milhões de pessoas, empregados 18,3 milhões (30,5%), trabalhadores por conta-própria 12,2 milhões (20,4%), trabalhadores domésticos 4,3 milhões (7,1%) e empregadores outros 408 mil (0,7% do total).

A disputa pela recomposição do salário-mínimo é uma das principais bandeiras do movimento sindical brasileiro. Em 2004 as Centrais Sindicais deram início a um movimento unitário por uma campanha de valorização do salário-mínimo, tendo então realizado 3 marchas à Brasília para pressionar e fortalecer as discussões entre trabalhadores e Governo Federal à época. Os resultados foram exitosos, pois além de ter conseguido ganhos reais sucessivamente deste então, a partir de 2007 através das tratativas das Centrais Sindicais com o Governo Lula, desenhou-se uma política permanente de valorização do salário-mínimo que, a princípio, tinha a ideia de que ela fosse aplicada até 2023, mas, como veremos, foi descontinuada com o golpe de 2016.

Essa política de valorização adotou como critério que o salário-mínimo seria reajustado pela inflação do período entre as correções e o aumento real seria dado então pela variação do PIB do ano anterior. Importante destacarmos esse ponto chave da variável real do acréscimo ao salário mínimo passar a ser o crescimento da economia por 2 motivos chaves: primeiro por buscar refletir no piso nacional aquele acréscimo de renda que a coletividade produziu e, segundo e não menos importante, por ter seu caráter fiscal já incorporado quando da sua aplicação, uma vez que o crescimento da arrecadação produto desse crescimento econômico que vem a ser o ganho real do salário mínimo já está refletido nas contas do governo através da arrecadação que, logicamente, já aumentou com a referida expansão anterior da economia.

Em 2003 o salário-mínimo que era de R\$ 200 chega ao valor de R\$ 880 em 2015, superando os índices de inflação. Esse crescimento do salário-mínimo, leva a uma melhora nos valores monetários dos programas de transferência de renda e demais benefícios sociais pagos pelo governo.

---

<sup>87</sup> Nota Técnica 265 – Salário-Mínimo mais uma vez sem aumento real. Disponível em < <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2021/notaTec265SalarioMinimo.html> >. Acesso em: 03/03/2023.

Na tabela 4, temos o histórico desde 2003 do valor do salário-mínimo, o reajuste aplicado, a inflação entre as correções medidas pelo INPC e os ganhos reais. Cabe destacar que após 20 anos sem que houvesse perda de valor real, em janeiro de 2017, justamente no primeiro reajuste após o golpe, o piso nacional experimentou, infelizmente, reajuste que não cobriu nem a inflação.

Pela Tabela 4, nota-se que entre 2003 e 2016 o salário-mínimo teve ganho real acima de 77%. Esse incremento, além de ter sido fundamental para dinamizar a economia no período em destaque, contribuiu também, ao contrário do que é apregoado pela grande mídia por economistas ortodoxos ligados ao mercado financeiro, para uma melhora nas contas da Previdência Social.

**Tabela 4 – Reajuste do Salário-Mínimo 2003-2022**

Período	Salário Mínimo R\$	Reajuste Nominal %	INPC %	Aumento Real %
abr/02	200,00			
abr/03	240,00	20,00	18,54	1,23
mai/04	260,00	8,33	7,06	1,19
mai/05	300,00	15,38	6,61	8,23
abr/06	350,00	16,67	3,21	13,04
abr/07	380,00	8,57	3,30	5,10
mar/08	415,00	9,21	4,98	4,03
fev/09	465,00	12,05	5,92	5,79
jan/10	510,00	9,68	3,45	6,02
jan/11	545,00	6,86	6,47	0,37
jan/12	622,00	14,13	6,08	7,59
jan/13	678,00	9,00	6,20	2,64
jan/14	724,00	6,78	5,56	1,16
jan/15	788,00	8,84	6,23	2,46
jan/16	880,00	11,68	11,28	0,36
jan/17	937,00	6,48	6,58	- 0,10
jan/18	954,00	1,81	2,07	- 0,25
jan/19	998,00	4,61	3,43	1,14
jan/20	1.039,00	4,11	4,48	- 0,36
fev/20	1.045,00	0,58	0,19	0,39
jan/21	1.100,00	5,26	5,25	0,01
jan/22	1.212,00	10,18	10,16	0,02
<b>Total período</b>	-	<b>506,00</b>	<b>239,10</b>	<b>78,70</b>

Fonte: DIEESE



Entre 2003 e 2014 as despesas da Previdência aumentaram em R\$ 46 bilhões, enquanto as receitas subiram R\$ 52,5 bilhões, isso considerando o INPC do período.<sup>88</sup> Ou seja, os aumentos reais do salário-mínimo ao dinamizarem a economia contribuindo também para uma maior geração de empregos formais foram fundamentais para provocar um efeito positivo nas contas da Previdência Social e, dessa forma, contribuir para a Seguridade Social.

A valorização do salário-mínimo, bem como, a geração de emprego, estão imbricadas com a melhoria dos indicadores da situação de pobreza e extrema pobreza. Dentro dos 100 dias de governo neste atual 3º mandato do Presidente Lula, as Centrais Sindicais foram novamente convidadas a formularem uma nova proposta de valorização do salário-mínimo. Tal proposta, busca recuperar as perdas reais ocorridas nos últimos anos ao abandonarem a proposta pactuada em 2007 e, para além disso, traçam na proposta, uma política de longo prazo, onde terão como norte o valor real do salário-mínimo de julho de 1940 (data da sua implementação), com um mínimo de 2,4% de ganho real ao ano. O desenrolar dessa proposta é ainda incerto, mas é oportuno frisar a disposição de retomada do diálogo social entre trabalhadores e governo em um tema central como o salário-mínimo.

### Considerações Finais

O artigo debate, como tem ocorrido no Brasil, aspectos do discurso e prática utilizada pela mundialização financeira no país, onde este dispõe de alguns mecanismos na captura do fundo público. E neste contexto, investigar se o ganho real do salário-mínimo aprofundou desequilíbrios nos resultados primário e da previdência social. Para isso, inicialmente definimos os pontos centrais que explicam o comportamento e lógica do capital fictício e os motivos que a captura do fundo público passa a ser ponto fundamental para sua expansão no país. Os princípios norteadores de seu pensamento estão baseados na austeridade das contas públicas, desregulamentação, precarização do trabalho e restrições nas garantias sociais.

A implantação de mudanças relevantes a partir de 2016, como a Emenda Constitucional 95/2016 a lei do teto de gastos, a reforma trabalhista de 2017 e a reforma da previdência em 2019, na verdade não trouxeram a estabilidade e equilíbrio preconizados como demonstraram as tabelas 1 e 2. O que se observa é uma piora a partir de então no resultado primário e um aumento no déficit da previdência que é uma consequência da redução de postos de trabalho formais, uma das fontes de recursos mais importantes para o seu financiamento.

O texto permite, portanto, um contraponto importante à lógica da captura do fundo público, porque quando relacionamos os resultados primário e da previdência social das tabelas 1 e 2 com os obtidos na tabela 4 - que mostra a valorização real do salário-mínimo a partir de 2003 - é justamente nos anos em que apuramos ganho real no salário-

<sup>88</sup> Previdência. Reformar para Excluir. 2017. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/evento/2017/reformarParaExcluirCompleto.html> Acesso em: 09 abril 2022.



mínimo, que notamos a existência de superávit no resultado primário e quanto ao déficit previdenciário, há não só equilíbrio mas uma tendência à diminuição deste ao longo dos anos.

Assim, observa-se que a valorização do salário-mínimo não comprometeu ou agravou o déficit da previdência e o resultado primário nesse período. Nesta medida, o artigo possibilita destacar a precariedade do discurso da mundialização financeira no Brasil nos últimos 20 anos, onde a captura do fundo público sacrifica o financiamento das políticas públicas, sendo uma imposição do discurso ideológico da austeridade fiscal, o Estado que deveria se mostrar presente por meio de investimentos econômicos e sociais, comumente redimensiona à menor, os recursos financeiros de rubricas importantes para o desenvolvimento da nação. Um aprofundamento e ampliação da pesquisa, poderia incluir outros indicadores econômicos e sociais e o impacto das desonerações fiscais.

## Referências

MARQUES, Rosa Maria; ANDRADE, Patrick Rodrigues. Democracia burguesa e dominância do capital portador de juros: apontamentos sobre processos em curso no Brasil. Disponível em: <http://oohodahistoria.ufba.br/wp-content/uploads/2016/12/rosamaria-1.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2022.

MARQUES, Rosa Maria; ANDRADE, Patrick Rodrigues. Marx e o capitalismo do século XXI. Revista de Economia Política. Vol. 40. N° 4, pp.766-787, outubro-dezembro 2020.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: [https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988\\_05.10.1988/art\\_3\\_.asp](https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_3_.asp). Acesso em: 11 mar. 2020.

BRASIL. Senado Federal. Proposta de Emenda à Constituição nº 95 de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm). Acesso em: 17 maio 2021.

BRASIL. Controladoria Geral da União. Portal da Transparência, 2023. Disponível em: <http://www.portaltransparencia.gov.br/funcoes/08-assistencia-social?ano=>. Acesso em: 05 abr. 2023.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. EMENDA CONSTITUCIONAL 126/22 – PEC da TRANSIÇÃO. Disponível em:

[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2229383&filenome=REDACAO%20FINAL%20PEC%2032/2022%20\(Fase%20I%20-%20CD\)](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2229383&filenome=REDACAO%20FINAL%20PEC%2032/2022%20(Fase%20I%20-%20CD))

Acesso em 13 abr. 2023.

CARCANHOLO, Reinaldo.A. NAKATANI, Paulo. O capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização. Ensaios FEE. Porto Alegre, v20, n1, p284-304, 1999.

CARVALHO, Laura; ROSSI, Pedro. Mitos fiscais, dívida pública e tamanho do Estado. In: DEWECK, Esther; OLIVEIRA, Ana Luíza Matos; ROSSI, Pedro. Economia pós-pandemia: Desmontando os mitos da austeridade fiscal e constituindo um novo





- paradigma econômico no Brasil. São Paulo: Autonomia Literária, 2020. Disponível em: <https://pedrorossi.org/wp-content/uploads/2020/11/Economia-Po%CC%81s-Pandemia-compactado.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2021.
- CHESNAIS, François. Introdução Geral. In CHESNAIS, F. (org.). A mundialização financeira: gênese, custos e riscos. São Paulo: Xamã. 1998.
- CHESNAIS, François. O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In CHESNAIS, F. (org.) A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências. São Paulo: Boitempo. 2005.p.35-46.
- CIEL, Ana Claudia Del. O Programa Bolsa Família e a Desigualdade Social no Brasil: o efeito multiplicador do programa na renda familiar, no consumo e nas economias locais, 183pp. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2021.
- DEWECK, Esther. Por que é imprescindível revogar o Teto de Gastos? In: DEWECK, Esther; OLIVEIRA, Ana Luíza Matos; ROSSI, Pedro. Economia pós-pandemia: Desmontando os mitos da austeridade fiscal e constituindo um novo paradigma econômico no Brasil. São Paulo: Autonomia Literária, 2020. Disponível em: <https://pedrorossi.org/wp-content/uploads/2020/11/Economia-Po%CC%81s-Pandemia-compactado.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2021.
- DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Nota Técnica, n. 201, 2019. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2019/notaTec201SalarioMinimo.pdf>. Acesso em: 15 mar.2023.
- DOWBOR, Ladislau. A Era do Capital Improdutivo. São Paulo: Autonomia Literária, 2017. p.17-38,187-276. Disponível em: [https://dowbor.org/wp-content/uploads/2012/06/a\\_era\\_do\\_capital\\_improdutivo\\_2\\_impress%C3%A3oV2.pdf](https://dowbor.org/wp-content/uploads/2012/06/a_era_do_capital_improdutivo_2_impress%C3%A3oV2.pdf). Acesso em: 15 ago. 2022.
- FAGNANI, Eduardo. Reforma tributária para enfrentar a desigualdade social. In: CASTRO, Jorge Abrahão; POCHMANN, Marcio (Org.). Brasil: Estado social contra a barbárie. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2020. p.335-366. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2020/07/Brasil-Estado-Social-contra-a-Barb%C3%A1rie-Capa.pdf>. Acesso em: 3 out. 2022.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Síntese de Indicadores Sociais, 2020. Uma análise da condição de vida da população brasileira. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101760.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2021.
- INSTITUIÇÃO FISCAL INDEPENDENTE. SENADO FEDERAL. Relatório de Acompanhamento Fiscal nr.º 70, p. 33-35, nov. 2022. Disponível em : [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/602493/RAF70\\_NOV2022.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/602493/RAF70_NOV2022.pdf). Acesso em 13 abr. 2023.
- LAPY, Ilan. François Chesnais. Finance capital today: corporations and banks in the lasting global slump. Boston. Revista Tempo Social, São Paulo, v. 30, n. 2, p.331, maio/ago. 2018. Disponível em:< <https://www.scielo.br/j/ts/a/dRjp6wVrbMCWwYfBMLxHHBC/?lang=pt&format=pdf> >. Acesso em: 03/07/2023.
- MARQUES, Rosa Maria. O Capitalismo financeiro e as políticas sociais: a nova face da contemporaneidade. In: RAICHELIS, R; VICENTE, D; ALBURQUEQUE, V. (org.) A Nova morfologia do trabalho no Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2018.p.108-125.



MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. 27. ed. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2010. Livro I.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. Orçamento da Assistência Social, 2018. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/cnas/noticias/orcamento-da-assistencia-social-sofre-cortes>. Acesso em: 12 abr. 2021.

SALVADOR, Evilásio da Silva. Fundo Público no Brasil: Financiamento e destino dos recursos da seguridade social (2000 a 2007), 395pp. Tese (Doutorado em Política Social) Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

SALVADOR, Evilásio da Silva. O desmonte do financiamento da seguridade social em contexto de ajuste fiscal. Revista Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 130, p. 426-446, set./dez. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/mT566rdLKQ8crx5qQ4z7W9k/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 jun. 2023.

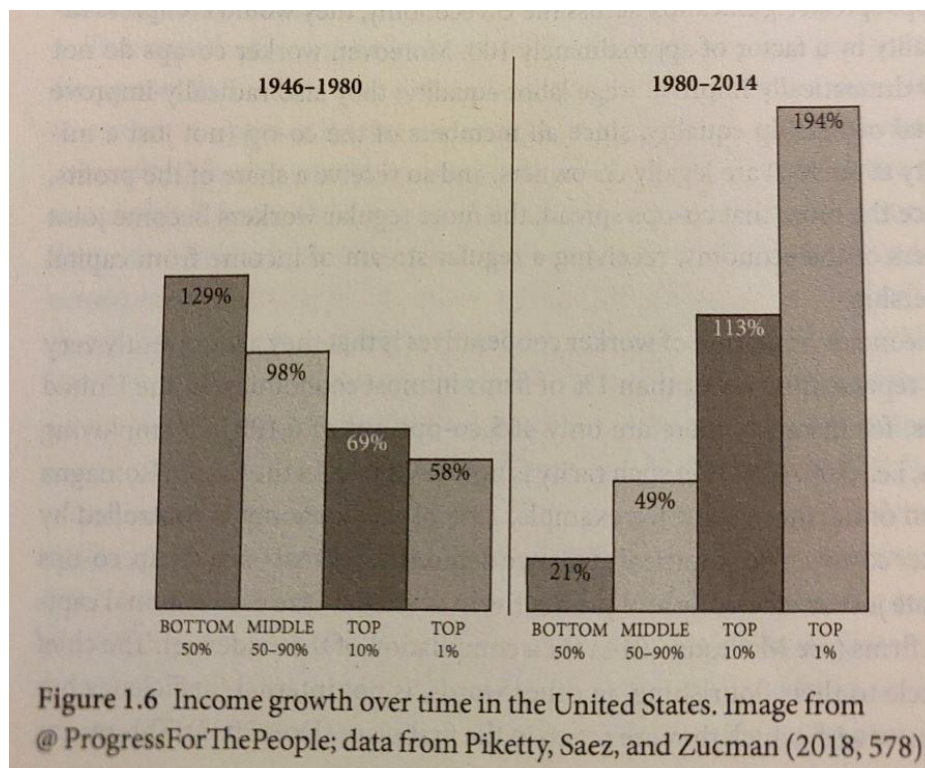
SALVADOR, Evilásio. Fundo Público e Políticas Sociais na crise do capitalismo. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 104, p. 605-631, out./dez. 2010. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5135894/mod\\_resource/content/1/Fundo%20p%C3%ABlico%20e%20pol%C3%ADticas%20sociais%20na%20crise%20do%20capitalismo.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5135894/mod_resource/content/1/Fundo%20p%C3%ABlico%20e%20pol%C3%ADticas%20sociais%20na%20crise%20do%20capitalismo.pdf). Acesso em: 18 out. 2021.

**Resenha do livro “Against Inequality: the practical and ethical case for abolishing the superrich” Tom Malleson – Oxford University Press – New York, 2023 (Contra a Desigualdade: o caso prático e ético pela abolição dos superricos)**

Por: Ladislau Dowbor, professor titular da PUC-SP e editor da revista Pesquisa & Debate. E-mail: ldowbor@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5124-1504>.

Raramente a questão da desigualdade, o principal desafio da humanidade junto com a catástrofe ambiental, foi trabalhada de maneira tão clara e detalhada. Malleson apresenta os dados da desigualdade, sua progressão, como se cruza com os mecanismos de mercado, como podem funcionar os mecanismos tributários para enfrentar a desigualdade de renda e de riqueza, quais são os custos e benefícios das medidas. Em particular, desmonta a farsa do “merecimento” dos mais ricos, ao mostrar, do lado dos mecanismos econômicos, que se trata de comportamentos que travam e deformam o desenvolvimento, e do lado da ética e da justiça, que se deve respeitar o valor do ser humano como tal, e assegurar o básico que lhe permita viver com dignidade. Argumento fundamental: o que produzimos é hoje amplamente suficiente para assegurar condições de conforto econômico para todos.

O livro é particularmente oportuno pois a desigualdade está literalmente explodindo, no quadro da economia imaterial e da financeirização. Quanto mais se é rico, mais rapidamente se enriquece, no que se qualifica como bola de neve financeira.





Malleson se apoia na sistematização de Thomas Piketty, que demonstrou que aplicações financeiras rendem entre 7% e 9% ao ano, enquanto a produção de bens e serviços, o PIB, aumenta na ordem de 2,5% a 3% ao ano. O dreno financeiro se tornou o mecanismo principal de enriquecimento, mecanismo diferente do enriquecimento através de lucros sobre a produção que caracterizava o capitalismo industrial. No gráfico acima, constatamos que na fase de 1946 a 1980, os 50% mais pobres tiveram crescimento de renda superior à classe média e às elites. Em 1980 e até 2014, a tendência se inverte, e o enriquecimento dos da metade mais pobre da população estagna, enquanto o topo explode. Aparece claramente a ruptura sistêmica que se deu no capitalismo.

Malleson vai direto ao ponto, e o livro começa da seguinte forma, na primeira linha: “Elon Musk, o CEO da Tesla e a pessoa mais rica do mundo, possui atualmente \$270 bilhões de dólares. O trabalhador americano médio teria de trabalhar 7,5 milhões de anos para ganhar esse montante...No mundo, os 8 indivíduos mais ricos possuem o mesmo montante de riqueza que a metade do planeta...Nunca durante todo o tempo da história humana um tal nível de desigualdade foi antes visto.”(p.1) Tal enriquecimento, enquanto uma gigantesca massa da população está sofrendo em condições desumanas, é simplesmente escandaloso. E ao travar a capacidade de consumo e de produtividade de bilhões de pessoas, trava a própria economia. Trata-se de incompetência sistêmica.

O resultado é um gigantesco desperdício de recursos. “De forma geral, quanto mais dinheiro uma pessoa tem, mais possibilidade terá de assegurar uma vida boa e florescente. No entanto, não é o caso de que mais dinheiro sempre providencia o mesmo grau de melhoria de qualidade de vida em qualquer nível. No nível inferior, mais dinheiro pode significar uma imensa diferença de qualidade de vida, já que pode significar a diferença entre morrer de fome e sobreviver, enquanto para o bilionário, um extra de mil dólares essencialmente não significa nada. Esse é o fenômeno familiar da chamada utilidade marginal decrescente do dinheiro.”(220) Mais dinheiro na base da sociedade significa que se torna mais útil. “Os benefícios da redução da desigualdade pesam mais do que os custos.”(257)

Um segundo argumento que atravessa todo o livro, é uma questão moral da igualdade da dignidade de vida de qualquer pessoa, como ser humano, seja rico ou pobre, preto ou branco, homem ou mulher, sofrendo ou não de alguma perda de habilidades. Como ser humano, temos direitos básicos. “Chegamos aqui ao centro do argumento ético deste livro. A razão última e fundamental porque a desigualdade econômica é errada é que os seres humanos têm valor moral igual e portanto deveriam ter igual direito de acesso às condições materiais necessárias para viver uma vida boa e florescente...Somos todos membros da família humana, preciosos e únicos.” Não se trata de um igualitarismo generalizado. “Todos, independentemente das habilidades ou esforço, deveriam ter o acesso garantido aos bens essenciais necessários para uma vida boa e florescente...Eu chamo essa visão Egalitarianismo de Vida Boa (*Good Life Egalitarianism*). (191) Como vimos, temos os recursos suficientes, e a redução das desigualdades tornaria a vida melhor para todos, além de estimular o próprio desenvolvimento econômico do conjunto.



Um terceiro nível de análise, que ocupa a parte central do livro, é a questão do merecimento. Malleson se apoia, entre outros, nos estudos de Michael Sandel, em particular *A tirania do mérito*, e nos dados trazido por Piketty, de que 66% das fortunas apresentadas pela Forbes constituem riqueza herdada.<sup>(140)</sup> Hoje são dinastias financeiras, uma aristocracia que não precisa apresentar merecimento algum. Hugh Grosvenor, duque de Westminster, herdou 9 bilhões de libras [11,5 bilhões de dólares] na idade de 25 anos, tornando-se a pessoa de menos de 30 anos mais rica do mundo.”<sup>(86)</sup> Grosvenor, aplicando o seu dinheiro a 7% ao ano, aumenta a sua fortuna em \$2,2 milhões ao dia, dinheiro que é reuplicado, gerando o chamado de *snowball effect*, efeito bola de neve visto acima.

Quanto mais se enriquece, mais rapidamente aumenta a fortuna. Alguém paga por isso, por exemplo todos nós ao pagarmos mais para encher o tanque do carro, alimentando com mais dividendos os acionistas da Petrobrás. O que aliás gera inflação (*profit inflation*), o que vai permitir que o Banco Central justifique o dinheiro que repassa aos detentores de títulos da dívida pública, também a elite financeira, sob o pretexto de combater a inflação. O sistema é global, e articulado, e o dinheiro é imaterial, são apenas sinais magnéticos, permitindo deslocamentos instantâneos e globais (*High Frequency Trading*). Mão invisível? Capitalista? Produtor? Merecimento?

O argumento do merecimento é mais fragilizado ainda pelo fato do enriquecimento dos bilionários se apoiar tão amplamente na base de conhecimentos científicos e tecnológicos desenvolvidos pela sociedade em geral, o que Malleson chama de “conhecimento coletivo”. “São fatores acumulados de produção e o conjunto de infraestruturas sociais que promovem e facilitam as atividades econômicas, que eu chamarei coletivamente de ‘a subestrutura’”. Tornar-se empresário nos Estados Unidos, com inclusão digital, infraestruturas de transporte, gente formada em universidades, sistemas de suporte financeiro, acúmulos tecnológicos, regras do jogo estabelecidas, um mercado consumidor dinâmico, é profundamente diferente de tentar investir em regiões pobres e desiguais no terceiro-mundo.

“Como Alperovitz e Daly apontam, isso significa que o grosso da nossa riqueza moderna não pode ser atribuída ao esforço ou decisões de investimento de indivíduos isolados mas antes o resultado dos indivíduos estarem construindo em cima da imensa infraestrutura de conhecimento que nos chegou através de vastas redes de engenheiros, cientistas, teóricos, técnicos, professores, pesquisadores, praticantes e outros.”<sup>(143)</sup> O sistema educacional, lembra Malleson, é um componente essencial da infraestrutura de conhecimento, como também o sistema de saúde, o conjunto de recursos naturais como por exemplo os combustíveis fósseis que tanto expandiram a nossa massa energética. Nesse sentido, “toda produção é, na realidade, uma produção social.”<sup>(146)</sup>

Se acrescentarmos os privilégios familiares – onde e de que família você nasceu em grande parte determina o nível de oportunidades que terá – ou as oportunidades radicalmente diferentes de você estar na Suíça ou no Bangladesh, ou ainda os diversos fatores genéticos herdados, a dimensão do “merecimento” se reduz drasticamente, e em todo caso não justifica os imensos privilégios que aprofundam a desigualdade no planeta. Os processos distributivos têm de ser assumidos como desafios necessários e





vitais para o planeta, tanto por razões de decência humana, reduzindo tanto sofrimento, como por razões econômicas ao gerar uma base mais ampla de desenvolvimento, e em particular políticas: a desigualdade profunda gera massas desesperadas, base fértil para populismos extremistas e fascismos de diversos tipos. (125 e ss.) Tanta apropriação concentrada de riqueza é simplesmente ilegítima.

A parte propositiva do livro se apoia no fato básico já mencionado, de que hoje dispomos no mundo de recursos suficientes para todos. Assegurar uma vida digna envolveria reduzir em pouco mais de 2% a riqueza dos bilionários, sendo que mesmo pagando 2% de imposto sobre a fortuna, por exemplo, com a fortuna restante rendendo 7%, continuaria a se tornar mais rico a cada ano. O PIB mundial, por exemplo, 105 trilhões de dólares, dividido pela população, 8 bilhões, é equivalente a 4.200 dólares por mês por família de 4 pessoas. “Os benefícios de impostos elevados e da redução da desigualdade são enormes, muito mais significativos do que em geral se aprecia...Assegurar as necessidades urgentes dos mais pobres no mundo, reduzir a catástrofe climática, proteger a igualdade democrática, reduzindo a ameaça do populismo da extrema-direita e do fascismo, e expandir iguais oportunidades e segurança. Seria difícil exagerar o valor desses benefícios.”(258)

É politicamente viável? Malleson discute de maneira detalhada os potenciais e dificuldades da renda básica, da taxação de fortunas e de heranças, de se assegurar a transparência dos fluxos financeiros, de se conter a fuga de capitais, de reduzir os monopólios de patentes e copyrights, de reduzir o uso da dívida pública como apropriação de recursos pelos mais ricos, dos impostos sobre as corporações, da redução da absurda remuneração dos executivos (hoje na faixa de 350 vezes a remuneração média dos trabalhadores), dos sistemas de controle dos capitais (exemplos de Japão, China, Alemanha), de responsabilizar os bancos pela informação sobre transferências para paraísos fiscais e semelhantes. Cada uma dessas medidas é analisada em termos de formas de implementação, benefícios esperados, argumentos contrários, impactos mais amplos em termos sociais, políticos e econômicos.

Um aporte fundamental do livro, é que não busca desenhar uma transformação revolucionária ideal, e sim como, nas condições econômicas e políticas atuais, pode-se gradualmente introduzir um conjunto de mudanças que resultariam sim, no conjunto e progressivamente, numa mudança sistêmica. Nas nossas lutas pela redução das desigualdades e a preservação do planeta, trata-se de uma ferramenta técnica de primeira ordem.

Frente à desigualdade explosiva que enfrentamos, e as catástrofes ambientais, não se trata aqui de “punir” os bilionários, e sim de mostra os caminhos de um redirecionamento geral do uso dos nossos recursos que permitam gerar uma sociedade mais equilibrada. Segundo o comentário de Thomas Piketty, Malleson escreveu um grande livro (*a great book*) sobre porque precisamos impor limites máximos tanto na renda como na riqueza, junto com uma taxação fortemente progressiva. Esse livro é um guia para o enfrentamento do imenso desafio que representa a crescente e explosiva desigualdade no mundo.





## Dissertações Defendidas pelos Discentes do PEPG em Economia Política da PUC-SP em 2024

### Bruno Pacheco Heringer

Título: A sociologia econômica e o capitalismo em Schumpeter à luz de Swedberg e Shionoya

#### Banca Examinadora:

Prof. Dr. Aquilas Nogueira Mendes – PUCSP (orientador)

Profa. Dra. Anita Kon – PUCSP

Profa. Dra. Lucia Dias da Silva Guerra - UNIFESP

#### Resumo

Esta dissertação se propõe investigar um campo de pesquisa presente na obra de Joseph Schumpeter, qual seja, a sociologia econômica como um campo de estudo do economista. Constituindo uma análise institucional e evolucionária dos fenômenos econômicos, argumenta-se que a compreensão do capitalismo como um processo histórico é uma de suas principais aplicações. Apesar de sua contribuição para o campo se concentrar na segunda parte da obra *Capitalismo, Socialismo e Democracia*, existem traços de sociologia econômica dispersos por outros de seus escritos, e suas origens se encontram principalmente na Escola Histórica Alemã de Economia. De modo a melhor compreender essa contribuição nossa revisão bibliográfica inicial também se amparou sobre dois autores que organizaram os fundamentos metodológicos e as aplicações substantivas da sociologia econômica schumpeteriana: Richard Swedberg e Yuichi Shionoya. A partir de uma revisão sistemática da literatura com buscas de termos feitas sobre pergunta de pesquisa em torno da compreensão schumpeteriana do capitalismo a partir da sociologia econômica, selecionamos artigos cujas contribuições pudessem ser identificadas com aspectos da sociologia econômica de Schumpeter, e organizados a partir de seis eixos temáticos. Em seguida, cotejamos tais contribuições com as leituras de Swedberg e Shionoya, discussão essa que tanto propiciou melhor compreensão da sociologia econômica de Schumpeter quanto permitiu sugerir um programa de pesquisa schumpeteriano nesse campo. Os resultados obtidos da investigação nos sinalizam a importância de considerarmos a sociologia econômica não apenas para melhor compreender a obra de Schumpeter, como também como ferramenta de análise indispensável para correto entendimento da natureza e lógica do capitalismo.

#### Abstract

This dissertation sets out to investigate a field of research present in Joseph Schumpeter's work, namely, economic sociology as a field of study of the economist. Constituting an institutional and evolutionary analysis of economic phenomena, it is argued that the comprehension of capitalism as an historical process is one of its main applications. Although his contribution to the field is concentrated in the second part of *Capitalism, Socialism and Democracy*, there are traces of economic sociology scattered in other writings of his, and its origins lie mainly in the German Historical School of Economics. In order to better understand this contribution our initial bibliographical



review also rest upon two authors who organized the methodological foundations and substantive applications of schumpeterian economic sociology: Richard Swedberg and Yuichi Shionoya. Based on a systematic review of literature by searching terms related to a research question regarding the schumpeterian understanding of capitalism from the perspective of economic sociology, we've selected articles whose contributions could be identified with aspects of Schumpeter's economic sociology, organized along six thematic axes. In what follows, we've compared such contributions with the interpretations of Swedberg and Shionoya, a discussion which provided both a better understanding of Schumpeter's economic sociology and allowed a suggestion of a schumpeterian research program in the field. The results attained through our investigation underscored the importance of considering economic sociology not only to better understand Schumpeter's work, but also as an indispensable analytical tool to a correct understanding of the nature and logic of capitalism

### **Nakyta Nara Lucca**

Título: A transformação do mercado de trabalho: sugestões para melhorar as condições do teletrabalho no Brasil

#### **Banca Examinadora:**

Profa. Dra. Rosa Maria Marques – PUCSP (orientadora)

Profa. Dra. Anita Kon – PUCSP

Prof. Dr. Luiz Guilherme de Oliveira - UNB

#### **Resumo**

O teletrabalho, uma modalidade de trabalho flexível inerente ao mundo contemporâneo, encontra sua viabilidade com a revolução da microeletrônica. Compreender e definir o teletrabalho é o ponto de partida para que todos os atores do cenário laboral possam implementar e manter as boas práticas, assegurando condições e relações adequadas tanto para trabalhadores quanto para os empregadores. A capacidade de desempenhar suas funções de qualquer local, não se limitando estritamente ao ambiente físico da empresa, tornou-se uma realidade enfatizada em 2020, com a eclosão da pandemia de Covid-19. Desde então, observou-se um avanço nas regulamentações internas de empresas, países e organizações internacionais; no entanto, nem todas abordaram abrangente e integralmente os diversos fatores e impactos que o teletrabalho pode acarretar, principalmente na vida do trabalhador. Considera-se que nem todos os atores do cenário laboral estão preparados para adotar a modalidade do teletrabalho, seja devido à natureza de suas funções ou à necessidade de habilidades organizacionais distintas daquelas com as quais os profissionais estão familiarizados atualmente. Este estudo visa explorar, analisar e sugerir possibilidades de melhorias para a implementação e manutenção do teletrabalho no Brasil, e apresentar os benefícios e desafios que essa modalidade introduz no cenário laboral. Por meio de exemplos concretos, pretende-se fornecer diretrizes aplicáveis em diversos contextos, países, organizações e empresas, com o propósito de garantir os direitos já conquistados pelos trabalhadores.



## Abstract

Telecommuting, a form of flexible work inherent in the contemporary world, owes its feasibility to the microelectronics revolution. Understanding and defining telecommuting is the starting point for all stakeholders in the labor scenario to implement and maintain best practices, ensuring appropriate conditions and relationships for both workers and employers. The ability to perform tasks from any location, not strictly confined to the physical workplace, became an emphasized reality in 2020 with the outbreak of the Covid-19 pandemic. Since then, there has been progress in internal regulations within companies, countries and international organizations; however, not all of them have comprehensively and fully addressed the various factors and impacts that telecommuting may entail, especially on the worker's life. It is considered that not all actores in the labor scenario are prepared to adopt the telecommuting modality, either due to the nature of their roles or the need for organizational skills different from those professionals are currently familiar with. This study aims to explore, analyse, and suggest possibilities for improvements in the implementation and maintenance of telecommuting in Brazil, while presenting the benefits and challenges that this modality introduces into the labor scenario. Through concrete examples, the goal is to provide applicable guidelines in different contexts, countries, organizations and companies, with the purpose of ensuring the rights already achieved by workers

## Gabriel de Melo Amancio da Silva

Título: Economia e política, o binômio incontrolável: contribuições a partir de Marx para compreender o estado

### Banca Examinadora:

Prof. Dr. Aquilas Nogueira Mendes – PUCSP (orientador)

Profa. Dra. Mariana Ribeiro Jansen Ferreira – PUCSP

Profa. Dra. Lucia Dias da Silva Guerra- UNIFESP

## Resumo

Este trabalho tem como objetivo realizar uma análise teórica sobre a política e o Estado, a partir da obra de Karl Marx, expondo as determinações mais fundamentais que essas instituições sociais adquirem a partir da crítica marxiana por meio de uma análise estrutural ou imanente. Toma-se como ponto de partida a necessidade de afirmar a importância do estudo da obra de Marx, em especial no campo da Ciência Econômica, dominada pela hegemonia ortodoxa neoclássica. Traçamos assim uma oposição entre a noção atualmente hegemônica de ciência econômica e o campo da Economia Política e diferenciamos a obra da crítica da economia política de Marx por fornecer uma compreensão da economia desde a perspectiva da totalidade da reprodução material da vida. A partir disso apresentamos a atualidade do debate que envolve compreender a natureza e o papel do Estado na sociedade capitalista. Posteriormente, foi feita a opção de apresentar a crítica da politicidade a partir de temas considerados centrais, de modo que se explora primeiro a crítica de Marx à noção de que o Estado pode resolver os problemas sociais, pois o próprio Estado tem seu conteúdo determinado pela sociedade



civil burguesa. Depois, tratamos de explorar a ideia de que Estado e política devem ser entendidos não como coisas, mas como formas históricas de relações sociais, conectadas com o desenvolvimento das condições de produção da vida em cada sociedade. Com o nascimento e maturidade do capitalismo, elas são refundadas e reorganizadas, subsumidas sob a lógica do valor e momentos necessários de sua reprodução. A seguir, procura-se apresentar a ideia, central na obra de Marx, de que essas instituições, assim como o direito, precisam assumir o caráter de formas neutras, situadas externamente ao resto do conjunto social, reproduzindo a ilusão necessária de igualdade entre os indivíduos e impessoalidade da dominação social. Por fim, tecemos breves palavras finais e retomamos o que foi trabalhado, apontando a necessidade de superar as ilusões de que o capital pode ser politicamente administrado e que, enquanto ele existir, o Estado também existirá como seu momento político complementar, de modo que a superação de um exige e pressupõe a superação de ambos.

### **Abstract**

This work aims to carry out a theoretical analysis of politics and the State, based on the work of Karl Marx, exposing the most fundamental determinations that these social institutions acquire from marxian critique through a structural or immanent analysis. The starting point is the need to affirm the importance of studying Marx's work, especially in the field of Economic Science (Economics), dominated by orthodox neoclassical hegemony. We thus draw an opposition between the currently hegemonic notion of economic science and the field of Political Economy, then to differentiate Marx's work on the critique of political economy, for what he provides an understanding of economics from the perspective of the totality of the material reproduction of life. From this we present the debate that involves understanding the nature and role of the State in capitalist society. Subsequently, the option made was to present Marx critique of the politic based on themes considered by us as central. First is explored Marx's criticism of the notion that the State can solve social problems, as the State itself has its content determined by bourgeois civil society. Then, we try to explore the idea that State and politics should be understood not as things, but as historical forms of social relations, connected with the development of the conditions for the production of life in each society. With the birth and maturity of capitalism, they are recreated and reorganized, subsumed under the logic of value and are necessary moments of its reproduction. Next, we seek to present the idea, central to Marx's work, that these institutions, including law, need to assume the character of neutral forms, located externally to the rest of society, reproducing the necessary illusion of equality between individuals and impersonality of social domination. Finally, we make brief final words and resume what was discussed, pointing out the need to overcome the illusions that capital can be politically administered and that, as long as it exists, the State will also exist as its complementary political moment, so that overcoming one requires and presupposes overcoming both.